

Transformações do jornalismo e a precarização das profissionais mulheres: os efeitos da pandemia da Covid-19 no telejornalismo regional

Rafael Santos¹

Paula Melani Rocha²

RESUMO

O artigo discute as transformações do jornalismo a partir das inovações tecnológicas na redação de TV, RPC TV Ponta Grossa, e a intensificação do uso das ferramentas durante a pandemia da Covid-19. As medidas de isolamento levaram ao “home office”, ocorreu redução salarial e demissões. No quantitativo, mais mulheres perderam o emprego nas redações do Paraná em comparação aos pares masculinos, de acordo com dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. A discussão traz relatos de profissionais mulheres sobre o processo de trabalho durante a pandemia, a incorporação da tecnologia na produção jornalística, o aumento de serviços e o acúmulo de competências para executar as tarefas. Utilizou-se pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas. Para isso, o estudo dialoga com os estudos sobre feminização no Jornalismo, mercado de trabalho e transformações no jornalismo.

Palavras-chave: Feminização no Jornalismo; Inovações Tecnológicas; Transformações no processo de trabalho; RPC TV; Covid-19.

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias instauraram novos meios que permitem criar, construir e informar sobre a realidade de muitas maneiras. As redações jornalísticas vivem um momento de transformação e transição com a convergência, deixando a produção tradicional e vertical para um modo mais diversificado de trabalho, que a todo momento exige mudanças, transformações e novos saberes.

Aranha e Miranda (2016), argumentam que as novas tecnologias nos levam para novos modos de fazer, construir e entender as práticas jornalísticas. Elas quebram a divisão entre emissor, mensagem e receptor, alterando não só os padrões de produção, mas também de consumo. Para Barbosa (2013), o jornalismo vive uma nova era em que necessita entender cada aplicação e conviver com uma maior participação do público em seus conteúdos. Não podemos esquecer como essa nova era está diminuindo a produção de jornais impressos e de audiências

¹ Formado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, abril de 2021. Durante graduação participou do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero e desenvolveu projeto de iniciação científica com bolsa de fomento do CNPq.

² Professora dos cursos de Pós-graduação (Mestrado) em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq) e do grupo Conhecimento no Jornalismo (CNPq).

televisivas, contribuindo também para um maior número de espaços midiáticos, como sites e portais, além de aplicativos e uso intensivo de ferramentas tecnológicas para a produção.

Para os autores Squirra e Rangel (2017), as mudanças trazidas pelo mundo digital alcançaram a produção de telejornalismo em ampla escala, como forma de conquistar um público perdido, justamente por conta das novas tecnologias e o acesso das pessoas a informações rápidas nas redes sociais. Assim, o telejornalismo passou a utilizar essas ferramentas para conquistar seu público novamente. Os autores destacam que o uso digital não está mais concentrado apenas nas grandes emissoras nacionais. As transformações tecnológicas também estão presentes no telejornalismo regional/local. As mudanças desses jornais, como aponta Squirra e Rangel (2017), são fruto, também, da forma como o próprio espectador passou a consumir o audiovisual, com acesso a tecnologias mais rápidas e *Smart TVs*.

Por outro lado, o avanço da tecnologia levou à precarização estrutural do trabalho, com “corrosão dos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, perda de conquistas históricas e aumento de uma mão de obra de serviços” (Antunes, 2018 apud ROCHA, 2019, p.17). De acordo com Rocha (2019) as transformações na morfologia do trabalho e na cultura profissional se intensificaram, caracterizadas por aumento na flexibilização e precarização do trabalho e afetaram de forma desigual o trabalho masculino e feminino. Esses deslocamentos assimétricos na divisão sexual do trabalho decorrentes de um aumento da participação feminina no mercado de trabalho são colocados como uma das características da feminização da profissão, ou seja, movimentos de relações generificadas (ROCHA, 2019).

Nesse sentido, também, o jornalismo regional, para Ogura (2019), possui uma força maior para ampliar sua audiência devido a sua capacidade de ampliação. Com características únicas de proximidade, identidade e pertencimento; com a precarização da atividade jornalística e a redução das redações, esses pequenos polos jornalísticos de interior correm o risco de desaparecer, uma vez que sofrem as transformações nos processos de trabalho. Um jornal regional para Ogura (2019), tem capacidade de criar identidade e interação com sua comunidade; a comunidade toma conhecimento do que acontece à sua volta, no sentido cultural, social, político,

econômico e histórico, com a precarização da profissão, isso corre o risco de se perder.

Nesse contexto, a reflexão analisa as transformações no processo de trabalho de profissionais de uma redação de telejornalismo regional pela perspectiva das profissionais mulheres e como as novas tecnologias foram incorporadas na produção de conteúdo em meio à pandemia da Covid-19, quando parte dos trabalhos das redações passaram a ser remotos. De um modo geral, a categoria sofreu perdas salariais, redução de jornada de trabalho e demissões. Analisou-se como as profissionais passaram a usar a tecnologia para garantir o ofício em meio ao isolamento social e os impactos nas relações de trabalho pela perspectiva de gênero e como isso tem ocorrido no jornalismo regional.

O recorte da pesquisa

O estudo selecionou a RPC TV³, emissora de televisão afiliada da Rede Globo, com recorte na praça sediada em Ponta Grossa, que em 2020 apresentava a seguinte estrutura: 26 funcionários, sendo que 20 deles atuavam como jornalistas e seis como técnicos. Todos os vinte jornalistas são formados e os seis técnicos possuem ensino médio completo. Todos os técnicos eram homens. Entre o período que iniciou o levantamento para esta pesquisa e a pandemia o quadro reduziu para 24 funcionários. Somente no intervalo da pandemia entre março de 2020 e junho de 2021 ocorreram oito demissões e atualmente a emissora conta com 13 funcionários, dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Entre as demissões no período da pandemia da Covid-19 estavam cinco homens (editor, editor de imagem, diretor de imagem e dois cinegrafistas) e três mulheres (repórter, produtora e apresentadora). Ainda de acordo com o Sindicato, em todo o estado foram 70 demissões em 2020 e 20 em 2021. Das demissões em 2020, 37 eram mulheres e a maior parte não ocupava cargos de chefia, o número de demissões nas redações do interior do estado foram maiores que na capital (SINDIJOR)⁴.

Na distribuição por gênero na RPC de Ponta Grossa percebeu-se uma predominância masculina: nove dos vinte e seis profissionais eram mulheres e 17

3 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/meio-dia-parana-ponta-grossa/t/rb7rx6shxw/> acesso: 06 de outubro de 2020 às 10h30

4 Disponível em <http://sindijorpr.org.br/noticias/2/noticias/7867/grpcom-demite-seis-jornalistas-e-fecha-setor-de-producao-no-interior>

homens. A ocupação por profissionais homens e mulheres é desigual na pirâmide profissional, em ocupações de cargos, remuneração, nos segmentos do mercado e regiões geográficas, caracterizando uma desproporcionalidade nas concentrações horizontal e vertical da mão de obra feminina dentro da profissão. Os cargos de chefia são desempenhados por homens e as mulheres concentram-se em cargos intermediários na pirâmide profissional (MOURA ET AL., 2018). É possível perceber isso na distribuição por funções e cargos na RPC: o posto de Chefe de redação era ocupado por um homem; na escala hierárquica logo abaixo tinha duas mulheres como editoras executivas; dois editores e uma editora; um editor apresentador e uma editora apresentadora; um repórter no G1; três repórteres mulheres e um homem; duas mulheres como produtoras; quatro repórteres cinematográficos; dois editores de imagem; dois diretores de TV; um cinegrafista de estúdio, um apoio e um motorista. Predominavam homens em funções técnicas.

Os principais produtos jornalísticos produzidos pela emissora são o Meio Dia Paraná e Boa Noite Paraná em Ponta Grossa (telejornais). A emissora também contribui para outros programas da rede e locais como Bom Dia Paraná, Meu Paraná, Caminhos do Campo, Bom dia Brasil etc. Em relação à convergência de mídia, o número de profissionais na redação não sofreu demissões no tempo analisado por esta pesquisa, pois foi logo no início da pandemia, em março de 2020, o que mudou foi o acréscimo de um profissional jornalista que trabalha para o G1 (formato que disponibiliza conteúdo jornalístico das diversas empresas do Grupo Globo, escalando informações do dia, tanto nacionais como internacionais, além de produzir conteúdo local e regional). As demissões ocorreram ao longo de 2020 e início de 2021.

Foram realizadas entrevistas com duas profissionais, sendo uma produtora e uma repórter. Em respeito aos cuidados éticos de não expor as entrevistadas, optou-se por identificá-las por números definidos por Entrevistada 1 e Entrevistada 2, seguindo as diretrizes do projeto aprovado em 30 de agosto de 2019 pelo Comitê de Ética em Pesquisa, na Plataforma Brasil, com o número do protocolo: CAAE 21587819.1.0000.0105.

Como as entrevistas foram realizadas durante a pandemia da Covid-19 as perguntas foram encaminhadas por e-mail e celular. As respostas coletadas foram divididas em duas partes. A primeira parte focou sobre o uso das tecnologias na redação e suas aplicações. E a segunda parte procurou mapear como o uso de

tecnologias foi incorporado no processo de cobertura jornalística durante a pandemia da Covid-19.

Organização da redação, produção de pautas e perfil das jornalistas com as novas tecnologias

Com as entrevistas foi possível verificar junto à emissora de TV, RPC TV Ponta Grossa, como as profissionais trabalham com as novas tecnologias presentes na redação, seu uso na produção, como elas se adaptam a essas tecnologias na rotina de trabalho e o que é exigido de competência a essas profissionais em relação às tecnologias.

Sobre a organização da emissora com o uso dessas novas tecnologias, os novos aparelhos que são usados na produção, de acordo com a Entrevistada 1, são o uso de celular e *softwares* online para imagens e para entrevistas. A edição desses materiais não mudou, o trabalho ainda é feito por programas licenciados que já eram usados. Antes a redação utilizava apenas imagens gravadas com as câmeras profissionais. Hoje, de acordo com a Entrevistada 1, o que é utilizado são câmeras menores (*handycam*), o próprio celular da repórter (ou do entrevistado) para captação de imagens e entrevistas. Também utilizam as redes sociais para gravar entrevistas. As informações comprovam a atualização do trabalho perante as novas tecnologias com esses novos equipamentos e redução do número de profissionais envolvidos para realizar o trabalho. O uso da *handycam* e o celular, como relata a Entrevistada 1, é usado pela própria repórter tanto para realizar entrevista, quanto para captação das imagens da reportagem, fazendo um duplo trabalho de produção e acúmulo de função. É válido lembrar que a produção em telejornalismo, pelas particularidades da imagem e manuseio de equipamentos, envolvia trabalho de equipe, iniciando pela pauta, passando pela reportagem com repórter, repórter cinematográfico e iluminador até a edição, com editor de texto e imagem. Além de cargos de chefia e intermediários como rádio escuta, chefe de reportagem, apresentador/a, editor chefe, chefe de redação entre outros. Com a tecnologia algumas funções desapareceram, uma delas é o iluminador.

A maior mudança no trabalho da redação foi justamente a redução de profissionais em decorrência da inovação dos equipamentos para ir à rua produzir e captar sons e imagens. Entretanto, o acúmulo de funções reflete na qualidade do material produzido, não só técnica como também de conteúdo, apuração, sonoras e

imagens de apoio. Os novos aparatos tecnológicos exigem uma maior flexibilização da produção, agilidade do repórter e informação em tempo recorde. O celular também facilita quando é preciso, por exemplo, fazer alguma imagem mais rapidamente, e não há equipamentos disponíveis. Por isso, na redação, a Entrevistada 1 relata que todos os repórteres têm um celular da TV para uso. Em situações em que existem problemas com a engenharia e cai o link, o uso do celular também é uma opção de entrada ao vivo. Com isso a empresa passa para a repórter a função e as competências do/a repórter cinematográfico/a e equipe de link. Embora o celular ofereça agilidade, a pressão do tempo e mobilidade afetam na qualidade da captação e do trabalho como um todo.

Sobre a busca de pautas, as mudanças se destacam no uso do *WhatsApp* que também passou a compor a redação. A emissora possui um celular na redação apenas para essa interação. Utilizado para receber sugestões, checar histórias e receber mensagens com comentários que são usados no ar. Esse celular fica dividido entre pessoas da redação ao longo do dia que fazem o filtro e a interação. A redação percebeu uma maior aproximação do público com o conteúdo, através do *WhatsApp*. Percebe-se aqui também que não há um/a profissional específico/a para cuidar desta escuta. Mais uma função foi diluída entre as obrigações e competências desempenhadas pelas/os profissionais da redação.

É um canal livre em que o telespectador sugere, comenta e crítica. Assim, a redação consegue sentir se determinado assunto agradou e de que forma as pessoas reagiram. Além disso, o *WhatsApp* é usado na comunicação interna e também externa com o público e facilita para enviar textos da rua, por exemplo. Antes o material ou era fechado pela repórter dentro da redação, ou fechava na rua e enviavam um veículo para buscar o material.

Sem especializações, o uso dessas novas tecnologias têm exigido adaptação das jornalistas. Cada vez mais as profissionais precisam ser completas e saber interagir com esse novo e essa exigência não recai apenas às jornalistas mulheres e sim a todos os jornalistas. A Entrevistada 1 destaca que a empresa não exige, ainda, uma especialização para o uso. Porém, os profissionais passam por treinamentos internos sempre que necessário. A mudança na produção das reportagens não se dá apenas com a inclusão dessas novas tecnologias, mas demarca uma adaptação do e da jornalista perante as produções e novas formas de construir reportagens. São maneiras diferentes de fazer o mesmo trabalho.

O que notamos com o relato da Entrevistada 1 é que, apesar dos novos equipamentos e novas tecnologias no cotidiano da equipe de reportagem, não houve um aumento na produção de conteúdo, ou novos conteúdos. O que notamos no uso dessas tecnologias é a agilidade no processo de construção da notícia. A repórter encontra ferramentas que facilitam a produção, captação de imagens e transmissão de conteúdo, além de uma maior efetivação na aproximação com o telespectador.

Neste último processo, todos os profissionais da redação ficam inteirados do que o público está achando do conteúdo, uma vez que não existe uma pessoa específica contratada para realizar essa mediação entre os telespectadores, toda a equipe de redação tem contato através do *WhatsApp* com as pessoas. Vale ressaltar que a participação do público se mostra apenas como uma aproximação, uma vez que as informações obtidas via o aplicativo são filtradas e não fazem parte da produção do conteúdo.

A repórter e o uso das tecnologias na produção

A aplicação das perguntas foi feita com duas repórteres da redação de TV RPC de Ponta Grossa. A Entrevistada 2 trabalha com a apuração de informações, sugestão de pautas, produção de conteúdo, produção de reportagens gravadas para TV e entradas ao vivo. Em relação a sua rotina com os usos das tecnologias, destaca-se o celular como essencial para o trabalho. Por ele a Entrevistada 2 recebe informações de pauta (que vem por aplicativo de mensagens ao longo do dia); produção de texto (digitado e enviado para edição por aplicativo); produção de áudio (gravado em aplicativo de gravação e enviado por 4G); produção de vídeo (para materiais alternativos ao uso da câmera profissional); e entradas ao vivo (com aplicativo de chamada de vídeo e 4G). Ou seja, o uso do celular é a principal ferramenta de trabalho da repórter.

Sobre a produção, a Entrevistada 2 aponta que não produz nada sem o uso das tecnologias. Em uma única pauta ela usa o celular para receber a pauta via *WhatsApp*, chegar ao local pelo *Google Maps*, entrar em contato com a fonte por *WhatsApp* ou ligação, receber sugestões de pautas (a população entra em contato pelas redes sociais) e gravar e enviar reportagem completa. E também usa câmeras menores e não profissionais como *GoPro*, *handycam* e câmera de celular nas reportagens.

Para o uso dessas tecnologias a Entrevistada 2 diz que a empresa não oferece curso de capacitação para uso, mas aponta que a maioria dos dispositivos tecnológicos foi sendo usado automaticamente, sem curso e com aprendizagem na prática. “Não considero isso um problema, porque eles funcionam basicamente todos da mesma maneira. Todo jornalista que trabalha na minha área é capaz de ligar uma câmera alternativa, fazer o foco, enquadrar e gravar, porque tais atividades são semelhantes a ligar um computador e acessar a internet, por exemplo” (Entrevistada 2, 2020).

O uso das tecnologias apontado por ela já acontece há quatro anos na redação. O que observamos é que em pautas mais factuais a presença de aparelhos tecnológicos e aplicativos é mais constante do que em trabalhos em que é necessário um cinegrafista e tecnologias profissionais. Em relação ao processo de trabalho dentro da redação com as novas tecnologias, notamos que a Entrevistada 2, (2020) elenca questões importantes dessa mudança:

Há algum tempo uma equipe de reportagem composta por duas ou três pessoas fica totalmente inútil se uma delas faltar, em caso de atestado médico, por exemplo. Hoje, uma matéria não é derrubada em caso de o repórter cinematográfico faltar, ou mesmo de o repórter faltar. As novas tecnologias acabaram nos treinando a pensar na imagem e na informação ao mesmo tempo, coisa que até pouco tempo atrás eram atividades bem diferenciadas. Já existem aplicativos que permitem edição de áudio e vídeo – não profissional, claro – no celular. Meu trabalho acabou sendo organizado com o uso dessas tecnologias assim que elas foram ficando disponíveis no mercado. Um exemplo recente da organização automática das tecnologias ocorre durante a pandemia.

Nesse trecho da fala da Entrevistada 2, notamos que o modo de produção mudou, agora a repórter não é mais responsável apenas pela apuração das informações descritas na pauta *in locus* e redação do texto. Seu trabalho consiste também em pensar a imagem que vai compor as informações apuradas, além de ficar responsável pela própria edição do material. Não podemos deixar de pensar que com a condensação da produção, centrada em apenas uma pessoa, acaba extinguindo o trabalho do cinegrafista e do editor e, conseqüentemente, o acúmulo de tarefas em um único profissional, é o profissional multitarefa configurando a precarização do trabalho. Vale ressaltar aqui, ainda segundo levantamento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que com as demissões durante a

pandemia há um movimento das emissoras de televisão do interior do estado em encerrar o setor de produção de pautas das redações.⁵

Apesar dessa concentração de atividades em um único profissional, a Entrevistada 2 demarca que as novas tecnologias têm facilitado o processo de produção, e principalmente, mudaram a forma de trabalhar. Os jornalistas estão ficando cada vez mais “multimídia”, já que os dispositivos tecnológicos estão ao alcance de todos. O multitarefa está relacionado à precarização e flexibilização do trabalho. Esse fenômeno no jornalismo é abordado em diferentes segmentos do mercado (FÍGARO, 2013; ROCHA, FIQUEIREDO, 2020).

O critério do que é publicado ou não, também mudou. Há alguns anos, a imagem profissional produzida por um jornalista era quase que exclusiva nos telejornais. Hoje, notamos pela Entrevistada 2, (2020), que “qualquer pessoa grava um vídeo e pode ter esta imagem não profissional publicada, sem nenhum cuidado ou conhecimento sobre posição da luz, som ambiente, foco, enquadramento, velocidade, entre outras características imagéticas. Os tempos mudaram”.

Outro ponto interessante que ela destaca nas suas respostas é a substituição do próprio celular nas entradas ao vivo com a vinda dos “*mochilinks*” (que permitem entradas ao vivo sem a necessidade do veículo da engenharia) o uso do celular para entradas ao vivo ficou menos frequente, demarcando que a mudança constante das tecnologias também muda a forma como os jornalistas trabalham.

Em relação às diferenças nas pautas que utilizam novas tecnologias na produção com as pautas que são produzidas sem o uso delas, as respostas da Entrevista 2 apontam uma mudança que permite a qualidade estética da imagem e áudio. Do ponto de vista técnico, existe essa diferença, mesmo que o público não perceba, mas depende do tipo de celular que é usado.

Já no caso de produções especiais (quadros, séries, reportagens amplas para os jornais ou programas da emissora), o uso de novas tecnologias, com tempo disponível de produção e cuidado com a qualidade da imagem/áudio, tem uma diferença maior.

Nesse sentido, certas tecnologias dispensam a divisão do trabalho e a participação de uma equipe para executar, o que não está associado a qualidade. Isso precariza ainda mais a profissão. Essa redução não está ligada ao tempo de

5 Disponível em <http://sindijorpr.org.br/noticias/2/noticias/7867/grpcom-demite-seis-jornalistas-e-fecha-setor-de-producao-no-interior>

produção, mas ao manuseio dessas tecnologias. A repórter já sai com um roteiro e um prazo maior de entrega do material. Uma produção especial exige muito tempo de uma equipe gravando, e a redação também precisa atender as necessidades diárias dos jornais que, obrigatoriamente, devem ser atendidas. As redações mais enxutas têm que orquestrar as equipes para conseguirem realizar coberturas especiais e factuais. Com o uso dessas tecnologias, a produção se concentra em apenas uma profissional.

A efetivação do uso das novas tecnologias na pandemia da Covid-19

Antes da pandemia as tecnologias ainda eram pensadas dentro de uma organização da produção, mais como uma forma de apoio, agilidade, qualidade estética e concentração da produção em um número menor de profissionais. Com a pandemia causada pela Covid-19, o uso delas passou a ser uma ferramenta essencial na produção jornalística. O movimento que vemos hoje está ligado à segurança das equipes de reportagens e das fontes e a garantia da informação, para além da qualidade técnica. Em um movimento conjunto, a construção da informação passa a ser repórter e fonte trabalhando juntos na produção. A fonte não é só mais um acesso à informação, mas passa a ser um produtor dela.

A Entrevistada 2 relata que sem as tecnologias não seria possível fazer a cobertura durante a pandemia. Logo na primeira semana de medidas restritivas no Paraná, a redação foi dissolvida em várias pequenas salas e as equipes foram separadas para segurança dos profissionais. Os aplicativos de chamadas de vídeo viraram o ambiente de entrevista. Os aplicativos de mensagens substituíram as reuniões de pauta e as discussões entre jornalistas e sem a internet, nenhum material poderia ser produzido. A mudança na produção foi a formação de redações adaptadas em casa que permitiram produzir materiais gravados ao vivo e o uso das redes sociais no auxílio e na busca por informações (páginas oficiais, páginas de pessoas físicas), procura por entrevistados e divulgação de materiais jornalísticos.

Agora eu gravo sozinha as entrevistas por aplicativos no celular ou no notebook, coisa que até quatro meses atrás não fazia. Gravo informações com a câmera do meu celular e ainda peço imagens do que eu preciso para a fonte, que as produz do próprio celular e me envia. Todo esse material eu envio ao editor pela internet, que edita e põe no ar. Cada um na sua casa. (Entrevistada 2, 2020).

O que podemos notar, na produção jornalística de TV não correspondem às novas formas de realizar reportagens com as novas tecnologias, mas a efetivação do uso delas na produção. O que mudou foi o contato com as fontes, que não é mais presencial em alguma medida, e a participação central das fontes na construção da informação. Podemos notar que o trabalho de apuração, entrevista, captação de imagens e edição que antes da pandemia era concentrado em um único profissional, passou a ser dividido com as fontes, uma vez que elas produzem as imagens da matéria. Além da abreviação do processo de trabalho antes distribuídos por diferentes profissionais, agora concentrado em apenas um profissional, ocorreu a inserção da fonte como parte integrante do processo de produção, coletando material. A redução de enquadramentos também foi uma das mudanças, já que as conversas por chamada de vídeo não possibilitam ângulos diferentes.

O roteiro da pauta também modificou, com a pandemia. Ele indica que tal lugar o repórter não pode fazer imagens e que as imagens necessárias para aquela reportagem vão chegar depois, feitas pelo entrevistado com celular. Ou na pauta, o produtor já deixa indicado que tal entrevistado falará por ligação de vídeo, já mencionando a plataforma, se será via *WhatsApp*, *Skype*, etc. Mas o contrário também ocorre. A equipe de reportagem pode, na rua ou redação, optar pelo uso das novas tecnologias, seja por escolha ou por necessidade, alterando o que estava programado pelos produtores na pauta.

CONCLUSÕES

A partir da análise das entrevistas, notamos a inserção das novas tecnologias pela redação da RPC TV de Ponta Grossa na produção de reportagens e na rotina dos e das profissionais. Percebemos que essa inclusão se dá, em parte, pela preocupação da emissora e repórteres de produzir conteúdo cada vez mais próximo do público e de tornar o trabalho mais ágil para dar conta dos conteúdos necessários na composição do telejornal, o que indiretamente está relacionado à estrutura da redação reduzida para atender as demandas do veículo. O jornalismo passa a ser mais colaborativo com o telespectador, embora a colaboração entre os profissionais na produção esteja se perdendo, na medida que o trabalho se concentra em apenas um repórter. O enxugamento da participação de uma variedade de profissionais em cada etapa do trabalho caracteriza a precarização e a flexibilização do trabalho com

danos também para a produção jornalística e os cuidados de apuração e checagem que ela envolve.

Em conclusão, tem-se a impressão de que as profissionais que trabalham nas emissoras enxergam a tecnologia como algo positivo que as impulsionam a um fazer jornalismo melhor, mais dinâmico e rápido. Em contrapartida, o que se destaca nesta pesquisa, além da acentuação dessas tecnologias na produção de TV e a criação de novas formas de entrevista e contato com fontes, é a participação das mesmas no processo de construção da informação e, também, um movimento ainda que muito perdido, em relação a distribuição de trabalho e carga de produção, uma vez que as barreiras que separavam as funções dentro do ambiente de uma redação se quebraram. No contexto da pandemia, as empresas acentuaram o fenômeno da exploração do trabalho no jornalismo regional, com redução de salário em 25%, demissões e exigências de acúmulo de funções e competências por parte dos e das profissionais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Angelo Sottovia; MIRANDA, Giovani Vieira. **Hiperlocal como um elemento de convergência entre a digitalização e o reforço de identidades.** COMUNICOLOGIA - v.9 - n.2 - jul./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.24860/comunicologia.v9i2.5903>

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais**, Universidade Federal da Bahia, 2013.

ENTREVISTADA 1. **Transformações do jornalismo e a precarização das profissionais mulheres: os efeitos da pandemia da Covid-19 no telejornalismo regional** [entrevista cedida à] Paula Melani Rocha e Rafael Santos em 16 de julho de 2020.

ENTREVISTADA 2. **Transformações do jornalismo e a precarização das profissionais mulheres: os efeitos da pandemia da Covid-19 no telejornalismo regional** [entrevista cedida à] Paula Melani Rocha e Rafael Santos em 16 de julho de 2020.

FÍGARO, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

MOURA, D.O.; ROCHA, P.M; DAMIAN-GALLIARD, B.; LE CAM, F. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France, and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. In: Brazil-France-Francophone Belgium Journalism Research Conference: The

Sociocultural Frontiers of Journalism in Brazil and in Francophone space, 1, realizado na Faculdade FIAM/FAM, em 10 de novembro de 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPjor, 2018. p. 1-11.

OGURA, Edilene dos Santos. **Estratégias e critérios editoriais na cobertura noticiosa do jornalismo diário regional dos Campos Gerais do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Acesso: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2958> em 12 de junho de 2021 às 13h30.

ROCHA, Paula M. **A femininização no jornalismo como uma categoria de análise em construção: as transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas.** Monografia para professora associada, Departamento de Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

ROCHA, Paula M.; FIQUEIREDO, Simone Pallone de. Configurações da organização tecnológica do trabalho jornalístico em rede no modelo pós-industrial: idiossincrasias e similaridades em realidades extremas. In **Revista Comunicação & Inovação**, V.15, N.45, 1/2020 DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol21n45.6189>

SQUIRRA, S. C.; RANGEL, I. P. **Os impactos tecnológicos nos telejornais regionais: um estudo sobre produção de notícias no Vale do Paraíba/SP.** Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 20, n. 3, p. 34–48, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/ci.v20i3.42398> Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/42398>

TUDO DEMORANDO EM SER TÃO RUIM

A violência patriarcal que alicerça a diegese de *Onde nascem os fortes*

AURORA ALMEIDA DE MIRANDA LEÃO¹

RESUMO

Este artigo analisa a série *Onde nascem os fortes* (TV Globo, 2018), na qual a violência patriarcal tem enorme força discursiva. Partindo da pergunta “De que modo a construção do roteiro evidencia a permanente opressão imposta pelo machismo e favorece a reflexão acerca das questões de gênero?”, objetivamos entender a produção de sentido propiciada pela diegese, a partir da perspectiva de gênero (JOAN SCOTT, 1989) e da noção de machismo invisível (CASTAÑEDA, 2019). Para tanto, seguimos a proposta metodológica de Análise Discursiva de Imaginários (ADI), concebida por Juremir Machado (2003). Acreditamos ser possível encontrar composições verbais e imagéticas indicadoras do quanto é arraigada no imaginário nacional a presença de um patriarcado que oprime e impõe silêncio.

Palavras-chave: Onde nascem os fortes. Violência. Machismo. Gênero. Narrativa.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta breve análise sobre duas cenas da supersérie *Onde nascem os fortes* (TV Globo, 2018), nas quais a virulência do machismo tem grande força. Escrita por George Moura e Sergio Goldenberg, a obra é ambientada no cariri paraibano, onde elenco e equipe técnica residiram quatro meses, somando tempo de preparação e gravação. Assinam a direção, Walter Carvalho e Isabella Teixeira, com direção artística de José Luiz Villamarim e direção-geral de Luísa Lima. O elenco conta com Patrícia Pillar, Fábio Assunção, Alexandre Nero, Henrique Diaz, Alice Wegmann, Gabriel Leone, Irandhir Santos e Jesuíta Barbosa nos papéis principais. Durante toda a narrativa, mãe e filha sofrem diversos percalços, aprendem a reagir a agressões masculinas, e se vão transformando enquanto aprendem a conviver com o solo esturricado do sertão nordestino e a dor da perda de seu filho e irmão.

A história começa com os gêmeos Maria (Alice Wegmann) e Nonato (Marco Pigossi) partindo de Recife em busca de trilhas de *mountain-bike*² na cidade de Sertão, terra natal da mãe, Cássia (Patrícia Pillar), que deixou o lugar há vinte anos

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), linha de pesquisa Competência Midiática, Estética e Temporalidade. Jornalista graduada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-graduada em Audiovisual em Meios Eletrônicos pela mesma Universidade (UFC), onde também cursou Arte Dramática. Integra o GP Ficção Seriada do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom).

² Tipo de bicicleta usado no ciclismo de montanha.

e nunca mais retornou. A aventura mudará a vida deles para sempre: Nonato (em latim, nascido de novo) desaparece, sem deixar rastros, após flertar com a amante de Pedro (Alexandre Nero), o empresário todo-poderoso do lugar. O suposto envolvimento deste no sumiço do jovem é o estopim de uma batalha que interrompe rotinas, altera o destino de uns e obriga outros a desenterrarem segredos de família.

Onde nascem os fortes (ONF) é obra que assume o cronotopo (BAKHTIN) do sertão como microcosmo do país: ali, um somatório de problemas estruturais faz morada, como acontece de modo similar no cotidiano brasileiro deste século XXI. Estão lá a corrupção, a violência, o machismo estrutural, a intolerância, a soberba do poder econômico, a truculência da política, a relação promíscua entre estado e instituições, um delegado venal, uma polícia corrompida, um juiz corruptor, os fora-da-lei, uma sexualidade opressiva que reforça padrões normativos hegemônicos e invisibiliza a diversidade.

A respeito do nordestino, é interessante ver o que indica o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr (2013):

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século. Figura em que se cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Nesta região, até as mulheres são macho, sim senhor ! Na historiografia e sociologia regional, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos. Mesmo em seus defeitos, é com o universo de imagens, símbolos e códigos que definem a masculinidade em nossa sociedade, que ele se relaciona. (ALBUQUERQUE JR., p. 18 , 2013).

Foi por uma espécie de estranhamento (MACHADO, 2003) que nos sentimos tentados a investigar o discurso televisual. Este é permeado de muitas vozes, aqui entendidas como a *mise-en-scène*, a luz, a fotografia, a paleta de cores, os figurinos, a escolha dos atores, os nomes dos personagens, a sintaxe entre eles e, sobretudo, o espaço em que o enredo se desenvolve.

Uma violência ancestral

Os personagens de *Onde nascem* são todos nordestinos. Mesmo quem foi para Sertão apenas em busca de aventura, como Maria e Nonato, também é do Nordeste. Pois justamente neste aspecto de construção dos personagens é que avulta com eloquência o sentido autoral, inovador, da narrativa. Com a perspectiva

de gênero (SCOTT, 1989), tanto masculino quanto feminino estão inclusos nesta análise.

A nordestinidade da série traz sérias rachaduras no significado corrente acerca do homem nordestino. E este é um dos grandes trunfos da obra. Os personagens masculinos são, em sua maioria, como esse nordestino tão bem descrito por Albuquerque Jr (2013). Mas há os que fogem a esse padrão e personificam novas configurações para as ideias construídas ao longo dos séculos. São talvez apenas quatro personagens, mas eles divergem do modelo hegemônico e é através deles que os autores vão abrindo fendas no Nordeste do qual estão a falar.

Segundo ALBUQUERQUE JR (2019), o sertão que temos em nosso imaginário refere-se, geralmente, a um tempo guardado no passado, “um tempo anterior à civilização, ao progresso, à urbanização e ao desenvolvimento. É essa ideia de sertão como confins. O sertão é uma distância, uma lonjura física e temporal”. (ALBUQUERQUE JR, 2019)³.

A narrativa da série, de modo semelhante, traz essa noção de sertão como distância física e temporal, embora nesse aspecto também haja disrupção porque o progresso já chegou à região: há carros de última geração, celulares, conexão com a internet, consumo de drogas, corrupção escancarada, uma casa noturna com show bem montado, e até uma fábrica de bentonita⁴.

Vamos então aos principais personagens masculinos: Pedro (Alexandre Nero), o grande empresário da região, dono da fábrica de bentonita. Ramiro Curió (Fábio Assunção), o juiz que costuma andar sempre elegante, em geral de terno de linho branco⁵ e tem suspeitas ligações com a polícia. Plínio (Henrique Diaz), o delegado venal e mau-caráter. Hermano (Gabriel Leone), filho de Pedro, o bom moço da história, jovem, trabalhador, idealista, bem distinto do estereótipo machista, agressivo, violento e de homem que não respeita mulheres. E Ramirinho (Jesuíta

³ Ver matéria “Debate com Júlia Rebouças e Durval Muniz discute o sertão e a ideia de uma ‘arte sertão’”. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/topo/debate-com-julia-reboucas-e-durval-muniz-discute-o-sertao-e-a-ideia-de-uma-arte-sertao/>. Acesso em 09 out 2020.

⁴ Bentonita ou bentonite é a designação dada a uma mistura de argilas, geralmente impuras, de grãos muito finos. É formada principalmente por montmorilonita (vide), com 60 à 80%, e também por caulinita, calcita, pirita etc. É usada na fabricação de objetos de porcelana. Encontrado em <https://www.dicionarioinformal.com.br/bentonita/> Acesso em 08 out 2020.

⁵ O linho é o tecido vegetal mais antigo da história do homem e desde o século XII se integrou na sociedade como um tecido de luxo. Ver matéria “Linho, história e significado: da pré-história à pós-modernidade”. Disponível em <https://www.fashionbubbles.com/historia-da-moda/linho-antigos-tecidos-historia/>. Acesso em 10 out 2020.

Barbosa), filho do juiz, órfão de mãe, oprimido pelo pai, e que, à noite, se transforma na artista *Shakira do Sertão*. Portanto, os três mais velhos correspondem exatamente à definição dada pelo professor Albuquerque (2019) para os nordestinos, enquanto os dois mais jovens carregam consigo uma simbologia fortíssima que altera o padrão hegemônico.

Na trilha dessa percepção, vamos recorrer novamente às considerações de ALBUQUERQUE JR. (2017):

E o que você vai encontrar nos discursos que criam o nordeste é a nostalgia da escravidão, é a nostalgia do escravo. Esta lá em Gilberto Freyre, em José Lins... a saudade do escravo doméstico, da ama, da mucama, até em Jorge Amado, que é o nosso escritor comunista, há saudade da mucama, do cafuné, do banho na rede, da cozinheira, da serviçal. (ALBUQUERQUE JR, 2017).⁶

Como o discurso de *Onde nascem* é também sobre o Nordeste, há traços dessa nostalgia de que nos fala Albuquerque Jr (2017) subjacente em toda a construção dramatúrgica da obra. E se isso é perceptível na construção diegética, também o é o machismo invisível (CASTAÑEDA, 2019) entranhado na matéria discursiva e espalhado por todo o enredo ficcional.

***Eu sou cria da sua costela*⁷**

Para esta análise, interessa-nos especificamente identificar os sinais evidenciadores do que a psicóloga mexicana Mariña Castañeda chama de “machismo invisível”, os quais perpassam toda a diegese.

A história mostra uma preponderância do mando masculino no espaço sertanejo, ou seja, os personagens masculinos dominam o cronotopo (BAKHTIN, 2010), Sertão, a cidade fictícia. Além disso, a ambiência do lugar tem forte expressão machista, quer seja no linguajar dos personagens, quer na configuração das esferas de poder: ali manda quem tem dinheiro e, quem não quer ter sua vida abreviada ou seu trabalho perdido, abaixa a cabeça e silencia ante a truculência simbólica que permeia toda a narrativa.

⁶ Entrevista do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, concedida à revista Unisinos: “O Nordeste é uma invenção das elites agrárias”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573122-o-nordeste-e-uma-invencao-das-elites-agrarias>. Acesso em 06 out 2020.

⁷ Versos da música *Sob medida*, de Chico Buarque, sucesso de 1979 na voz da cantora Simone.



Maria é quem comanda o bando no sertão (Fonte: TV Globo).

Os personagens tem atributos bem marcados: o figurino identificando o patrão; o juiz (quase sempre de terno de linho branco); Maria com trajes despojados, sem nenhum glamour; o empresário, de postura sempre arrogante, com uma “agregada” que é seu braço-direito e dirige o carro dele, de modelo muito potente; o líder messiânico com trajes igualmente definidores de sua opção pela fé e adesão ao desapego. Destarte, como toda obra da nossa teledramaturgia, a série também tem uma protagonista feminina, mas esta não é a clássica mocinha das telenovelas.

Sabemos que a Cinderela é um dos mitos mais recorrentes na comunicação de massas – livros, fotonovelas, desenho animado, quadrinhos, filmes. Outro, cativo de quase todas as narrativas, é o do herói. Porém, no caso de ONF, não há a mocinha dos contos de fadas mas uma heroína exemplar, que atravessa todas as fases da chamada “jornada do herói”, terminando por vencer as difíceis etapas de seu itinerário. Maria é vítima de um estupro, consegue escapar mas o agressor acaba morto e, por isso, ela se vê obrigada a fugir, e é fugindo que vai atravessar toda a história.

O morto era funcionário do empresário Pedro Gouveia, o pai de Hermano, moço por quem Maria se apaixona logo nas primeiras cenas. Amedrontada com o crime cometido sem querer, a jovem se embrenha nos matos tentando escapar de ser presa. Hermano ainda consegue encontrá-la e viver com ela alguns momentos de amor, mas a situação apertada e Maria se vê forçada a evadir-se, correndo todos os riscos possíveis, e se aparta de Hermano.

Na sua trajetória de fuga, acaba encontrando dois caras sem paradeiro certo, que resolvem acompanhá-la e tornam-se seus parceiros pelos ermos do sertão. Maria passa então a comandar o trio, experienciando uma vivência que remonta ao lendário bando de Lampião. E aqui nota-se mais uma reconfiguração no padrão hegemônico porque é Maria quem lidera o bando de forasteiros. Assim, segundo a

perspectiva de gênero (SCOTT, 1989), a construção narrativa já começa propondo um embate sobre o ideário machista prevalente no Nordeste, seja o real ou o da ficção.

É esse aspecto crucial, definido pelo quarteto Villamarim, Moura, Goldenberg e Carvalho, que assegura uma saudável desafinação no tradicional modelo patriarcal. Aí se inserem as ressignificações, as transversalidades, as reflexões, as transposições, as transfigurações e as sugestões de mudança paradigmática na configuração secular pensada para o sertão nordestino.

Avancemos mais um pouco para entender porque a perspectiva de gênero importa no contexto em estudo e de que modo podemos falar em machismo invisível atuando na história. Nossa intenção é instigar reflexões capazes de promover o questionamento sobre inquietações dadas como postas, enfatizando que as identidades sociais são construídas, logo, podem ser repensadas, ressignificadas e desconstruídas. Portanto, o que está em análise é uma temática que envolve gênero, classe social e preconceito, pilares da construção discursiva, a qual opera afirmando a dialogia ficção e realidade.

Quem dera pudesse todo homem compreender⁸

A primazia dos varões no mundo, ao longo dos séculos, era inquestionável. Isso é dito pelo historiador Durval Albuquerque já em 1994. O psicoterapeuta argentino Luis Bonino (1995) criou o termo micromachismos e a psicóloga mexicana Marina Castañeda (2019) lançou *El machismo invisible*, fruto de percepções e aprendizado em décadas como terapeuta. Segundo ela, o machismo é fruto de crenças profundas, tão arraigadas que resultam praticamente invisíveis.

A experiência da autora permitiu estudar os imensos problemas que o machismo cria, como as barreiras na comunicação, as expectativas cruzadas, os papéis sociais que aprisionam homens e mulheres por igual. Uma de suas afirmações lapidares nos guia neste estudo: *“El machismo empobrece a unos y otras por igual, y se convierte en un juego interpersonal en el cual nadie gana y todos pierden”*.(CASTAÑEDA, 2019, p.34).

Por sua vez, Durval afirma: “A masculinidade é apenas um elemento constitutivo da identidade regional nordestina, mas é fundamental na construção de

⁸⁸ Versos da música *Superhomem, a canção* (1994), do cantor e compositor baiano Gilberto Gil.

uma figura homogênea e característica que se chamará de nordestino” (ALBUQUERQUE JR, 2013, p.23).

Unindo as palavras da escritora mexicana às do pesquisador paraibano, acreditamos então ser possível inferir que o machismo é uma potência entranhada no enredo da série e tudo na sua construção é reflexo da estrutura machista prevalecente na diegese. Na obra como na vida, esse comportamento está de tal modo naturalizado que muitas vezes não o identificamos, daí o porquê da expressão “machismo invisível”. Mesmo ali, no longínquo e inóspito sertão da teleficção, esse “vírus” da opressão, da insensatez e da agressividade, existe e faz sofrendores. E, ao longo da série, essas vítimas viverão momentos cruciais, bem como os subterfúgios do invisível machismo se farão presentes.

Acontece que na construção narrativa percebem-se mudanças relevantes nessa secular composição machista⁹. Na fictícia Sertão, são duas mulheres que chegam da capital e trazem o novo: Maria (Alice Wegmann) e Cássia (Patrícia Pillar) não são as mulheres tradicionalmente sofridas, submissas, dependentes e silenciadas que costumamos identificar como moradoras do Nordeste¹⁰. Ambas são ativas, independentes, destemidas e trazem uma fortaleza que é moral, refletindo uma mudança de perspectiva no padrão epocal.¹¹

No próximo tópico, veremos as cenas na quais o machismo é inserido de modo tão corriqueiro que configura a invisibilidade apontada por CASTAÑEDA (2019).

Dois fragmentos

A seleção é fruto do que percebemos, guiada pelas considerações de Castañeda (2019), ao classificar atitudes aparentemente ‘inofensivas’ - tão triviais que já subespontâneas -, como um tipo de machismo que corrói por baixo das

⁹ Ver matéria “Para especialistas, mulheres ainda são vistas como propriedades”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/para-especialistas-mulheres-ainda-sao-vistas-como-propriedades-12014705>. Acesso em 26 set 2020.

¹⁰ Ver matéria “Como a violência doméstica atinge as mulheres no Nordeste”. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-a-violencia-domestica-atinge-as-mulheres-no-nordeste/>. Acesso em 30 set 2020.

¹¹ Ver matéria “Do mar ao sertão do Nordeste, mulheres promovem uma revolução silenciosa e derrubam clichês”. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-02/do-mar-ao-sertao-do-nordeste-mulheres-promovem-uma-revolucao-silenciosa-e-derrubam-cliches.html>. Acesso em 28 set 20.



aparências, daí porque o denomina de invisível. Há também brechas de significação nos desenhos sociais tão peculiares do que aprendemos como Nordeste.

Cabe ainda lembrar que todo texto é tributário de outro, ou seja: um discurso é formado por fragmentos de discursos que estão imbricados em outros, os chamados interdiscursos, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva”. (ORLANDI, 2012, p.31). Portanto, o discurso da obra convoca diversos outros que ouvimos ao longo do tempo, seja na literatura, no teatro, no rádio, na própria teledramaturgia, no cinema, ou mesmo *in loco* em tantos lugares da região. Nesse *patchwork*¹² discursivo moram muitos dos imaginários evocados pela narrativa, o que vamos exemplificar nas cenas escolhidas para análise.



Jesuíta Barbosa interpreta a personagem Ramirinho/Shakira. (Fonte: TV Globo).

Através delas, apontaremos a força da estrutura patriarcal subjacente, que apadrinha o machismo, ao mesmo tempo em que trabalharemos com as tecnologias do imaginário, conforme define Juremir Machado (2003). As cenas são: o assédio sexual sofrido por Maria no capítulo 5 (30 abril), e a de Shakira ressignificada, cantando em meio ao sol do sertão, de vestido, peruca e sapatos vermelhos

¹² Termo que designa uma técnica que envolve o ofício de unir retalhos variados, compondo diversas misturas de colorações, formatos e design. Ver em: <https://www.infoescola.com/artes/patchwork/>. Acesso em 09 out 2020.

(travestida do personagem performático que assume no show da boate da cidade), em frente ao Fórum onde trabalha o pai, juiz e figura maior da Lei na cidade.

Toda a supersérie tem cenas e sequências memoráveis, nas quais diversos imaginários são mobilizados. Situações de opressão do mais forte sobre o mais fraco ou do que tem mais poder sobre o outro são inúmeras, bem como há muitas composições imagéticas que descontroem ou fazem uma clara inversão nas questões do machismo estrutural que está no subtexto da narrativa. As cenas selecionadas para este estudo focam especificamente para aclarar as configurações do machismo invisível, como já citado.

A cena de Ramirinho, com trajes de vedete ou de estrela de cabaré, cantando em frente ao Fórum está no capítulo de 11 de junho: são quase 5 minutos nos quais ele canta “Mal necessário”¹³, imortalizada na voz de Ney Matogrosso. De dentro do Fórum, Ramiro se impressiona com a beleza da voz, comenta com Cássia e vai lá fora olhar quem canta. Fica estupefato, olha como se não acreditasse no que vê e reage com ódio, nojo, vergonha, aversão. Ao final da *performance*, Ramirinho diz: “Isso aqui é um ato de amor, pai. Isso aqui é minha contínua necessidade de dividir minha vida com o senhor”. Após a revelação, o juiz diz ao filho que ele é ridículo e tem vergonha dele. Entra no Fórum e passa mal, quase tem um enfarte.

Para analisar as cenas, soa oportuno lembrar as palavras de Martine Joly (2002): “Aquilo que se compreende nunca está concreta e totalmente na imagem, mas sim deduzido, associado, imaginado a partir do conteúdo estético (no sentido lato do termo) da imagem”. (JOLY, 2002, p 242). E é nesse ponto, nesse aspecto do que é deduzido, associado, imaginado, que avultam os imaginários, conforme indica Machado (2010), para quem “o pesquisador é um cronista do imaginário” (MACHADO, 2010, p.15).

Os imaginários e o machismo invisível

Aprendemos com Juremir Machado (2010): “Pesquisar é fazer emergir algo que não aparece à primeira vista”. Chamada Análise Discursiva de Imaginários (ADI) ou Tecnologias do Imaginário (TI), a metodologia consiste de três etapas:

¹³ Ver matéria “Hit de Ney há 40 anos ajuda Jesuíta a dar voz à dualidade da 'drag' Shakira do Sertão”. Disponível em <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2018/04/28/hit-de-ney-ha-40-anos-ajuda-jesuista-a-dar-voz-a-dualidade-da-drag-shakira-do-sertao.ghtml>. Acesso em 10 out 2020.

Estranhamento, Entranhamento e Desentranhamento. Nesse caminho, o que nos levou às duas cenas escolhidas foi identificá-las como emblemáticas para assinalar situações de machismo invisível.

Nosso estranhamento começa já a partir da primeira cena, quando alguém percorre um caminho tortuoso, árido, fazendo uma trilha de ciclismo, com uma câmera acoplada no capacete. A sequência é gravada de modo a fazer com que o telespectador veja a imagem através dos olhos da personagem. Só depois de 50 segundos, quando o guiador cai, percebe-se que era uma mulher quem dirigia. A partir daí, diversos imaginários vão se entranhando na nossa percepção. Foi um estranhamento inaugural que nos despertou para o trabalho de garimpo previsto na etapa 2 da ADI, e vamos então mergulhando nas teias da narrativa.

Por fim, chegamos ao desentranhamento, revelação ou iluminação, espécie de epifania, ao conseguir tirar o véu que encobre as etapas do trabalho de desconstrução proposto por Machado (2003). Porém, como a pesquisa ainda está em fase inicial, estamos a somar indagações no processo do entranhamento. Ainda há muito por cobrir, por desvendar, desvelar, para só depois alcançar o nível da descoberta do que nos mobilizou até chegarmos à decisão de partir para esta pesquisa. A fase é, portanto, de muita investigação, na certeza de que “o saber é uma operação de desvendamento” e que “toda análise é uma desconstrução”. E, ademais, que “O paradoxo da pesquisa consiste na simplicidade da sua complexidade” (MACHADO, 2010, p. 94 e 95).

Considerações finais

É possível perceber dois personagens masculinos – Samir e Ramirinho – nos quais a presença do feminino prevalece. São justamente eles que evidenciam sua repulsa à lei que rege o cotidiano naquele rincão. Ambos dão as costas ao mundo árido, agressivo e virulento que comanda a vida na cidade de Sertão: Samir (Irandhir Santos) decidiu ancorar longe do convívio social machista, competitivo, capitalista e opressivo que dá as cartas na cidade e criou para viver um retiro especial de fé, amor e solidariedade. O outro perdeu a mãe cedo e tem uma relação de muito silêncio com o pai, na qual há clara sujeição do mais fraco ao mais forte. O refúgio de Ramirinho eclode na noite, tempo encontrado para assumir sua identidade, na qual expressa-se por um pseudônimo e assume sua essência como artista

aplaudido, a *Shakira do Sertão*. Para este, os aplausos simbolizam o berço do aconchego, assim como para Samir é a energia da fé, da fraternidade e do afeto que garante seu ambiente de paz e espiritualidade.

No sertão diegético, há uma carência que salta aos olhos: a de um feminino que seja semente e seiva da estrutura que embasa o arcabouço da obra. Ali falta o que poderia se chamar Esperança. No deserto ancestral daquele cronotopo, assomam matadores, corruptos, corrompidos, doenças, desgraças e toda sorte de vilania e repressão, falta água, e se esta falta, falta vida. E se não há vida, ou apenas um arremedo dessa, a esperança vive moribunda.

Por outro lado, com um bem construído desenho cênico de força e coragem, Cássia – a mulher que se ausentou daquela terra de onde o amor fugiu a galope – traz em si a força da transformação. É através dela e de seus valores - expressos em uma conduta na qual pontificam ética, honestidade, amor, fraternidade, decência -, que a narrativa finca seu esteio identitário. Por isso, esta é a personagem que ilustra o cartaz principal da obra.

Qual seja: se naquele ambiente no qual só a força da prepotência e a estupidez da opressão sobressaem, ali é um território paradigmático do machismo, imponderável com o humanitário, implacável com a sensatez, carcereiro que não escolhe sexo, no âmago do qual é inconcebível a vida com justiça, sensatez, liberdade e respeito aos direitos individuais.

Sendo a obra produzida para a TV aberta, em ano eleitoral (2018) -no qual já havia um embrião do processo de cisão que ocorre hoje de modo mais intenso -, cercado de disputas, intolerâncias e rivalidades entre povos do Sudeste e do Nordeste, citadinos e rurais, modernos e conservadores, nos parece ainda mais instigante a inclusão de temáticas tão urgentes na conformação social brasileira em uma narrativa exibida num veículo de comunicação de massa tão popular como a televisão, acessível a milhões de lares do país. Isso, por si só, já agrega valor a *Onde nascem os fortes*.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, Brasil: Cortez, 2021.

_____. **Nordestino**: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino. Maceió: Editora Catavento, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins, 2010. p.261-306.

- CASTAÑEDA, Marina. ***El machismo invisible***. México: Debolsillo, 2019.
- GIKOVATE, Flávio. **Homem**: o sexo frágil ? São Paulo: MG Editores, 1989.
- JOLY, Martine – **A imagem e a sua interpretação**. Lisboa: edições 70, 2002.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Ficção televisiva e identidade cultural da nação. **Revista ALCEU** - v. 10 - n.20 - p. 5 a 15 - jan./jun. 2010. Disponível em http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Lopes.pdf. Acesso em 08 out 2020.
- MACHADO. Juremir. **Tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 3ª edição, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise crítica da narrativa**. Brasília: UNB, 2013.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 04 jun 2021.
- TÁVOLA, Artur da. **A Liberdade do ver**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- THOMÉ, Cláudia de Albuquerque. **Jornalismo e ficção**: a telenovela pautando a imprensa. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?dissertacao=12. Acesso em 23 set 2018.

O PORTAL AZMINA NA COBERTURA DA PANDEMIA DA COVID-19: ABORDAGEM INCLUSIVA E PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Valeria Laroca¹

Karina Janz Woitowicz²

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica realizada junto ao Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero da Universidade Estadual de Ponta Grossa. São analisadas de forma qualitativa 32 reportagens produzidas pelo portal *AzMina* de janeiro a dezembro de 2020, a partir de critérios envolvendo aspectos próprios das produções. A pesquisa tem como objetivo principal demonstrar como o jornalismo alternativo e com enfoque de gênero atuou na cobertura da Covid-19 e de que forma foram construídas as narrativas de acordo com o tema e a abordagem interseccional.

Palavras-chave: Jornalismo; gênero; mídia alternativa; ciberfeminismo; interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura analisar sob a perspectiva do jornalismo com enfoque de gênero a atuação do veículo de comunicação *AzMina*³ no tratamento da temática da Covid-19 pelas facetas da raça, classe e gênero. Os resultados apresentados são parciais, uma vez que fazem parte de uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento.

A abordagem utilizada engloba aspectos da comunicação alternativa, compreendida por Peruzzo (2009) como uma produção de viés questionador e reflexivo que proporciona aos leitores e leitoras uma visão ampla e crítica, bem como, de um jornalismo contra-hegemônico e feminista, pois “representam possibilidades de utilização da comunicação para o fortalecimento do movimento e para a luta pela igualdade gênero” (WOITOWICZ, 2019).

Ao longo do texto, são apresentadas algumas bases teóricas relacionadas ao jornalismo com perspectiva de gênero, que são tomadas como base para a observação das reportagens produzidas pelo portal *AzMina* sobre a pandemia no

¹ Estudante da 2ª série do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bolsista de iniciação científica (Fundação Araucária), integrante do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. E-mail: vlaroca0@gmail.com

² Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa., é uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (UEPG). Bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq. E-mail: karinajw@gmail.com

³ Disponível em: www.azmina.com.br

ano de 2020. Após uma apresentação geral da estrutura do veículo, necessária para identificar os seus principais eixos de cobertura e atuação, são apresentados os resultados parciais do levantamento realizado na base de dados do portal.

A partir de uma seleção das reportagens, a pesquisa enfoca as temáticas predominantes publicadas no período considerado e identifica a presença da interseccionalidade como um aspecto da cobertura do portal. Desse modo, os resultados possibilitam uma reflexão sobre a prática do jornalismo com enfoque de gênero e suas contribuições para problematizar a realidade desigual vivida pelas mulheres.

ASPECTOS DO JORNALISMO COM ENFOQUE DE GÊNERO

Portais de notícias como o *AzMina* produzem e disseminam um conteúdo inclusivo de forma efetiva. Segundo Santos e Miguel (2019), o jornalismo com enfoque de gênero dá voz a assuntos que não possuem espaço na mídia hegemônica. Seguindo na mesma perspectiva, para Mano (2017), a comunicação comercial e capitalista, que detém uma maior abrangência de público, atua como um meio que destaca estereótipos e invisibiliza a mulher. Como alternativa aos parâmetros sexistas impostos na mídia hegemônica, a autora menciona quatro fatores que devem ser levados em consideração na produção de um jornalismo com enfoque de gênero:

As fontes e o ponto de vista – recorrer às nossas próprias fontes confiáveis; já que as oficiais reproduzem o imaginário sexista reinante; a linguagem – repensar o uso gramatical genérico do masculino; a utilização de imagens – ter um equilíbrio numérico entre fotografias de protagonistas masculinos e femininos; evitar os papéis tradicionais; e o valor/posicionamento da notícia. (MANO, 2017, p.09)

Dentre todos os elementos citados por Mano (2017), a linguagem com perspectiva de gênero torna-se divisor básico para a produção de um jornalismo não sexista, uma vez que, segundo Dutra (2018) em seu artigo “A primavera das mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos feministas”, a linguagem é um fator de afirmação do patriarcado presente na sociedade:

A dominação masculina, naturalizada nas consciências e nos pensamentos, interiorizada, por meio da linguagem enquanto estrutura de representação, produz significados que regulam as práticas sociais, influenciando o comportamento e a conduta, refletindo nos aspectos reais. (DUTRA 2009, p. 20)

Como complemento ao pensamento de Zeila Dutra, para Silva (2010) o gênero está implícito tanto nas relações sociais, quanto no tratamento utilizado na imprensa:

A linguagem é um caminho que permite compreender também como os gêneros são dotados de sentido, e os reflexos disso nas relações de poder e de saber. Pela linguagem também podemos perceber a normatização do masculino como a forma genérica para se referir a homens e mulheres. (SILVA, 2010, p.57)

Outros aspectos são citados por Mano (2017), como a escolha de fontes e o cuidado com a retratação de mulheres em notícias, de modo a não perpetuar o machismo e o patriarcado. Para Hasan e Gil (2016), há um conjunto de aspectos apresentados como preocupações na prática de um jornalismo protagonizado por mulheres, pois há um cuidado em eliminar vertentes sexistas. Outro ponto levantado por Hasan e Gil (2016) em “La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina” é a necessidade de revisão nos pressupostos da objetividade dentro do jornalismo, pois as práticas tradicionais colocam sempre o homem como o centro protagonista da ação.

Esses aspectos foram tomados como referência para a análise do jornalismo praticado pelo portal da revista *Azmina*, com o propósito de identificar modos diferenciados de construção das narrativas capazes de tensionar os paradigmas hegemônicos do jornalismo e colocar em pauta as demandas das mulheres a partir de uma perspectiva inclusiva.

AZMINA: JORNALISMO CONTRA-HEGEMÔNICO COM VIÉS DE GÊNERO

No ano de 2020, os veículos de comunicação concentraram seus interesses na cobertura do *Coronavírus* no mundo. Entretanto, os critérios utilizados pela mídia não convencional, como a alternativa e a feminista, bem como o tipo de abordagem presente nas reportagens sobre o vírus, foram fatores decisivos para a escolha do portal *Azmina* como objeto de análise.

Entende-se que as mídias alternativas feministas surgem como resultado de práticas do ciberfeminismo, conceituado por Dutra (2018) como um fenômeno nascido na década de 1980, que permitiu às mulheres uma aproximação de vivências, um reconhecimento de liderança e de demandas independente das distâncias.

De tal forma, o diferencial militante promovido pelo jornalismo com enfoque de gênero permitiu a portais como *Azmina* uma visão diferenciada das consequências pandêmicas no cotidiano, já que, ao focar a doença, uma ampla gama de temáticas foi aberta. A profundidade de reflexão e crítica proporcionadas pelo jornalismo contra-hegemônico possibilitou ao conteúdo de *Azmina* um “desmonte da objetividade jornalística, sem negligenciar, contudo, as técnicas e a ética jornalística no compromisso com a veracidade e na função social” (SANTOS, MIGUEL, 2019, p.13).

Para uma maior familiarização com o portal e a identificação das ferramentas utilizadas no site *Azmina*, a pesquisa partiu de uma etapa exploratória realizada durante o período de um mês, que contribuiu para observar as dinâmicas de produção do veículo, bem como um padrão para o tratamento das temáticas. Além disso, o contato com o portal e as redes sociais a ele vinculadas possibilitou o conhecimento sobre a trajetória do veículo, seus modos de financiamento, sua perspectiva editorial, entre outros aspectos.

O portal *Azmina* foi instituído em 2015 a partir de um financiamento coletivo e conta atualmente com uma equipe de vinte e uma mulheres que compõem os domínios: direção, equipe, colunistas e voluntárias. Partindo para uma análise dos aspectos visuais do portal, o site possui um design que prioriza o cenário imagético, dando destaque às principais matérias e atualizações.

O portal da web engloba seus aspectos editoriais a partir de um layout dividido nas seções “Política”; “Violência”; “Saúde”; “Feminismos”; “Opinião” (possui subdivisões elencadas para cada colunista); “Mais” (inclui outras temáticas abordadas no portal, como o esporte) e “Divã d’azmina” (espaço interativo onde as leitoras podem enviar e-mails com relatos que se relacionam com as temáticas do veículo). Estão em destaque outros espaços importantes como “Instituto Azmina” que atua com cinco frentes de ativismo: jornalismo, tecnologia, palestras, campanhas e consultoria; “Quem somos”, que explica a história da iniciativa através de uma barra de rolagem; “Penhas”, que atua como um aplicativo facilitador no enfrentamento da violência contra mulher; “Elas no Congresso”, área interativa que possui filtros de interesse em que as leitoras e leitores podem buscar nomes de deputadas e senadoras, partidos e o desempenho dos mesmos através de um infográfico; “Mapa das delegacias” indica os departamentos policiais especializados em violência contra a mulher em cada estado país; e “Portal da transparência”

mostra a preocupação da ação coletiva em manter aberta ao público suas despesas, impostos, custos de serviço e doações. Do lado direito da plataforma estão linkadas todas as redes sociais do site.

Através de uma composição linear das imagens, *Azmina* utiliza recortes e montagens coloridas para compor o setor ilustrativo das matérias, igualmente, a aparência dualística do rosa e azul presentes no layout, se unem com o lilás central transmitindo interseccionalidade, ideia essa entendida por Piscitelli (2008) como uma junção de várias formas de injustiças sofridas nas relações de poder, como por exemplo o racismo e o patriarcalismo.

Outros canais de informação onde há grande presença do portal *Azmina* são as redes sociais, principalmente o Instagram @revistaazmina que até o dia 03 de junho de 2021 contava com 90,4 mil seguidores e um total de 1439 publicações. A presença efetiva do veículo nas mídias sociais corrobora a visão de Dutra (2018), uma vez que a autora cita as redes sociais como uma das principais interações para um ciberfeminismo afirmativo:

O Ciberfeminismo, a transposição das fronteiras, promove o deslocamento das identidades culturais, quando desloca as campanhas feministas através do espaço virtual, unindo as mulheres por meio de suas experiências e demandas em comum. Não só em um engajamento virtual, mas o deslocamento para o mundo real, propondo mudanças concretas, através do debate que se instalou, falando sobre o feminismo, o ativismo e a tecnologia". (DUTRA, 2018, p.30-31)

Em sua prática de ciberfeminismo, o portal *Azmina* realizou uma cobertura diferenciada no tratamento da Covid-19, com uma frequência de 4 a 5 postagens semanais que variava, entre reportagens, pesquisas, entrevistas e infográficos. De modo a selecionar um número viável de matérias para análise no período de janeiro a dezembro de 2020, foi escolhida uma reportagem por semana. É importante frisar que as publicações feitas no site não contemplavam apenas reportagens, dessa forma o primeiro critério utilizado foi a determinação do formato reportagem, em seguida, como maneira de setorizar ainda mais o número de reportagens, foram selecionadas apenas matérias relacionadas à temática da Covid-19 e suas consequências nas diferentes realidades.

Seguindo um esquema metodológico de análise qualitativa, baseado no referencial teórico relativo ao jornalismo com perspectiva de gênero, as reportagens selecionadas foram divididas nas categorias tema: raça, direitos sexuais/reprodutivos, saúde, violência, economia/trabalho, ciência e política, bem como a

abordagem interseccional: mulheres negras, pobres, indígenas, LGBT, pardas e “não presente”, através de uma tabela no Excel.

Após a leitura e identificação das abordagens interseccionais e da temática que mais se destacava nas matérias, foram feitos gráficos que possibilitaram um panorama geral, tanto para entender os assuntos mais tratados dentro do cenário pandêmico, quanto para reconhecer o trabalho e a dinâmica de produção de um jornalismo com viés de gênero.

A PANDEMIA DA COVID-19 PELAS LENTES DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO PORTAL AZMINA

Não apenas as temáticas desenvolvidas no jornalismo com enfoque de gênero é que o definem como não sexista, anti-machista ou anti-racista, pois de acordo com Hasan e Gil (2016), os aspectos utilizados no exercício da comunicação contra-hegemônica, como a profundidade de reflexão dentro do tema, também são os principais vetores de modificação, pois fazem parte de uma rede de transformação social. Partindo da linha de raciocínio de Valeria F. Hasan e Ana Soledad Gil, as 32 reportagens selecionadas passaram por um processo de análise não somente das temáticas em destaque nas matérias, mas do modo como cada uma delas era construída. Como produto desta sistematização, obteve-se um total de 8 reportagens com o tema “violência”, 9 reportagens com o tema “política”, 4 reportagens com o tema “direitos sexuais e reprodutivos”, 3 reportagens com o tema “raça”, 4 reportagens com o tema “economia/trabalho” e 1 reportagem sobre ciência, ilustradas no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Temas predominantes na revista *AzMina*



Fonte: As autoras, 2021.

A evidência do tema “política” é interessante ser analisada quando se recorre à explicação de Peruzzo (2009) com relação à comunicação alternativa. Segundo a autora, essa categoria é “um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO 2009, p.49). Ademais, a construção do tema “política” no veículo *AzMina* foi feito de maneira questionadora e reflexiva, não apenas para externar as problemáticas vigentes no ano de 2020 com relação ao governo na pandemia, mas também para criar junto ao público um sentimento de reflexão, ajudando-o a buscar suas próprias conclusões.

Seguindo na mesma visão, os temas “violência”, “direitos sexuais e reprodutivos” e “saúde” mostram outra segmentação do jornalismo com enfoque de gênero, pois, conforme Woitowicz (2019) a geração de conteúdo informativo varia de acordo com as demandas e lutas das mulheres, logo, entende-se a necessidade de tratar das três temáticas em um ano pandêmico, em que o acesso aos direitos das mulheres foram restringidos e dificultados.

Apesar da temática “raça” se sobressair em 3 das reportagens, é necessário atentar-se ao fato de que, indiretamente, todas as matérias continham uma narrativa anti-racista, que unida ao gênero, exemplifica a argumentação de Mano (2017). A autora explicou os parâmetros utilizados pela mídia convencional que tendiam a

invisibilizar as mulheres, principalmente negras, o que não ocorreu no site *AzMina*, mostrando que o jornalismo com enfoque de gênero trabalha com “parâmetros diferenciados das mídias tradicionais quanto às suas formas de produção, circulação e consumo, assumindo características próprias” (WOITOWICZ, 2019, p.69).

Por conseguinte, o tema “Economia/Trabalho” tratou as questões apresentadas de forma interseccional, uma vez que mostrou as consequências do coronavírus de forma clara, desenhando uma rede de problemáticas que ilustravam seu impacto nada democrático na vida das mulheres unindo raça, classe e território. A ciência, apesar de ganhar destaque em apenas uma das reportagens, ramificou-se por todas as outras na medida em que o site *AzMina* utilizou de fontes confiáveis e que possuíam responsabilidade científica.

Em suma, a análise da temática ilustrou na prática como o jornalismo alternativo e com viés de gênero oportuniza um olhar próprio com relação à Covid-19 e seus impactos na sociedade. O diferencial das pautas, a incorporação da perspectiva de gênero e o tratamento em profundidade dos temas revelam algumas características da cobertura realizada pelo portal.

No que tange a abordagem interseccional, dividida de acordo com os critérios de análise da pesquisa entre “mulheres negras”, “mulheres pobres”, “mulheres indígenas”, “mulheres pardas”, “mulheres LGBTQ+” e “não presente”, é necessário salientar a existência de mais de um aspecto na maior parte das publicações. Nas 32 reportagens selecionadas, levou-se em consideração a presença da abordagem interseccional em dados, fontes entrevistadas e discussões citadas nas matérias. Desse modo, não foi possível representar graficamente os resultados observados.

Dentre os resultados, obteve-se um número expressivo de vezes em que a intersecção “mulheres negras” esteve presente, confirmando a premissa de Mano (2017), que menciona o compromisso anti-racista e defensor de minorias instituído no jornalismo não convencional. A representação das mulheres negras nas reportagens do site *AzMina* é um ponto importante, já que o pensamento inclusivo vai desde as profissionais, até as fontes entrevistadas, números e discussões específicas para a realidade da mulher negra na pandemia.

A abordagem das mulheres pobres, em sua maioria, vinha acompanhada de outras realidades, como negras ou indígenas, de forma que mostrasse não somente os impactos da falta de renda e desemprego na população em geral, mas também

em como tais consequências atingiram diferentes regiões, com diferentes necessidades.

As questões relacionadas às mulheres LGBTQ+ em sua maioria estavam contidas na área de saúde, direitos sexuais/reprodutivos e economia/trabalho, como citado anteriormente e referenciado por Woitowicz (2019). Entende-se que as demandas feministas variam de acordo com a necessidade, neste caso a discussão promovida pelo portal *AzMina* demonstrava o descaso e preconceito antes da pandemia, que foi agravado por conta do vírus, levando as leitoras e leitores a analisar ambos os cenários.

Acerca da falta de abordagem interseccional, ou ‘não presente’ identificados em 40% do total de reportagens, é possível notar em maior número nas matérias sobre política, já que, em casos como o “Mulheres no Senado”, iniciativa do próprio portal, a proposta era analisar projetos de leis ou tramitações governamentais.

De maneira geral, as questões dos impactos da pandemia na vida das mulheres trouxeram impressões interessantes quanto à interseccionalidade no jornalismo de gênero, pois o portal *AzMina* proporcionou grande diversidade de discussões, mostrando a relevância da imprensa alternativa e independente. De acordo com Woitowicz (2019, p. 70), “os meios de curta duração e de pequeno alcance não são irrelevantes, pois se constata em inúmeras experiências que eles marcaram a história dos movimentos de resistência”. Em relação à cobertura da pandemia, pode-se dizer que os portais feministas independentes estão contribuindo, em alguma medida, para visibilizar as pautas das mulheres e problematizar as condições de desigualdade que se acentuam neste momento de crise.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os resultados parciais da pesquisa permitiram exemplificar as diferenças entre a mídia convencional e também comercial com a mídia alternativa associada ao jornalismo com enfoque de gênero. Observar a prática jornalística do portal *Azmina* possibilita dialogar com as bases teóricas do jornalismo e dos estudos de gênero e projetar perspectivas mais plurais e inclusivas.

Conforme verificado na análise das reportagens, foram utilizadas estratégias diferenciadas de atração do público para a questão da Covid-19, mostrando que é possível trabalhar um tema comum em pauta na mídia hegemônica de forma diferente e crítica. A linguagem neutra e/ou equilibrada e igualitária demonstrou a

preocupação do portal em seguir parâmetros não sexistas, convergindo em um ativismo direto e preocupado com as consequências pandêmicas na realidade das mulheres em suas diferenças.

Portanto, o site *AzMina* pode ser considerado uma experiência concreta que materializa os aspectos formulados na literatura sobre jornalismo com perspectiva de gênero, no que se refere à inclusão das mulheres na narrativa jornalística, ao desenvolvimento do olhar de gênero de modo tangencial aos temas trabalhados e à presença da abordagem interseccional. Logo, a cobertura feita pelo portal atua como um vetor de transformação social - ainda que inicial - no jornalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Zeila Aparecida. A primavera das mulheres: Ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Feminismos**. vol.6, n.2, pp.19-31. Maio, 2018.

HASAN, Valeria F, GIL, Ana Soledad. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. **Revista de Estudios de Género La Ventana**. n. 43. pp. 246-280. Jan./Jun. 2016.

MANO, Maíra Kubík T. De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.21, n.39, pp.9-20. Jul-Dez, 2017.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. **ECO-Pós**. v.12, n.2, pp.46-61. Mai-Ago, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. v.11, n.2, pp. 263-274. Jul-Dez, 2008.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila, MIGUEL, Katarini Giroldo. Perspectivas digitais na produção de conteúdo jornalístico feminista: plataformas e estratégias da Revista AzMina. **Anais [...]**. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em:



<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0392-1.pdf>. Acesso em 05 jun. 2021.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo:** um estudo sobre os modos de produção das notícias. Porto Alegre, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Periodismo alternativo y militancia feminista:** Experiencias de portales digitales con enfoque de género en Ecuador. Quito: Ciespal, 2019.

**O mundo social do midiativismo feminista no Brasil contemporâneo:
vínculos e formas de cooperação na revista *AzMina***

Mariana Fagundes Ausani¹

RESUMO

Neste trabalho são analisadas entrevistas em profundidade realizadas com colaboradoras diretas e com uma leitora da revista *AzMina*. Por meio da análise, procuro entender como essas atrizes situam suas práticas de midiativismo feminista diante de uma série de motivações e de processos de negociação que se constituem no mundo social. Assumo o midiativismo feminista como um mundo social situado entre o jornalismo, o ativismo digital e a militância política. Recorro às teorias sobre estudos de gênero e feminismos como apoio bibliográfico e também ao arcabouço teórico do interacionismo simbólico e de mundos sociais para tentar traçar as convenções, formas de cooperação e vínculos construídos pelas colaboradoras da revista.

Palavras-chave: Feminismo. Midiativismo. Mundos sociais. Ativismo digital. Militância.

INTRODUÇÃO

Para analisar o mundo social do midiativismo feminista, primeiro, é preciso assumir que o jornalismo se organiza como uma atividade coletiva (RINGOOT, UTARD, 2005; PEREIRA et al. 2018). Ou seja, depende das contribuições e do engajamento de um conjunto diverso de atrizes e atores para a criação da informação. O cotidiano da produção jornalística é composto não apenas pelos próprios jornalistas, mas também por programadores(as), fontes, públicos, equipes de outros departamentos – comercial, de informática, de *marketing*, de recursos humanos. Para criar as convenções que garantem o andamento do mundo social, esses grupos têm de negociar suas identidades e práticas.

Com a intenção de tentar compreender como se estrutura o mundo social (MS) do midiativismo feminista, realizei entrevistas com uma colunista da revista *AzMina*, com uma leitora da iniciativa e com a diretora executiva do mesmo veículo. A técnica de coleta de dados de entrevistas semi-estruturadas foi aplicada por meio de chamadas de voz com as respondentes em decorrência da situação de pandemia. Para Pereira (2011), a entrevista deve ser entendida como uma

¹ Doutoranda em Poder e Processos Comunicacionais no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Mestra em Jornalismo e Sociedade pela Universidade de Brasília (2017). Especialista em Marketing e Mídia Digital pela FGV (2020). Possui graduação em Comunicação, com habilitação em jornalismo, também pela UnB (2013), tendo cursado um semestre de graduação-sanduíche na Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (2012), em Portugal.

interação, não sendo, simplesmente, uma ferramenta neutra de coleta de dados. As(os) entrevistadas(os) formulam narrativas que acabam por ser influenciadas pela interação social que se desenrola no momento das entrevistas (JÄRVINEN, 2003). Essas são “construções da realidade, ocasiões em que o entrevistado busca fabricar significados à sua experiência tendo em vista o seu interlocutor” (PEREIRA, 2011, p.71). Busca-se, neste estudo, utilizar a entrevista, especialmente, como um diálogo, com o intuito de salientar seu caráter exploratório e seu potencial para “compreender” e “explicar” determinado fenômeno (DANTAS, 2018).

As práticas coletivas e as dinâmicas de cooperação levam à constituição de mundos sociais. Cada mundo social (MS) engloba um composto de características culturais, sociais e institucionais que orientam as ações de atrizes e atores envolvidos nesse contexto (BECKER, 1982; STRAUSS, 1978; UNRUH, 1980). Howard Becker (1982, p. 1), ao tentar traçar formas de representação da sociedade, explica que qualquer atividade humana envolve atividades de um número – frequentemente grande – de pessoas, de modo que o trabalho sempre mostra sinais de cooperação. Quando se trata de um mundo social, deve-se entender que os laços cooperativos entre os membros de tal atividade coletiva se estendem para a sociedade extrapolando a atividade fim (PEREIRA; TREDAN; LANGONNE, 2018). As interações no interior do mundo social fazem com que sejam estabelecidas atividades específicas, mas não estanques, para as atrizes e os atores que compõem esse meio. São essas dinâmicas que são analisadas a seguir.

Carolina, diretora d'*AzMina*, ao relatar as formas de distribuição de tarefas do grupo, pontua que as divisões são feitas de acordo com as habilidades e experiências de cada uma, e também conforme as necessidades do momento. Ela, que gosta de conversar com financiadoras(es) e de criar e negociar projetos, costuma ficar responsável pela parte de captação financeira da revista. Todavia, se há uma oportunidade grande de captação, as demais diretoras se envolvem com o tema e, quando é preciso, as gerentes de projetos também são alocadas para colaborar. Por exemplo, se há um edital aberto no qual é possível inscrever o aplicativo PenhaS, as diretoras acionam a gerente de projeto da ferramenta para participar do processo.

As declarações e posturas da diretora da publicação indicam que, considerando-se a classificação de Unruh (1980) relativa ao envolvimento de atrizes e atores que circulam por um mundo social (estranhos, turistas, regulares e *insiders*),

ela se enquadra na categoria de *insiders*. Isso porque Carolina possui domínio de informações restritas e não acessíveis às demais participantes da equipe – como históricos financeiros da iniciativa – e detêm conhecimento íntimo das atividades do grupo. Ela também dispõe de certa autonomia para controlar ou determinar a estrutura ou o caráter deste mundo social em específico.

Outra característica atrelada a *insiders* é que esses(as) se concentram na criação e na manutenção de atividades para o restante do grupo, assim como no recrutamento de novos membros, e também sustentam estreito conhecimento sobre as atividades sociais do mundo (UNRUH, 1980, p. 282). No MS do jornalismo, é comum que a figura do(a) editor(a) ou do editor(a)-chefe assuma tal posição. No caso de Oms, enquanto diretora executiva d'*AzMina* e uma de suas criadoras, ela pode ser classificada como *insider*, configurando-se ainda em uma atriz desse meio que tem muito a ganhar com a manutenção do mundo social – profissional e pessoalmente.

Em consonância com Becker (1982), Duarte et al. (2017, p. 12) observam que os recursos arrecadados por iniciativas como *AzMina* influenciam diretamente nas rotinas produtivas desses canais. Quando conseguem mais financiamento, consequentemente, as mídias independentes feministas fazem mais reportagens e aumentam as equipes, e vice-versa. Carolina ressalta que as colaboradas, muitas vezes, precisam conciliar suas rotinas de trabalho com atividades de *freelancer*, a fim de complementar a renda. A equipe da revista é enxuta, contando com apenas sete membros fixos remunerados².

A diretora executiva do veículo menciona que, pela primeira vez, o grupo vai contratar uma pessoa para assumir o trabalho administrativo e financeiro. Desse modo, ela e Helena – a outra diretora e repórter que trata de captação financeira diretamente – devem ficar menos sobrecarregadas. “Se tudo der certo vai ser ótimo para a gente, porque atualmente eu e a Helena nos dividimos nesse trabalho e ele é totalmente exaustivo”, reitera Carolina (em entrevista à autora).

As formas de colaboração da equipe ancoradas no aspecto de solidariedade a partir do convívio entre as colaboradoras se sobressaem nas falas de Luisa Toller, colunista d'*AzMina* entrevistada nesta pesquisa, e de Carolina. A última explica que a distribuição de tarefas entre o grupo se dá em reuniões de pauta, em geral,

² Na direção, Carolina Oms, Helena Bertho (também redatora) e Thais Folego. E, na redação, além de Helena, Bárbara Libório, Jamile Santana, Larissa Ribeiro e Marília Moreira.

conforme as afinidades de cada uma. Esses encontros são semanais, mas, em decorrência da pandemia, decidiu-se criar uma reunião de apoio para estimular o diálogo e a troca de experiências entre as mulheres que participam da iniciativa e como forma de tentar aplacar os problemas acarretados pelo isolamento social e pela sobrecarga de atividades que muitas precisaram assumir. A aproximação das práticas do grupo com o ativismo inspira em seus membros, além do sentimento de solidariedade, um senso de identidade compartilhada e de luta por uma mesma causa que as une (ANDRADE, 2020).

Dentro da classificação de Unruh (1980) de envolvimento de atrizes e atores com o MS, as colunistas d'*AzMina* flutuam entre a categoria de turistas e a de regulares. Elas mantêm uma presença ocasional com o mundo, já que não há demandas específicas de prazos e de entregas de conteúdos. Somado a isso, elas são conscientes do mundo social com o qual estão conectadas, mesmo que possam estar comprometidas com esse mundo apenas enquanto lhes permanecer conveniente. No mundo social original do jornalismo, tal classificação engloba articulistas e colaboradoras(es) de jornais cujas ocupações principais estão fora do mundo das notícias – pois são acadêmicas(os), políticas(os), entre outras(os) (DICKINSON, 2008). No caso do mundo social do midiativismo feminista, as colunistas, já que são voluntárias d'*AzMina*, também dependem de outras atividades para se manter financeiramente.

Em paralelo, também é possível identificá-las com a categoria de regulares de Unruh (1980), pois elas são participantes habituais do mundo social devidamente integradas às atividades contínuas desse meio. Elas têm um grau significativo de comprometimento com seu mundo social – tanto em momentos bons quanto ruins, colaborando rotineiramente com a revista – ainda que não haja uma periodicidade estabelecida para isso – de modo a fornecer uma estrutura duradoura ao mundo social. Estendo, então, ao MS do midiativismo feminista a avaliação de Dickinson (2008) sobre o jornalismo tradicional de que todos os atores e atrizes regularmente empregados – mesmo que voluntariamente – e atrelados aos processos de produção de notícias fazem parte da categoria de regulares.

Ocorrem trocas constantes entre diretoras e redatoras e as colunistas d'*AzMina*. As colaboradoras da revista possuem um grupo de WhatsApp e, nesse espaço, elas indicam umas às outras possíveis fontes jornalísticas e outros contatos, além de recorrerem à ajuda das colegas quando existe uma pauta importante e não

há repórter com disponibilidade para cobri-la ou escrevê-la – nesses casos, as colunistas assumem a função de repórteres. Essa rede solidária e as práticas de cooperação em conjunto acentuam nos membros do mundo social o sentimento de pertencimento a um coletivo mais amplo.

Luisa Toller: Eu gosto muito dessa sensação de pertencimento. Quando eu vejo que a outra pessoa fez uma coisa muito legal, sentir que faço parte disso é muito bom. [...] quando eu vejo que um tema que eu escrevi sobre chegou em outras pessoas e às vezes se desdobrou em outra proposta, eu fico muito feliz. Então dá uma sensação de que a minha militância vira uma coisa prática mesmo. (Entrevista à autora)

As práticas da equipe se organizam em torno da noção de militância descrita pela colunista e, mais que isso, em uma militância que advém da internet (HOLLANDA, 2019) e atravessa vivências físicas das atrizes. Luisa, por exemplo, conhece poucas colegas da revista pessoalmente. Mas acaba por dialogar e compartilhar experiências com o grupo frequentemente, fortalecendo laços à distância. A identificação com o movimento feminista e com a luta pelos direitos de mulheres possibilitou o surgimento de uma parceria de militantes de todo o país³ – embora especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro – para a manutenção da iniciativa. As convenções do mundo social se estruturam de forma que existe flexibilidade para as colaboradoras escolherem seus temas de interesse para trabalhar. Geralmente, cada uma trata de um assunto, podendo escrever sobre outros tópicos a depender das circunstâncias.

Embora a problemática da instabilidade financeira d'*AzMina* perpassasse os discursos tanto de Carolina quanto de Luisa, há, por outro lado, uma satisfação das entrevistadas em frisar que a revista possui um crescente reconhecimento social e político. Isso facilita o trânsito das redatoras e colunistas por determinados meios, permite que elas cheguem a fontes de interesse como um veículo legítimo e possibilita ainda que as colaboradoras sejam convidadas para participar de eventos – como pré-estreia de filmes, shows, palestras, peças de teatro –, o que faz com que a atuação do veículo ganhe ainda mais visibilidade. Carolina afirma ter consciência de que, muitas vezes, a revista pauta a mídia, e sublinha a importância de tal conquista, uma vez que a publicação foi a primeira assumidamente feminista no país.

³ Marília Moreira, por exemplo, vive em Salvador (BA) e Tayná Leite mora em Curitiba (PR). As colunistas Amanda Célio e Flaviana Alves são, respectivamente, mineira e maranhense.

A relação com o público e a forma como o trabalho d'*AzMina* afeta a vida de leitoras é o fator que parece motivar as entrevistadas mais significativamente em seu trabalho. Luisa acredita que o que faz com que a revista siga existindo e ampliando sua presença na internet é a resposta do público. Em decorrência das dificuldades financeiras que o grupo enfrenta para se manter, a colunista vê o retorno dado pelas audiências aos conteúdos produzidos pela mídia como uma espécie de utopia que serve de alicerce para o mundo social. Enquanto Carolina mostra-se profissionalmente realizada com a rede de apoio a mulheres vítimas de violências que a revista consolidou:

Carolina Oms: Quando a gente começou, não havia nenhuma mídia que se declarava feminista. Hoje a *Marie Claire*, por exemplo, se coloca como feminista e a gente também atinge diretamente algumas leitoras que procuram as informações sobre como sair de um relacionamento abusivo, que procuram informações sobre como é que funciona um aborto legal, mulheres que foram estupradas e não conseguem acessar os serviços de aborto legal. Elas nos procuram, a gente dá informação para elas sobre como ter acesso aos seus direitos. Elas, ao lerem as matérias, os depoimentos, as reportagens, elas encontram força para sair de relações abusivas, para sair da violência que elas sofreram. Então, às vezes, a gente recebe depoimentos. Quase toda semana, na verdade, a gente recebe alguns depoimentos de mulheres agradecendo por esse trabalho. (Entrevista à autora)

Internamente, os vínculos da equipe d'*AzMina* parecem se basear bastante nos laços criados entre as colaboradoras, estimulados por processos de socialização na redação, os quais se constituem no cotidiano com redatoras e colunistas ensinando e ajudando umas às outras. As trocas permitem que pessoas de fora do mundo social do jornalismo adentrem o mundo social do midiativismo feminista. Luisa, por exemplo, confessa não dominar as técnicas jornalísticas – uma vez que sua área de formação é em música, mesmo que considere que o trabalho que desenvolve na mídia feminista seja jornalismo. Ela diz que, por vezes, gostaria de conhecer mais a fundo conceitos teóricos da profissão. Após redigir uma matéria, ela recebe contribuições das diretoras Helena e Thais, que assumem a edição dos textos e os ajustam a convenções jornalísticas.

A situação se inverte, porém, quando a revista publica relatos de leitoras na sessão Divã⁴, ocasiões em que, eventualmente, Luisa assume o papel de editora dos materiais e precisa adequar as histórias do público a formatos que melhor se enquadram nos padrões textuais d'*AzMina*. Evidencia-se, então, a constatação de

⁴ Espaço da revista *AzMina* destinado, segundo a própria publicação, para as leitoras sentarem e desabafarem. Disponível em: <<https://azmina.com.br/coluna/diva-dazmina/>>. Acesso em: 29 de nov. 2020.

Calabrese, Domingo e Pereira (2015) de que produtoras(es) costumam adaptar contribuições de públicos para convenções jornalísticas. Mais que isso, ficam explícitas as necessidades de adequação de conteúdos vindos de atrizes e atores externos às convenções do mundo social do jornalismo, mesmo em um veículo independente que busca romper com parte das convenções da profissão.

Da perspectiva beckeriana, pode-se notar um movimento das colaboradoras veteranas da revista, atrizes que derivam do mundo social do jornalismo, de recrutar seguidoras, discípulas e ajudantes de conjuntos de indivíduos ainda não treinados de acordo com as práticas jornalísticas ou não alinhados com as técnicas profissionais de mundo social original. Assim, elas podem criar suas próprias redes de colaboradoras e, em especial, novos públicos. Grupos independentes, com isso, violam convenções do mundo original, mas apenas de maneira seletiva, já que seguem cumprindo parte das regras, mas mudam algumas práticas e aceitam outras (BECKER, 1982).

As práticas de escrita e edição de conteúdos da iniciativa se apoiam em padrões jornalísticos convencionais e também em preceitos do midialivrismo. Matteo Pasquinelli (2002) considera o midiativismo como uma rede mundial inserida em um ambiente interconectado feito de fluxos informativos. Mais do que um fenômeno social e político, seria um laboratório de inovação e experimentos de meios e modelos sociais criando formas de autogestão de comunicação. Para Ringoot e Utard, o jornalismo, enquanto prática social, é marcado por processos de reinvenção permanentes (RINGOOT; UTARD, 2005).

Enquanto o exercício profissional em uma mídia hegemônica causa frustração e a sensação de não ser escutada ou de não ter suas opiniões levadas em consideração, provocando distanciamento e uma falta de identificação com o modelo da imprensa convencional (ANDRADE, 2020), a inserção no universo do midiativismo traz sentimentos de pertencimento, esperança e satisfação para as colaboradoras da revista. Isso transparece no discurso assumido pela iniciativa:

Todas as organizações e veículos jornalísticos deveriam ser feministas. Porque ser feminista quer dizer que acreditamos que homens e mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais. Isso é o básico, não acham? Mas infelizmente o mundo não é assim e usamos informação para mudar esse cenário e combater a violência contra a mulher em todas as suas formas. (AZMINA, 2015)

E também eclode na fala de Carolina, quando questionada sobre por que decidiu trabalhar para um veículo que faz jornalismo feminista. A diretora executiva

iniciou sua carreira jornalística como novata convencional (BECKER, 1982) em jornais hegemônicos, aprendendo o que outras atrizes e atores que permanecem no mundo social do jornalismo aprendem. Após sofrer uma série de constrangimentos no interior desse MS, Oms acabou por considerá-lo inaceitável e optou por desvincular-se das práticas da mídia hegemônica para poder construir suas próprias formas de atuação, tornando-se uma atriz independente de seu mundo social de origem.

Não são só as redatoras e a equipe de apoio dos mundos sociais do jornalismo independente que enfrentam essa sensação de falta de representação diante do jornalismo tradicional. O público defronta-se com uma problemática similar, o que o leva a procurar veículos que fogem da lógica convencional. Tamara Felício⁵, a leitora entrevistada, por exemplo, considera que a mídia hegemônica aborda a pauta da violência contra a mulher com intuítos mercadológicos e essencialmente para aumentar a audiência, fazendo coberturas que não tratam o problema a fundo e de modo a não oferecer ajuda para as mulheres que precisam de orientação.

Em contrapartida, ela se identifica com as publicações d'*AzMina*, não só com os conteúdos que a revista apresenta, mas, especialmente, com como esses temas são discutidos – segundo ela, com sensibilidade e com propósitos inclusivos, procurando abranger diferentes grupos de mulheres. A entrevistada acredita que as reportagens do veículo são capazes de transmitir o que as leitoras sentem e afirma experimentar uma sensação de representatividade por meio da publicação, não conseguindo apontar semelhanças entre a cobertura da iniciativa e a da mídia tradicional.

Tamara, possivelmente, interiorizou as convenções do MS do midiativismo feminista e se ajustou a essas, aprendendo a lidar com símbolos, formas e modos de apresentação de informação. Assim, a leitora construiu afinidades com o mundo social em questão, percebendo semelhanças entre esse e suas próprias vivências como mulher. Sua situação reforça a ideia de Strauss (1978) de que trabalhar com mundos sociais é trabalhar com suas audiências e públicos, pois a existência do MS afeta não só a produção, mas também o consumo de conteúdo.

⁵ Nome fictício atribuído à entrevistada, já que essa não se mostrou segura quanto à divulgação de seu verdadeiro nome na pesquisa. Embora não tenha solicitado anonimato, ela também não confirmou, após ser perguntada algumas vezes, se preferia ter o nome divulgado.

Após conhecer a revista, a leitora criou o hábito de acessar as novas publicações a cada dois dias, de qualquer lugar – casa, trabalho, rua – e, geralmente, pelo celular e a partir da página oficial do veículo no Facebook. Tamara já interagiu com a equipe responsável pela publicação mais de uma vez, tendo recebido retornos em todas. Mas reclama da demora das colaboradoras para responder – embora entenda que seja porque a equipe é pequena. A consideração da leitora vai ao encontro de observações realizadas por pesquisadoras de iniciativas midiativistas feministas, que revelam uma baixa interatividade entre os veículos e as audiências.

Santos (2019, p. 89 e p. 98), ao analisar o jornalismo feito pel'*AzMina* e pela ONG *Think Olga*, nota que os sites das publicações não apresentam seção para comentários ou recursos interativos, como *chatbots* ou jogos. Já Santos e Miguel (2019) observam que, em termos de interação com o público, as respostas da equipe da revista nas mídias sociais a partir de comentários nas postagens são pequenas/ocorrem em baixa quantidade:

Destacamos a pluralidade de assuntos relacionados às pautas de gênero como também de direitos da mulher, discutindo conceitos emancipatórios e relacionados à cidadania e ao direito reprodutivo; pautas interseccionais que fundamentam a quarta onda do movimento feminista, na qual, a produção e distribuição de conteúdo feminista vincula-se às redes. Contudo, reconhecemos o baixo engajamento e uma prática comunicativa, sobretudo, verticalizada. (SANTOS; MIGUEL, 2019, p. 11)

A revista, entretanto, tenta traçar estratégias para assumir uma postura mais participativa. *AzMina* criou – e divulga recorrentemente em seu portal – um número de WhatsApp com o intuito de repassar informações diretamente pelo celular para leitoras interessadas. Ao entrar em contato com o número, porém, não obtive respostas da equipe a respeito da possível participação de colaboradoras nesta pesquisa. Desde então, recebo, contudo, em média duas vezes por semana, atualizações sobre reportagens e projetos do grupo. Nas mídias sociais, observei comentários em resposta ao público dispersos em meio a postagens. A equipe costuma responder com agilidade mulheres que pedem ajuda a respeito de casos de violência de gênero, assim como leitoras que têm contribuições a fazer sobre informações e dados que não constam em alguma matéria e, ocasionalmente, a publicação agradece ou envia *emojis* validando elogios.

Pelas trocas entre a revista e o público via mídias sociais, constata-se como transformações no jornalismo advindas do implemento de novas tecnologias

acarretam mudanças nas práticas de interatividade e na natureza das contribuições da audiência (CALABRESE, DOMINGO, PEREIRA, 2015). Tamara, além de interagir com *AzMin* pelas mídias sociais, cria outros mecanismos para manifestar sua militância feminista na internet e em seu cotidiano.

A entrevistada vivenciou descobertas sobre os feminismos após sofrer um processo de separação. Por anos, ela foi evangélica praticante. Mas, uma vez sem o marido, conta que percebeu que não havia espaço para mulheres divorciadas na igreja. Ela, então, preferiu desvincular-se do grupo. Contudo, ainda mantém amizades com pessoas que participam dos cultos. Com essas amigas, porém, evita falar sobre feminismo: tem medo de ser julgada. Nas mídias sociais, todavia, Tamara se sente confortável para expor suas opiniões e defender pontos de vista – ainda que as amigas evangélicas acompanhem as postagens. Assim, apesar de haver discordâncias entre a entrevistada e seus grupos de convívio próximos, a convivência física perdura, a despeito de um possível distanciamento digital.

A experiência *off-line* de Tamara com as amigas evangélicas remete à noção de Blumer (1969) de que a convivência dos grupos humanos transcorre sem os indivíduos demonstrarem grandes instabilidades. O grupo atua de maneira contida e relativamente regular, imprimindo cuidado a suas ações e posturas para evitar conflitos e até demonstrando certa disposição em ouvir e tentar compreender a perspectiva da interlocutora. Há, contudo, uma indissociabilidade entre a vida *on-line* e a *off-line*. No ambiente virtual, usuárias(os), como Tamara, passam a se sentir mais confortáveis para confrontar atrizes ou atores com opiniões distintas das suas.

Há, em suma, processos de negociações de vivências nos âmbitos digital e físico que possuem diferentes significados em cada um desses universos e levam a distintas posturas dos interagentes. No contexto de comunicação mediada por dispositivos sociotécnicos, os públicos sentem-se mais à vontade para expressar suas opiniões sem receio de retaliações, restrições ou limitações baseadas em convenções de mundos sociais pelos quais circulam.

Entrevistar integrantes desses espaços de produção e recepção de mídias alternativas me possibilitou penetrar a realidade das respondentes e conhecer suas histórias e perspectivas sobre suas próprias formas de militância e de elaboração de informação. Durante as entrevistas, constatei, de forma preliminar, que o midiativismo feminista, atrelado ao jornalismo digital, de algum modo, parece impactar na promoção de interações mais horizontais entre jornalistas, equipe de

apoio do veículo midiativista e as audiências/públicos – e até mesmo em uma maior interação entre diferentes públicos.

Em termos de vínculos, conforme o esperado, averiguou-se um constante desejo de mudança das estruturas sociais nos relatos das entrevistadas. Elas buscam transformar, por meio da militância, os demais mundos sociais pelos quais transitam. O midiativismo feminista aflora, ainda, como oportunidade para impulsionar transições na carreira e na vida pessoal delas. O que surpreendeu, porém, foram as narrativas de que as mudanças começam não no mundo exterior, mas a partir delas próprias:

Luisa Toller: Acho que o trabalho mais difícil não é nem a gente ficar querendo transformar todo mundo. É a gente entrar em choque com as nossas contradições. [...] é um descortinar. Muitas vezes a gente lê e discute e produz um monte de conteúdo e percebe que a gente continua, às vezes, com os mesmos pensamentos. Então é um exercício diário. Minha filha é uma menina e me incomoda muito que se ela não está de rosa, todo mundo acha que ela é um menino. E ela pode estar de lilás, ela pode estar de amarelo, ela pode estar de azul, de verde. Mas aí os adjetivos que usam para ela são muito diferentes. Se é menina, é “uma princesa”, é “linda”. E se é um menino é um “campeão”. Mas eu, por exemplo, já vi um menino vestido de rosa e achei que fosse uma menina. Então para você ver que muitas vezes a gente se incomoda com coisas que a gente ainda reproduz, com o reflexo de uma criação que a gente mesma reproduz, então eu acho que essa é a parte mais difícil. O feminismo para mim acaba sendo essa desconstrução de tudo, principalmente de mim mesma. (Entrevista à autora)

As formas como as entrevistadas gerem suas posturas e posicionamentos de militância em torno do mundo social e nos diferentes contextos de interação da vida rotineira deixam transparecer que a temática dos feminismos é uma constante em seus cotidianos, atravessando-os e preenchendo-os. Os contatos, diálogos e convívios com outras pessoas – tanto *off-line*: com família, amigas e amigos, colegas, conhecidas e conhecidos; quanto *on-line*: com amigas(os) nas mídias sociais, usuárias(os) desconhecidas(os), veículos de mídia etc. – são orientados por ideais do feminismo interseccional. Elas procuram exercer seu ativismo político-ideológico nesses grupos e nos diversos espaços em que atuam rotineiramente, fazendo do midiativismo feminista mais do que um trabalho – no caso de Carolina, que recebe para atuar na revista –, um passatempo – para Luisa, que é voluntária da iniciativa – ou um meio de buscar informações – para Tamara, enquanto leitora. O mundo social é para elas um espaço de transformação e, sobretudo, uma esperança tangível.

Referências

- RINGOOT, R.; UTARD, J. M. (orgs.). **Le journalisme en invention**. Nouvelles pratiques, Nouveaux Acteurs. Rennes: PUF, 2005.
- PEREIRA, F. H. **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. São Paulo: Summus, 2011.
- PEREIRA, F. H.; TREDAN, O.; LAGONNÉ, J. Penser les mondes du journalisme. **Hermès**, v. 82, n. 3, p. 99-106. 2018.
- JÄRVINEN, M. Negotiating strangerhood: interviews with homeless immigrants in Copenhagen. **Acta Sociologica**, p. 215-230, 2003.
- DANTAS, E. B. **Pesquisa de mercado**: fundamentos teórico-metodológicos aplicados a estudos de publicidade e de opinião. Brasília: Senac, 2018.
- BECKER, H. S. **Art worlds**. Los Angeles: University of California Press, 1982.
- STRAUSS, A. A Social World Perspective. *In*: DENZIN, N. **Studies in Symbolic Interaction**. Greenwich, Connecticut: JAI Press, 1978. v. 1, p. 119-128.
- UNRUH, D. R. The nature of social worlds. **Pacific Sociological Review**, v. 23, n. 3, p. 271-296, 1980.
- DUARTE, A. L. V.; SCONETTO, R. R.; AGNEZ, L. F. Gênero, representação e mídia alternativa: um estudo da Agência Patrícia Galvão e da Revista AzMina. **SBPJor**: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo VII Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP. São Paulo, novembro de 2017.
- ANDRADE, S. A. de. **Comovidos**: engajamentos e emoções na Mídia NINJA. 2020. 394 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- DICKINSON, R. Studying the Sociology of Journalists: The Journalistic Field and the News World. **Sociology Compass**, v. 2, n. 5, p. 1383-1399, 2008.
- HOLLANDA, H. B. de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- CALABRESE, L.; DOMINGO, D.; PEREIRA, F. H. Superando as Frustrações Normativas da Pesquisa sobre a Participação da Audiência. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, versão *on-line*, v. 4, n. 2, 2015.
- PASQUINELLI, M. (org.). **Mediactivismo**: activismo en los medios, estrategias y prácticas de la comunicación independiente. Roma: Derive Approdi, 2002.
- SANTOS, H. S. dos. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista**: análise do Think Olga e Revista AzMina. 2019. 183 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2019.



SANTOS, L. de F. A.; MIGUEL, K. G. Perspectivas digitais na produção de conteúdo jornalístico feminista: plataformas e estratégias da revista AzMina. **Intercom:** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém (PA), 2 a 7/09/2019.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism:** perspective and method. Berkeley: University of California Press, 1969.

MULHERES E CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA SOBRE RACIALIDADES

Cíntia Cristina Lisboa da Silva¹

Adir Fellipe Silva Santos²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender como as mulheres estão representadas na produção científica da geografia brasileira sobre racialidades entre os anos 1939 a 2018. Para atingir o objetivo traçado realizamos um levantamento de artigos científicos, com base em um conjunto de termos relacionados às racialidades, no Observatório da Geografia Brasileira que possui atualmente 25.437 artigos catalogados. Como resultados, encontramos 452 artigos. Este volume de produção científica foi analisado a partir do gênero da primeira autoria e sua origem regional, vinculada a sua instituição, resultando em um campo temático masculinizado e concentrado nas regiões sudeste, sul e centro-oeste do país.

Palavras-chave: Geografia e gênero. Produção científica. Periódicos online. Racialidades. Feminismo negro.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho ³ buscamos um diálogo com o feminismo negro para compreendermos a dinâmica do gênero, ligado as feminilidades, na construção do campo temático das racialidades na geografia brasileira. Desta forma, analisamos o gênero de quem tem produzido e sua distribuição em território nacional, em busca de também identificar essa discussão enquanto central ou periférica.

Para a realização da pesquisa utilizamos o banco de dados do Observatório da Geografia Brasileira - OGB, criado e mantido pelo GETE, que possui atualmente 25.437 artigos catalogados de 1939 a 2019, distribuídos em 98 periódicos online da Geografia brasileira computados entre os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, conforme o quadriênio 2013 – 2016 do Qualis – CAPES.

¹ Mestranda em Gestão do Território no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia e Diversidades e História do Pensamento Geográfico, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência, epistemologia da geografia, geografias feministas, geografias negras e interseccionalidade.

² Mestrando em Gestão do Território no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG. Experiência na área de Geografia, com produção sobre os temas: Epistemologia da Geografia, Geografia das Racialidades, Comunidades Quilombolas e educação étnico-racial.

³ Esta pesquisa é triangulada e vem sendo desenvolvida desde 2020 no Grupo de Estudos Territoriais - GETE, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, onde a questão central diz respeito ao entendimento sobre o conjunto da produção de racialidades na Geografia brasileira, encontradas em artigos online, no período de 1939 a 2018.

Fizemos um levantamento⁴ neste amplo banco de dados através de palavras: raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e 10.639⁵. Entre os 25.437 artigos encontramos um total de 452 trabalhos (1,8%) que destacavam algum (ou mais) dos termos pesquisados nos títulos e palavras-chave.

Compreendemos a necessidade e importância de pesquisas que se preocupem com a dimensão racial na Geografia justamente quando encontramos um valor que nos indica que essa discussão não chega a 2% em toda a produção científica nacional. Sabemos que o espaço não é neutro, e pensar no espaço acadêmico, assim como em quem consegue adentrar e se manter nesse espaço de produção científica é fundamental no entendimento de quem tem falado e o que tem falado na Geografia brasileira.

Desta forma, para alcançarmos o objetivo de assimilarmos sobre o gênero e lugares de quem tem produzido a discussão sobre racialidades na Geografia brasileira, dividimos este trabalho em duas seções. Na primeira seção exploramos como a ciência moderna reproduz ausências e silenciamentos em seu discurso, e a Geografia enquanto ciência moderna também reproduzirá essas hierarquias e desigualdades através de relações de poder calcadas em colonialidades, em especial as racistas e de gênero.

Já na segunda seção procuramos apresentar a discussão do feminismo negro para compreender o que nos mostram os gráficos e cartogramas da dimensão do gênero e da origem institucional de quem tem produzido sobre a temática. Em seguida finalizamos apresentando algumas considerações em andamento.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA E A ABORDAGEM RACIAL

As hierarquias formadas no campo científico são fruto das relações de poder existentes na própria sociedade, a ciência é reflexo de relações excludentes e como argumentado por Silva (2009a) produz ausências e silêncios em seus debates.

⁴ Apesar dos dados pelo OGB estarem disponíveis até 2019 (e em constante atualização), o recorte temporal selecionado vai de 1939 a 2018, pois esse é o último ano em que a temática de racialidades se encontra completa na base de dados.

⁵ Este número se refere à lei que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas nos níveis fundamental e médio.

O padrão moderno, ou seja, o homem, branco, heterossexual e cristão, produz hierarquias, nomeado por Quijano (2005) de colonialidade, sendo o lado obscuro da modernidade, o lado sem voz e sem ciência, nas palavras de Mignolo (2004). Alguns autores, como Mignolo (2004), Quijano (2005) e Lander (2005), vem discutindo as relações estabelecidas a partir da colonialidade e seus desdobramentos, tanto no meio científico, como também na sociedade.

Para Mignolo (2004), a colonialidade, foi colocada como inexistente, não sendo considerada, ao qual foi substituída e indexada como modernidade. Segundo o autor, para se alcançar ao patamar moderno, tendo como ideal a Europa, era necessário a colonialidade. Lander (2005), relata que o conhecimento produzido fora da Europa é ignorado, além de desconsiderar a forma de viver, e que “as outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas” (LANDER, 2005, p. 13).

Com a ideia de privilegiar o conhecimento europeu como central e único caminho, Quijano (2005) argumenta sobre as relações de poder impregnada na ciência, privilegiando temas, conceitos e sujeitos - sim, no masculino apenas. As relações de poder no campo científico fazem parte das discussões de Morin (1996), em que epistemologias consideradas hegemônicas e modernas, são consideradas como o único caminho a ser seguido. Os ideais da epistemologia moderna de racionalidade e neutralidade, o qual se tornou o modo de fazer ciência, são criticados pelo autor, em que a ciência moderna é “submergida, inibida, embebida, bloqueada e abafada por efeito de manipulações, de prática, de poder, por interesses sociais etc” (MORIN, 1996, p. 57).

Silva (2009b), argumenta que a geografia hegemônica é marcada por privilégios de sexo e raça, o que por sua vez significa dizer que há desigualdades e barreiras a mulheres e não brancos. Mas é a partir do embate das relações de poder que busca a eliminação das ausências e silêncios produzidos pela epistemologia hegemônica que conflitos e tensões científicas surgem, onde: “as ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos” (SILVA, 2009b, p. 25).

O estabelecimento do padrão moderno homem/branco, faz com que a produção científica elaborada fora desse eixo não seja considerada, criando hierarquizações no campo científico. Silva (2009a), explica que a epistemologia da geografia brasileira, com fortes raízes no caráter eurocentrado, é o elemento que inviabiliza os estudos que abordam mulheres, não brancos e LGBTQIAP+. A ciência moderna que privilegiou um olhar branco e eurocentrado, pouco se preocupou em construir visibilidade de grupos sem os privilégios epistêmicos da racionalidade moderna.

A racialização e o sexismo da humanidade pautados na biologia, fizeram com que o conhecimento científico fosse organizado na diferenciação e na inferioridade biológica, algo que já há muito tempo foi superado cientificamente, mas que ainda se tem resquícios da inferioridade e manutenção do processo colonial de dominação social, econômica, cultural e científica, sendo utilizada para a organização das estruturas da sociedade (NASCIMENTO, 1981).

Para Mbembe (2018), a ideia de raça foi e é reduzida a questões relacionadas a cor, sendo que para o autor “a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes” (MBEMBE, 2018, p. 27). Nascimento (1981) alerta e completa, que a racialização é muito mais que características fenotípicas, envolvendo modos de vida, religião e cultura. Pensando nos terrores psicológicos que afetam as populações, Fanon (2008) argumenta que a racialização atua no sentimento de inferioridade de sujeitos considerados inferiores, gerando sentimento de culpa.

As questões raciais na geografia, que é marcada pelas relações de poder, questionam além das relações de classe, como apontado por Santos (2010), no qual é criticada pelos estudos descoloniais e das geografias negras, que partem da ideia do racismo epistêmico capaz de produzir invisibilidades e dominações no campo científico, como argumenta Oliveira (2018).

Pensando nessa invisibilidade no campo científico da geografia brasileira, buscamos entender como o campo temático das racialidades está organizado. Para isso, se realizamos uma busca em artigos científicos online no Observatório da Geografia Brasileira, mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que conta com um banco de artigos de 98 periódicos

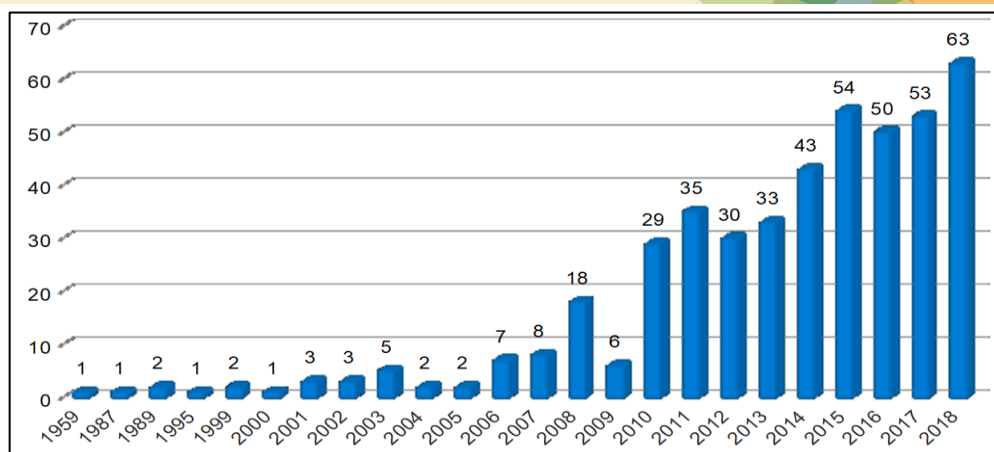
nacionais online com avaliação da Geografia, contendo um total de 25.437 artigos, distribuídos nessas revistas, abrangendo o ano de 1939 a 2019.

Com esse universo de produção de mais de 25.000 artigos, se consegue ter um panorama das pesquisas desenvolvidas no Brasil. Pensando em delimitar o campo das racialidades na Geografia, foi realizada uma busca com um conjunto de termos relacionados às racialidades, no qual acredita que são constituídas nas relações sociais permeadas pelo poder e que vão além de 'raça' e 'racialidade'. Esse conjunto de palavras são: raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e 10.639.

A busca por meio desses termos se deu nas palavras-chave e no título das publicações. Teve como retorno um total de 452 artigos, ou seja, somente 1,8% das produções que tem relação com as racialidades, se for considerar a população brasileira, que é mais de 50% negra, somando a população preta e parda, segundo o censo do IBGE de 2010, mostra que a geografia nacional pouco tem se preocupado com a temática em questão, demonstrando as ausências e silêncios que estão presentes no discurso científico brasileiro (SILVA, 2009a).

Essa produção, mesmo pequena, apresenta um maior número de publicações mais frequente após os anos 2000, como apresentado no gráfico 1. Esse aumento está relacionado a fatores como o aumento no número de pós-graduações, de políticas de acesso ao ensino superior, e as pressões que o movimento negro apresentava. Também, como fator de elevação da temática, no ano de 2001, ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia Intolerância Correlata em Durban na África do Sul, o que fez, segundo Malachias (2006), com que o governo assumisse o papel de desenvolver políticas para o acesso de pessoas excluídas, tanto nos sistemas educacionais e de trabalho, tendo como resultado a criação de ações afirmativas de acesso as universidades. Isso demonstra que temos um aumento de publicações de artigos na década de 2001, e principalmente após 2010.

Gráfico 1 – Publicações sobre racialidades por ano (1959-2018)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2018.
Organizado pelos autores, 2021.

Levando em consideração o ano das publicações, é notório que o aumento mais significativo ocorre no ano de 2010 em diante, o que representa 86,3% do total de artigos sobre racialidade em todo o período. O que vale destacar que, as publicações antes de 2001, que marca um ponto importante no debate que está relacionado com a Conferência de Durban, tem somente 08 artigos, sendo somente 1,8% das publicações.

Isso identifica que os estudos sobre racialidades em periódicos online de geografia é recente, marcando um ponto importante no debate que vem aumentando nos últimos anos, sendo o reflexo das ações no campo científico que ainda produz ausências de debates e temas, como apontado por Silva (2009b).

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA PRODUÇÃO DAS RACIALIDADES

No texto “Por um feminismo afrolatinoamericano”, de 1988, da autora Lélia Gonzalez, fala sobre o sistema patriarcal-racista e suas consequências para as mulheres negras e indígenas, que por viverem em fronteiras de identidades que são racializadas (diferente da branquitude, que não se vê racializada), não são reconhecidas plenamente enquanto mulheres, vivenciando por sua vez experiências distintas de uma mulher padrão.

Para a autora, essas mulheres vivenciam múltiplos lugares, tendo em vista que em determinados momentos o seu corpo está em posição central de observação, pois os marcadores de raça e gênero, em uma concepção colonial, se dão a partir de uma visão corpórea que culturalmente o lê como “natural” ou “biológico” pelo que se entende enquanto sexo e cor/raça.

Entretanto, quando esta leitura da corporalidade das mulheres já está feita, cabe às que não sejam brancas um espaço totalmente estigmatizado. Um espaço de inferioridade, de não reconhecimento das suas intelectualidades e sentimentos, de seus direitos, etc.

Sendo assim, Gonzalez (1988) aponta como mulheres racializadas colonialmente vivenciam o esquecimento e apagamento nos poucos lugares em que se fazem presentes. Dois exemplos ligados a movimentos políticos são identificados no feminismo, que por muito tempo pareceu esquecer a dimensão racial das mulheres, assim como no movimento negro, que esquecia as particularidades de gênero de suas pautas.

Tal característica, observamos hoje, que não se restringe apenas aos espaços de lutas políticas, elas estão presentes em nosso cotidiano. Quando Frantz Fanon (2008), nos leva a refletir sobre como a inferioridade é internalizada pelas/os colonizadas/os por meio da alienação, identificamos que este imaginário se estende a toda construção do que entendemos enquanto sociedade.

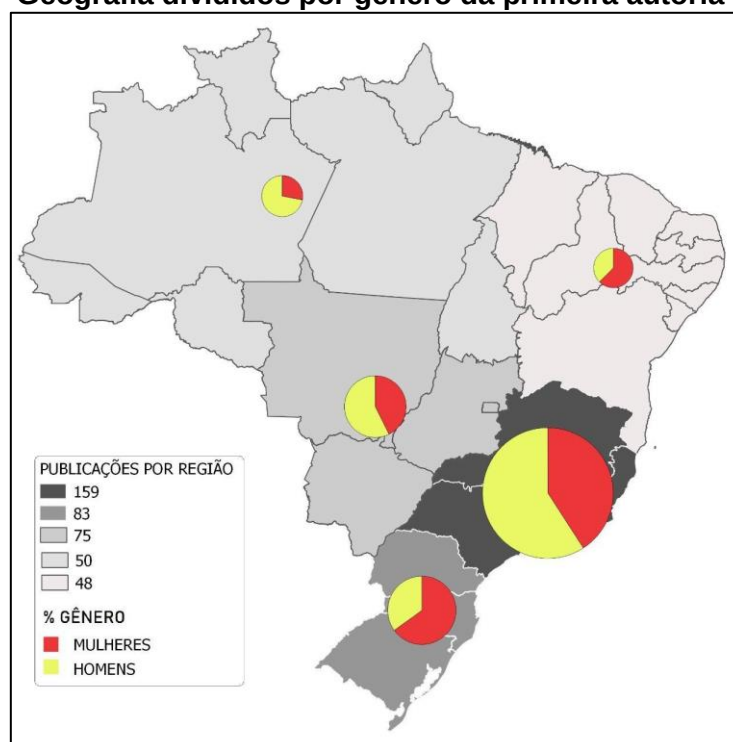
Os imaginários estereotipados, e neste trabalho estamos pensando em especial as mulheres negras, afetam a nossa forma de pensar, de agir, de nos projetar e de como as pessoas nos enxergam. Quando pensamos sobre a mulher negra na sociedade brasileira, três representações se forjam como resultado da articulação entre o racismo e sexismo (CARDOSO, 2014).

São elas: a mulata, a doméstica, e a mãe preta. Essas representações são negativas e possuem como origem um pensamento escravagista, onde a mulher negra não possui voz ativa e é objetificada. Todavia, reconhecemos a importância de se avançar sobre esse estigma, assim como nos propõe Gonzalez (1988), ao reconhecer a mulher negra como sujeita política essencial para a construção do Brasil.

É desta maneira que buscamos observar a análise de gênero sobre a discussão de racialidades publicada em artigos online na geografia brasileira entre os anos de 1939 a 2018. De acordo com Souza et al (2020) nos últimos anos os estudos de gênero e sexualidades tem sofrido transformações qualitativas na geografia, ao questionarem a sua suposta universalização ou abrangência, identificadas em pesquisas que correspondam aos estudos 'das mulheres', ou que fale sobre 'a mulher'.

Para trazermos a essa discussão dados geográficos, com os 452 artigos sobre racialidades provenientes do Observatório da Geografia Brasileira (1939 a 2018), separados por autoria, gênero e procedência, de acordo com as regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), obtivemos o resultado apresentado na figura 1.

Figura 1: Cartograma da origem das autorias dos artigos sobre racialidades na Geografia divididos por gênero da primeira autoria



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2018.
Organizado pelos autores, 2021.

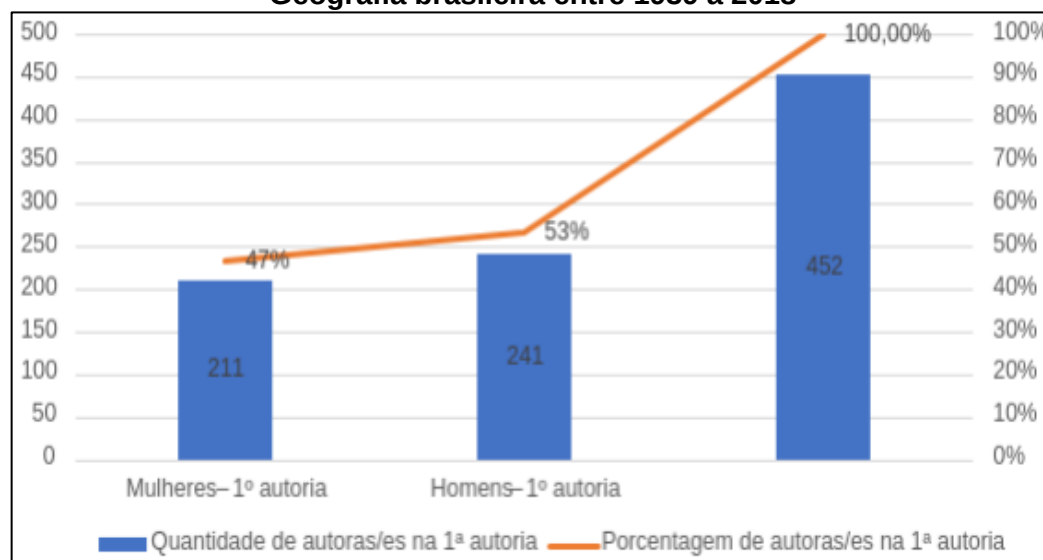
O que podemos notar é que entre as autorias⁶, nacionais e internacionais, há um predomínio de uma produção masculina, sendo 220 autores e 195 autoras nacionais, e 23 autores e 14 autoras internacionais, de acordo com o gráfico 2. Em relação a procedência dessa discussão, as regiões que mais originaram os artigos

⁶ Neste momento estamos considerando as autorias em relação ao/a primeiro/a autor/a, mesmo muitos dos trabalhos apresentando autoria composta, por compreender que geralmente a primeira autoria de um trabalho científico é quem desenvolve de forma central a proposta.

(pensando que não necessariamente se publica na mesma região em que a pessoa trabalha) foram, em ordem decrescente: Sudeste (159 artigos), Sul (83 artigos) Centro-Oeste (75 artigos), Norte (50 artigos) e Nordeste (48 artigos).

Dividindo as autorias de cada região por gênero, identificamos que apenas nas regiões Sul e Nordeste o número de autoras em primeira autoria era maior, sendo respectivamente: 54 mulheres e 29 homens, e 30 mulheres e 18 homens, conforme figura 1.

Gráfico 2: Divisão por gênero da primeira autoria dos artigos sobre raciedades na Geografia brasileira entre 1939 a 2018



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2018.
Organizado pelos autores, 2021.

Ao pensarmos na discussão sobre a origem destes trabalhos e o que pode ser considerado como central e periférico, observamos que as regiões que menos há trabalhos são Norte e Nordeste, entretanto, o Nordeste, com apenas 48 trabalhos têm a maior porcentagem de autoria feminina, com 30 trabalhos escritos por mulheres.

Já as regiões tidas como centrais para o ‘desenvolvimento’ do país, são as mesmas onde o número de autores homens é maior que o número de autoras mulheres, com exceção para a região Sul do país, onde há predominância de autoria feminina. Logo, podemos pensar que a discussão sobre racialidades na geografia ainda é um espaço masculinizado.

Com uma forte influência do feminismo negro podemos entender um pouco do complexo jogo de poder que se faz presente no imaginário que “delimita alguns

poucos sujeitos identitários como produtores de conhecimento” (SOUZA, et al., 2020, p. 50). O feminismo negro tem muito a contribuir com a geografia ao articular uma demanda conjunta da análise de gênero e racialidades, apontando para uma apreensão das diferenças corpóreas de gênero e raça para a consolidação de espaços, aqui neste trabalho analisado através dos efeitos do sexismo e do racismo na Geografia.

Souza (2007) ao fazer uma análise sobre as dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica nos reafirma que “a mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social” (p. 7) nos levando a refletir sobre a inclusão e exclusão que os marcadores, sobretudo os de gênero e raça, simbolizam na vida das mulheres produtoras de conhecimento na geografia, e aqui neste trabalho visto por meio das mulheres autoras sobre a temática de racialidades na ciência geográfica.

Como este trabalho se refere a uma pesquisa em andamento, algumas questões como a compreensão da autoidentificação racial das mulheres ainda não podem ser afirmadas neste ponto do trabalho, mas, almejamos prosseguir com tal análise para o enriquecimento da complexidade que é a produção científica sobre racialidades na geografia feita por mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho trouxe uma compreensão de como o gênero é um componente da produção científica sobre as racialidades na geografia brasileira. Os resultados demonstram que há uma produção científica masculinizada que se concentra em especial nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

Na primeira seção apresentamos a coleta de dados feita no Observatório da Geografia Brasileira, entre os anos de 1939 a 2018, em relação aos termos sobre racialidades, onde obtivemos o resultado de 452 artigos. Neste momento evidenciamos como essa discussão é secundarizada e silenciada na geografia como reprodução de uma ciência moderna que hierarquiza e exclui determinados temas e sujeitas/os de sua produção.

Na segunda e última seção discorreremos sobre como o feminismo negro pode nos dar suporte para a compreensão conjunta de racialidades e gênero na discussão

geográfica. Também nos propomos a identificar qual é a origem espacial nacional desse debate e sua divisão por gênero.

Além de identificar o quanto o campo das racialidades na geografia é masculino e periférico, também pudemos constatar a dificuldade de se obter a informação no que diz respeito à identificação racial de quem produz ciência no país.

Finalizamos indicando que este trabalho é resultado de uma pesquisa triangula, em nível de mestrado que se encontra em andamento, com previsão para conclusão em meados de 2022. Com isso, ressaltamos que diversos questionamentos ainda podem ser levantados a partir destes dados, entretanto, esperamos atrelar os dados as entrevistas de cunho qualitativo para uma compreensão mais completa sobre o entendimento das mulheres que produzem acerca das racialidades na geografia, em especial as mulheres negras, além de entender o que essas mulheres têm produzido.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

LANDER, Edgard. Ciências Sociais: saberes coloniais eurocêntricos. In: Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 8-23.

MALACHIAS, Antônio Carlos. **Geografia e Relações Raciais: desigualdades sócioespaciais em preto e branco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n.1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Descendente: Um Discurso sobre as Ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Ipeafro / Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Denilson de Araújo. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. In: COSTA, Carmem Lúcia (org.) **Gênero e diversidade na escola, espaço e diferença**: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 9-31. Disponível em: <<https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/index.html>>. Acessado em: 20/04/2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 107-130.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a, p.55-92.

SILVA, Joseli Maria Silva. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, p.25-54.

SOUZA, Lorena Francisco de. Mulher Negra, Espacialidade e Representações: Dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica. In: II Colóquio Nacional do NEER: Espaços Culturais: Vivências, imaginações e representações, 2007. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: 2007. p. 1 – 15. Disponível em: <http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor_l.html>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

SOUZA, Lorena Francisco de. *et al.* Uma geografia das corporeidades e das diferenças. In: MATOS, Patrícia Francisca de; COSTA, Carmem Lúcia (Orgs). **Uma geografia do século XXI**: Temas e tensões. Curitiba: Editora CRV, p. 41 – 62, 2020.

POSICIONALIDADE: teoria e prática geográfica nas epistemologias Pós-coloniais, Feministas e *Queer*

Hortência Brito¹

Márcio José Ornat²

RESUMO

Diferente do que é comumente pensado, a herança colonial nos influencia de diversas formas e em diferentes escalas, desde a forma como pensamos e como produzimos ciência à forma como agimos e interagimos com outras pessoas. Deste modo, com este trabalho buscamos entender como a posicionalidade foi pensada na Geografia e no campo científico como um todo, sob a perspectiva das epistemologias pós-coloniais, feministas e *queer*. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica reunindo autoras/es que trouxeram à luz esta temática, de forma explícita ou implícita. No nosso ato de pesquisar, sempre privilegiaremos pessoas e identidades em detrimento de Outras, no entanto, este trabalho busca demonstrar como a Posicionalidade e a Reflexibilidade podem ser pontos de partida para solucionarmos silenciamentos que vêm sendo produzidos ao longo da história científica.

Palavras-chave: Posicionalidade. Feminismo. Teoria Queer. Epistemologias Pós-coloniais. Geografia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca entender como a posicionalidade foi pensada na Geografia e no campo científico como um todo, sob a perspectiva das epistemologias pós-coloniais, feministas e *queer*.

Na primeira parte deste trabalho falaremos sobre os Grupos de Estudos Subalternos (sul-asiático e latino-americano) e do Grupo Modernidade/Colonialidade (Grupo M/C), pontuando as críticas feitas e recebidas por estes, e sobre como a Posicionalidade é um ponto de extrema importância nas epistemologias pós-coloniais³ e decoloniais, por mais que este termo não tenha sido propriamente utilizado dentre as autorias destes Grupos.

Na segunda parte deste trabalho abordaremos as epistemologias feministas e *queer*, e como estas propõem a Posicionalidade e a Reflexibilidade como práticas discursivas e metodológicas para repensar as bases hegemônicas do fazer científico, bem como propor novas formas de fazê-lo. Do mesmo modo, trazemos

¹ Mestranda em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. ORCID: 0000-0002-5808-1988

² Professor Doutor no Departamento de Geociências e no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. ORCID: 0000-0002-8835-5871

³ Entendida aqui como um conjunto de teorias e práticas que buscam desestabilizar concepções dominantes da modernidade.

alguns desafios levantados à Posicionalidade e a Reflexibilidade, como: até que ponto não estamos nos apropriando das narrativas das outras pessoas? Como pesquisar pessoas que, *à priori*, não se identificam conosco? E como não nos apropriarmos dessas narrativas, como foi feito no período colonial e pós-colonial⁴?

A POSICIONALIDADE NAS ENTRELINHAS DAS TEORIAS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS

Em outubro de 1988, O Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos (GSAES) e o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos da (GLAES)⁵ encontraram-se na Duke University. Esta foi também a última vez que o Grupo da América Latina se encontrou antes de se dividir e, em seguida, alguns membros fariam parte do que veio a ser chamado de Grupo M/C (GROSFOGUEL, 2007; BALLESTRIN, 2013). Este grupo era composto, principalmente, por latino-americanos que viviam nos Estados Unidos. Apesar de suas tentativas de construir teorias e epistemologias do Sul Global, este grupo perpetuou a lógica científica dos Estados Unidos. Segundo Grosfoguel (2007), excluindo algumas exceções, este grupo reproduziu o que eles se propuseram a criticar: uma produção científica no Norte, com o Sul servindo como 'objeto de pesquisa', ou seja, fizeram estudos 'sobre' o Sul, quando deveriam fazer 'com' e 'para' o Sul.

Tanto o GSAES quanto o GLAES, privilegiaram autores e epistemologias do Norte e do ocidente, principalmente os 'Quatro Cavaleiros do Apocalipse'⁶: Foucault, Derrida, Guha⁷ e Gramsci. Portanto, suas críticas ao Norte, continuavam dentro do Norte, pois seguiam suas epistemologias e o seus critérios de cientificidade. Posteriormente, inúmeras críticas foram tecidas à Foucault, pois segundo Legg (2013), por mais que Foucault fosse consciente da herança colonial, suas menções sobre este tema foram ínfimas. Em uma palestra de 1975-76, que foi reunida no livro *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*, Foucault admite que houve um "efeito bumerangue" entre metrópole e colônia através da exportação de armas e técnicas da Europa, entretanto esta foi uma das poucas vezes que o autor

⁴ Aqui colocado como o período histórico que sucedeu a colonização.

⁵ À título de abreviação, chamarei o Grupo Sul-asiático de Estudos Subalternos de GSAES e o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos de GLAES.

⁶ Termo cunhado por Florencia Mallon (1994) no ensaio introdutório de Ileana Rodriguez (2001) para o *The Latin American Subaltern Studies Reader*.

⁷ O único autor, dentre os principais utilizados, que não é europeu.

reconheceu "que o compêndio de técnicas de poder que ele havia reunido no tocante à Europa possuía origens extra-europeias" (LEGG, 2013, p. 261).

Elementos nos textos de Foucault, como o sistema carcerário e outras instituições mencionadas em suas obras, que evidenciam uma relação de poder baseada na divisão sexual, de gênero, racial e de classe, assemelham-se em grande medida com os trabalhos sobre a pós-colonialidade. Assim, por mais que Foucault não tenha discutido a colonialidade explicitamente, é possível encontrar elementos contra-discursivos da modernidade em suas obras (LEGG, 2013).

Por mais que Foucault tenha morado na Tunísia e tenha tido consciência das divisões raciais, a sua tendência a universalizar as experiências sociais baseando-se em estudos de casos franceses e/ou europeus (SAID, 1984; JACKSON, 2003 *apud* LEGG, 2013), bem como a ausência de autorias não-europeias e de uma discussão não-europeia em suas obras, principalmente em *Arqueologia do Saber* (1969), são responsáveis por diversas críticas que o autor recebeu (LEGG, 2013). Desta forma, por fazerem uma crítica ao Ocidente, com autores ocidentais, tanto o GLAES quanto o GSAES, limitaram e traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos (GROSFOGUEL, 2007).

Uma das razões da separação do GLAES foi o entendimento que as diferentes pessoas do grupo tinham sobre "subalternidade". Uma parte deste entendia a subalternidade como uma crítica pós-moderna, uma crítica à modernidade, dentro da modernidade. Outra parte entendia a subalternidade como uma crítica decolonial, ou seja, uma crítica à modernidade, por uma perspectiva subalterna (MIGNOLO, 2004 *apud* GROSFOGUEL, 2007).

Segundo Legg (2013), o GSAES recebeu diversas críticas de geógrafas e geógrafos, que apontavam um privilégio da teoria e da cultura em detrimento da materialidade, ou seja, uma separação entre discurso e experiência, com discussões não-espacializadas. O mesmo não pode ser dito sobre o Grupo M/C, pois por mais que o grupo não apresente geógrafas e/ou geógrafos em sua composição, a discussão espacial não foi negligenciada em suas obras. Uma grande brecha no Grupo M/C, entretanto, é a não participação de brasileiras e/ou brasileiros. Um dos possíveis motivos é que nós, cientistas brasileiras/os, ainda possuímos uma cultura forte de subordinação científica para com o pensamento e a cultura da Europa, um outro possível motivo é a relação de colonialidade que o Brasil possui com os seus

países vizinhos, pois ao voltarmos para o outro lado do Atlântico, automaticamente ficamos de costas para a América Latina.

De acordo com Grosfoguel (2007), o grupo asiático possuía uma crítica pós-colonial, enquanto o grupo latino tinha uma crítica pós-moderna. Assim, para o autor, ambos os grupos precisam descolonizar os seus debates, pois fundamentavam-se em epistemologias do Norte Global. Nesta perspectiva, três pontos acerca do pensamento decolonial são construídos:

(1) que uma perspectiva epistêmica decolonial requer um cânone de pensamento mais amplo do que simplesmente o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda); (2) que uma perspectiva decolonial verdadeiramente universal não pode ser baseada em um universal abstrato [...], mas teria que ser o resultado do diálogo crítico entre diversos projetos críticos epistêmicos/ éticos/ políticos em direção a um mundo pluriversal em oposição a um mundo universal; (3) que a decolonização do conhecimento exigiria levar a sério perspectivas epistêmicas/ cosmologias/ insights de pensadores críticos do Pensamento do Sul Global 'para' e 'com' espaços e corpos raciais/ étnicos/ sexuais subalternizados. (GROSFOGUEL, 2007, p. 212)⁸

Ainda segundo o autor, um dos maiores mitos da sociedade moderna é de que o fim do sistema colonial, eliminaria as relações coloniais. Quase 500 anos de colonialismo não poderiam e não podem ser apagados com a simples assinatura de um documento ou com a recuada da metrópole das colônias. Entretanto, o que se busca na atualidade, não é a independência da colônia para com a metrópole, mas uma descolonização epistêmica com a socialização do conhecimento (MIGNOLO, 2004), o reconhecimento das diferentes culturas, dos diferentes gêneros, das diferentes raças e etnias, das diferentes sexualidades, e de tudo o que permanece perdido e/ou marginalizado desde o período colonial.

Migramos de um período de colonialismo para um período de colonialidade, pois falamos línguas europeias, nos vestimos seguindo tendências europeias, nossos modelos de ciência e definições de ciência são europeus, cultuamos deuses europeus⁹, nos relacionamos socialmente como os europeus e muitos outros

⁸ "(1) that a decolonial epistemic perspective requires a broader canon of thought than simply the Western canon (including the Left Western canon); (2) that a truly universal decolonial perspective cannot be based on an abstract universal (one particular that raises itself as universal global design), but would have to be the result of the critical dialogue between diverse critical epistemic/ethical/political projects towards a pluriversal as oppose to a universal world; (3) that decolonization of knowledge would require to take seriously the epistemic perspective/cosmologies/insights of critical thinkers from the Global South thinking from and with subalternized racial/ethnic/sexual spaces and bodies." (GROSFOGUEL, 2007, p. 212)

⁹ Por mais que o Cristianismo tenha sua narrativa bíblica localizada na África e no Oriente Médio, a propagação dessa religião foi realizada por europeus. Além disso, temos uma vasta produção

aspectos, muitas vezes impensados, realizamos sob influência europeia, frutos de um passado colonial. Assim, um outro grande mito para Grosfoguel (2007) é o mito do conhecimento descorporificado, apolítico e não-geográfico.

A Europa, como berço da filosofia e da ciência moderna, construiu métodos e teorias que defendiam um sistema de pensamento universal, objetivo e neutro. Apesar desta lógica vir sendo perpetuada ainda hoje, sabemos devido aos estudos feministas, estudos étnico-raciais, estudos *queer* e estudos subalternos, que o conhecimento é posicionado. É impossível anularmos as influências que nosso gênero, classe, sexualidade, localização histórico-geográfica, religião (ou ainda não religião), raça, etnia, idade, etc. têm sobre a forma em que vemos e analisamos o mundo.

A construção de conhecimento é inseparável da localização político-geográfica e político-social dos sujeitos (GROSFOGUEL, 2007). Na tradição filosófica e científica do Norte Global, o sujeito que escreve é sempre omitido. Suas identidades são consideradas irrelevantes para a construção do seu pensamento, criando-se um "mito de um 'Ego' não situado" (GROSFOGUEL, 2007, p. 213). Com a geração deste mito, o Norte Global consegue criar uma metanarrativa sobre um conhecimento verdadeiramente global, criando uma colonialidade do poder (sistema produtivo e organização estatal e espacial eurocêntricas), do saber (teorias e práticas científicas eurocêntricas) e do ser (generificação, racialização, divisão por classes/castas e sexualização dos corpos) (MIGNOLO, 2004; BALLESTRIN, 2013; KULPA; SILVA, 2016).

De acordo com Grosfoguel (2007) há ainda uma diferença entre a 'localização epistêmica' e 'localização social'. Para o autor, por mais que alguém esteja localizado geograficamente no Sul Global (localização social), este não necessariamente produzirá um conhecimento subalterno (localização epistêmica), pois uma das ações mais bem-sucedidas da colonização, é fazer com que os subalternos pensem, ajam, e falem como as pessoas em posições dominantes. Do mesmo modo, acrescentamos que não é porque alguém está localizado no Sul Global, que este não possa criar uma relação de colonialidade dentro de seu próprio território e/ou com demais territórios do Sul, como é o caso da cidade de São Paulo

com as demais cidades brasileiras, ou ainda do Brasil com os países vizinhos e com países africanos.

O GSAES, o GLAES ou mesmo o Grupo M/C não utilizaram o termo “Posicionalidade” em suas obras, mas como podemos observar, está claro que estes posicionamentos teóricos, epistêmicos, históricos e espaciais são imprescindíveis para os estudos subalternos. Quando as autorias do Grupo M/C falam de colonialidade do poder, do saber e do ser, parte de sua gênese está em posicionalidades europeias e eurocêntricas, que deslegitimam e invisibilizam tudo aquilo que não parte destas mesmas posições. Segundo Mignolo (2004), a modernidade e a colonialidade são faces da mesma moeda, numa relação simbiótica e dialética em que um não existe sem o Outro¹⁰. Não quer dizer que o Sul não possa falar sobre o Norte, que o Oriente não possa falar sobre o Ocidente e vice-versa, nem tampouco que o que foi produzido no Norte e no Ocidente deva ser descartado (MIGNOLO, 2004), mas que a nossa posição interfere na forma que enxergamos e produzimos o mundo, logo, se somos pesquisadoras/es parciais, a ciência que produzimos também será.

A POSICIONALIDADE COMO TEORIA E MÉTODO DAS GEOGRAFIAS FEMINISTAS E QUEER

Enquanto as epistemologias pós-coloniais não utilizaram a palavra “Posicionalidade” propriamente dita, o mesmo não pode ser dito sobre as epistemologias feministas e, posteriormente, as epistemologias *queer*.

Segundo Mignolo (2004) as epistemologias feministas e as epistemologias étnico-raciais foram responsáveis por desestabilizar, nos anos 1970, as preposições da ciência moderna sobre a sua suposta neutralidade e universalidade científica. Ainda nas palavras do autor “a *ciência tal como a conhecemos hoje*, e como Santos a descreve e à sua história, é uma ‘concepção masculina do conhecimento (ou epistemologia)’” (p. 684), para além disso, adicionamos que esta é branca, heterossexual, europeia e classista. Já as epistemologias *queer* iniciam-se ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, propondo uma desestabilização de conceitos pré-estabelecidos e desestabilização das relações de poder (BUTLER, [1990] 2018; 1993; NASH; BROWNE, 2010; ROOKE, 2010).

¹⁰ Em maiúsculo seguindo a perspectiva freudiana de que o Eu existe a partir da concepção que eu tenho do Outro.

Mas mesmo *queers* e feministas cometeram erros que estas/es/us¹¹ propuseram-se a combater. Criaram categorias discursivas universais e desconsideraram a realidade das pessoas do Sul e do Oriente. O feminismo e a teoria *queer* generalizaram as experiências humanas a partir da perspectiva da mulher branca e da pessoa *queer* branca. Consideravam que em todo o globo, o corpo generificado masculino receberia o poder de fala em detrimento do corpo generificado feminino, desconsiderando a intersecção de outras identidades ou mesmo o fato de outras formas de sociedade (não brancas e/ou não eurocêtricas) organizarem-se socialmente de diferentes maneiras (hooks, [1981] 2019; OYĖWÙMÍ, [1997] 2001; MUÑOZ, 2010).

A Geografia, como uma ciência moderna, também não foi isenta de críticas, pois ela teve sua estrutura metodológica desafiada pelo feminismo e pelo pós-estruturalismo (ENGLAND, 1994; SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017). Dentre as correntes metodológicas da Geografia, estava o empirismo neopositivista, que defendia uma significativa separação entre sujeito de pesquisa e “objeto de pesquisa”¹². O argumento para essa separação era o de que apenas pesquisadoras/es neutras/os, imparciais, *outsiders*, objetivas/os e impessoais, poderiam construir uma boa pesquisa, do contrário, a/o pesquisador/a poderia contaminar os seus dados e vice-versa.

Por vezes, as nossas posicionalidades como pesquisadoras/es podem nos permitir acessar informações privilegiadas quando as pessoas que estamos pesquisando identificam-se conosco, pois essa identificação gera uma confiabilidade entre pesquisadas/os e pesquisadoras/es (MUÑOZ, 2010). Mas não significa dizer, que ser *outsider* limitará nosso trabalho, pois como colocado por England (1994), o cotidiano das pessoas que estamos pesquisando é mediado pelo nosso compromisso para com elas e, portanto, essas pessoas passam a interagir conosco, passam a ser agentes ativos de nossas pesquisas.

Por isso é necessário esclarecermos os limites e fronteiras das nossas posições, afinal, existe um *continuum* entre nós e as pessoas que pesquisamos, assim como existe um *continuum* entre a nossa pesquisa e a realidade. Nosso trabalho representa o nosso ponto de vista sobre determinado assunto, em um

¹¹ Em linguagem não-binária.

¹² O argumento feminista, *queer* e pós-colonial, é de que em pesquisas empíricas, as pessoas as quais estamos estudando, sejam tratadas como pessoas, não como um banco de dados pronto a ser apropriado e expropriado, não como “objetos de pesquisa”.

determinado tempo e espaço, portanto um tema nunca estará esgotado, uma vez que nossas posições também não são estáveis e perpétuas (POPPER, [1963] 1972; ENGLAND, 1994).

Nossas posicionalidades, argumenta Rose (1997), se articulam em uma geografia multidimensional das relações de poder. A colonialidade do poder, do saber e do ser, apresenta-se também no ato de pesquisar. Não é difícil haver uma barreira entre nós (do meio acadêmico e científico) e as pessoas que gostaríamos de entrevistar (fora do deste meio). No Brasil, a maior parte das pesquisas científicas são realizadas pelas universidades (ESCOBAR, 2019), as quais também são criação da modernidade, portanto da colonialidade. Assim, as universidades também nos separam e nos colocam em uma relação de poder em relação àquelas/es que não as frequentam. Deste modo, o nosso '*status*' de pesquisadoras/es, nosso gênero, nossa classe, nossa raça, enfim, nossas posicionalidades, podem ser recebidas com rispidez e/ou cautela por aquelas/es que não se identificam conosco (ENGLAND, 1994; ROSE, 1997; ORNAT, 2007; MUÑOZ, 2010).

No que diz respeito à Reflexibilidade de nossas posições, é necessário que as relações de poder existentes entre pesquisador/a, pesquisa e pesquisada/o fiquem claras, pois é através desta visibilidade que as dinâmicas *insider/outsider* ficam evidentes, tornando-as passíveis de serem desafiadas e desestabilizadas.

Segundo Rose (1997), geógrafas feministas desenvolveram duas táticas acerca da Reflexibilidade. A primeira implica que devemos compreender as relações de poder por uma perspectiva escalar, desde a escala do corpo e do cotidiano à escala nacional e global, em uma relação dialógica. A segunda tática diz respeito à uma distribuição do poder. Uma vez que a/o pesquisador/a detém o lugar de fala em sua pesquisa, esta/e pode transferir este lugar para as pessoas que estão sendo pesquisadas. Uma outra tática não mencionada pela autora, mas que achamos pertinente, é a compreensão de que somos sujeitos interseccionados por diversas relações de poder, assim, podemos estar tanto na posição de subordinadas/os, como de autoridades, simultaneamente. Por mais que estas intersecções não estejam sob nosso total controle, ainda temos a capacidade desafiá-las e desestabilizá-las através da Reflexibilidade.

Podemos e devemos estudar grupos sociais os quais não pertencemos, afinal, como colocado por Rose (1993), somos *insiders* e *outsiders* simultaneamente. Influenciamos as pessoas as quais estamos estudando, da mesma forma que estas

influenciam nossas ideias e a nós mesmas/os. Uma pesquisa, certamente, não terminará da forma em que foi pensada inicialmente, pois para além das nossas posicionalidades no ato de pesquisar, para além de toda a troca que fazemos com as pessoas que pesquisamos, necessitamos refletir sobre este processo e sobre os resultados que estamos alcançando. Portanto, a Reflexibilidade, nada mais é, do que um processo pessoal de autodescoberta e autocrítica.

Para hooks (2019), perceber sua posição como mulher, em meio a uma identidade negra, não foi tão simples, do mesmo modo, para Muñoz (2010) reconhecer sua posição como latina e *queer*, principalmente em sua pesquisa, também não foi uma tarefa fácil. Nós optamos por trabalhar em nossas pesquisas com pessoas que possuem identidades de gênero e orientações sexuais diferentes das nossas, logo, encontramos vantagens e desvantagens no meu processo de pesquisa, justamente por termos pontos de intersecção com as pessoas que entrevistamos, como por ter pontos de abjunção.

Os feminismos voltaram-se (e ainda se voltam, com algumas exceções) para as experiências de mulheres cis-heteronormativas e brancas. Do mesmo modo, *queer* enquanto uma palavra original de línguas germânicas, não possui tradução para línguas latino-americanas, voltando-se também para experiências específicas do Norte Global. Por isso a necessidade de se pensar teorias e epistemologias feministas, *queers* e pós-coloniais (ou decoloniais) no Sul Global, para que reflitamos sobre quais são as nossas referências, quais pessoas estamos dando voz em nossas pesquisas, e se estamos desestabilizando os poderes hegemônicos ou se estamos apenas fortalecendo-os.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os colonizadores europeus chegaram na América, a imposição de seus costumes e o massacre das culturas preexistentes criou uma série de hierarquias (GROSFOGUEL, 2007). Dentre elas estão a hierarquia etnicorracial que privilegia europeus (ocidentais) sob não-europeus, a hierarquia de gênero que privilegia homens sob mulheres e pessoas com outros gêneros (à exemplo de *Two Spirit* da América do Norte), a hierarquia heterossexual em detrimento de outras sexualidades, a hierarquia epistêmica que considera como válido apenas o conhecimento produzido na Europa ou sob os pilares da ciência moderna, separando o que é produzido no Norte como teoria e o que é produzido no Sul como

folclore e cultura. Além disso, existe ainda a hierarquia que privilegia as línguas faladas no oeste europeu (as quais também possuem uma hierarquia entre si) em detrimento da língua materna dos nativos (MIGNOLO, 2004; KULPA; SILVA, 2016), dentre muitas outras hierarquias que criaram a narrativa de que apenas o que vem da Europa, ou está sob controle europeu, é válido.

Estas hierarquias produziram e reproduzem a ideia de que um único ponto de vista é correto e, portanto, científico: o ponto de vista do homem branco, europeu, heterossexual, cisgênero, dentre outras identidades dominantes, determinadas pelo Norte Global.

A Posicionalidade, como visto, é uma das bases para as epistemologias pós-coloniais, feministas e *queers*. É uma forma de localizar o olhar que a/o pesquisador/a teve perante o seu tema de pesquisa e, portanto, localizar os próprios resultados da pesquisa. Sabemos que o processo de dar voz é uma via de mão dupla, e que neste processo alguém será silenciado. Uma forma de remediar a universalização dos nossos argumentos, é deixar clara a nossa posição e onde pretendemos chegar com ela.

A teorias feministas e em especial as teorias *queers*, propõem a Posicionalidade como uma alternativa para se vencer binarismos dentro das pesquisas e da Academia. Mas a Posicionalidade, por si só, não é suficiente para trazermos à luz o silenciamento abstrato (epistemologias, métodos e teorias) e concreto (o cotidiano dentro e fora da Academia) sofrido por determinadas pesquisas e por determinados sujeitos que fogem dos padrões dominantes. Por isso, em adição à Posicionalidade, é necessário que tenhamos Reflexibilidade sobre as nossas posições e nossas escolhas metodológicas e epistêmicas.

As Geografias Feministas, a Geografia *Queer*, as Geografias Negras e a Geografia Pós-colonial latino-americana têm a tarefa de contestar a colonialidade do poder, do saber e do ser, ou seja, contestar as construções coloniais não só em torno do gênero, mas da sexualidade, da raça, da classe, e todas as nossas identidades (MUÑOZ, 2010; SILVA; ORNAT, 2020). Mas para além de uma contestação, estas Geografias precisam buscar e precisam propor novas práticas científicas e pedagógicas que sejam antirracistas, antissexistas, anti-

LGBTQIAP+fóbicas¹³, anti-capacitistas, anti-generacionistas, dentre outros preconceitos enraizados em virtude do colonialismo.

Ressaltamos que a Posicionalidade e a Reflexibilidade não encerram todos os nossos problemas de pesquisa na Geografia ou qualquer outra Ciência, mas são apenas um caminho que podemos seguir para evitarmos generalizações e silenciamentos no campo da ciência ou mesmo em nossas práticas cotidianas mais banais.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº11, mai/ago, 2013, p. 89-117.

BROWNE, K.; NASH, C.J. *Queer methods and methodologies: an introduction*. *In: BROWNE, K.; NASH, C.J. Queer methods and methodologies: intersecting queer theories and social science research* England: Ashgate, 2010. p. 1-24.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [Formato Epub]

ESCOBAR, H. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. **Jornal da USP**, São Paulo, 5 set. 201. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>. Acessado em: 06/06/2021.

GROSFOGUEL, R. The epistemic decolonial turn. *In: Cultural Studies*, England, v. 21, nos. 2-3, mar/mai, 2007, p. 211-223.

hooks, b. **E eu não sou uma mulher? : mulheres negras e feminismo**. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tentos, 2019. [Formato Epub].

ENGLAND, K.V.L. Getting Personal: Reflexivity, Positionality, and Feminist Research. *In: Women in the Field*. v. 46, n. 1, 1994, p. 80-89.

¹³ A sigla diz respeito a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e pessoas que fujam dos padrões cis-heteronormativos, mas que não desejam identificar-se com uma identidade em específico.

KULPA, R.; SILVA, J.M. Decolonizing *Queer* Epistemologies, *In*: BROWN, G.; BROWNE, K. **The Ashgate Research Companion to Geographies of Sex and Sexualities**. Farnham: Ashgate, 2016. p. 139-142.

LEGG, S. Para além da província europeia: Foucault e o pós-colonialismo. *In*: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 34, jul/dez, 2013, p. 259-289.

MIGNOLO, W.D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. *In*: SANTOS, B.S.S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 667-710.

MUÑOZ, L. Brown, *Queer* and Gendered: *Queering* the Latina/o ‘Street-Scapes’ in Los Angeles. *In*: BROWNE, K.; NASH, C.J. **Queer methods and methodologies: intersecting queer theories and social science research** England: Ashgate, 2010. p. 55-68.

ORNAT, M.J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

OYĒWÙMÍ, O. **The invention of women: making an African sense of western gender discourses**. Minnesota: Minnesota Press, 2001.

POPPER, K.R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.

ROOKE, A. *Queer in the Field: On Emotions, Temporality and Performativity in Ethnography*. *In*: BROWNE, K.; NASH, C.J. **Queer methods and methodologies: intersecting queer theories and social science research** England: Ashgate, 2010. p. 25-39.

ROSE, G. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, G. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *In*: **Progress in Human Geography**, v. 21, n 3, 1997, p. 305-320.

SILVA, J.S; ORNAT, M.J. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. *In*: **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, jan, 2020, p. 163-171.

SILVA, J.S; ORNAT, M.J. CHIMIN JUNIOR, A.B. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista!’ Posicionalidade e Reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. *In*: **GEOpraphia**, v. 19, n. 40, mai/ago, 2017, p. 11-20.

INVISIBILIZAÇÃO DE MULHERES COMO VÍTIMAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CADEIA NELES NO INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19

Liz Paola Brunetto¹

Tamires Ferreira Coêlho²

Nealla Valentim Machado³

RESUMO

Este artigo visa analisar como a narrativa construída pelo programa policiaisco *Cadeia Neles*, transmitido no estado de Mato Grosso, aborda casos de mulheres vítimas de violências na região. O corpus do artigo se concentra nos casos de agressões contra mulheres veiculados pelo programa entre 16 de março de 2020 e 16 de maio de 2020, no início da pandemia do coronavírus no Brasil. Os casos observados foram organizados em uma tabela para visualização e identificação de padrões/continuidades da cobertura. Foi possível constatar que o programa *Cadeia Neles* se articula a uma lógica hegemônica de produção jornalística, agindo violentamente sobre mulheres a partir de elementos discursivos que as invisibilizam como vítimas.

Palavras-chave: Cadeia Neles. Violência contra a mulher. Jornalismo

Duas pandemias: violência contra a mulher em contexto de isolamento social

A pandemia mundial em decorrência do novo coronavírus⁴ traz consigo a sensação de temor constante. Com quase 500 mil vítimas de Covid-19 em todo o Brasil, há outro perigo que vai além do risco de contaminação e adoecimento para uma parcela expressiva da sociedade: as mulheres. Durante o primeiro trimestre de 2020, foi recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o distanciamento social com o intuito de frear o contágio. Para mulheres que sofrem com violência doméstica, a proteção contra o vírus significou maior exposição a agressões.

Durante esse período, segundo a Agência Patrícia Galvão⁵, houve um aumento significativo tanto nos casos de feminicídio quanto de agressão contra as mulheres em todo o país. Os feminicídios aumentaram 22% nos meses de março e abril de 2020 em 12 estados analisados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹ Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMT; Doutora em Comunicação Social pela UFMG.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) e Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

⁴ A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. O quadro clínico varia de infecções assintomáticas a problemas respiratórios graves.

⁵ Com 19 anos de atuação, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização feminista de referência nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação.

A Ponte Jornalismo⁶, na série “Um vírus e duas guerras”, apontou que em dois meses – março e abril de 2020 – 195 mulheres foram vítimas de feminicídio no país (UM, 2020). A matéria de abertura da série, publicada no dia 18 de junho de 2020, alerta para a potência que a pandemia conferiu à violência contra a mulher. Além dos desafios enfrentados na pandemia, o convívio diário (às vezes integral) com o agressor se tornou uma prisão para mulheres em situação de violência. Com o objetivo de analisar como a narrativa construída pelo programa policiaisco *Cadeia Nelas*, transmitido na TV aberta do estado de Mato Grosso, aborda casos de mulheres vítimas de violências na região durante o início da pandemia de Covid-19, apresentamos, além da contextualização, conceitos de base para esta investigação.

Segundo Izabel Gomes (2017), existem três vertentes de reconhecimento dentro dos estudos feministas para teorizar e direcionar políticas públicas de combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio. A primeira tenta reconhecer o fenômeno a partir de todas as mortes violentas de mulheres, não somente o assassinato de mulheres, mas a mortalidade materna, mortes por abortos mal sucedidos e outras cuja ocorrência tem como causa principal a discriminação e as desigualdades de gênero. A segunda vertente, ainda de acordo com Gomes (2017), reconhece o fenômeno do feminicídio somente a partir do assassinato de mulheres, para compreender o conjunto de singularidades que o compõem. E a terceira vertente compreende a temática da judicialização dos assassinatos de mulheres, como a própria teorização da temática, e de como pensar epistemologicamente o feminicídio por meio de teorias feministas. Em comum, Gomes (2017) diz que todas essas vertentes querem destacar a letalidade dessa violência direcionada contra um gênero específico e a não acidentalidade de atos violentos direcionados ao feminino.

Gênero é aqui compreendido como “um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, normas estas expressas nas relações destas duas categorias sociais” (SAFFIOTI, 2011, p. 70). São expectativas e determinações sobre duas categorias sociais – *Homens* e *Mulheres* – que estão, portanto, inseridas na dinâmica das relações de poder. Sujeitos de uma mesma categoria se relacionam entre si e também com sujeitos da outra categoria, majoritariamente, de modo a perpetuar as estruturas de poder desiguais entre eles.

⁶ Organização sem fins lucrativos desenvolvida em defesa aos direitos humanos, abordando violências de estado, raça, gênero e cultura.

O sistema patriarcal se retroalimentaria, portanto, das práticas sociais que têm como suporte as ideologias patriarcais e é desenvolvido de modo a forjar “uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito” (SAFFIOTI, 2011, p.136). Isso torna difícil e desafiadora a interpelação do sistema para promover mudanças palpáveis, o que não significa dizer que a mudança não possa acontecer. A empreitada requer esforços constantes para ressignificar práticas sociais largamente aceitas, tornando esse processo demasiadamente lento.

Judith Butler (2014) trata sobre a construção e regulação das normas de gênero. A partir disso observamos o poder que esse processo adquire na (re)produção de violências contra este grupo específico da sociedade – as *Mulheres*. Para a autora, as normas são o que conferem inteligibilidade para que sejam validadas as ações dos sujeitos e conferidas como práticas sociais aceitas, como um consenso dentro de uma determinada sociedade, criando parâmetros para a legibilidade dessa ação e estabelecendo aquilo que é reconhecido como sendo de domínio social (BUTLER, 2014, p. 253). É nesse contexto que se estabelecem as normas do “masculino” e do “feminino”, uma espécie de acúmulo de expectativas sobre o comportamento dessas categorias sociais. Os sujeitos são “moldados” ao papel que se espera que eles desempenhem como membros de determinada cultura e o papel subjugado reservado socialmente à mulher desencadeia invisibilidades que se manifestam em violências de todas as ordens.

Há, no entanto, outras variáveis determinantes que podem potencializar o cenário de violência contra a mulher, como no contexto brasileiro. A ideia da colonialidade contribui para pensarmos as interseccionalidades que atravessam essa discussão, que pode “ser brevemente conceituada como dinâmicas econômicas, políticas e sociais que foram criadas com a colonização, mas que perduraram até os dias de hoje, séculos após o fim do sistema colonial” (BARRETOS; MAIA, 2020, p. 85). Na atualidade ainda é possível perceber as marcas desse sistema calcado no emprego e exploração da mão de obra escrava e na profunda violência contra esses sujeitos escravizados. Portanto, a violência é atravessada pela raça e classe dessa mulher violentada, determinando muitas vezes outras potenciais violências cometidas contra ela.

Introduzimos a metáfora do nó, de Saffioti, discutida aqui por Daniele Motta (2018), que também articula gênero, raça e classe como inerentes às diferentes manifestações de violência contra a mulher. A diversidade cultural que o país abriga não deveria, mas manifesta desigualdades que culminam em violência.

Nessa engrenagem as representações têm um papel fundamental, podendo ser (re)produzidas de modo a endossar as diferenças que geram violências ou de questioná-las por meio de outros prismas. Entendemos representações como uma espécie de “espelho” que determinada sociedade, em determinado tempo, tem sobre um assunto específico, sujeito, grupo ou objeto. Essa função de “espelhar”, no entanto, não é no sentido de imitação da realidade e sim como “uma operação de apropriação e de invenção a partir de elementos daquilo que é representado” (CORRÊA; SILVEIRA, 2015, p. 208). O ato de representar ou de ser representado é um processo ativo que se apropria do conjunto de estoques de significado que os sujeitos dentro de uma sociedade atribuem ao que está sendo representado.

Uma das facetas que a representação apresenta é a estereotipagem, que detém características específicas, dentre elas uma natureza mais estática, por assim dizer. “As representações que resistem à complexidade e à transformação podem ser chamadas de estereótipos, que apresentam como características principais o engessamento e a limitação de sentidos possíveis, tendendo a dicotomias redutoras e maniqueísmos” (CORRÊA; SILVEIRA, 2015, p. 212). O processo de elaboração de um estereótipo se inicia na apropriação de algumas poucas características de fácil compreensão e reconhecidas pelo senso comum daquilo a ser representado; o próximo passo seria o ato de reduzir o objeto representado a essa quantidade limitada de características, que posteriormente será exagerada e logo simplificada (HALL, 2016, p. 191).

Um estereótipo é o reflexo amplificado dos reducionismos de sujeitos ou grupos, deixando uma infinidade de especificidades à margem. Segundo Hall (2016), dividem em extremos opostos os seus representados, tornando-se, portanto, uma forma de manutenção dos limites de sentido, que, nos estereótipos, são mais rígidos, dividindo o que é normal do que é anormal, o que é aceitável e o que não é; dessa forma, mais do que regulador de gêneros, se torna um mecanismo de regulação de poder.

Pesquisando o *Cadeia Neles*

O objeto empírico de referência neste artigo é o telejornal policial *Cadeia Neles*, que completa 28 anos de programação em 2021. A popularidade e tradição junto à população mato-grossense, por si só, justificam a importância da análise desse programa que se pretende jornalístico e popular. A transmissão do *Cadeia Neles* é realizada pela atual TV Vila Real, afiliada da Record TV em Mato Grosso. Em 1993 o programa inaugurava⁷ a grade de programação local da retransmissora e, essa foi uma estreia bastante simbólica, pois, durante o período, as produções regionais não ocupavam um espaço significativo dentro das programações de uma maneira geral. Devido à identificação que gerou nos telespectadores, dentro de pouco tempo se tornou líder de audiência, lugar⁸ que ocupou por quase duas décadas. Consolidado desde o período de sua estreia e ocupando o horário nobre⁹ da programação local do estado, o programa foi desenvolvido para ser o “carro chefe” da emissora.

As reportagens analisadas foram coletadas a partir dos 54 programas veiculados entre 16 de março e 16 de maio de 2020. Concentramos a análise em casos específicos de violência física cometidos contra mulheres. Ao todo, durante esse período, foram veiculados pelo programa 14 casos que se enquadravam no recorte selecionado para este artigo – casos em que mulheres foram agredidas. A partir da observação desse corpus foi realizada uma tabela (Tabela 1) de modo a quantificar informações que se repetiam nas reportagens produzidas.

Tabela 1 – Casos de agressão contra mulheres (vítimas vivas)

Tabela geral dos casos de agressão contra a mulher (vítima viva – 14 casos)					
Início do programa	06	Revela imagens da vítima	11	Mulher como autoridade	00
Meio do programa	04	Revela imagens do agressor	08	Repórter homem	14
Fim do programa	04	Entrevistou vítima	08	Repórter mulher	00
Na capital	13	Entrevistou agressor	05	Vítima com medida protetiva	00
No interior	01	Agressor ex	02	Traz justificativa/Motivo	14
Traz jargão policial	09	Agressor atual	06	M – não aceitou a separação	01
Teve fonte policial	04	Agressor outro	06	M – ciúmes ou traição	02
Apenas Fonte policial	02	Arma branca	04	M – entorpecentes ou doenças	07

⁷ Informações sobre o período de estreia do programa: disponível em <<https://www.gazetadigital.com.br/suplementos/teve/tv-record-canal-10-completa-dez-anos/20235>>. Acesso em 25 de jun. de 2020.

⁸ Informações sobre a posição de liderança do programa e a atual disputa acirrada entre as concorrentes: disponível em <<https://www.leiagora.com.br/noticia/64900/cadeia-neles-perde-a-lideranca-no-ibope-em-cuiaba-apos-17-anos-globo-lidera>>. Acesso em 25 de jun. de 2020.

⁹ O horário nobre no Estado de Mato Grosso, para as programações locais, é de 11h a 12h30, segundo IBOPE: disponível em <<https://www.leiagora.com.br/noticia/64900/cadeia-neles-perde-a-lideranca-no-ibope-em-cuiaba-apos-17-anos-globo-lidera>>. Acesso em 25 de jun. de 2020.

Fonte Feminina	08	Arma de fogo	00	M – briga ou agressividade	09
Outras fontes	09	Outros meios p/ violência	10	Chamado de violência doméstica	07

Fonte: elaboração própria.

Narrativas desiguais e violentas

A apresentação dos casos se deu de forma pulverizada ao longo do programa, seis deles foram trazidos no início da sequência de matérias do dia de veiculação, quatro no meio e quatro no fim da programação. Dentre os 14 casos de agressão contra mulheres veiculados pelo programa no período selecionado, 13 deles apresentavam histórias que aconteceram na região metropolitana (Cuiabá e Várzea Grande). Esse é um indício que aponta para a interiorização da violência contra a mulher, o que ganha reforço se o cenário estadual for observado; dentre os 141 municípios de Mato Grosso, apenas oito¹⁰ contam com Delegacias especializadas para o atendimento de mulheres vítimas de violência, quantia insuficiente para as demandas, o que torna a subnotificação dos dados um desafio para dimensionar os reais números. Se a denúncia não chega até as delegacias, que estão entre as principais fontes do *Cadeia Neles*, o programa e a mídia, de uma maneira geral, que também se beneficiam dessas fontes, não chegam até essas mulheres e mais uma vez há uma invisibilização da profundidade real do problema.

Notamos uma presença policial emblemática, seja pelas fontes entrevistadas, pelo dialeto característico da rotina policial observado na narrativa ou até mesmo o ambiente em que as reportagens são construídas – a delegacia. Em nove dos 14 casos foi constatada a presença de jargões policiais. Em quatro dos casos houve entrevistas com policiais e, em dois deles, eram as únicas fontes. Quanto às demais pessoas entrevistadas, em oito casos as vítimas foram entrevistadas e, em cinco deles, os agressores.

Em todos os casos selecionados as matérias foram conduzidas por repórteres homens. Durante o período em que nos debruçamos sobre o material, em nenhum dos dias o programa foi conduzido por uma mulher e, para arrematar essa presença masculina em posição de poder, detectamos que em nenhum deles houve a presença de mulheres em posição de autoridade, como poderia ocorrer no caso das fontes policiais. Foi possível, portanto, constatar que a narrativa construída pelo

¹⁰ Essas unidades estão instaladas nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças, Tangará da Serra, Sinop e Primavera do Leste. Dados retirados do site Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP).

programa é predominantemente masculina, mantendo essa categoria social – o *Homem* – em uma posição privilegiada e ainda reforçando o estereótipo da mulher como um ser mais emocional e menos racional (SAFFIOTI, 2011).

Outro dado significativo, que demonstra o papel inferiorizado da *Mulher* nas representações construídas pelo programa, trata da veiculação da imagem de vítimas e agressores. Em 11 dos 14 casos tivemos as imagens das vítimas veiculadas; em contrapartida, em oito deles observamos as imagens dos agressores reveladas. Ainda mais importante do que a quantidade de vezes que essas imagens foram apresentadas é a forma com que foram feitas essas veiculações. Notamos a repetição de imagens fragmentadas quando as vítimas foram mostradas no programa, ou seja, foram enquadradas apenas partes dos corpos dessas *Mulheres*. Isso, no entanto, não foi feito de forma a preservar a identidade, o que pode ser constatado pelo tratamento dado a essa imagem e pelo próprio enquadramento feito de forma sexualizada, além das vozes dessas vítimas não terem sido alteradas. Dentre os 11 casos que veicularam imagens das vítimas, notamos essa fragmentação em seis; e não há essa característica nas imagens dos agressores.

É recorrente que o programa faça alusão à separação de vítimas e agressores como uma solução simples que resolveria a problemática da violência contra a mulher, algo corriqueiramente usado para culpabilizar essa vítima, remetendo ao discurso de que “se tivesse se separado a tempo, a agressão não teria acontecido”. O apresentador, diversas vezes, tece duras críticas à mediada protetiva, instrumento legal que visa a proteção da vítima em situação de relação violenta e prevê o distanciamento entre agressor e vítima. Entretanto, notamos que em nenhum dos casos veiculados em que mulheres foram agredidas as vítimas tinham essa proteção legal. Diante disso, seria uma medida tão ineficaz assim?

Em seis dos 14 casos, os agressores eram companheiros das vítimas, os outros seis eram outros tipos de familiares ou que tinham relação de proximidade com essas mulheres e em apenas dois dos casos os agressores eram ex-companheiros das vítimas. A justificativa ou motivação para a agressão na narrativa do *Cadeia Neles* girou majoritariamente em torno do uso de entorpecentes ou da suposta presença de doença mental ou psicológica (em sete casos) – apontando para a patologização como mecanismo de atenuar a culpa do agressor –, ou devido ao estado de agressividade em que o agressor se encontrava (em nove dos casos). Em um caso a justificativa foi o fim da relação e em dois deles a motivação foi ciúme

ou traição. Outro ponto que vale ser destacado é o fato de nem sempre os casos serem tratados como violência doméstica (termo utilizado em apenas metade deles), demonstrando uma invisibilização das especificidades da própria violência.

Inversão de papéis: culpabilização da vítima como estratégia discursiva

Trazemos, dentre os 14 casos coletados, dois deles para exemplificar mais um mecanismo de invisibilização da *Mulher* como vítima, por meio da culpabilização pela agressão sofrida. O primeiro caso foi noticiado no dia 18 de março de 2020: a vítima sofreu um “Salve¹¹” e a agressão teria sido uma resposta por uma suposta traição cometida pela vítima. A partir das imagens veiculadas pelo programa foi possível constatar que o “traído” estava presente no momento da agressão.

O apresentador inicia falando que o “Tribunal do crime” de uma facção criminosa aplicou um “Salve” em uma mulher e em um homem, depois de uma suposta traição: “É um tal de ai, ai, ai”, diz o apresentador em tom irônico, diminuindo a violência da agressão cometida contra as duas vítimas – sem mencionar o caso como uma violência doméstica ou violência contra a mulher, apesar de nitidamente se encaixar em tal classificação, levando-se em consideração o envolvimento das partes: vítima e agressor.

Durante o vídeo é possível ouvir a mulher pedindo desculpas, um dos agressores (a imagem indica mais de um) desconsidera o pedido e solicita que ela conte a história; a vítima, chorando, diz que fez aquilo após a traição do marido. A justificativa não foi aceita e o interlocutor retruca: “Você, sendo casada, porque você deu ideia?”. Durante a sessão de espancamento é possível ouvir “homem você tem que respeitar!” (como havia muitos gritos durante a filmagem as frases são de difícil entendimento), deixando implícita uma diferença de comportamentos toleráveis para homens e mulheres, de modo que a mulher não precisaria ser respeitada tanto quanto o homem e que a traição é aceitável dependendo do gênero.

A partir da narrativa criada pelo programa conclui-se que a mulher não merece respeito, pelo menos não quando a vítima é “marmita¹²” de outro homem.

¹¹ Agressão cometida por facções criminosas, principalmente contra mulheres jovens, como uma forma de “castigo” por alguma ação dessa mulher que possa ter prejudicado a facção ou mesmo alguma ação que fira os preceitos morais e éticos preestabelecidos por aquele grupo criminoso.

¹² O termo “marmita” de homem é usado em sentido pejorativo à imagem de uma mulher. Pode ser relacionado a uma relação extraconjugal ou a envolvimento sexuals passageiros, sem compromisso.

Em apenas 15 segundos de comentários finais o apresentador foi capaz de culpabilizar a vítima e atenuar a culpa do agressor, a vítima foi agredida porque supostamente “traiu” e o agressor “só” bateu porque foi traído: “Comer marmita dos outros pode acontecer isso aí, vai comer marmitex dos outros, vai pegar um salve desses aí”.

Em nenhum momento o programa associou a agressão a uma violência doméstica. Ao final, sequer se atentou a comentar sobre a mulher que também foi agredida, referindo-se a ela como sendo uma “marmita”, um bem perecível que satisfaz a fome; neste caso, um bem perecível que satisfaz os desejos sexuais, se referindo à traição, pois, um sentido popular dado à palavra “comer” é relacionado ao sexo. Essa gíria é permeada de uma ideologia sexista na qual é percebida a inversão dos fenômenos, visto que o órgão sexual da mulher se assemelharia mais com uma boca, entretanto, se considera que é o homem quem “come” (SAFFIOTI, 2011, p. 33), protagoniza a ação. Notamos uma proposta implícita nesse discurso: o programa legitima o crime cometido contra as mulheres em defesa da “honra¹³” – de um homem –, usando o comportamento da vítima como justificativa para agredir ou matar essas mulheres. Se levamos em consideração o contexto da agressão contra a mulher cometida por meio de um “Salve”, isso fala muito do tratamento dado para a traição quando cometida por uma mulher. Por que ela está sendo torturada enquanto o homem, que teria tido a mesma atitude, orchestra a tortura? Observamos dois pesos e duas medidas para o mesmo “crime”, que envolve a sexualidade da mulher, supostamente capaz de ferir a “honra” de um homem.

O segundo caso selecionado foi ao ar no dia 23 de abril de 2020: a vítima foi agredida pelo namorado após uma discussão e o destaque dado ao caso foi o fato de a agressão ter ocorrido no dia em que a vítima conseguiu dinheiro para fazer uma festa de aniversário para o seu companheiro. O repórter dispara: “Mas, se não dá mais certo, por que que não separa, moça? Pode acontecer algo pior” (remetendo a um feminicídio). O repórter ainda questiona “Você avançou nele ou não?”, o que poderia ser mais uma tentativa de “justificar” a agressão sofrida pela mulher.

O significado é atribuído devido à relação feita com o significado literal da palavra, a marmita é uma refeição fora de casa ou pedida excepcionalmente quando não se teve tempo para cozinhar.

¹³ O argumento de defesa da honra para cometer crimes de agressão ou assassinato de mulheres, atualmente não pode mais ser usado judicialmente desde março de 2021 – o que representa um avanço –, entretanto, essa narrativa permanece na mídia, às vezes de maneira velada, em outras, nem tanto, como no caso do programa no qual essa narrativa se torna clara.

A vítima, que é adolescente (a idade exata não foi informada pelo programa), teria visto uma mensagem de uma ex-namorada no celular do agressor e, ao questioná-lo, foi agredida. Ela contou que organizou uma festa surpresa para comemorar o aniversário do namorado naquele dia, relatou também que, no dia anterior, já havia sido agredida. Enquanto o agressor era encaminhado até a viatura, o repórter o acompanhou e indagou: “No dia do seu aniversário, sua namorada gasta dinheiro para fazer o seu aniversário e você ainda bate nela?”. Chamou nossa atenção, a ênfase dada para o fato de a vítima ter organizado a festa após ter sido agredida no dia anterior e, mesmo tendo organizado a festa, ter sido novamente agredida. É possível perceber dois sentidos articulados à narrativa: a boa namorada que, mesmo organizando uma festa, apanha; e o questionamento dado à ação de ter organizado a festa mesmo após ter sido agredida. A fala do apresentador é representativa: “Nada justifica uma agressão contra a mulher. Eu só não entendi uma coisa: ela, no dia anterior, disse que levou um soco no rosto desse vagabundo, e aí, no dia seguinte, faz uma festinha pra ele? Por que não foi na polícia no dia anterior denunciar?”. Mesmo sendo considerada pelo programa uma “boa namorada”, ainda é responsabilizada pela agressão cometida contra ela.

É possível ver como, em cada um dos casos, a responsabilidade das agressões sofridas é sempre atribuída, de alguma forma e em alguma medida, às mulheres vítimas da agressão. Essa estratégia discursiva naturaliza a *Mulher* como responsável pelas agressões sofridas, algo tão problemático e violento quanto a própria violência cometida pelo agressor.

Revitimização de mulheres no *Cadeia Neles*

Constata-se que o programa possui uma instância pedagógica (COSTA, 2007) que, a partir da sua perspectiva, comunica aos telespectadores valores éticos e morais, naturalizando, a partir desses ensinamentos predeterminados implícitos e explícitos, o “lugar” de cada um dos sujeitos na sociedade. Esses “lugares” que o programa estabelece perpetuam relações de poder desiguais (SAFFIOTI, 2011), promovem violências. O programa sugere que os telespectadores permaneçam em suas relações de poder desiguais e se mantenham em seus papéis determinados por padrões de gênero, raça e classe, ainda que tenhamos destacado mais o gênero neste artigo.

Ao longo de toda a narrativa criada pelo programa, notamos elementos discursivos que invisibilizam as mulheres como vítimas nos casos de agressão cometidos contra elas. Apesar de terem suas imagens mais veiculadas no programa, se comparadas com as de agressores, essa veiculação é feita ancorada em estereótipos de gênero e não de modo a conferir uma representatividade a elas. As vítimas são entrevistadas majoritariamente no ambiente das delegacias, assim que sofreram as violências, e notoriamente estavam emocionalmente afetadas. Isso, associado ao fato de que nenhuma mulher foi posta em posição de autoridade, demonstra o “lugar destinado” para as mulheres no programa – lugar da emotividade ou histeria, sempre associada a características do feminino (SAFFIOTI, 2011), um lugar subalterno, de menos prestígio.

As imagens veiculadas de forma fragmentada pelo programa reforçam a falta de cuidado em relação às vítimas. A sexualização delas se articula ao fato de terem sido expostos o colo, as pernas ou outras partes dos corpos enquadradas de forma tão próxima que, por vezes, foi impossível identificar de que parte se tratava.

“O corpo, os sentidos e as emoções são instrumentos partícipes das práticas, e, quando percebidos em suas dimensões culturais e cognitivas, podem tornar-se potentes para melhores ações” (MORAES; SILVA, 2019, p. 19). No entanto, as mulheres vítimas de agressões domésticas e familiares não se tornaram sujeitas, e sim, partes de um corpo sem identidade, sem história e sem subjetividades – um objeto. O fato de o programa não usar mecanismos que efetivamente evitem a identificação da vítima denota uma falta de preocupação com essa fonte. A impressão é de que essa fragmentação é parte de uma espécie de protocolo descuidado que encena a preocupação com a integridade da vítima, mas que continua expondo-a de forma desnecessária, promovendo uma nova forma de violência.

Associando os elementos anteriormente citados à culpabilização da vítima, concluímos que o programa *Cadeia Neles* atenua a responsabilidade e a culpa do agressor, transferindo-as para a vítima ou até mesmo a elementos internos (como doenças psicológicas) e externos (em caso de uso de bebidas alcoólicas e demais entorpecentes), individualizando um problema social, sistêmico e estrutural, tratando como exceções os casos em que *Homens* vitimam e matam *Mulheres*. A culpa não é direcionada à categoria social *Homem* e, quando é atribuída a um sujeito, isso é feito de maneira a representá-lo como uma exceção, um estereótipo de exemplar “ruim”

ou “danificado” do todo. Essa patologização do agressor é empregada como uma estratégia discursiva que mascara a tentativa de manter os privilégios da categoria *Homem* que está em posição de poder. Em contrapartida, as *Mulheres* sim são vistas como responsáveis pelos crimes contra elas cometidos, porque “não deveriam estar na rua em determinado horário”, ou porque “traíram”, ou ainda porque “não terminaram a tempo de evitar o pior”, apesar de esse não ser um discurso tão explícito à primeira vista (em alguns casos é mais do que explícito, inclusive teatralizado), mas essa construção fica clara com uma análise mais profunda.

É possível dizer, então, que a construção da narrativa da violência contra a mulher no programa *Cadeia Neles*, gestada em um sistema patriarcal, torna-se a representação máxima, o ápice desse patriarcado. O programa se configura como mais um mecanismo de regulação das mulheres e de violência contra aquelas que são ali representadas. As produções permeadas por contradições são, assim como a patologização do agressor, uma estratégia discursiva e, conseqüentemente, narrativa que mascara a violência em si. A partir dessa construção as vítimas podem se culpabilizar pela situação de violência sofrida.

REFERÊNCIAS

BARRETOS, Dayane do Carmo; MAIA, Marta R. confinadas com seus próprios agressores: narrativas jornalísticas de violências contra as mulheres no contexto da pandemia. In: MAIA, Marta; PASSOS, Mateus Yuri (Org.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: epistemologias dissidentes**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 42, p. 249-274, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>.

CORRÊA, Laura Guimarães; SILVEIRA, Fabrício José N. da. Cap.16 - Representação. In: VEIGA, Vera França; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo (org.). **Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: PpgcomUfmg, 2015. p. 208-215.

COSTA, Gilson Moraes da. **O percurso da violência na cultura: um olhar sobre o telejornal Cadeia Neles**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas** 26(2), Florianópolis, 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2016.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA TEM RAÇA E TEM GÊNERO: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual daCompós. **Anais...** Porto Alegre, 18 de jun. 2019.



MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando HeleiethSaffioti. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 149-160, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Graphium, 2011.

UM vírus e duas guerras: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. **Ponte**, 18 de jun. de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid--19/?fbclid=IwAR0IPrnb-X7e4jKX276K28ltl3WYz-vizU_1ObzZoS6q1psQnT1tV2dfxa4>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM TEMPOS PANDÊMICOS: Um olhar crítico sobre o tratamento legal do tema no Brasil de 2019 a 2021.

Stéphanie Riccio Simões¹

Acácia Batista Dias²

RESUMO

A violência obstétrica, entendida como o tratamento desumanizado à gestante, parturiente ou puérpera é uma realidade no Brasil, tanto nas instituições privadas quanto públicas de saúde. Estudos comprovam que uma a cada quatro mulheres, no Brasil, relatam alguma experiência com este tipo de violência no momento do parto, sobretudo as pretas e periféricas, mas ainda assim, não há legislação oficial sobre o tema. Ao contrário, no contexto pré pandêmico, o que se verificou no Brasil através das atuações do Conselho Federal de Medicina e do Ministério da Saúde, foi uma movimentação no sentido de invisibilizar a questão, o que provocou sérios impactos no cenário de pandemia. Neste artigo, intenciona-se promover uma análise do [des]tratamento jurídico oferecido pelo Estado sobre o tema entre 2019 e 2021, buscando compreender como a sua mitigação, embora não se esgote na esfera legislativo-jurídica, por ela é atravessada.

,Palavras-chave: Violência obstétrica. Pandemia. Mulheres pretas e periféricas.

1.INTRODUÇÃO:

A violência obstétrica pode ser entendida como a violência perpetrada contra mulheres, por agentes e instituições de saúde, públicas ou privadas, durante a gravidez, o parto e o pós-parto que se manifesta através do tratamento desumanizado à gestante, parturiente e puérpera, por meio de humilhações verbais, intervenções médicas forçadas, práticas

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2013). Advogada, especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Damásio (2018) mestra em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2018-2020).

² Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Federal da Bahia (1991), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (1996) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Tem experiência na área de Sociologia, atuando como pesquisadora nas temáticas de gênero, família, violência, sexualidade e juventude. Atuou na equipe do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UEFS. É docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial: Mestrado Profissional.

invasivas sem consentimento, negligência na gestão da dor, e várias outras condutas que aviltam a integridade física e psicológica destas mulheres.

Segundo a Pesquisa da Fundação Perseu Abramo iniciada em 2010, intitulada: “Mulheres brasileiras nos espaços públicos e privados” uma em cada quatro mulheres no Brasil, sofrem algum tipo de violência durante o parto, podendo restar caracterizada a violência obstétrica. Assim, embora esta seja uma realidade indisfarçável, o Brasil – ao contrário de outros países latino-americanos como Venezuela e Argentina - não possui uma regulamentação legal oficial sobre o tema na esfera federal possuindo, apenas, algumas iniciativas isoladas (a exemplo das cidades de Rio Branco, Curitiba e Maceió).

A ausência de regulamentação nacional oficial sobre o tema dificulta a criação de políticas públicas que visam assegurar os direitos fundamentais à construção da cidadania feminina. Contudo, é de se questionar: por que a despeito da existência da violência obstétrica, no Brasil, que faz milhares de vítimas a cada ano, ainda não há um instrumento normativo capaz de regulamentar de forma oficial o tema, pacificando a expressão e delimitando os seus contornos e manifestações?

A quem interessa a ausência de norma regulamentadora e de políticas públicas capazes de assegurar à parturiente, sobretudo às mais vulneráveis (como as mulheres pretas e periféricas) um tratamento humanizado, que leve em consideração a sua autonomia e dignidade enquanto cidadã de direitos, a partir de uma atuação médica anti-hierarquizada, e fundamentada no ideal de alteridade?

No ano de 2019, pouco antes de se instaurar a crise sanitária provocada pelo Covid-19 no Brasil, houve ostensiva tentativa de invisibilização deste tema, perpetrada por órgãos oficiais de saúde que deveriam proteger a mulher gestante e parturiente, o que gera até hoje impactos no campo simbólico.

Em um cenário pandêmico, a situação ganha contornos ainda mais graves: intensificou-se a fragilidade e aprecariedade no atendimento das gestantes e puérperas seja através da implementação de injustificadas medidas restritivas de direitos, seja pela integração tardia deste grupo de pessoas nos programas governamentais de imunização. Neste artigo, pretendemos promover uma análise crítica da omissão legislativa dos órgãos governamentais acerca deste tema e a tentativa de apagamento do mesmo o que, a nosso ver, viabiliza o cometimento de injustiças e violências em tempos normais e , sobretudo, em épocas de crise.

Este artigo objetiva assim, contribuir para o estudo da condição da mulher brasileira no que diz respeito às múltiplas formas de violência obstétrica experimentadas por estas na ocasião do parto, sob um olhar bioético, calcado no princípio da alteridade e da dignidade da pessoa humana, postulando pela urgência e a necessidade da criação de políticas públicas que protejam e garantam os direitos da mulher, sobretudo em tempos pandêmicos.

Dentro deste vasto grupo, daremos especial atenção às mulheres pretas e periféricas, por entender que estas vivenciam de maneira singular esta realidade. Com isto, o intuito é de trabalhar a questão da violência obstétrica sob uma perspectiva transversal, articulando várias categorias fundantes da vida social como gênero, classe e etnia. Isto porque:

[...]os aspectos relacionados às desigualdades de classe [...] que envolvem as chamadas “carências” de natureza sócio-econômica, não são satisfatórios e suficientes para embasar a reflexão sobre a necessidade social e o desenho estratégico de políticas sociais, visto que os contextos sociais nos quais essas políticas se propõem a intervir são eivados por uma pluralidade de conflitos e hierarquias sociais que demandam um esforço de desvelamento e mapeamento de suas lógicas particulares e de suas possíveis interconexões (MACÊDO, 2008, p.1156)

O investimento nesta reflexão, para além de ampliar o conhecimento acerca da realidade de violência obstétrica experimentada de forma singular pelas mulheres pretas e periféricas como o produto de uma cultura patriarcal, pode contribuir de forma significativa para a formulação de propostas de políticas públicas de saúde que “embasadas na amorosidade” (DA SILVA, 2020, p. 84) promova o acolhimento e reafirme a dignidade destas mulheres em um momento tão importante de suas vidas.

2. METODOLOGIA

Para construir uma reflexão acerca da violência obstétrica experimentada pelas mulheres brasileiras em condição de vulnerabilidade, recorreremos a livros, artigos, teses e registros escritos de pensadores que colaboram para a construção do tema tendo a pesquisa um caráter bibliográfico-documental.

Para as discussões sobre gênero e relações de poder mobilizamos como aportes teóricos Miskolci (2018), Saffioti (2004), Pateman (1993) e Foucault (1997); para os tensionamentos entre direito e gênero, nos socorremos dos ensinamentos de Da Silva (2019), Costa e Diniz (2001); no tocante a interseccionalidade, mobilizamos as lições de Crenshaw (2017), Cruz (2017), Macêdo (2008); para discutir a violência obstétrica as lições de Zanardo (2017). Por fim, para travar a importante, porém, aqui, breve discussão sobre direitos fundamentais utilizaremos os ensinamentos de Dworkin (1991). Esses, como também outros autores, estarão presentes nesta discussão.

O levantamento documental também foi realizado para materializar esta pesquisa, servindo a Constituição Federal, os Despachos e Ofícios do Ministério da Saúde, bem como as Resoluções do Conselho Federal de Medicina acerca da violência obstétrica como instrumentos metodológicos de análise.

3. A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO.

Gabriela Zanardo defende que a violência obstétrica pode ser compreendida como uma violação dos direitos das mulheres que resulta na perda de sua autonomia sobre os seus corpos físicos no momento do parto. Nesse sentido, em última análise, a violência obstétrica significa “a apropriação dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais da saúde, através de uma atenção mecanizada, tecnicista, impessoal e massificada do parto” (ZANARDO, 2017, p.05).

Em um país onde 25% das mulheres que passaram pela experiência do parto relatam ter sofrido violência obstétrica, a regulamentação legal do tema é ato urgente para o desenvolvimento dos direitos da mulher, mormente aqueles que dizem respeito às suas liberdades sexuais e reprodutivas. Contudo, o que se verifica é um duplo movimento: ou a questão é ignorada ou, quando é tratada na esfera pública, sofre “contra-investidas” e tentativas de apagamentos como veremos nos próximos tópicos deste trabalho. Esta é, aliás, o que acreditamos ser uma consequência direta de uma estrutura social organizada em torno da desvalorização do feminino.

Em uma sociedade organizada sob a forma de um contrato patriarcal e sexista (PATEMAN, 1993) questões controvertidas típicas de realidades exclusivamente femininas, demoram a alçar o status de “coisa séria” a ser tutelada pelo Estado. O patriarcado³ é entendido como um sistema social em que a primazia do poder político, social - e não raro econômico -, é exercida por homens em detrimento de mulheres.

Nesse esquema singular de formação social, os homens ocupam o mais alto escalão na hierarquia sócio-política e por isso gozam de alguns privilégios, como o domínio, controle e comando sobre as mulheres e demais membros da sociedade; o livre acesso a espaços públicos; e a participação ativa na vida política da sua comunidade sendo, inclusive, a maior parte dentre as pessoas responsáveis pela elaboração do corpo normativo que constituem as leis de um país.

Nessa conjuntura, os homens são o padrão, o modelo, e as figuras centrais que exercem autoridade moral, poder, coação e violência sobre as demais pessoas, naturalizando essas opressões. Para Tânia Rocha Cunha:

[...] o conceito de patriarcado tem valor heurístico e ainda representa um poderoso instrumento de análise. Portanto, é muito importante mostrar que o gênero qualificado — o patriarcal — também constrói imagens do masculino e do feminino, só que com base no processo de dominação — exploração de que as mulheres são alvos dos homens (CUNHA, 2007, p. 34).

³ Para uma conceituação mais acurada do termo, ver: DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173-178.

Assim, uma vez que a “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004) fundada na desigualdade entre homens e mulheres, naturaliza a submissão e sujeição femininas e, portanto, as múltiplas violências que essa existência encerra, são também naturalizadas as humilhações, os abusos e os maus tratos experienciados pelas mulheres – sobretudo as pretas e periféricas – na hora do parto, vistos como circunstâncias integrantes da experiência da maternidade e, portanto, não merecedoras de tutela legal.

Em um país onde um quarto das mulheres que tiveram filhos relatam experiências de violência obstétrica⁴ durante o parto, sendo submetidas a tratamentos desumanizados e degradantes através de humilhações verbais, negligência na gestão da dor, administração de medicamentos sem consentimento e/ou realização de procedimentos invasivos sem autorização, a omissão estatal se não fomenta a violência obstétrica, com ela é cúmplice.

Não é à toa que durante anos, como pontua Salete Maria da Silva (2019), os movimentos feministas fitaram o mundo jurídico com desconfiança e apreensão. Em um país como o Brasil, por exemplo, em que os órgãos legislativos máximos, a saber, Câmara dos Deputados e Senado Federal são constituídos em sua maioria por homens⁵, que se autodeclaram brancos, não é temerário dizer que as suas produções legislativas representarão os seus interesses.

É necessário que estas questões tidas como “tipicamente femininas” ganhem visibilidade, e isso pode acontecer por meio da discussão e debate sobre temas relevantes e caros à realidade das mulheres, na academia, na arena política, nos espaços públicos: pois é a esfera pública que “estratifica e hierarquiza o acesso dos indivíduos às relações que definem o processo de produção e de reprodução da sociedade e dos segmentos que a compõem.” (CUNHA, 2007, p.54). É necessário, assim, promover a “despatriarcalização das estruturas jurídicas e de sua cultura hegemônica que, além de androcêntrica, tem sido histórica e flagrantemente patriarcal e sexista” (DA SILVA, 2019, p.129).

5. A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM RECORTE ÉTNICO.

A violência obstétrica embora seja um evento comum entre as mulheres gestantes, parturientes ou puérperas, parece atingir de forma mais sensível alguns grupos de mulheres em detrimento de outros: dentre as mulheres que mais sofrem com estas práticas, estão as

⁴ Dado da já mencionada pesquisa desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo.

⁵ A Câmara dos Deputados é órgão legislativo federal constituído por Deputadxs Federais que têm como função precípua a representação do povo. No Brasil, a Constituição Federal determina que tenhamos 513 Deputadxs: desses 513, ocupam a Câmara 436 homens em face de apenas 77 mulheres, que ocupam, portanto, menos de 15% da Casa Legislativa em questão. Já o Senado Federal, constituído por Senadorxs que cumprem a função de representar o Estado, são em número total de 81. Mas de 81 pessoas temos apenas 12 mulheres ocupando os espaços nessa Casa Legislativa. O Brasil, é assim, um dos países ocidentais democráticos com uma das menores participações femininas na política.

mulheres pretas e periféricas em virtude da existência do que Cruz (2017) denomina de um “viés racial implícito”, assim entendida

[...] a perspectiva tendenciosa construída a partir do contexto sócio histórico que legitimou a escravidão negra no Brasil. Disso, resultam práticas, conscientes e inconscientes, que têm como uma de suas bases um contexto peculiar articulado às ações políticas, econômicas, sociais e culturais que retratam a pessoa negra como desprovida de inteligência, humanidade, capacidade de articulação pública, não sendo pensada como alvo da cidadania plena. (ASSIS, 2018, p.548-549)

Partindo desse pressuposto, é possível dizer que a sociedade brasileira historicamente “demarca os espaços sociais não só pelas condições socioeconômicas, mas também a partir da aparência e cor de pele dos sujeitos” (ASSIS, 2018, p.548). Assim, num esforço em voltar o olhar para os padrões sociais de desigualdade nas relações protagonizadas pelas mulheres na condução dos seus direitos sexuais e reprodutivos, dedicamo-nos ao estudo da violência obstétrica experimentada pelas mulheres pretas e periféricas, no momento dos partos de seus filhos.

A intenção é que a partir do relato das “experiências únicas de mulheres étnica e racialmente identificadas” (ASSIS, 2018, p.554) que são capazes de evidenciar, em um único evento, a concomitância e simultaneidade de múltiplas formas de desigualdade expressas em diversos “eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2017, p.177), torne-se possível a investigação das implicações de gênero, racismo, classismo e outras formas de intolerância, que contribuem para o abuso dos direitos humanos e desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Desta forma, esta análise se desenvolve em torno da articulação dessas três categorias principais: gênero, raça e classe, atenta para o fato de que “a percepção da dinâmica e da articulação dessas categorias relacionais não prescinde de uma reflexão de cada um desses eixos *per se*” (MACÊDO, 2008, p.1156).

A perspectiva interseccional que aqui se encerra é feita, assim, no intuito de evitar dois equívocos ao analisar concretamente o problema da violência obstétrica experimentado pelas mulheres: o primeiro, que é insistir numa universalização do ser mulher, marginalizando experiências de agentes sociais que não fazem parte de um “feminismo hegemônico”⁶. Nesse sentido, Judith Butler:

[...] esse gesto globalizante gerou um certo número de críticas da parte das mulheres que afirmam ser a categoria das “mulheres” normativa e excludente, invocada enquanto as dimensões não marcadas do privilégio de classe e de raça permanecem intactas. Em outras palavras, a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a

⁶Grosseiramente, o feminismo hegemônico pode ser definido como o movimento em que se procura debater sobre as demandas de mulheres ocidentais, brancas, heterossexuais, não dando conta das múltiplas realidades das mulheres pretas, lésbicas, pobres ou de terceiro mundo.

multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’ (BUTLER, 2003, p. 34).

E o segundo equívoco é o de, ao analisar e refletir sobre a violência obstétrica vivida por mulheres, embora conscientes das múltiplas contradições engendradas pelas realidades do gênero, da classe e da etnia, que fazem com que o patriarcado-racismo-capitalismo formem uma espécie de “nó” (SAFFIOTI, 2000, p.73), acabemos privilegiando e dando o enfoque mais em uma categoria que outra. Nesse sentido, a leitura crítica de Davis alerta:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 1997, p.11).

Em uma sociedade [que se diz] democrática como a brasileira, que possui um documento normativo como a Constituição de 1988 que assegura a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, e a igualdade de todos sem distinção de raça, sexo, credo, ou condição socioeconômica, o respeito à dignidade da parturiente devem ser levadas a sério. Porém, não é o que acontece, sobretudo no cenário pandêmico.

4. O [DES]TRATAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL DESDE 2019 ATÉ O CENÁRIO PANDÊMICO

A despeito da pretensa neutralidade como se diz desenvolver a atividade jurídica no Brasil, é cediço que o processo de construção do corpo normativo que constitui o Direito, se trata de um agir político eticamente guiado que, não raro, legitima a desigualdade de gênero, através de “instituições, normas, discursos e práticas [...] que sustentam, de modo explícito, ideias de superioridade masculina e de inferioridade das mulheres” (DA SILVA, 2019, p.130).

Pouco tempo antes de ser instaurada a pandemia no Brasil, celeuma travada pelo Ministério da Saúde e órgãos de defesa aos direitos humanos ilustraram bem esta questão. Em 03 de Maio de 2019, foi expedido despacho do Ministério da Saúde que manifestou consonância irrestrita – e irrefletida - com o entendimento veiculado no Parecer nº 32/2018 do Conselho Federal de Medicina que rechaçava a utilização do termo “violência obstétrica”.

Sob o comando do ex Ministro Luiz Henrique Mandetta, o Ministério da Saúde, no referido despacho, alegou acreditar o termo violência obstétrica dotado de “conotação inadequada que não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado no continuum

gestação-parto-puerpério” (BRASIL, 2019) e que, portanto, estratégias já estavam sendo tomadas para promover a “abolição” do seu uso.

Flagrantemente em desacordo com os ensinamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) o despacho do Ministério da Saúde encontrou resistência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF) e do Ministério Público Federal (MPF) que se manifestaram contra o posicionamento outrora adotado pelo órgão federal.

Em resposta à recomendação nº 29/2019 expedida pelo MPF de São Paulo, o Ministério da Saúde tratou de flexibilizar o entendimento consubstanciado no parecer anterior, reconhecendo, em Junho do mesmo ano, no Ofício nº 296: “o direito legítimo das mulheres em usar o termo que melhor represente suas experiências vivenciadas em situações de atenção ao parto e nascimento que configurem maus tratos, desrespeito [...]” (BRASIL, 2019).

A tentativa de apagamento do termo “violência obstétrica” por parte de um órgão oficial do Estado demonstra o desafio que se vive no Brasil, nos tempos modernos, para promover a garantia das conquistas já efetivadas e o reconhecimento dos novos direitos relacionados à condição feminina, diante da realidade denunciada por Lourdes de Maria Leitão Rocha, como marcada pelo “avanço do neoconservadorismo, dos fundamentalismos e do acirramento de preconceitos, discriminações e violência contra os seguimentos ditos minoritários da população brasileira” (ROCHA, 2016, p.2014).

De fato, parece ser uma tônica do atual governo – que se reflete na produção legislativa e na criação e implementação de políticas públicas (ou falta delas) – a adoção de um “campo discursivo de ação fundado no medo” (MISKOLCI, 2018, p.07) em que se opera a difusão de um discurso de combate ao espectro da “ideologia de gênero” e todas as suas possíveis consequências ou desdobramentos. Nesse sentido, Miskolci:

No caso em pauta é possível compreender “ideologia de gênero” como um referente compartilhado a despeito de diagnósticos diversos sobre o que ele significa e das razões pelos quais deveria ser combatido. Se para a Igreja representa uma vertente teórica e política que contesta sua hegemonia em fóruns internacionais, para seguidores religiosos é uma noção que ameaça concepções idealizadas sobre família e seu papel social, e, para agnósticos com interesses políticos ou econômicos à direita, representaria uma agenda oculta de doutrinação “marxista”. O espectro da “ideologia de gênero” delimita um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de retorno ao comunismo ao pensamento acadêmico feminista estabelecendo um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais. (MISKOLCI, 2018, p.07).

A polêmica em torno da violência obstétrica mal havia cessado quando em 17 de Setembro de 2019 o Conselho Federal de Medicina resolve editar a Resolução nº 2232 que regulamentava os casos em que pacientes poderiam exercer o seu direito a “recusa

terapêutica”, assim entendida a faculdade do paciente em exercer a sua autonomia e optar por não seguir o tratamento e/ou recomendação médica do profissional de saúde que o acompanha.

Chama atenção, neste ato normativo expedido pela autarquia especial, o parágrafo 2º de seu artigo 5º que determina que a recusa terapêutica pode ser afastada pelo médico quando este entender haver abuso de direito da mãe, com relação ao feto:

Art. 5º A recusa terapêutica não deve ser aceita pelo médico quando caracterizar abuso de direito.

§ 1º Caracteriza abuso de direito:

I - A recusa terapêutica que coloque em risco a saúde de terceiros.

II - A recusa terapêutica ao tratamento de doença transmissível ou de qualquer outra condição semelhante que exponha a população a risco de contaminação.

§ 2º A recusa terapêutica manifestada por gestante deve ser analisada na perspectiva do binômio mãe/feto, podendo o ato de vontade da mãe caracterizar abuso de direito dela em relação ao feto. (CFM-Brasil, 2019)

O parágrafo 2º do artigo 5º do referido dispositivo normativo suscita a existência do que Dworkin (2013) denomina de “conflito materno-fetal” que ocorreria quando os interesses maternos fossem supostamente contrários ao que se julga melhor para o feto. Na visão de Costa e Diniz tal conflito, na prática, não se verifica entre a mãe e a futura criança, mas “entre a gestante e aqueles que a assistem” (COSTA; DINIZ, 2001, p.42).

Permitir que o médico possa, sob o escudo de seu conhecimento técnico, suplantando a autonomia da paciente gestante administrando medicações sem seu consentimento ou realizando nela procedimentos e técnicas não autorizados, é proceder ao que Foucault chamou de “medicalização autoritária de corpos” (1979, p. 97).

É permitir, na prática, que a paciente não tenha condições de se opor à episiotomia⁷, à “manobra de Kristeller”⁸, à aceleração e indução do parto pela administração de hormônios sintéticos como a ocitocina, à cesariana precoce, dentre outras manobras e procedimentos invasivos, capazes de promover sofrimento físico e psíquico à parturiente. E é justamente isto que tem acontecido, mais do que nunca, uma vez que as mulheres tem experimentado, em tempos pandêmicos, restrições infundadas e abusivas a direitos básicos como, por exemplo, de ter um acompanhante no momento do parto, se tornando ainda mais vulnerável. O acompanhante é indispensável para prestar suporte emocional – e físico- para a parturiente. E, em todo o Brasil, há relatos de restrições e proibições do mesmo, sob a justificativa de risco de contaminação por Covid-19, o que aumenta a sua vulnerabilidade e a suscetibilidade a práticas invasivas e violências.

⁷ Corte/incisão efetuada no períneo (região inferior do púbis, onde situam-se os órgãos sexuais e o ânus, responsável por importantes funções como manter a continência urinária e fecal) para ampliação do canal de parto.

⁸ A manobra de Kristeller consiste na compressão da barriga da gestante para promover a aceleração do trabalho de parto. É uma manobra obsoleta e está frequentemente associado traumas maternos como: fratura de costela, ruptura de baço, fígado e útero, lesões perineais como trauma de esfíncter anal e lacerações vaginais.

Além disto, podemos dizer que todas essas investidas levadas a cabo pelos órgãos públicos de saúde, num contexto pré pandêmico, na tentativa de “apagamento” da autonomia feminina e de sua dignidade quando do exercício de seus direitos reprodutivos também impactaram e reverberaram no cenário atual de crise, demonstrando o seu peso simbólico. Se em um contexto de normalidade, os direitos das mulheres sofriam investidas de invisibilização, com a pandemia eles foram suplantados. De fato, desde o ano de 2019 não houve outras movimentações públicas de órgãos oficiais sobre o tema, dando a impressão de que este debate público voltou a ocupar os subterrâneos da esfera política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rifiotis (2008) afirma que o direito é um importante mecanismo simbólico através do qual se constrói a legitimidade, devendo-se pensar sobre o lugar que a ciência jurídica ocupa como parte da estratégia de reconhecimento e visibilidade das lutas que se travam no campo do gênero. No mesmo sentido, Salete Maria da Silva, citando Jaramillo “o direito é uma das mais importantes ferramentas dentro da luta das mulheres por alcançar o lugar que desejam dentro da sociedade” (JARAMILLO *apud* DA SILVA, 2019, p.133).

Dessa forma, a criação de uma lei aplicável em âmbito nacional que regulamente as formas e manifestações de violência obstétrica, corresponderia, dentre outras coisas, à uma das respostas possíveis a uma demanda de efetivo reconhecimento por parte do Estado e da sociedade civil, de uma realidade vivida por inúmeras brasileiras.

Com isto, não se pretende exaurir a discussão – que é complexa, plurissignificativa e multifacetada – à questão jurídica. O que se intencionou aqui, foi promover a análise de que a alteração da realidade social de violência experimentada pelas mulheres brasileiras – mormente as pretas e periféricas- na gravidez e no parto, exige a implementação de políticas públicas de saúde que impliquem diretamente o Estado em sua produção legislativa.

Para tanto, faz-se necessária a construção de um Direito mais atento aos anseios e necessidades do povo, um Direito “despatriarcalizado” cujas estruturas jurídicas reflitam uma nova cultura social que contemple e assegure a cidadania e a dignidade de todas as pessoas, em especial, as que hoje se encontram mais fragilizadas e vulnerabilizadas, como mecanismo de justiça e equidade social.

6 REFERÊNCIAS

ASSIS, Jussara Francisca de. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 547-565, dez. 2018

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300547&lng=pt&nrm=iso Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício nº 296 de 07 de Junho de 2019**. Brasília, 2019.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM-Brasil). Resolução nº 2.232/2019. Brasília: 2019.

COSTA, Sérgio Ibiapina F; DINIZ, Débora. **Bioética: ensaios**. Brasília: Letras Livres, 2001.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Edições UESB: Vitória da Conquista, 2007.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da; FARIA, Izaide Ribeiro de. Mortalidade de mulheres negras residentes no Estado do Rio de Janeiro — 2015: evidências para a PNSIPN e a PNAISM. In: Journal of Specialized Nursing Care. [S.l.], v. 9, n. 1, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, 1º sem. 2002, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 08 jun 2021

DA SILVA, Mônica Neves Aguiar. Uma análise bioética da relação paciente-médico à luz do arquétipo da alteridade. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v.15, n. 01, p. 76-89, Jan-Abril, 2020.

DA SILVA, Salete Maria. Feminismo jurídico: um campo de reflexão e ação em prol do empoderamento jurídico das mulheres. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**. Centro de Ciências Jurídicas – Universidade Federal da Paraíba. V.8, n. 3, 2019.

DAVIS, Angela. “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”. Artigo publicado no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis>

DWORKIN, Ronald. **Bioethics and the Fetus**. New Jersey: Humana Press, 1991º ed, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MULHERES BRASILEIRAS E GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO, pesquisa de opinião pública, Fundação Perseu Abramo, agosto de 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf Acesso em 02 jun 2021

MACÊDO, Márcia dos Santos. Políticas sociais e diversidade: o desafio de transversalizar gênero e raça. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador, v.17, n.4, p. 1155-1165, jan/mar. 2008

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu** (53), 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. *Katál*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, jul/dez. 2008.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, número especial, p.313-322, 2016.

SAFFIOTI, Helleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Dossiê Crítica Marxista**, Campinas: Unicamp, n. 11, 2000, p.71-75.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho et al . VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 29, e155043, 2017 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100218&lng=en&nrm=iso

Acesso em 20 out, 2020.

HISTÓRICO MIDIÁTICO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: OBSERVAÇÕES PERTINENTES AO JORNALISMO

Felipe Collar Berni¹

Graziela Soares Bianchi²

RESUMO

O objetivo deste artigo é compartilhar, a partir de um recorte de gênero, os históricos midiáticos das sujeitas da pesquisa que investigou a recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual. Assim, são três as participantes do estudo que terão suas contribuições tensionadas neste trabalho. Para tal, imbricam-se os conceitos de cidadania e comunicação. Os Estudos Culturais se apresentam como perspectiva teórico-metodológica. São evidenciadas as mediações de gênero e raça no consumo jornalístico das coparticipes da pesquisa.

Palavras-chave: Recepção. Jornalismo. Cidadania Comunicativa. Pessoa com deficiência intelectual. Estudos Culturais.

1 Considerações iniciais

O movimento proposto aqui é de apresentar, a partir de um recorte de gênero, os históricos midiáticos das coparticipes da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que resultou na dissertação “A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos” (BERNI, 2021), a qual, por sua vez, teve como objetivo investigar a recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual (PCDI).

Esta reflexão traz a compreensão de que a crise que o jornalismo atravessa - ao menos em alguma parte - conserva-se por conta de um desconhecimento a respeito de seus públicos. Ao imbricar os conceitos de cidadania e comunicação, compreendemos o jornalismo como forma de conhecimento capaz de fazer com que os acontecimentos tomem contornos na consciência das pessoas e a comunicação como um direito articulador dos demais que compõe a gama civil. Contextualizando, a questão que norteou a pesquisa buscou perceber as formas pelas quais as

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com bolsa financiada pela CAPES. Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Pesquisadora e professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG.

pessoas com deficiência intelectual consomem os conteúdos jornalísticos veiculados nos telejornais e quais sentidos, significações e ressignificações produzem junto à suas relações sociais cotidianas.

Outra consideração importante, a percepção e o entendimento em relação à deficiência intelectual presente neste texto, surge a partir da interface com a Educação, desta forma, compreende as especificidades dessa deficiência, a partir das limitações no intelecto e na sociabilidade. Antes de avançar, é importante reconhecer que a nomenclatura “pessoa com deficiência” utilizada aqui é feita de uma forma crítica, haja vista que nos remete a uma perspectiva e a ideia de uma “normalidade” em detrimento de uma outra forma de manifestação e experiência de vida, que, por sua vez, não se enquadra com aquilo socialmente tido como o normal. Porém, percebe-se que estamos longe de experimentar uma convivência social, na qual, indistintamente, todos são tratados e respeitados como “pessoas”. Daí a necessidade de assumirmos as nomenclaturas como forma de pautar as lutas por autonomia, inclusão e direitos.

2 Perspectivas balizadoras da pesquisa

Neste espaço, compartilharemos as principais problematizações que deram corpo para a investigação. Articula-se cidadania comunicativa, direito humano à comunicação e Estudos Culturais. De forma sucinta expomos cada uma delas.

Para pensar a cidadania comunicativa, torna-se oportuno reconhecer os “receptores” enquanto sujeitos comunicantes, ou seja, valorizando sua postura ativa no circuito comunicacional, percebendo os vínculos, usos, apropriações e ressignificações que fazem em seus cotidianos dos conteúdos veiculados pelos *medios*. Ao assumir a postura de reconhecer as PCDI como sujeitos comunicantes temos a oportunidade de posicionar a comunicação - de maneira específica, o jornalismo - como um direito essencial para a conquista, exercício e manutenção da cidadania. Nessa perspectiva, Soares (2012) destaca a necessidade social da informação, ou seja, reconhece a informação como direito-meio que tem potencial de provocar o acesso aos demais conjuntos de direitos, perspectiva que conclama o jornalismo como forma de conhecimento (MEDITSCH, 1998). Pedrinho Guareschi é enfático ao reconhecer a dimensão comunicativa do ser humano e defende que a ele deve ser concedido o direito humano à comunicação, haja vista que, “todos os

demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano” (GUARESCHI, 2013, p. 176).

Retomemos o conceito de cidadania comunicativa. Ele, por sua vez, está relacionado ao reconhecimento da capacidade do indivíduo de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões no que se refere à comunicação. Assim, reconhecemos como

práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder y, por consiguiente, como práctica que implica el participar efectivamente en la elaboración de las reglas que, con validez de norma instituida o legitimada, tienen capacidad de ordenar la vida en sociedad (MATA, 2006, p. 08).

Em síntese, podemos compreender o conceito de cidadania comunicativa formulado por Mata (2006) a partir do que lhe é fundante: a participação ativa dos sujeitos - calcados no seu lugar de fala e na sua experiência de mundo - até as estratégias de apropriação dos meios de comunicação para a expressão de sua cultura, saberes, filosofias, opiniões e demandas. É uma forma de ampliação da capacidade de intervenção e de ação das múltiplas naturezas sociais, sejam elas de caráter político, cultural ou comunicacional; fato que interliga a comunicação à cidadania, pois a partir da comunicação se conhece a opinião e a expressão do indivíduo, levando-o a participação sem restrição na vida social.

Ao investigar o jornalismo atravessado pelos Estudos Culturais, temos nas pesquisas de recepção a oportunidade de analisar os conflitos, os consensos, os embates e negociações que estão em constantes tensão na esfera social. Desse emaranhado surge a ideia de mediações proposta por Martín-Barbero (2015), rechaçando perspectivas reducionistas e avançando na compreensão dos processos comunicacionais, levando em conta suas multidimensionalidades, complexidades e contradições. É importante, a partir disso, reconhecer os estudos de recepção enquanto possibilidade de compreensão dos sentidos construídos por um determinado grupo a partir dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. É fundamental compreender a recepção como uma das etapas constitutivas do processo comunicacional interligada com as demais: produção e circulação.

Não haverá espaço para problematizar a processualidade metodológica construída, porém torna-se prudente situar quais foram os recursos utilizados³. Pensando os estudos de recepção, Jiani Bonin (2018) ressalta que os percursos

³ Para conhecer as estratégias e as técnicas articuladas, consulte Berni (2021, p. 63).

metodológicos devem ser articulados em perspectivas complexas, valorizando o contexto e a realidade dos participantes. Essa compreensão nos provoca a explorar potencialidades do trabalho de campo e as possibilidades da pesquisa qualitativa. Assim, recorre-se à triangulação metodológica como uma postura capaz de adotar diferentes métodos de investigação para a recolha, sistematização e análise de dados do objeto investigado. A partir dessas provocações que mobilizamos quatro recursos: entrevista compreensiva, história de vida, história oral e grupo focal.

3 Perfil das sujeitas comunicantes com deficiência intelectual

Antes de avançar, é oportuno apresentar algumas das principais nuances observadas a partir da pesquisa exploratória⁴. Observou-se a televisão como meio de comunicação diretamente ligado com as rotinas e os hábitos de consumo das PCDI; o rádio majoritariamente associado a programação musical; o imediatismo quando buscado referenciar o jornalismo; a predominância do jornalismo de proximidade no consumo; o questionamento da qualidade jornalística, atrelado a violência, roubos e fatos sensacionalistas; o reconhecimento da importância do jornalismo para a vida social, seja para se informar sobre os acontecimentos, bem como para lidar com as decisões cotidianas. Com essas pistas, a pesquisa pode avançar.

Com o intuito de conhecer hábitos de consumo jornalístico das PCDI, perceber a interação que estes possuem com os meios de comunicação, além de compreender a presença e o papel do jornalismo em suas relações cotidianas, as entrevistas foram realizadas no decorrer do mês de novembro de 2020. Para este escrito, trazemos o histórico midiático de três dos cinco sujeitos coparticipes da investigação: Augusta (56), Rosa (24) e Dandara (16)⁵. Antes, recuperamos alguns contextos de vida de cada uma delas.

Augusta, mora em Santa Fé (PR), Região Metropolitana de Maringá. É mãe de uma filha, que vai se casar no próximo ano no estado de Mato Grosso. Mora com a irmã e com os sobrinhos, que, na ocasião da entrevista, estavam viajando. Sua cachorra Melody acompanhou a entrevista. Augusta possui uma deficiência motora em um dos braços. Ao explicar sobre o projeto, disse já ter feito uma entrevista antes, foi “com o professor Luiz, gravei no meu serviço... era pro tempo das pessoas

⁴ Realizada em fevereiro de 2020 com a participação de 28 sujeitos, destes, 10 são mulheres.

⁵ Para preservar a identidade, assumiu-se pseudônimos.

deficiente [alusão à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência], daí eu peguei e fiz, as meninas [em referência à equipe da APAE] me filmaram”. Trabalha no restaurante de uma empresa de cana-de-açúcar, que produz álcool e açúcar. Sai ainda de madrugada para a atividade, “bem cedo, a gente pega o ônibus... a gente dorme dentro do ônibus, a gente só chega lá quando o motorista acorda a gente. Limpo as mesas, varro o chão.... quando precisa de mim, o chefe me chama e eu vou lá dentro fazer doce, colocar nos copinhos, lavo louça”. Chega em casa no final da tarde. Perguntada sobre a educação, na APAE, “estudei muito tempo... eu ainda sou aluna, se eu sair do serviço eles me pegam de novo (risos)”.

Rosa é moradora de Maringá (PR), está no terceiro ano do Ensino Médio em colégio regular. Mora com os pais e atualmente não está trabalhando. Sua rotina diária consiste em ir à escola, ajudar nas tarefas de casa e distribuir currículos nos supermercados da cidade em busca de uma oportunidade de trabalho. Rosa é integrante do Programa Jovem Aprendiz, coordenado pela APAE da cidade, que visa a inserção de PCD no mercado de trabalho.

Dandara, além do diagnóstico da deficiência intelectual é ensurdecida. Mora com os pais e com a irmã em Maringá. Por conta da pandemia, está afastada do trabalho no Supermercado. Estuda em uma escola bilíngue para surdos, entretanto, com o isolamento social, as atividades estão sendo remotas: está no primeiro ano do Ensino Médio. Assim como Rosa, participou do Programa Jovem Aprendiz.

3.1 Augusta

Com 56 anos, Augusta passa, no momento da entrevista, por um processo de mudança no turno do emprego, o que acarreta transformações em sua rotina. Passará para o turno da noite no restaurante interno de uma empresa de cana-de-açúcar, “você trabalha mais, você ganha mais... eu tenho que fazer um pé de meia porque uma filha minha vai casar, né?”. Entretanto, seus hábitos e particularidades aqui relatadas vêm da sua rotina atual – sai de casa ainda cedo e volta no final da tarde. Especificamente sobre sua relação com os meios de comunicação, o fato de ser evangélica média, segundo relato da própria, estilo e característica dos conteúdos consumidos, por exemplo, o fato de não assistir novelas, “melhor filme do que novela, porque novela é só putaria”. Também não escuta rádio, “eu sou evangélica, você pode pegar [apontando para o celular]... só evangélica”, numa alusão a programação não-religiosa presente nas estações. A religião não a impede

de consumir conteúdos da TV, nem em redes sociais. Sobre assistir televisão, “eu gosto tanto que ontem eu fui dormir 1 hora da manhã... fiz café, minha cachorrinha aqui, ventilador ligado e assistindo televisão”. Filmes são o conteúdo que mais gosta de assistir, especialmente os de “bang bang”. Assiste televisão à noite. De manhã, antes de sair para o trabalho, não assiste para evitar acordar os familiares. A presença da família marca o consumo da TV, “minha irmã aqui, eu lá, meu sobrinho aqui [apontando para as poltronas da sala]... quando não cabe aqui, joga o colchão no chão e fica todo mundo aí”.

No tempo destinado à televisão, Augusta acompanha os telejornais, “eu paro em todos, porque jornal é bom a gente assistir, né?”. As notícias de esporte e política são as que mais chamam sua atenção, de maneira específica “as do presidente da república”. Gosta de política. “Mas esse presidente não está com nada... eu queria que ele saísse”. Relata de um sobrinho que não aceita que falem mal de Bolsonaro na frente dele, “mas eu não gosto, uai!”. Questionada sobre jornalistas, lembra de William Bonner, âncora do Jornal Nacional, “mas ele sumiu né, depois que separou da mulher, casou com outro... lascou tudo”.

3.2 Rosa

Fã dos jornalistas Eduardo Santos e Salsicha, apresentadores do Maringá Urgente (Rede Massa/SBT), Balanço Geral e Cidade Alerta (RIC/Record), respectivamente, Rosa (24) acompanha diariamente os programas. Desempregada, sua rotina passa por ajudar nas tarefas domésticas e assistir televisão junto aos pais. Divide a atenção entre programas jornalísticos e de entretenimento. Além dos já citados jornalistas, Rosa lembra de William Bonner, âncora do JN, e de Marcelo Rezende, falecido em 2017.

Busca acompanhar os jornais para ficar sempre “informada e conectada”, além de passar as notícias da cidade para os familiares, como exemplifica: “meu pai é motorista da circular, de vez em quando um ônibus bateu, aí ele pergunta pra mim o que aconteceu com a família... aí eu conto, se morreu, se estão bem”. Sobre notícias atuais, lembra a morte do pai dos cantores Zezé di Camargo e Luciano e do assassinato de João Alberto Freitas⁶, por seguranças da rede Carrefour em Porto Alegre, ocorrido na semana anterior a entrevista. Ao tentar resumir o fato, concluiu:

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/morte-de-joao-albertoevidencia-dimensao-do-racismo-no-brasil-diz-onu-24759166> Acesso em: 27 jan. 2021.

“acusaram ele de bater numa mulher, mas não bateu... bateram nele e deu no que deu”.

Com seu *smartphone* acessa redes sociais como: Facebook, WhatsApp e YouTube. Utiliza o Google para pesquisar palavras que não sabe. Pelo aparelho não pesquisa notícias, embora ateste que “de vez em quando, aparece no Facebook”. Notícias de famosos chamam sua atenção.

3.3 Dandara

A rotina de Dandara (16) mudou com a pandemia, afastada do serviço por conta do isolamento social, está estudando remotamente. O que não muda é a presença da televisão na rotina da família, o aparelho fica na sala, onde se reúnem para assistir à programação. A Rede Globo é sua emissora favorita; acompanha os jornais da RPC, afiliada da emissora no estado, o Jornal Nacional, novelas e o BBB, “eu fico assistindo a Globo para um dia eu aparecer lá”.

Um dos motivos que fazem Dandara gostar de assistir jornal é a presença da Maria Júlia Coutinho, âncora do Jornal Hoje, da Rede Globo, “porque a Maju é boa”, nesse processo, é visível a identificação, admiração e representatividade para com a jornalista. Outro fator que Dandara aponta para assistir jornais é o fato de uma irmã morar no Rio de Janeiro e não possuir televisão: “a gente vai passando o que está acontecendo para ela” e de um irmão que mora em Santa Catarina. Assiste todo o dia jornal. De manhã não assiste, pois está em aula. Os jornais da noite são os mais assistidos, “porque o da noite fala de tudo, né?”. Outro produto jornalístico que traz é o programa do Salsicha, o Balanço Geral, “meu pai ama o Salsicha”. Dandara diz não gostar do Salsicha, “é um pouco enjoativo, ele fala demais...”, sobre o perfil do apresentador, reitera, “ele é muito revoltado... ele não me engana não, tem vez que mente..., mas ele protege o Paraná... quando ele fica bravo ninguém gosta... Salsicha é Salsicha mesmo”.

Dandara visualiza no jornalismo um canal para a população receber conselhos e “avisos” para viver o dia a dia. Como pode ser observado neste caso, gosta de assistir o Meio Dia Paraná, uma vez que, o jornal “fala da nossa região e é importante a gente saber, por exemplo, aqui em Maringá está osso o coronavírus... então a gente fica sabendo o que está acontecendo, para a gente poder se prevenir”.

Dandara explica a admiração pela jornalista Maria Júlia Coutinho, “eu a conheci quando ela começou a fazer a previsão do tempo... o jeito dela se apresentar no jornal é uma forma tão diferente, faz a gente ter interesse por ela. Eu gosto da Maju porque a Maju, por mais que ela é jornalista na televisão, ela também fala tudo o que ela tem que falar, ela se joga para as pessoas poderem entender o lado de cada um, por exemplo: igualdade, ter respeito. Também eu gosto dela, porque ela não tem medo de falar o que ela pensa o que ela sente. A voz dela, pelo jeito que ela fala, eu consigo entender melhor”. Dandara diz que Maju, “faz ter vontade de assistir, ela mostra aquilo... meu pai até ama a Maju, fala que é fã dela... todo mundo lá de casa gosta dela”.

Sobre as notícias recentes, lembra do contexto do movimento *Black Lives Matter*⁷, que organizou diversos protestos após a morte de George Floyd por um policial nos Estados Unidos. “É uma falta de consideração, pois nós, povo negro, não tem nem um minuto de paz... depois que teve o cara lá nos Estados Unidos foi morto pelo policial, por achar, só por causa da pele, por ele ser negro... o mundo mesmo começou a se revoltar. O que vem me deixando mais meio assim... é o racismo mesmo, a falta de igualdade, de tolerância, de amor ao próximo e também o coronavírus”. E relaciona à realidade brasileira, pois acompanhava os desdobramentos após o assassinato de João Alberto Freitas em Porto Alegre (RS). “Todo o ano é a mesma coisa, gente negra morta no Brasil”. Sobre os protestos, “não está errado, não vou mentir, não está errado em fazer uma manifestação dessa..., mas não ao ponto de eles queimarem as coisas..., mas não é só no mercado que acontece isso”. Dandara indiretamente repercute o discurso que dominava a mídia naquele momento: a revolta pela morte de um homem e o rechaço pela violência ao patrimônio do supermercado. Traz o contexto dos fatos para sua realidade particular, “o meu medo mesmo... a minha irmã não é da minha cor, mas ela é negra, ela não fala que ela é branca, ela é parda, mas ela é do meu sangue, dos meus pais que são negros... o medo dela é que acontece um mal comigo, com minha mãe e com a minha irmã... depois que aconteceu com o cara lá dos EUA, que o povo se revoltou ainda mais com o João Alberto, um dia antes da consciência negra... está muito errado isso... como que querem que a gente viva normal, se

⁷ Vidas Negras Importam.

estão fazendo com os negros?... tá difícil... eu tenho medo de que aconteça algo... aí eu vou chorar.”

Não possui rádio. O computador fica no quarto da irmã, usando apenas “quando é necessário”. Dandara assiste pelo celular às aulas do ensino remoto. No *smartphone*, utiliza o WhatsApp, Instagram e Facebook. Também consome notícias pela internet.

É mais uma que compreende a função do jornalismo para a sociedade: “o jornalismo traz informação, para ficarmos em alerta... o jornalismo tão ali para ajudar o mundo, para as pessoas terem... consciência”. E confessa, “se eu puder ser jornalista eu até seria, mas não sei se tenho paciência”.

4 Principais reflexões em relação a recepção jornalística das PCDI

Reservamos este tópico para compartilhar outras perspectivas da pesquisa que, também são importantes para cumprir com os objetivos da investigação, mas não são objetos do recorte mobilizado para esse escrito.

Uma das primeiras características possível de ser observada no consumo dos sujeitos participantes tem relação com a identificação e proximidade para com o jornalista/apresentador/âncora. Nome de jornalistas eram utilizados para localizar quais produtos jornalísticos eram consumidos pela audiência. Ou seja, a figura do apresentador assume um papel de relevância e direcionamento, mais do que o próprio telejornal e emissora. Outro ponto observado diz respeito a forte aderência à programação jornalística local, em detrimento de telejornais com aderência nacional. Quando observada a materialidade da pauta que reverberava para cada um, tem-se a característica do factual atravessado pelo local: acidentes, chuvas, roubos, violência. O enfoque e a atenção empreendida estão atravessados com a experiência de vida de cada um, seja como trabalhador, estudante e ou cidadão. Uma característica comum das pautas consumidas tem relação ao sensacionalismo: assassinato, estupro, roubos e violência, veiculados, especialmente, aos programas Maringá Urgente, Cidade Alerta e Balanço Geral.

Deste contexto, um questionamento emerge, como compreender a deficiência intelectual no processo de consumo de produtos jornalísticos? O que difere a recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual com a recepção de pessoas sem deficiência? Compartilhadas essas características, sem a informação prévia de qual grupo social ela reverbera, seria possível identificá-la como de

pessoas com deficiência intelectual? Nosso entendimento é que não. Reconhecemos, portanto, a deficiência intelectual como uma sociocultural que atravessa a experiência de mundo desses sujeitos e que se articula com outras mediações, tais como classe, gênero, territorialidade.

5 Considerações finais

Foi possível notar que a deficiência intelectual se manifesta de forma heterogênea em aspectos como a experiência de vida, a maturidade, o trabalho e a escolaridade são vivências que atravessam como mediações a manifestação da deficiência.

Quando observamos o histórico midiático das sujeitas comunicantes, articuladas com os demais movimentos de campo realizados, as tarefas domésticas, que não apareciam em relatos de sujeitos homens, são mobilizadas para constituir a rotina de consumo. Expressões como “depois de limpar a casa”; “quando faço o almoço”; “enquanto limpo a casa” foram articuladas para situar os momentos em que havia ou não dedicação para os conteúdos jornalísticos. Podemos observar como a características mais evidente. Ao observar as pautas sensacionalistas, majoritárias em seus consumos, surgem uma percepção em relação a baixa qualidade daquele conteúdo, justificada, dentre outros fatores, pela violência. Reverbera aqui, de forma predominante, a violência de gênero, na oportunidade, casos de feminicídio acontecidos na região eram trazidos para as falas na tentativa de ilustrar⁸⁹.

É oportuno destacar a intersecção de raça na experiência midiática de Dandara. A jovem traz para a pesquisa os acontecimentos envolvendo o assassinato de João Alberto Freitas por seguranças da rede Carrefour em Porto Alegre, também, o movimento *Black Lives Matter*, compartilhando os medos, angustias e desafios de ser mulher negra numa sociedade ordenada pelo racismo estrutural. Dandara demonstra um carinho e admiração por Maria Júlia Coutinho, jornalista e apresentadora da Rede Globo, única mulher negra âncora de telejornal da maior

⁸ Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/policial/assassinato-de-mulher-em-sarandi-pode-ter-sido-premeditado/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

⁹ Disponível em: <https://cbnmaringa.com.br/noticia/moradora-de-maringa-vai-acampar-perto-de-cachoeira-e-e-assassinada>. Acesso em: 25 jan. 2021.

emissora do país. Esta identificação leva Dandara almejar seguir carreira como jornalista.

Por fim, reiteramos que a deficiência intelectual se manifesta em graus e maneiras distintas para cada sujeito, constituindo, assim, ao contrário de outros grupos de deficiência, formas heterogêneas de implicações no cotidiano e na sociabilidade das PCDI. De forma também heterogênea, aspectos como a experiência de vida, a maturidade, o trabalho e a escolaridade são vivências que atravessam como mediações a manifestação da deficiência; assim também como o consumo das pessoas com deficiência intelectual.

Ao compartilhar essas indicações obtidas com a pesquisa realizada, nutrimos o desejo de contribuir para com os estudos que tensionem a comunicação e as pessoas com deficiência, para juntos, avançarmos na consolidação, exercício e amplitude da cidadania comunicativa desses sujeitos.

Referências

BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos.** 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

BONIN, Jiani. Dos meios às mediações: chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. **Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p.59-73, set/dez. 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como Forma de Conhecimento. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento da cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

A INTERSECCIONALIDADE NO ENQUADRAMENTO VISUAL DA GAZETA DO POVO SOBRE A "PEC DAS DOMÉSTICAS"

Louize Nascimento¹

Kelly Prudencio²

RESUMO

O artigo propõe identificar elementos da representação das desigualdades perpassadas pelo gênero, raça e classe diante das fotografias utilizadas na cobertura noticiosa da "PEC das domésticas", no portal da Gazeta do Povo. As imagens foram analisadas conforme a proposta de Rodriguez e Dimitrova (2011) e revelam um posicionamento classista, racista e sexista, desqualificando a conquista de milhões de trabalhadoras domésticas. Em sentido contrário, Bernardino-Costa (2015) refaz as conexões entre os diversos atores políticos que resultaram nos avanços legais na década de 2010, denominando de interseccionalidade emancipadora.

Palavras-chave: Comunicação. Interseccionalidade. Enquadramento visual. Gazeta do Povo.

INTRODUÇÃO

As empregadas domésticas brasileiras tiveram a ampliação dos seus direitos trabalhistas assegurados entre 2013 e 2015. A Lei Complementar nº150/2015 definiu regras como adicional noturno, FGTS, seguro-desemprego, auxílio creche, entre outros, que anteriormente não abarcavam esta categoria.

Como veremos mais adiante, na análise dos resultados, a luta coletiva das trabalhadoras domésticas pouco aparece na cobertura jornalística sobre a regulamentação dessa profissão. Mas o silêncio do portal on-line da Gazeta do Povo não corresponde à articulação política da categoria. Bernardino-Costa (2015) recupera a atuação de diversos atores políticos que resultaram nos avanços nos direitos trabalhistas.

Com base na análise de enquadramento visual proposta por Rodriguez e Dimitrova (2011), este artigo propõe identificar elementos da interseccionalidade (Hirata, 2014; Kergoat, 2010) de gênero, raça e classe diante das fotografias utilizadas na cobertura noticiosa da "PEC das domésticas", no portal da Gazeta do Povo. Por fim, constatamos um posicionamento classista, racista e sexista, desqualificando a conquista de milhões de trabalhadoras domésticas.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Atua no grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política - COMPA.

² Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Coordena o grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política - COMPA.

CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO ATRAVESSAMENTO DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Helena Hirata (2014) recupera a história do conceito de interseccionalidade. Para a autora a origem do termo remonta ao anos de 1970 e a atuação do movimento negro norte-americano, mas sua popularização só aconteceu em meados dos anos 2000. De lá pra cá, este conceito adquiriu inúmeras contribuições das pesquisadoras feministas (Crenshaw, 1990; Bilge, 2009; Kergoat, 2010). Em síntese, a interseccionalidade propõe uma visão mais holística diante das relações de poder e reprodução das desigualdades sociais. Diante das inúmeras fragmentações e complexidade das identidades contemporâneas, esta ideia pretende articular as várias relações que incidem sobre um objeto de análise. No entanto, Kergoat (2010) deixa claro que não se trata de privilegiar ou disputar espaços entre as categorias, mas compreendê-las nas intersecções principalmente em relação ao gênero, a classe e a raça.

Dessa forma, recorremos ao conceito de interseccionalidade sem desconsiderar as ambiguidades e particularidades que o trabalho doméstico adquire no Brasil. As alianças feitas entre as trabalhadoras domésticas, sindicatos, movimentos feministas, movimentos negros, agências internacionais e parlamentares resultaram na pressão para o país ratificar a Convenção 189 e acelerar as mudanças legislativas sobre o trabalho doméstico. A esse diálogo entre os movimentos sociais dá-se o nome de interseccionalidade emancipadora, tipificada pelas situações em que raça, classe e gênero se entrelaçam contra uma desigualdade e se estabelece um sentimento de solidariedade para a atuação política (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Devido a herança do período colonial brasileiro, Kofes (2001) aponta que o mandar e o obedecer era tido como natural em algumas atividades, indicando com isso uma equivalência social entre o trabalho e seu executor. Nesse sentido, ser negro e ser escravo – de certa forma – era equivalente, e as atividades encarregadas a ele também. O pensamento colonial produziu a imagem dos negros intrinsecamente ligada a trabalhos manuais, de força e servis. Desse modo, a mulher negra nascera para ser mucama, ama de leite, cozinheira, arrumadeira e ao contrário do branco, que, nessa visão, nasceu para mandar, gerenciar e dominar.

Para Bernardino-Costa (2007), a soma desses fatores recai na desvalorização e depreciação da atividade doméstica. Ou seja, uma concessão sobre a exploração por meio de amplas jornadas de trabalho, má remuneração e contratações ilegais e a não cobertura integral pela legislação brasileira – ao contrário de outras categorias de trabalhadores. De acordo com o autor, até mesmo os seus saberes são silenciados e ignorados pela narrativa hegemônica.

Na história do feminismo, o debate sobre essas conexões é central. Okin (2008) critica a maioria dos teóricos políticos contemporâneos que, ao continuarem a separar as esferas pública e privada, ignoram os assuntos relacionados à família. De maneira geral, os pesquisadores desprezam a divisão do trabalho que nela se dá, as formas de dependência econômica e a estrutura de poder. Conforme a autora pontua, a atribuição de responsabilidades para mulheres e homens na esfera privada tem a ver com as expectativas que existem em relação à ocupação de espaços na esfera pública, que são muito diferentes para homens e mulheres.

Nós não podemos entender as esferas “públicas” – o estado do mundo do trabalho ou do mercado – sem levar em conta o fato de que são generificadas, o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. É preciso perguntar: as práticas nos locais de trabalho, no mercado ou no parlamento seriam as mesmas se elas tivessem se desenvolvido pressupondo que seus participantes teriam de acomodar-se às necessidades de dar à luz, educar um filho, e às responsabilidades da vida doméstica? (OKIN, 2008, p. 320).

A falta de responsabilidade masculina com os afazeres do ambiente doméstico resulta em vantagens na participação da esfera pública, como, por exemplo, o acesso ao tempo e a empregos com maiores salários. Ou seja, as mulheres estão sendo habilitadas para atuar na esfera pública e adquirindo competências, mas permanecem como as principais responsáveis pelo trabalho de limpeza da casa e pelos cuidados dos filhos. Todo esse fardo influencia na luta feminina pela emancipação e reconhecimento dos seus direitos.

EXPLICITAÇÃO DO MÉTODO

Em consequência das discussões de Rodriguez e Dimitrova (2011), formulamos as seguintes variáveis: descrição detalhada da imagem; número de imagens; pessoa representada; ângulo da câmera e plano da foto. Além disso, questionamos quais as vozes que estão sendo ouvidas e quais são as ideias que predominam nas fotografias.

Inicialmente, descrevemos o conteúdo das imagens e identificamos os aspectos técnicos aplicados pelos fotógrafos. Os recursos estéticos serviram de subsídio para a análise interpretativa com o objetivo de acessar os dois últimos níveis de enquadramento visual: o conotativo e o ideológico. A interpretação é extraída da relação entre as variáveis técnicas e os contextos em que as fotos estão inseridas. Assim, é possível constatar como a interseccionalidade presente nas relações do emprego doméstico aparecem caracterizadas nas imagens publicadas com as notícias sobre a “PEC das domésticas”.

O portal da Gazeta do Povo inseriu 13 diferentes fotografias nas suas 72 matérias sobre a "PEC das domésticas", entre 2012 e 2016. A coleta foi realizada manualmente em 22 de agosto de 2019, com a escolha dos termos: "PEC das domésticas" e "trabalho doméstico", através do mecanismo de busca eletrônico do site. A análise foi executada a partir da adaptação do livro de códigos viabilizado pelo grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA), da UFPR.

Neste artigo, selecionamos oito imagens que pudessem resumir o enquadramento visual empregado pelo portal da Gazeta do Povo. As cinco fotografias retiradas do corpus total apenas repetem as representações já contempladas neste escopo.

A (IN)VISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO

Todas as matérias em que as fotografias estão inseridas pertencem à editoria de economia do portal on-line da Gazeta do Povo. Para Souza et al. (2009), a lógica economicista é redutora, na medida em que trata dos problemas sociais e políticos pelo viés da acumulação financeira.

A ex-empregada doméstica Aldete Américo é personagem da primeira fotografia analisada. A notícia³, do dia 10 de abril de 2014, aborda a tendência de esvaziamento do mercado de trabalho doméstico. Através da matéria, ficamos sabendo que Aldete é moradora de Pinhais e que optou por realizar o trabalho de limpeza terceirizado por uma empresa. Dessa forma, ela garante alguns benefícios como por exemplo: FGTS, horas extras, banco de horas e seguro desemprego, entre outros. Apesar de ter sua imagem na notícia, a participação de Aldete como fonte de informação é bem pequena - apenas uma frase: "A firma de limpeza paga um pouco menos, mas tenho benefícios. Doméstica nem horário para trabalhar tem, só para entrar", compara (Gazeta do Povo, 2014). As principais fontes ouvidas são especialistas em mercado de trabalho, nas áreas da Economia e Direito.

Figura 1 - Aldete, ex-doméstica

³ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/regulamentacao-da-lei-encontrara-mercado-de-domesticas-esvaziado-8xoonc769tybkohljns2s26vi/>



Fonte: Gazeta do Povo

Apesar da personagem valorizar o trabalho formal, Jurema Brites (2003) desconstrói a ideia de que as relações clientelistas apenas subordinam as empregadas domésticas. Na lógica das trabalhadoras do lar, os laços afetivos são benéficos e desejáveis, ao contrário das relações de trabalho formalizadas, tidas como excessivamente impessoais.

“Se eu trabalho numa firma e o meu filho adoece, o patrão não vai me ajudar a comprar o remédio pro menino”, argumentava uma das informantes. Facilidades de negociar adiantamentos, faltas e até mesmo os “presentinhos”, “as sobras do jantar”, “as roupas velhas” todos estes ganhos extra-salariais tão criticados pelos analistas acadêmicos eram destacados como “o que vale a pena” no serviço doméstico (BRITES, 2003, p. 1-2).

Na fotografia percebemos um semblante de preocupação, o foco da câmera realça Aldete que está sentada com a mão atrás do pescoço - como estivesse coçando a nuca. O cenário parece ser a sua própria casa, apesar de não estar explícito na notícia. A parede de madeira é pintada de azul claro e podemos observar uma estante com bibelôs e vasos de plantas artificiais.

Na Figura 2 também temos uma ex-empregada doméstica retratada. A publicação⁴ de 19 de julho de 2013 salienta que o aumento nos custos dos patrões serve como justificativa para a redução do contingente de mensalistas neste tipo de emprego.

Figura 2 - Maria Fernanda, ex-doméstica

⁴ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/menos-de-5-das-familias-tem-domestica-com-carteira-ck1u5avlmgbby3e7r4b6z80itq/>

Menos de 5% das famílias têm doméstica com carteira

Estimativa foi revelada em levantamento de Paraná Pesquisas que ouviu 2,5 mil pessoas no país.

Por Cristina Rios | 19/07/2013 | 12:15



Fuista por mais tempo viva, também para ficar com a neta, Angélica, levou Maria Fernanda deixar emprego e virar diarista. Foto: Albert Rios/Gazeta do Povo

Fonte: Gazeta do Povo

A trabalhadora Maria Fernanda Rodrigues Jacovicz está ao centro da fotografia. Sorridente, ela segura em seus braços a neta de dois anos de idade. O cenário é a cozinha organizada de uma avó que com 59 anos ainda trabalha como diarista. Mesmo em destaque na imagem, Maria Fernanda tem um papel reduzido como fonte de informação. A diarista aparece apenas no último parágrafo do texto para dizer que optou por deixar o serviço de mensalista para aproveitar mais o tempo em família. No entanto, Angela Davis (2016) esclarece que a queixa sobre a falta de tempo ou sobre o fardo do serviço doméstico nunca foi uma questão associada às mulheres negras. Pois, supostas virtudes como fragilidade e submissão de esposa eram danos psicológicos que recaíam sobre as mulheres brancas da classe média.

A terceira imagem examinada também foi veiculada antes da regulamentação da "PEC das domésticas". A matéria⁵ data de 17 de janeiro de 2014 e destaca os acordos informais entre patrões e empregadas. Curiosamente, a jornalista aborda a ilegalidade como sinônimo de falta de sintonia entre os deveres da função e o que os empregadores exigem. "Os clientes querem que a doméstica faça tudo, desde cuidar das crianças a cozinhar. Isso as atribulava muito. Ou elas saíam ou deixavam de fazer as coisas", conta Kamile Teixeira, da administração da agência" (Gazeta do Povo, 2014).

Figura 3 - Terezinha, presidente da Sintradom

⁵ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/patroes-e-domesticas-apelam-a-jeitinho-9fv60dw7hheg4ohzax78owdam/>



Fonte: Gazeta do Povo

Ao centro da fotografia temos a presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas do Paraná (Sintrados), Terezinha da Silva. Apesar da sua importância para a categoria, Terezinha é fotografada no terminal de ônibus da Rui Barbosa demonstrando certa trivialidade no retrato. Só conseguimos relacioná-la à profissão depois de ler a legenda em que consta o nome do sindicato a qual pertence. A presidente do Sintrados olha diretamente para a câmera com um leve sorriso no rosto. Ao lado direito observamos uma fila de ônibus amarelos e ao lado esquerdo aparece um casal de mãos dadas. Assim como na matéria anterior, esta notícia privilegia as fontes ligadas à economia com ênfase para empresários do setor de agenciamento de empregos em Curitiba.

A Figura 4 ilustra a notícia⁶ com o título "Vetos do Congresso ameaçam emprego das domésticas", de 19 de março de 2015. Em tom ameaçador, a jornalista afirma que a rejeição em diminuir os encargos trabalhistas poderá aumentar o desemprego e informalidade no setor. Para tanto, as fontes ouvidas corroboram esta visão e a repórter em nenhum momento questiona o fato das domésticas buscarem equiparação nos direitos e não privilégios diferentes aos que os demais trabalhadores já possuem. Ao final, o texto parece fazer a propaganda de uma empresa startup que auxilia na gestão dos registros das empregadas domésticas.

Figura 4 - Mulher sem identificação

⁶ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/vetos-do-congresso-ameacam-emprego-de-domesticas-3106zw88wbx46usoxg5bkujn0/>



Fonte: Gazeta do Povo

A abordagem patronal fica evidente na utilização da imagem como mera ilustração da notícia. Não sabemos nada sobre a mulher representada e não conseguimos visualizar os detalhes do seu rosto. A trabalhadora está em pé, segurando uma vassoura com as duas mãos. Do fundo surge uma luz intensa, causando a sensação de contraste e penumbra. O cenário é composto por brinquedos infantis e um vaso de planta, os objetos estão na sacada do que parece ser um apartamento de classe média. Para a autora, Angela Davis (2016), a invisibilidade das pautas relacionadas ao emprego doméstico são corroboradas inclusive por parcela das feministas brancas "para permitir a exploração de suas próprias empregadas" (DAVIS, 2016, p.111).

A quinta imagem observada também retira a empregada doméstica da centralidade do assunto da expansão dos direitos trabalhistas. O título⁷ "Simples Doméstico apresenta falhas para emissão de guia", de 02 de novembro de 2015, já demonstra que o enfoque será a dificuldade dos patrões com o sistema de recolhimento de impostos. A única fonte da matéria é a assessoria de imprensa da Receita Federal que confirma os erros de impressão da guia de recolhimento dos encargos.

Figura 5 - Pessoa sem identificação

⁷ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/especiais/guia-do-emprego-domestico/simples-domestico-apresenta-falhas-para-emissao-de-guia-3ug0wxh2t86kizmforsfjdfp1/>

» Economia » Especial » Guia do emprego doméstico

| MATO

Simple Doméstico apresenta falhas para emissão de guia

No domingo (16), primeiro dia de funcionamento do sistema, patrões encontraram dificuldades para gerar folha de recolhimento dos encargos

Agência O Globo - [02/11/2019] [03:00]



Pagamento deverá ser feito até 8 de novembro. Foto: Henry Milius/Gazeta do Povo

Fonte: Gazeta do Povo

A imagem conota extrema limpeza do chão "brilhando". No plano fechado só enxergamos os pés calçados com botas de borracha e calça de uniforme em azul-escuro. Podemos imaginar pela barra da calça dobrada e pelos pés pequenos que trata-se de uma mulher, mas nada sabemos dela. No quadro ainda vemos uma vassoura já bem desgastada e a luz intensa vinda da janela lateral revela um contraste ainda maior. O silêncio das trabalhadoras domésticas na notícia é o mesmo silêncio visual que percebemos na imagem.

A Figura 6 é quase uma ironia, por vários motivos. Primeiro, a ação doméstica é realizada por um personagem masculino que está colocando água em uma panela grande - como se estivesse preparando um macarrão de domingo. Ao fundo, enxergamos uma mulher com a mão na cintura e unhas coloridas - como se estivesse observando o marido a se "aventurar" na cozinha. Davis (2016) destaca os novos modelos de divisão das atividades da limpeza da casa. Porém, ainda questiona sobre a ideia de associar esses trabalhos com o gênero feminino ou como "ajuda" à companheira.

Figura 6 - Homem cozinhando

» Economia » em Economia » Adm

| SERVIÇO

Trabalho doméstico agora exige contrato; veja um modelo de documento

Agência O Globo - [28/09/2019] [20:44]



Foto: Antônio More / Agência de Notícias Gazeta do Povo; Antônio More / Agência de Notícias Gazeta do Povo

No entanto, a imagem ilustra uma publicação⁸ do dia 28 de setembro de 2015 em que apresenta um modelo de contrato de trabalho para ser firmado diante da nova relação trabalhista, após a regulamentação da "PEC das domésticas". O contrato, elaborado por um escritório de advocacia, visa facilitar e evitar ações judiciais contra os patrões.

Apesar da "PEC das domésticas" significar um aumento na dignidade de milhões de trabalhadoras, a abordagem visual expõe a dificuldade da patroa conforme Figura 7. No entanto, a repórter esclarece que o acréscimo não é considerado significativo segundo os especialistas. A notícia⁹ de 11 de dezembro de 2012 possui um subtítulo alarmante: "Apesar dos benefícios para a categoria, proposta em votação no Congresso assusta patrões por causa de novos encargos obrigatórios" (Gazeta do Povo, 2012). Santos (2010) expõe o motivo das conquistas de classe não serem atreladas às trabalhadoras:

[...] as estruturas patriarcais e racistas das relações de trabalho escravistas mantidas a muito custo pelas oligarquias brasileiras foram questionadas no espaço político adequado por um grupo considerado frágil e que, ao contrário, mostrou-se forte e articulado. Existia latente, portanto, a falsa impressão de desmobilização diante das trabalhadoras domésticas, o que de certa forma é um reflexo das concepções racistas (SANTOS, 2010, p.59)

A jornalista recorre as informações de um economista, um advogado especialista em Direito do Trabalho e à patroa Daniela Pupin (representada na foto).

Figura 7 - Patroa identificada



⁸ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/trabalho-domestico-agora-exige-contrato-veja-um-modelo-de-documento-5apb6nncscujptlkoq0hh90cc/>

⁹ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/pec-aumenta-em-r-70-custo-medio-de-domestica-no-parana-2nel7td4qwr9lb9lug1r8x3da/>

Fonte: Gazeta do Povo

O ângulo revela que a câmera está localizada acima da personagem da foto. A patroa parece estar na lavanderia da sua própria residência. Em um dos braços segura um bebê de aproximadamente 5 meses de idade e com a outra mão estende um par de meias no varal. Por sua vez, o desconforto diante dos novos encargos financeiros é naturalizado no texto, pois "como tem bebês em casa, precisa da empregada pelo menos quatro vezes na semana", afirma a repórter (Gazeta do Povo, 2012). Gutiérrez-Rodríguez (2013) enfatiza que, se por um lado o emprego doméstico é associado a estratégias de sobrevivência, mobilidade social e autonomia, por outro lado, para a empregadora, ele é associado à possibilidade de transferir um trabalho não prazeroso para outra mulher, podendo assim ter mais tempo para se dedicar à carreira profissional ou para o lazer.

A última fotografia analisada foi divulgada em 19 de fevereiro de 2012 e o título¹⁰ "Mais caro e raro, trabalho doméstico ainda é precário" (Gazeta do Povo, 2012) sugere o enfoque nas condições de emprego desta categoria. O texto realmente expõe o déficit na constituição até aquele momento, a discriminação da classe e a ascensão devido o aumento da escolaridade. O jornalista utiliza como fonte uma ex-empregada doméstica que trabalhava como enfermeira e melhorou sua qualidade de vida. No entanto, o retrato que compõe a notícia refere-se a outro aspecto abordado na publicação: a divisão de tarefas dentro das residências de classe média.

Figura 8 - Família identificada



Fonte: Gazeta do Povo

¹⁰ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/mais-caro-e-raro-trabalho-domestico-ainda-e-precario-7mi2ga5skezordtzixoxgpa32/>

Na Figura 8 temos três pessoas da mesma família que simulam realizar as tarefas domésticas. O rapaz que está em pé, de boné vermelho, olha diretamente para a câmera. Ele segura com as duas mãos um rolo de tirar pelos do tapete. A moça jovem aparece arrumando as almofadas no sofá e a senhora em pé, ao fundo, segura o ferro de passar roupas. A família é identificada pelo sobrenome "Kokubo" e apesar do repórter sugerir que a questão econômica é decisiva na terceirização do afazeres domésticos, a dona de casa Neide Kokubo revela "Não acho certo ter que pagar para alguém limpar a minha casa" (Gazeta do Povo, 2012). Angela Davis (2016) reforça este pensamento:

Hoje, para as mulheres negras e para todas as suas irmãs da classe trabalhadora, a noção de que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças pode ser tirado de seus ombros e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina. O cuidado das crianças deve ser socializado, a preparação das refeições deve ser socializada, as tarefas domésticas devem ser industrializadas – e todos esses serviços devem estar prontamente acessíveis à classe trabalhadora. (DAVIS, 2016, p. 244 e 245)

No entanto, esta informação é pouco explorada pela matéria. Os dados, apresentados no texto, apenas revelam a crueldade das tarefas domésticas para as mulheres, mas as estatísticas não são problematizadas com as consequências da desigualdade de gênero em relação ao assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo examina oito fotografias publicadas pelo portal on-line da Gazeta do Povo sobre a "PEC das domésticas", entre 2012 e 2016. Este período corresponde às tratativas no Congresso Nacional que culminou com a aprovação da Lei Complementar nº 150/2015 que ampliou o rol de direitos trabalhistas para as empregadas domésticas. A análise do enquadramento visual da cobertura permite identificar como a interseccionalidade entre gênero, classe e raça é representada pelo veículo noticioso. No entanto, percebe-se que a Gazeta do Povo opta pela invisibilidade das trabalhadoras tanto visualmente quanto como fonte de informação no texto.

A função de empregada doméstica é bem demarcada como naturalmente do gênero feminino e as duas figuras masculinas são peças decorativas nas notícias. Apesar da ocupação abranger quase 20% das mulheres negras¹¹, elas não aparecem em nenhum momento na cobertura jornalística - nem como estatística e nem no enquadramento visual. Todas as pessoas representadas são brancas. De forma evidente, o portal da Gazeta do

¹¹ https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9

Povo assume a posição de porta voz da classe média que luta em grande medida para manter os privilégios relativos a sua classe.

Assim, a construção da narrativa sobre o avanço dos direitos trabalhistas desconecta-se dos sujeitos mais importantes, interessados e atuantes neste processo: as mais de 6 milhões de empregadas domésticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 7, n. 14, p. 311-345, 2007.

BERNARDINO-COSTA, J. **Saberes subalternos e de colonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: EdUnB, 2015.

BRITES, J. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 3, 2003.

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, n. 1, p. 70-88, 2009.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stan. L. Rev.**, v. 43, p. 1241, 1990.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

GUTIERREZ.-RODRIGUEZ, E. Trabajo doméstico-trabajo afectivo: sobre hetero normatividad y la colonialidad del trabajo en el contexto de las políticas migratorias de la UE. **Revista de estudios sociales**, n. 45, p. 123-134, 2013.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. Tradução: Flávia Biroli. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008.

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D. The levels of visual framing. **Journal of Visual Literacy**, v. 30, n. 1, p. 48-65, 2011.

SANTOS, J. K. C. **Quebrando as correntes invisíveis**: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA, J et al. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Podem o jornalista e o pesquisador heterossexuais falarem sobre a transexualidade?

Aline Czezacki Kravuttschke¹

Liliane Macedo Machado²

RESUMO

Este artigo é uma inquietação sobre qual é o lugar de fala do jornalista e do pesquisador heterossexual e cisgênero, ao abordar o tema da transexualidade. O objetivo é compreender de que forma acontece a construção das representações sociais, desde o processo de formação da opinião, até a seleção do conteúdo capaz de gerar significado. Partindo de análise bibliográfica, busca-se refletir como os jornalistas podem elaborar reflexões que buscam romper com paradigmas heteronormativos e transfóbicos que podem ser reforçados pela mídia. Acredita-se que apesar de não ser possível tomar o lugar do subalterno, é possível e necessário ter responsabilidade, uma vez que o profissional da imprensa possui um lugar de fala como agente nos processos comunicacionais.

Palavras-chave: Lugar de fala. Análise de Mídia. Transexualidade. Jornalismo. Representação.

INTRODUÇÃO

Em meados de 2017, um movimento popularizou-se na internet e ganhou notoriedade por ser um chamado para as pessoas interessadas em viver em uma sociedade mais justa e igualitária. A campanha “você não precisa ser gay para lutar contra a homofobia”³ posicionava-se contra todo e qualquer tipo de preconceito. Entre as suas variações, popularizaram-se “você não precisa ser negro para lutar contra o racismo”, “(...) mulher para lutar contra o machismo”, “(...) gay para lutar contra a homofobia” e “(...) trans para lutar contra a transfobia”.

Concomitantemente, emergiram nas redes sociais discussões sobre a militância feminista, negra e LGBT, entre outras, as quais popularizaram a expressão “lugar de fala”. Na matéria *O que é ‘lugar de fala’ e como ele é aplicado no debate público*, publicada no portal Nexo⁴ em janeiro de 2017, é possível observar de forma explícita a controvérsia quanto à construção do termo, que haveria surgido “como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais”⁵ por grupos privilegiados

¹ Aluna no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (FAC) na Universidade de Brasília (UnB).

² Integrante do PPG/FAC/UnB, coordenadora do grupo Madalenas em Ação: estudos feministas e de gênero em comunicação do PPG/FAC/UnB.

³ [Você não precisa ser gay para lutar contra a homofobia | Portal Aberje](#)

⁴ [O que é ‘lugar de fala’ e como ele é aplicado no debate público | Nexo Jornal](#)

⁵ utilizamos a expressão minorias sociais no sentido sociológico, o qual indica grupos sociais que não dispõem de acesso a todos os direitos políticos, civis, culturais e jurídicos em relação ao restante da população.

em espaços de debate público”. As críticas, ainda segundo matéria do Nexo, eram de que o termo poderia “restringir a troca de ideias”, sendo aplicado ao debate de forma “superficial e incompleta” e com equívocos em sua interpretação.

Os dois movimentos buscavam discutir, inicialmente de pontos de vista diferentes, sobre qual o lugar de fala dos cidadãos na defesa de lutas sociais e, principalmente, da importância da representatividade ao tratar dos temas de interesse de subalternizados, segundo conceito de Gayatri Chakravorty Spivak (2014)⁶, explicado por Sandra Regina Goulart Almeida no prefácio do livro “Pode o subalterno falar?”.

Almeida indica que para Spivak,

(...) o termo deve ser resgatado, retomando o significado que Gramsci lhe atribui ao se referir ao ‘proletariado’, ou seja, àquele cuja voz não pode ser ouvida. O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve ‘as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante’. (SPIVAK, 2014, p.13,14)⁷

O contato com estudos sobre lugar de fala e subalterno em determinados espaços sociais, despertou uma inquietação às autoras sobre qual é a possibilidade de uma jornalista heterossexual e cisgênero, abordar em sua pesquisa de mestrado um tema que não trata da vivência e experiência pessoal, mas pelo qual se tem interesse e vontade de compreender e elaborar reflexões que buscam romper com paradigmas heteronormativos e transfóbicos que podem ser reforçados pela mídia. A análise apresentada neste artigo é um primeiro passo da dissertação que está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação (PPG/FAC) da Universidade de Brasília (UnB)⁸.

Consideramos, inicialmente, que o jornalista pode e deve fazer uma análise de qual é o seu lugar de fala, a partir de um entendimento crítico do seu papel não como indivíduo representativo, mas como agente ativo no processo de construção da representação de grupos e indivíduos. Partimos do pressuposto de que deter-nos nos espaços privilegiados de fala, tal como o da imprensa, é essencial para a construção de uma nova prática comunicativa em que mesmo um profissional

⁶ Conceito explicado por Sandra Regina Goulart Almeida no prefácio de 2014 da tradução para o português da obra “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Chakravorty Spivak escrito em 1942.

⁷ Idem ao item de rodapé 3

⁸ Ingresso na turma de Mestrado 2º/2020

enquadrado na heteronormatividade possa ter um olhar atento para aspectos relativos à transexualidade e sua subalternização.

Cabe destacar que os termos “Transgênero”, “Transexual” e “Travesti” seguem neste trabalho a definição apresentada no Manual de Comunicação LGBTI+ (2018), de que “travestis e transexuais são transgênero por definição” (REIS, 2018), portanto, o uso da expressão “transgêneros” ou “pessoas trans”, engloba estas duas nomenclaturas. Já os conceitos de “Transexual” e “Travesti” divergem em seu sentido. Enquanto transexual é um indivíduo que se identifica como pertencente ao sexo oposto, e sua identidade de gênero não está de acordo com o sexo que lhe foi atribuído na certidão de nascimento, o termo travesti ganhou um teor político, após ser usado historicamente como pejorativo. (REIS, 2018)

A discussão proposta é interdisciplinar e encontra suporte teórico, principalmente nas proposições de Spivak, que tem como conceito central o “subalterno”⁹; o conceito de lugar de fala, conforme proposto por Djamila Ribeiro (2020); epistemicídios, discutido por Boaventura de Sousa Santos (2010), processos comunicacionais de Stuart Hall (2016) e de representação social, com base em Moscovici (2015).

É importante destacar que nosso objetivo principal é compreender de que forma acontece a construção das representações sociais, desde o processo de formação da opinião a partir das esferas pública, midiática e política, até a seleção do conteúdo capaz de gerar significado.

O silenciamento epistêmico e social do subalterno

Ao longo dos séculos, o processo de exclusão e de subalternização de determinados grupos sociais foi se modificando significativamente, abrangendo os mais diferentes extratos, desde o acadêmico até as esferas social, política e jurídica. Este processo, gerado por um sistema de categorização desigual de pessoas, acaba perpetuando o estigma, que por outro lado, perpetua o privilégio de outros indivíduos. Boaventura de Souza Santos explica o termo “colonialismo” a partir do sentido mais amplo da palavra é “(...) um dos dois modos eurocêntricos modernos de dominação baseados na privação ontológica, isto é, na recusa em reconhecer a humanidade integral do outro”. (SANTOS, 2019, p.162)

⁹ Abordado brevemente nesta introdução e é retomado durante todo o texto.

Para Grosfoguel (2016, p.25), o racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo, pois limita aos homens ocidentais brancos a legitimidade epistêmica de definição do que é verdade, realidade, e o que é melhor para os demais. O perigo desta organização está no que Santos (2010) chama de ‘epistemicídio’, ou seja, a destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos.

Já Ribeiro (2020, p.24), relata a perspectiva da pesquisadora negra Lelia Gonzales que analisa o reconhecimento da equação: “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. (...)”. Mesmo partindo de um ponto de vista de raça, é possível notar e relacionar a visão de Lelia com a falta de diversidade existente em outros campos e o silenciamento epistemológico como reflexo de um problema social ainda mais grave e violento, que afeta diretamente às pessoas transgênero no Brasil.

Ao observarmos os indicadores sobre violência relacionada a pessoas transexuais no Brasil, é possível identificar que este grupo está mais vulnerável do que os demais que sofrem opressões, o que aponta para a premência da discussão sobre essa realidade. A expectativa de vida de uma pessoa trans em relação ao restante da população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um primeiro sinal da exclusão constante, uma vez que entre transgêneros a expectativa de vida é de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral é de aproximadamente 75 anos (IBGE, 2013 apud ANTRA, 2020).

Segundo Boletim lançado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no segundo semestre de 2020¹⁰, o número de assassinatos de pessoas trans aumentou, mesmo no período de pandemia do novo coronavírus. Apenas entre janeiro e fevereiro, o Brasil teve um aumento de 90% no número de casos de assassinatos em relação ao mesmo período em 2019, subindo de 20 para 38 casos notificados. Este é o maior índice dos últimos quatro anos, superando 2017, ano em que o Brasil apresentou o maior índice de assassinatos de sua história. O país passou do 55º lugar de 2018 para o 68º em 2019 no ranking de países seguros para a população LGBT.

No caso da violência cotidiana à qual são expostas as pessoas transexuais e travestis, “ocorre que nem todas as pessoas são igualmente ‘sujeito de direitos’ e,

¹⁰ [Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020 – Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(antrabrasil.org\)](https://antrabrasil.org/)

dessa forma, a heteronormatividade disciplina o entendimento coletivo de gênero, estruturando os mundos social, político e jurídico” (BALEM; SOUZA; NASCIMENTO, 2020, p. 19). Essa lógica cria entraves à dignidade humana, por meio da estigmatização, marginalização e invisibilização. Dessa forma, é possível perceber que para descolonizar o conhecimento, é preciso evidenciar o silenciamento de certas identidades enquanto outras são fortalecidas, e, paralelamente, desestabilizar a autorização discursiva majoritariamente branca, masculina cis e heteronormativa. Bandeira (2008, p. 208) observa que a crítica à ciência moderna não é privilégio das teóricas dos estudos feministas e de gênero, entretanto, elas incluíram especificidades relevantes. De acordo com a autora, “a centralidade da crítica está posta na forma de organização do mundo social e natural materializado nas relações sociais, cognitivas, éticas e políticas entre homens e mulheres, assim como suas expressões e significados no mundo simbólico” (2008, p. 209). Isso posto, cabe um papel importante às pesquisas feministas contribuir para a descolonização dos locais de fala.

Ao citar Audre Lorde em “As ferramentas do mestre não vão desmantelar a casa grande”, Ribeiro (2020, p.50) reforça que é fundamental “matar a parte do opressor em nós” (LORDE, apud Ribeiro, 2020, p 50), identificando o papel das mulheres brancas em um engajamento na luta por uma transformação profunda da sociedade. Nesse sentido, o não reconhecimento das diferenças poderia levar à legitimação de um discurso excludente. Para Spivak (1942), “os intelectuais pós-colonialistas aprendem que seu privilégio é sua perda. Nisso, eles são um paradigma dos intelectuais”. (SPIVAK, 2014, p.84)

Mas há ainda o perigo do “intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência”. (SPIVAK, 2014, p.14)¹¹ Este movimento não seria nada mais do que apenas reproduzir estruturas de opressão, uma vez que o subalterno assumiria posição de objeto de conhecimento a ser analisado por outros intelectuais em posições mais privilegiadas. “A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de ‘deixar viver ou deixar morrer’”. (FOUCAULT apud RIBEIRO, 2020, p.42) Ou seja, a reivindicação de pessoas trans à voz, também é uma reivindicação do direito à própria vida.

¹¹ Conceito explicado por Sandra Regina Goulart Almeida no prefácio de 2014 da tradução da obra “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Chakravorty Spivak (1942)

Neste sentido, destaca-se confusão mencionada por Ribeiro (2014) entre lugar de fala e representatividade. Entende-se que todos possuem lugar de fala, mas que a representatividade assume outro caráter, uma vez que “tem como fator a construção de subjetividade e identidade dos grupos e indivíduos que integram esse grupo. (...) É sobretudo parte da formação do que é o indivíduo que compõe esse grupo” (POLITIZE, 2021). Recorremos a Foucault para observar que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (1996, p.8/9).

No âmbito da produção jornalística também ocorre esse controle, seja por meio dos critérios de noticiabilidade, da escolha de fontes, das manchetes ou do que merece destaque ou não por parte dos editores. A rotina produtiva jornalística tem sido estudada com atenção pois indica lugares de saberes, de verdades, de enfoques acerca da realidade.¹² Consideramos que a identidade do jornalista ou a linha editorial que um veículo adota não é casual, ao contrário, interfere, por exemplo, na cobertura acerca das pessoas transgênero, na sua visibilidade ou invisibilidade, na manutenção ou não de estereótipos.

Em relação ao lugar de fala que se ocupa, parte-se do argumento que “uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa”. (RIBEIRO, 2020, p.82) E continua:

Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas de fato possam ter escolhas numa sociedade que as confina a um determinado lugar; logo, é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem”. (RIBEIRO, 2020, p.83)

Portanto, o jornalista que se propõe a tratar de forma crítica um tema de invisibilidade, como é o caso do grupo que estamos abordando, pode e deve

¹² Para maiores informações acerca dos critérios de noticiabilidade e rotina produtiva veja: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Vol. II- A tribo jornalística- uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

entender qual seu papel como agente de transformação, dando relevo às questões de desigualdade, pobreza e violência. Concomitantemente, a pesquisa científica, acreditamos, exerce um papel preponderante nessa transformação, visto que aponta novas perspectivas para o exercício da profissão.

Processos comunicacionais e a representação social

O jornalismo, assim como diversos outros setores e instituições da sociedade, é produto de processos sociais e políticos, que passaram por diversas transformações ao longo dos séculos. Amaral (2005) indica que os jornais seguem linhas editoriais que se transfiguram para falar com diferentes públicos por motivos que podem ser tanto mercadológicos quanto comunicacionais.

Amaral (2005), ao abordar os lugares de fala e seu conceito no segmento popular da grande imprensa, explica que em comunicação:

O conceito de Lugares de Fala é um instrumento teórico-metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos às falas das fontes e dos leitores, mesmo que sejam editados pela mesma empresa. Assim, cada publicação torna visíveis determinados atores e representa o popular de maneira diversa. (AMARAL, 2005, p.105)

E continua:

Estudar essas diferenças, seja entre as mídias hegemônicas e populares ou em produções midiáticas diversas, tais como séries, novelas, filmes e outros ajuda-nos a entender o processo de pedagogização das mídias, expressão de Kellner,¹³ que aborda a relação existente entre o consumo midiático e os processos de subjetivação.

Ainda segundo Amaral,

um jornal sempre se destina a um mercado e, portanto, o discurso jornalístico só existe efetivamente em direção a um alvo. E o jornal tem o poder simbólico para determinar de onde vai falar para cada público e como vai posicionar suas fontes e seus leitores em suas páginas. (2005, p.107)

Neste sentido, o processo comunicacional de construção da notícia parte de um lugar de fala de poder simbólico. Este interfere inclusive na criação de

¹³ KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru, Edusc, 2001.

determinadas representações sociais e influencia interpretações sobre a realidade de pessoas transexuais e travestis.

Na percepção de Moscovici, as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e de se comunicar com a realidade social. Assim, a representação social tem como objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa (MOSCOVICI, 2015).

Dois processos principais geram as representações sociais: Ancoragem e Objetivação. Ancorar significa “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2015 Apud. SANTOS, DIAS, 2015). Já a “objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (MOSCOVICI, 2015 Apud. SANTOS, DIAS, 2015).

O jornalista, quando produz conteúdo jornalístico sobre pessoas trans, acaba atuando como um agente relevante na construção e manutenção ou na desconstrução das identidades sexuais e de gênero. Assim, a compreensão da representação social se apresenta como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana da população trans e de que maneira ela é vista na sociedade e nas diversas esferas.

Na busca por uma conceituação sobre o que seria esfera e opinião pública, e suas relações de poder com o campo da comunicação, entende-se que a principal questão a ser levantada na esfera pública não é sobre como qual tema ou agenda ganhou espaço e relevância em determinado momento ou contexto, “mas constatar a esfera pública antes como uma parte constitutiva do próprio processo democrático de uma sociedade civil hipercomplexa e, sobretudo, na certeza de que já não se trata de aferir como determinado tema perpassou a ‘opinião pública’”. (SILVA, 2006, p. 41)

Apesar do entendimento da relação entre esfera pública, política e midiática parecer integrada com o debate social, é importante pensar como a imprensa tem contribuído para gerar uma representação social em relação à determinados temas, principalmente àqueles referentes à população transgênero, que carregam um peso social estigmatizante.

Não é possível considerarmos que, nos dias de hoje, não seremos influenciados de alguma forma pela esfera midiática. Para “formarmos uma opinião sobre qualquer assunto, teremos necessariamente que contar com informações produzidas e veiculadas por instituições e não obtidas exclusivamente de nossa experiência individual, se é que existe experiência exclusivamente pessoal” (FIGUEIREDO; CLIVELLINI, 1995, p.177).

Além disso, no que tange principalmente as teorias da comunicação e seus processos comunicacionais, e sua relação com o processo de construção da representação de pessoas trans, é necessário:

(...) compreender as condições sociais, tecnológicas, econômicas e políticas nas quais os sistemas de representação estão situados na sociedade – como eles são institucionalmente organizados, como eles se vinculam a posições e estruturas específicas de poder, e como eles são atravessados pelo campo e pela operação do poder. (HALL, 2016, p.42)

Hall, ao deter-se sobre os meios de comunicação, discute que não há como fugir desta questão, uma vez que os meios de comunicação agem na construção social do sentido, ao mesmo tempo em fornecem terreno para que os indivíduos possam adquirir consciência do mundo. (HALL, 2016) Assim, ao buscar encontrar o lugar de fala do jornalista na análise de matérias que tratam de pessoas trans, se faz também necessário compreender o papel da comunicação na construção social, uma vez que este também é um mecanismo gerador de tensões morais, nos quais se constroem processos de lutas não só por diálogo, mas mudanças efetivas nas relações sociais. Como afirma Preciado, "uma revolução está acontecendo. Não apenas dentro de mim, mas em todo o mundo (...) a revolução está acontecendo agora, na sua frente. Você está no meio dela e, consciente ou não, você faz parte dela. Transfeminismo é o nome dessa revolução" (Preciado, 2015).

Preciado inspira-nos em nossa pesquisa e ajuda-nos a encontrar nossa possibilidade de intervenção em uma realidade tão adversa como a vivenciada pelas travestis no Brasil.

Considerações Finais

Ao estudar o tema do lugar de fala e o papel do jornalista não transgênero na construção da representação de pessoas transgênero, descobrimos que, apesar de não ser possível nem desejável tomar o lugar do subalterno, é possível e necessário

abordá-lo com responsabilidade, uma vez que o profissional da imprensa possui um lugar de fala como agente nos processos comunicacionais. O jornalista, a partir do entendimento de sua função social, não pode ser mais um mecanismo de silenciamento da voz do subalterno, e possui potencial de gerar debates profundos e relevantes para as pessoas trans.

Consideramos, também, que a pesquisa acadêmica é primordial para a tomada de consciência sobre os limites e possibilidades do fazer jornalístico, uma vez que cabe aos investigadores detectarem problemas, discutí-los e apontar novas perspectivas.

Durante a trajetória de construção da dissertação no mestrado, buscaremos aprofundar esta reflexão por meio da análise das notícias que abordem a perspectiva da transexualidade, avaliando determinadas construções de representação que contribuem para a marginalização e exclusão da população transgênero.

Referências bibliográficas

AMARAL, M. F.; **Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa.** Contracampo, n. 12, p.103-114, 2005.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê de assassinatos.** Disponível em <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>> acesso em 02 mai. 2021

BALEM, I.F.; SOUZA, L.S.; NASCIMENTO V. R.; **Os corpos que (não) importam: uso do direito na normalização biopolítica do gênero a partir de uma perspectiva Foucaultiana.** Revista de Direito Brasileira, v. 26, n. 10, p.5-24. Florianópolis, 2020. Disponível em <<file:///C:/Users/55619/Downloads/5309-19949-1-PB.pdf>> Acesso em 04 mai. 2021

BANDEIRA, Lourdes. "A Contribuição da Crítica Feminista À Ciência". **Estudos Feministas**, Florianópolis 16(1): 288, janeiro/abril de 2008.

FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S.; Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião Pública**, Campinas, vol. III, no 3, Dezembro, 1995, p.171-185 1995. Disponível em:<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cevellini.pdf> Acesso em 03 mai. 2021

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** SP:Loyola, 1996.

GROSFOGUEL, R.; **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** Revista Sociedade e Estado, volume 31, nº 1, 2016.

HALL, S.; A ideologia e a teoria da comunicação. **Matrizes.** Tributo a Stuart Hall. V.10. n.3. set/dez. São Paulo. 2016. Disponível em <https://drive.google.com/open?id=1_PtQf9pErtf7C2IUepA7_learniZQoXHe> Acesso em 03 mai. 2021.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.**11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

NEXO. **O que é ‘lugar de fala’ e como ele é aplicado no debate público.** Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%ABlico>> Acesso em 04 de maio de 2021.

POLITIZE. **Representatividade: o que isso significa?** Disponível em <<https://www.politize.com.br/representatividade/>> acesso em 04 de maio 2021.

PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo.** Série Pandemia. https://issuu.com/n-1publications/docs/cordel_preciado. Acesso em 15 de junho de 2021.

REIS, T.; (org) **Manual de Comunicação LGBTI+.** Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+/GayLatino, 2018.

RIBEIRO, D.; **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

SANTOS, B. S.; **Epistemologias del Sur.** Mexico: Siglo XXI, 2010.

SANTOS, B. S.; **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul,** 1 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, L.M.S.; Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Comunicação e Espaço Público,** Brasília, n.1, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12300/1/ARTIGO_JornalismoEspa%C3%A7oPublico.pdf> Acesso em 12 ago. 2019

SPIVAK, G. C.; **Pode o subalterno falar?** (1942) Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

**DISPUTA PELAS PREFEITURAS: A ELEIÇÃO DE 2020
EM CAPITAIS BRASILEIRAS A PARTIR
DA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Afonso Ferreira Verner¹
Luciana Panke²

RESUMO: O presente artigo apresenta resultados da análise de dados de registros de candidaturas na disputa eleitoral de 2020 nas capitais brasileiras, sob uma perspectiva de gênero. Na pesquisa, adota-se o termo gênero como resultado de uma construção cultural, não binária (LAMAS, 2013) ainda que os dados formais no Brasil ainda mantenham a divisão biológica por sexo. As informações utilizadas fazem parte de uma base de dados que contempla todas as candidaturas às Prefeituras das 26 capitais brasileiras, formando um *corpus* com informações de 306 pessoas. As candidaturas estão divididas entre homens e mulheres e, com isso, observa-se variáveis sobre a disputa eleitoral, como número de candidatos(as) de cada gênero, a distribuição de candidaturas nas regiões do país, além dos gastos declarados em campanha por cada um dos grupos. Os resultados obtidos na análise sinalizam um desequilíbrio na participação feminina na disputa eleitoral de 2020, tanto na diferenciação de região do país em que a disputa acontece, como também nos recursos declarados de acordo com o gênero.

Palavras-chave: Comunicação Política; Comunicação Eleitoral; Eleições; Gênero; Campanha; Capitais

INTRODUÇÃO

A expressão gênero recebe diferentes conotações, sofrendo interferências ideológicas para fortalecer a desigualdade entre as pessoas. Neste artigo, partimos do conceito que gênero é uma construção cultural, ou seja, comportamentos são socialmente aprendidos, solidificando o que seria ser “mulher” ou “homem”. No referencial adotado não há binarismo biológico e é possível compreender outras formas de existir.

“El género es un elemento constitutivo de las relaciones sociales basadas en las diferencias que distinguen los sexos y el género, es una forma primaria de relaciones significantes de poder” (Scott citado por LAMAS, 2013, p. 17). Como

¹ Graduado e Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutorando no Programa de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP) e de Comunicação Eleitoral (CEL). Docente da Unicesumar - Ponta Grossa.

² Pós-doutorado na linha de Comunicação Política – Universidad Autónoma Metropolitana – sede Cuajimalpa (UAM-México), com pesquisa sobre propaganda eleitoral de mulheres na América Latina – bolsista Capes. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, mestrado em Letras pela Universidade Federal do Paraná e graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Coordena o curso de Publicidade e Propaganda. Pesquisadora de comunicação política.

destacam as autoras, o estabelecimento de papéis de gênero constitui uma das formas de sobressair relações sociais e de poder. E é esse aspecto considerado nesta pesquisa.

Aqui, observam-se as eleições das capitais brasileiras de 2020 a partir do recorte de gênero. A pesquisa parte do princípio de que as capitais são colégios eleitorais importantes para seus respectivos estados e que a interpretação dos dados sobre quem se candidata indica a distribuição de poder que está sendo realizada em outros espaços, como Câmaras Municipais, Secretarias de Governo e pode indicar tendências para as eleições majoritárias. Com isso, investe-se em uma análise quantitativa a partir dos dados sobre as candidaturas, fornecidos pelos órgãos regulamentadores.

O banco de dados é formado por um *corpus* correspondente às 306 candidaturas deferidas nas 26 capitais brasileiras – candidatos (as) que renunciaram ou foram indeferidos foram retirados da amostra. Esse grupo de postulantes é dividido entre homens e mulheres e depois avaliado a partir de variáveis como partido, gasto declarado de campanha, porcentagem do teto de gastos atendida.

O artigo traz informações sobre como os partidos políticos alocam, nacionalmente, homens e mulheres na hora de disputar cargos de destaque, além de índices sobre gastos em cada um dos grupos. Também aponta diferenças regionais consideráveis na presença entre os gêneros nas disputas pelas capitais brasileiras.

A primeira sessão do artigo reflete sobre participação feminina nos cargos de decisão e, em seguida, são expostos os dados e a análise sobre as candidaturas. O banco de dados completo também foi fornecido através de um link para dar mais publicidade e clareza à pesquisa.³

CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

As sociedades latinas, especialmente, são majoritariamente patriarcais. Isso significa o predomínio de homens sobre as mulheres e sobre outros homens em condições econômicas inferiores. Ainda que as mudanças estejam ocorrendo

³ Para acessar a base de dados da pesquisa basta clicar aqui:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1jP39aHrCBHZJYSMgeTeXe9itytWUNwWxx6QeKW7rRcY/e/dit?usp=sharing>

gradativamente, a base do pensamento continua atuando inconscientemente em grande parte dos eleitorados. “Vivemos em sociedades onde a dominação de um sexo sobre o outro não somente é vista como normal, como também a única opção de organização. Além disso, determinados comportamentos são vistos como aceitáveis ou não de acordo com o sexo biológico”. (PANKE, 2016, p. 27)

Dessa forma, não apenas as conquistas por visibilidade nos espaços públicos de fala, mas as oportunidades em si de falar são construídas diariamente.

O direito ao voto no Brasil, primeiro passo para a participação efetiva na escolha democrática, aconteceu em 1932. No entanto, até mesmo essa conquista estava condicionada a um aspecto ligado à ideia de família tradicional: só teriam direito ao voto mulheres casadas que recebessem a autorização do marido para comparecer às urnas.

A necessidade de uma autorização concedida pelo marido para que as mulheres votassem foi derrubada dois anos depois, em 1934, mas o voto só se tornou obrigatório para as cidadãs do sexo feminino no Brasil em 1946. Mesmo que tardia, a garantia do voto feminino no território brasileiro pode ser considerada pioneira diante de outros países: a Argentina, por exemplo, só instituiu um mecanismo semelhante em 1940, já Portugal e Suíça só implementaram o direito na década de 1970⁴.

No entanto, a garantia ao voto das mulheres não trouxe, por si só, uma equidade no sistema de representantes políticos. Essa dificuldade de acesso está ligada a questões socioeconômicas, que vão desde a presença da mulher no mercado formal de trabalho ou escolarização (INGLEHART; NORRIS, 2005).

Outra situação que interfere na participação efetiva das mulheres na esfera decisória da política são fatores culturais e valorativos. Bohn (2009) lembra que há pesquisas que debatem o fato de que em sociedades tolerantes ao princípio da igualdade de gênero (aspecto que representa pauta atual na democracia brasileira), torna-se menos difícil às mulheres se lançarem na esfera política formal, do que em contextos sociais nos quais a prevalência da visão tradicional sobre o papel da mulher a confina ao ambiente doméstico (BOHN, 2010; INGLEHART; NORRIS, 2005).

⁴ Informações disponíveis no site do TRE: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>.

Um outro quesito que influencia na efetiva presença das mulheres no ambiente político é a cobrança por uma qualidade das candidaturas superior nas femininas. Esse comportamento excludente reflete o pensamento machista, no qual, supostas características masculinas seriam superiores às femininas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Alziras⁵, referente às candidaturas de 2016, por exemplo, contrapõe a falácia de falta de preparo. Segundo os dados, 71% das prefeitas eleitas possuíam ensino superior, em detrimento de 50% dos homens eleitos. O quesito de pré-conceito interfere diretamente nas chances para que a representação feminina seja efetivada.

Outro ponto destacado por Bohn (2009, p.69) se refere ao capital desenvolvido dentro dos partidos. Ela considera que:

Desse modo, se o(a) candidato(a) concorre à reeleição, seu nível educacional e, sobretudo, seu portfólio pretérito de posições políticas eleitas e não-eleitas, entre outras, são características que tornam cada candidatura mais ou menos competitiva. Sob esse ponto de vista, a política de cotas – de reserva de vagas nas listas partidárias para mulheres – só ganha sentido se acompanhada por candidaturas femininas competitivas. Do contrário, a menos que haja um sistema de lista fechada, as cotas tenderão a não funcionar, uma vez que as mulheres serão derrotadas nas urnas.

A proposição de Bohn (2009) dá conta de que para além dos obstáculos sociais e econômicos, há os indissociáveis aspectos de cunho político, como a falta de candidaturas femininas com reais condições de sucesso no pleito em uma disputa realizada em um ambiente majoritariamente masculino.

Araújo (2005) defende que o acesso das mulheres à representação política é condicionado por um conjunto de fatores que ultrapassam a engenharia do sistema político e suas ferramentas, como a Lei de Cotas e a reserva de recursos para mulheres. Araújo (2005) entende que mecanismos da engenharia do sistema político têm um peso e podem favorecer mais ou menos o ingresso feminino na política.

Há ainda o fato de o próprio procedimento adotado para recrutar candidatas do sexo feminino é diferente do mecanismo usado para filiar homens em determinada legenda. Inclusive, há literatura que mostra que os partidos buscam ter homens em suas chapas justamente pelo fato destes sujeitos representarem traços identitários que estão na essência destas legendas (KROOK E NORRIS, 2014).

⁵ Dados disponíveis em <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/> Acesso 15/06/2021

Soma-se a isso, ainda, o fato de que homens também seguem representando boa parte das chamadas “candidaturas competitivas” ao terem maior acesso aos recursos partidários disponíveis - como investimentos em campanha e tempo de Rádio e TV. Desta forma, há impeditivos tanto de ordem cultural, como de ordem institucional que, de forma conjunta, impedem o avanço de candidaturas femininas na arena política.

Por sua vez, Araújo (2012) lembra que em âmbito nacional, a participação de mulheres na política tem sido objeto de estudos científicos desde a década de 1990. A autora sugere que três aspectos podem ter contribuído para este movimento: o primeiro deles seria o feminismo como movimento político e cultural, além do fato das demandas feministas terem adquirido legitimidade midiática nas últimas décadas.

O segundo aspecto seria uma consequência do primeiro ao expor o contraste entre o grau de participação das mulheres nas esferas da vida social com a pequena inserção feminina nas instâncias políticas e decisórias da democracia brasileira. Por último, um quesito que também teria influenciado o fortalecimento dos estudos está na disseminação de estratégias com vistas a superar a sub-representação feminina no mundo político, entre elas a política de cotas, também conhecida no Brasil como “Lei do Terço”⁶.

A autora considera que o fenômeno precisa de uma abordagem multifacetada para ser compreendido adequadamente:

Para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior

⁶ É necessário citar ainda que, no caso brasileiro, o sistema de cotas acontece a partir de uma lista fechada: os partidos escolhem seus candidatos(as) internamente e apresentam essas opções à sociedade. Neste cenário, simples nomeações não são garantia de que as mulheres serão eleitas, o que garante é a posição na lista do partido (quão importantes são as candidaturas femininas para essas legendas?) e se as mulheres de fato participam de pleitos com condições de se sagrarem vencedoras – este último aspecto está intimamente ligado ao acesso que elas têm aos recursos partidários. Para saber mais sobre essa discussão, sugere-se o seguinte trabalho: SPOHR, Alexandre Piffero et al. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 417-441, jun. 2016. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44593>>. Acesso em: 19 jul. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

Por fim, ainda tratando de cotas na participação feminina no campo eleitoral, há uma compreensão de que as mulheres eleitas só conseguiram aquele determinado cargo por conta do mecanismo de cotas – neste contexto, as cotas serviriam mais como um ‘teto’ da participação feminina do que como uma ‘porta’ de inclusão de um grupo sub-representado (KROOK, 2014). Em uma sistematização sobre a não eleição de mulheres na América Latina, sob o ponto de vista do eleitorado qualificado – pesquisadoras (es), agentes políticos e profissionais de campanhas eleitorais – Panke (2021) indica a complexidade para a discrepância dos números. O teto de vidro, proporcionado por cotas e outros sistemas de leis afirmativas, é uma das realidades.

Para sintetizar as principais razões apontadas por estes públicos formados por profissionais e intelectuais da comunicação política, para a ausência das mulheres nos cargos eletivos na América Latina estão, portanto: a) ausência de candidatas (partidos), b) despreparo emocional, c) não pertencimento à política (*machistômetro*), d) mulheres são suas próprias inimigas, e) meritocracia (currículo), f) política só é lugar para “algumas” mulheres (*feministômetro*). No final das contas, ao analisar o resumo das razões coletadas no período, são as próprias mulheres que acabam sendo responsabilizadas pela própria não participação e, conseqüente, não eleição aos cargos públicos. (PANKE, 2021, s/p)

A partir deste debate sobre a representação feminina no campo político, parte-se agora para a exposição da metodologia empregada no trabalho, seguida da análise dos dados sobre as candidaturas femininas nas capitais brasileiras no ano de 2020.

ANÁLISE EMPÍRICA: A DISPUTA POR CAPITAIS ANALISADA A PARTIR DA QUESTÃO DE GÊNERO

As informações quantitativas utilizadas para composição do banco foram coletadas a partir do Sistema de Divulgação de Candidaturas (DivulgaCand), mantido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O estudo aqui apresentado reúne

informações sobre as candidaturas às prefeituras nas 26 capitais brasileiras⁷ na eleição de 2020, a partir das seguintes variáveis: gênero (homem ou mulher), cidade (em que disputou a eleição), região (região em que a cidade está localizada), partido (legenda política) e total gasto declarado pelo(a) candidato(a). Candidatos(as) impugnados ou que renunciaram a candidatura foram excluídos do banco de dados⁸.

A organização das informações desta forma busca: (1) compreender qual é a participação feminina em disputas municipais em grandes colégios eleitorais (as capitais), (2) mapear possíveis indicativos regionais desta participação, (3) observar quais partidos políticos oferecem maior espaço para mulheres nas disputas estudadas e (4) analisar como as mulheres candidatas se diferenciam dos homens quando o assunto é gasto de campanha.

O primeiro dado a ser analisado diz respeito à quantidade de homens e mulheres no pleito. Os candidatos(as) incluídos(as) no banco que disputaram a eleição de 2020 nas capitais brasileiras resultam em um *N* de 306 postulantes. Neste grupo de postulantes há 254 homens (83,01%) e 52 mulheres (16,99%) - nota-se aqui uma ampla diferença entre os dois gêneros.

A tabela 1 apresenta esses dados com uma divisão regional: o número de candidaturas de homens e mulheres é apresentado de acordo com a região do país. Os dados dividem os(as) postulantes a partir das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Ao lado do número de candidatos de cada gênero, aparece a porcentagem daquele número na região estudada.

Tabela 01 - Distribuição de postulantes por gênero em regiões

Região	Homens	Mulheres	Total
Sudeste	44 (78,57%)	12 (21,42%)	56 (100%)
Sul	28 (75,67%)	9 (24,32%)	37 (100%)
Centro-Oeste	31 (86,11%)	5 (13,88%)	36 (100%)
Nordeste	80 (80%)	20 (20%)	100 (100%)
Norte	71 (92,20%)	6 (7,79%)	77 (100%)
Total	254	52	306

Fonte: Autores (2021)

⁷ Apenas os dados sobre os gastos dos candidatos de Macapá (Amapá) não fazem parte do banco de dados utilizado. A cidade em questão sofreu com um apagão nas vésperas da eleição de 2020 e os dados quantitativos do pleito ainda não foram revelados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM) do Amapá.

⁸ Ao todo, as capitais brasileiras tiveram 14 candidatos(as) impugnados ou que renunciaram. Deste grupo, duas candidatas eram mulheres.

O primeiro aspecto a ser ressaltado são as porcentagens próximas entre sul e sudeste na divisão entre candidatos(as) homens e mulheres. No Sudeste o número de prefeitáveis mulheres chega a 21,42% do total de postulantes, enquanto os homens são 78,57%, já no Sul o registro é de 75,67% de homens na disputa e 24,32% de mulheres - os índices estão próximos àqueles garantidos pela Lei de Cotas, que não se aplica à disputa majoritária.

É necessário ainda destacar a região nordeste, a maior do país em número de candidatos(as), onde há 80% de prefeitáveis homens e outros 20% de mulheres. Já nas regiões Centro-Oeste e Norte os índices são menos favoráveis à participação feminina: no Centro-Oeste há 13,88% de candidatas e no Norte apenas seis mulheres (7,79%) participaram do pleito nas capitais.

A próxima variável analisada é o gasto declarado por cada um dos candidatos(as). Através do DivulgaCand foram coletadas informações sobre o valor declarado por cada campanha e quanto aquele valor representava diante do teto de gastos na cidade⁹. Ou seja: se uma campanha declarou ter gasto R\$ 1 milhão em uma cidade em que o teto de gastos era de R\$ 10 milhões, a porcentagem de gastos diante do teto é de 10%.

A tabela 2 traz informações sobre os gastos de homens e mulheres em todo o Brasil, somando os gastos indicados por postulantes mulheres e homens. Ao todo, os 254 homens declararam gastos da ordem de R\$ 326.309.333,20, enquanto as 52 mulheres na disputa declararam gastos que somam R\$ 46.582.391,83. A tabela ainda expõe uma média para as candidaturas, conforme registro por gênero.

Tabela 2 - Gastos de candidatos por gênero

Gastos	Total por gênero	Média por candidato(a)
Mulheres:	R\$ 46.582.391,83	R\$ 895.815,22
Homens	R\$ 326.309.333,20	R\$ 1.284.682,41

Fonte: Autores (2021)

A partir dos dados expostos na tabela 2 nota-se uma diferença considerável entre os gêneros quando o assunto é gasto de campanha. Por um lado, os 254 homens da disputa declararam gastos que somam R\$ 326.309.333,20 - em média

⁹ Os limites dos gastos de campanha são calculados pelo próprio TSE com base nos gastos da eleição municipal de 2016. Em caso de segundo turno, há um acréscimo de 40% do valor previsto em primeiro turno. Para ver mais, acesse: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Setembro/tse-divulga-limites-de-gastos-de-campanha-para-as-eleicoes-2020>

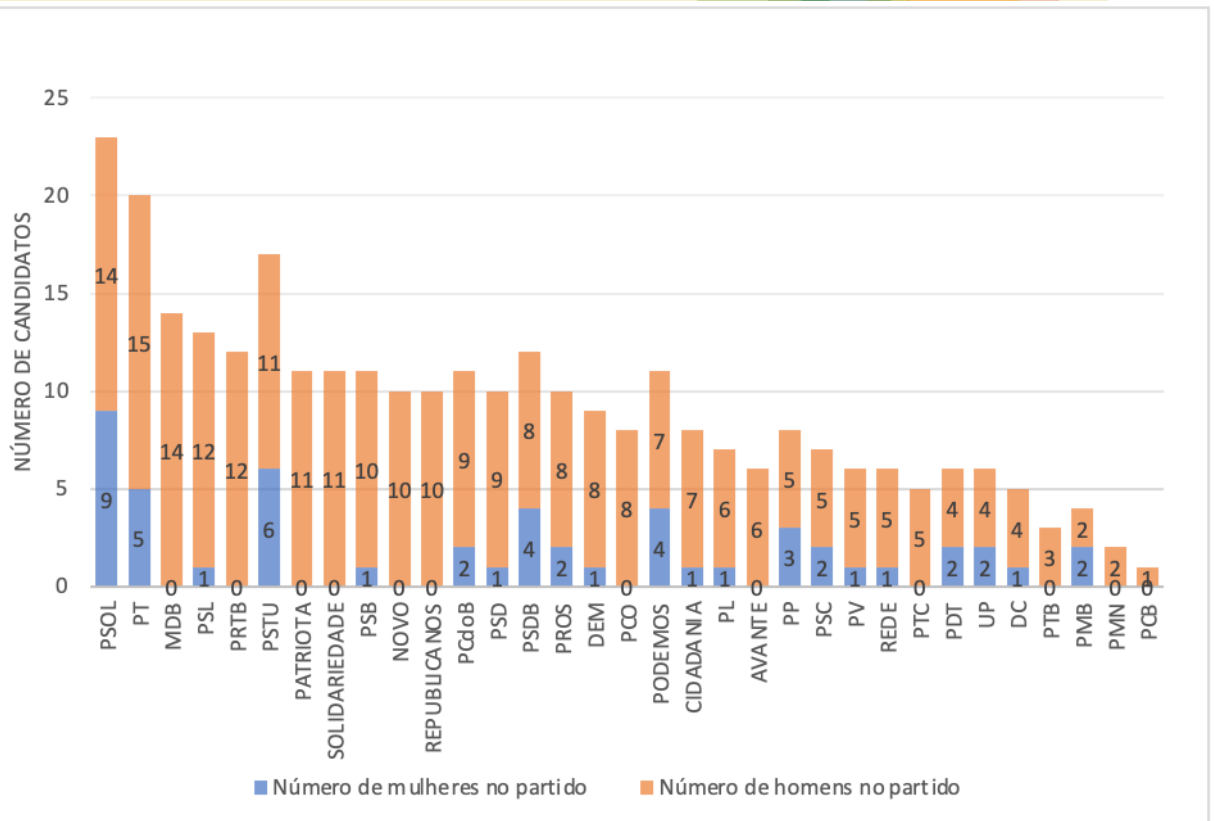
cada candidato homem gastou R\$ 1.284.682,41. Já as 52 mulheres somaram juntas um gasto de R\$ R\$ 46.582.391,83 o que representa um gasto de R\$ 895.815,22. A média de gastos para homens é 43,40% superior ao gasto entre as mulheres.

Por sua vez, quando se observa a média da porcentagem do teto de gastos que homens e mulheres alcançam e suas cidades a diferença é menor. Para os homens, a média da porcentagem atingida diante do teto de gastos é de 18,77%, enquanto para as mulheres, a porcentagem média diante do teto de gastos é de 16,74%.

A próxima variável observada diz respeito à distribuição das mulheres prefeitáveis em partidos políticos. Ao todo, nas 26 capitais brasileiras, houve a distribuição das 54 candidatas em 21 partidos políticos, enquanto os homens se distribuem em 33 partidos - o número total de legendas legalizadas no cenário político eleitoral brasileiro.

O gráfico 1 exibe a distribuição das postulantes em partidos políticos com dados agrupados de todas as capitais brasileiras. É possível visualizar a diferenciação na distribuição interna entre homens e mulheres nos partidos políticos, além de notar aqueles que deram exclusividade apenas para homens na disputa por prefeituras de capitais em 2020.

Gráfico 01 - Mulheres e homens distribuídos nas legendas



Fonte: Autores (2021)

O gráfico acima exibe a divisão entre homens e mulheres entre os prefeituráveis de cada partido em todo o Brasil. A barra laranja representa os candidatos homens, enquanto as mulheres são representadas pela barra azul - quanto mais próximo o tamanho das duas barras (laranja e azul) em cada partido, mais igualitária a relação de gênero na legenda.

A distribuição de candidatos(as) por partidos demonstra a diferença entre o número de homens e mulheres nas respectivas legendas. Há algumas, por exemplo, que para as disputas de capitais brasileiras lançaram apenas homens, como é o caso do Patriota, Novo, MDB, PRTB, Republicanos, PCO e PTC que apostaram apenas em prefeituráveis do gênero masculino.

A categorização dos candidatos entre partidos também revela as legendas que melhor equilibram os(as) candidatos(as) internamente: o PSOL, PSTU e o PMB têm a melhor relação de equilíbrio interno entre os dois gêneros. As mulheres não são maioria em nenhum partido, nem mesmo no Partido da Mulher Brasileira (PMB) onde há dois candidatos homens e duas mulheres.

Por fim, quando se observa a presença de mulheres entre os(as) candidatos(as) eleitos(as) nas capitais, o cenário é de 25 homens e apenas uma mulher eleita. Na prática, esse cenário de sucesso eleitoral dispõe que para cada homem eleito, outros 10,16 foram candidatos nas capitais brasileiras, enquanto para cada mulher eleita, outras 51 foram candidatas - representando uma diferença superior a 400% entre os gêneros.

A única candidata eleita em capitais brasileiras em 2020 foi Cinthia Ribeiro (PSDB), incumbente reeleita para o cargo em Palmas, a capital de Tocantins - a cidade tem menos de 200 mil eleitores e, por isso, tem o pleito decidido em turno único. Cinthia recebeu 46.243 votos (36,34% dos votos válidos) contra 14,52% do segundo colocado no pleito, Professor Júnior Geo (PROS).

Em termos de gastos de campanha, a então candidata declarou ter investido R\$ 3.349.724,84, ou 37,86% do teto na cidade que é de R\$ 8.846.132,14. Proporcionalmente, Cinthia foi a segunda candidata que mais aportou recursos financeiros na campanha de Palmas, atrás apenas de outra mulher, Vanda Monteiro (PSL), que aplicou R\$ 3.897.141,76 (44,05% do teto de campanha). Por sua vez, as informações do banco de dados mostram que a média de porcentagem de gasto diante do teto das mulheres que disputaram eleições em capitais brasileiras é de 16,74%.

Considerações finais

O presente artigo apresenta uma discussão sobre as eleições às prefeituras municipais em 2020 sob uma perspectiva de gênero. Optou-se pela observação de capitais por entender que esses colégios eleitorais representam importantes disputas no nível subnacional, mas nem sempre são os maiores colégios eleitorais de seus respectivos estados.

Desta forma, os dados aqui analisados mostram que (1) há uma diferença no número de candidatos homens e candidatas mulheres na disputa pelo comando de prefeituras em capitais. Enquanto, 254 homens (83,01%) lideravam as chapas, apenas 52 mulheres (16,99%) estavam na mesma posição; (2) isso se reflete, consequentemente, nos resultados eleitorais destes agentes políticos: dos 26 prefeitos(as) eleitos(as) em capitais na eleição de 2020, apenas uma era mulher.

Para além da diferença nacional em números absolutos, também há uma diferença entre regiões que deve ser destacada. A região norte é aquela que menos tem candidatas mulheres, com as mulheres representando apenas 7,79% do número total de prefeituráveis da região. Na região Centro-Oeste o número de mulheres também é apenas de 13,28%.

Curiosamente esses dados dialogam com achados de outros estudos, tanto pesquisas acadêmicas como também pesquisas de opinião pública (sondagem)¹⁰ que demonstram que o machismo está mais presente nas regiões Centro-Oeste e Norte, onde há menor presença de mulheres candidatas.

Os dados sociais podem ser indicativos que contribuam para a explicação do baixo número de candidatas mulheres. Nas demais regiões (Norte, Sul e Sudeste) o número de mulheres candidatas se localiza em torno dos 20% do total das candidaturas. O índice pode ser considerado baixo quando lembra-se que as mulheres são a maioria da população e também do eleitorado brasileiro¹¹, além de se comparado às mulheres filiadas aos partidos, cujos números estão em média de 40%.

Quando passamos a observar a diferença no gasto em campanhas de homens e mulheres, nota-se outra informação relevante - os recursos financeiros fazem parte das principais ferramentas de campanha eleitoral (ARAÚJO, 2005). Em média, ao disputar o comando de prefeituras nas capitais brasileiras, os homens recebem 43,40% recursos a mais que as mulheres.

Por fim, a divisão por partidos torna ainda mais clara o cenário problemático de representação feminina. A maioria dos partidos, com raras exceções, privilegia candidaturas de homens - entre as exceções estão do PSOL, o PSTU e PMB, este último o Partido da Mulher Brasileira, presidido por uma mulher. Nestas legendas há algum equilíbrio entre homens e mulheres, mas nunca há mulheres sendo maioria na disputa.

Ressalta-se ainda o caráter de exclusão da participação feminina em alguns partidos de caráter conservador. Não há candidaturas femininas (ou há em número reduzidíssimo) em partidos como PSL, PRTB, PATRIOTA, SOLIDARIEDADE, NOVO, REPUBLICANOS, AVANTE, PTC e MDB.

¹⁰ Para saber mais, leia: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/no-brasil-o-machismo-e-o-preconceito-mais-praticado/>

¹¹ Para saber mais, leia: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/maioria-do-eleitorado-feminino-ainda-enfrenta-desafios-na-politica>

A falta de equidade entre homens e mulheres acaba refletindo na competitividade das candidaturas femininas: para cada homem eleito, outros 10,16 foram candidatos nas capitais brasileiras, enquanto para cada mulher eleita, outras 51 foram candidatas - representando uma diferença superior a 400% entre os gêneros.

Por fim, a única mulher eleita foi Cinthia Ribeiro (PSDB) que disputou a eleição em Palmas - Tocantins. O que pode, em certa maneira, explicar sua eleição é que disputava a reeleição, portanto já tinha capital político construído e contou com recursos que chegaram a 37,86%, enquanto na média das mulheres contaram com recursos de apenas 16,74%.

Os dados e as considerações apresentados neste artigo dialogam com parte da literatura que destaca como as dificuldades institucionais do sistema político (ARAÚJO, 2005), somada com as dificuldades impostas pelo sistema social (BOHN, 2009, PANKE, 2016, 2021) acabam por dificultar ainda mais a participação de mulheres no campo eleitoral de forma competitiva.

Referências:

ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 9, p. 147-168, dez. 2012.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 35, 2010.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence. New York: Cambridge University Press, 2005

JACOBSON, G. C. Money in congressional elections. New Haven: Yale University Press, 1980.

KROOK, Mona Lena; NORRIS, Pippa. Beyond Quotas: Strategies to Promote Gender Equality in Elected Office. Political Studies, v. 62, p. 2-20, 2014. Disponível em: https://mlkrook.org/pdf/ps_krook_norris_2014.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

KROOK, Mona Lena. Electoral Gender Quotas: A Conceptual Analysis. Comparative Political Studies, v. 47, p. 1268-1293, 2014. Disponível em: https://mlkrook.org/pdf/cps_2014.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

LAMAS, Marta (Compiladora) El género. La construcción cultural de la diferencia sexual. 4ª. Reimpresión 2013. México: UNAM, Porrúa, 2013.

NORRIS, Pippa. Electoral engineering: voting rules and political behavior. Cambridge: Cambridge University, 2005. Disponível em: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg>. Acesso em: 04 ago. 2020.



NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 11, 2013.

PANKE, Luciana. *Campanhas eleitorais para mulheres, desafios e tendências*. Curitiba: UFPR, 2016.

PANKE, Luciana. “Não Voto Em Mulher Porque” As Justificativas Que As Pessoas Latinas dão Para Explicar A Ausência Feminina Na Política Eleitoral. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E HERANÇA COLONIAL: intersecções entre os relatos coloniais e a invisibilidade de mulheres indígenas no Brasil

Ingrid Tereza de Moura Fontes¹

Clarissa Marques²

RESUMO

A pesquisa propõe uma análise crítica de alguns escritos coloniais elaborados pelos viajantes durante a invasão europeia. Nos relatos, a figura da mulher indígena foi invisibilizada ou modificada, a fim de retratá-la com estereótipos voltados à erotização do corpo feminino. Introduziu-se uma violência de gênero que pode ser observada desde o período colonial até a contemporaneidade. Partindo de um aporte decolonial, o trabalho analisa o espaço concedido às mulheres indígenas em uma perspectiva do saber que, se por um lado pretende ser universal, por outro lado marcou e marca essas mulheres com o silêncio. Autores como Segato (2016) e Santos (2009) servirão de fundamentação teórica. A metodologia utilizada é bibliográfica e documental, contando com um método indutivo e uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Escritos coloniais. Invisibilidade. Violência de gênero. Resistência.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar o histórico de violência sofrido pelas mulheres indígenas brasileiras, o qual iniciou-se com o período colonial e perpetuou-se até os dias atuais. Nesse sentido, ao observar, através de escritos coloniais, a invisibilidade na qual foram envoltas as indígenas durante a invasão europeia e a violência de gênero que as mesmas sofrem atualmente, é possível perceber uma relação de causa e efeito. A fim de entender melhor como isso ocorre, o problema de pesquisa é: de que forma a exclusão da mulher indígena nos relatos coloniais contribuiu para a perpetuação de uma violência de gênero?

Adotam-se os tipos de pesquisa bibliográfico e documental, contando com a análise de registros e relatos do período colonial. Parte de um método indutivo e de

¹ Advogada. Pós-graduanda em Administração Pública e Direito Legislativo (UPE – *Campus Arcoverde*); graduada em Direito (UPE – *Campus Arcoverde*); integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq); integrante do Coletivo Direitos em Movimento (DIMO/UPE/CNPq).

² Pós-doutorado realizado na The New School of Social Research - NY (CAPES), Doutora em Direito pela UFPE com Estágio de Doutorado na Universidade de Paris (PDEE/CAPES), Professora da Universidade de Pernambuco - UPE, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Damas - PPGD/FADIC, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade - GEPT/CNPq (@somosgept), Coordenadora do Programa de Extensão Direitos em Movimento - UPE e do Programa de Extensão TransVERgente - UPE/Fiocruz.

uma abordagem qualitativa; a fim de encontrar a essência dos fatos analisados, buscando compreender sua origem e, a partir desta, antever suas consequências. Como técnica de coleta de dados, são utilizados revisão de literatura e acervos; bem como a análise de conteúdo como técnica de análise de dados selecionada.

Partindo disso, propõe-se uma reflexão acerca do abismo epistemológico produzido pelos estudos descritivos-coloniais sobre os indígenas no Brasil, reflexão essa que, apesar de crítica, está distante de ser exaustiva. O recorte proposto parte da teoria do "pensamento abissal", desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2009) e propõe o questionamento acerca da distância construída entre a representação indígena masculina e a feminina a partir dos escritos daqueles que em certa medida assumiram a missão de descrever o chamado "Novo Mundo".

O mundo moderno vem sendo apresentado a partir de uma lógica que nasce de seu próprio sistema, deixando as peculiaridades das experiências históricas e coloniais como um anexo a ser consultado, a depender das contingências. Entretanto, uma outra história pode ser identificada. É a história do capitalismo histórico no "Mundo Atlântico" (MOORE, 2013) e suas modernidades coloniais, já que foram muitas e não apenas uma única construção moderna. Seus resultados emergem da dominação política, econômica e cultural e, também, da colonização do imaginário.

Nesse sentido, partindo de um aporte decolonial, propõe-se uma desconstrução do ideal moderno, oferecendo maior visibilidade ao conhecimento e à cultura latino-americana, em especial, à importância e representatividade do papel desempenhado pelas mulheres indígenas no Brasil. Reafirma-se, assim, o questionamento trazido por Sousa Santos (2009) sobre as razões de uma dominação epistemológica alheia ao contexto cultural e político da produção do conhecimento, especialmente aquela responsável por descrever os chamados "territórios descobertos" sem reconhecer nas mulheres indígenas o seu espaço enquanto atores sociais, e por que não dizer atrizes sociais?

Ao relatarem as mulheres indígenas, os escritos coloniais construíam, aos poucos, o estereótipo erótico, reforçando a visão androcêntrica e patriarcal em desenvolvimento pelo colonialismo (TORRES, 2014). Sendo assim, a resistência em nome da diferença torna-se um enorme desafio diante da tela na qual a exclusão é traço marcante e nem sempre colorido, tornando cada vez mais necessárias as lutas assumidas pelos debates sobre a mulher e suas relações com cultura, raça, etnia,

preservação ambiental, território, seja a partir do Direito ou fora dele, promovendo uma concepção da história por meio de vozes finalmente legitimadas como sujeitos.

O objetivo da pesquisa é voltar-se à análise do espaço concedido às mulheres indígenas numa perspectiva do saber que, se por um lado pretende ser universal, por outro lado marcou e marca essas mulheres com o silêncio. Questiona-se assim a exclusão cuja estratégia passa, inclusive, pelo não reconhecimento de que essas mulheres sempre atuaram em conjunto com os homens indígenas, antes e durante a colonização, respeitadas as devidas nuances históricas e próprias de cada povo indígena.

1. MULHERES INDÍGENAS COMO “OUTRAS DOS OUTROS”

No pensamento moderno ocidental, há uma divisão, por meio de linhas, separando dois universos distintos, “deste lado da linha” e “do outro lado da linha”. Consoante Santos (2009), trata-se de um pensamento abissal, vez que um universo não poderia coexistir com o outro, provocando um abismo entre “os dois mundos”. Aquele que se localiza “deste lado da linha” é considerado relevante, ao passo que “do outro lado da linha”, há invisibilidade. Sendo assim, os povos indígenas, a partir da exploração colonial, passaram a viver “do outro lado da linha”, no espaço “reservado” aos inferiores.

Por outro lado, ao utilizar a teoria de Santos (2009) para analisar o destaque dado à mulher indígena ao longo do tempo, seria necessário acrescentar uma outra ‘linha’, que cortaria o agrupamento já localizado como “do outro lado da linha”. É como se, além de fazerem parte desse universo ‘outro’, as mulheres indígenas tivessem sido apresentadas pelas narrativas históricas ocidentais como “outras dos outros”, ou seja, um subgrupo subalterno dentro daqueles já subalternizados em razão do “encobrimento”³ (DUSSEL, 1993).

A compreensão da invisibilidade indígena feminina atravessa a análise dos diversos relatos, estudos e diários realizados durante o período colonial. Ocorre que a chamada “produção do saber” esteve sob domínio masculino desde o

³ De acordo com Dussel (1993, p. 8), a Modernidade nasce quando a Europa confronta o seu “Outro”, controlando-o, vencendo-o e violentando-o. Nesse sentido, instaura-se no continente europeu o que o autor define como “ego” descobridor, conquistador e colonizador constitutivo da própria ideia de modernidade. Entretanto, Dussel defende que o “Outro” (os povos colonizados) não foi “descoberto”, mas sim “encoberto” com o “si mesmo” que a Europa já havia se tornado. Em outras palavras, os colonizadores não “descobriram” um novo mundo; pelo contrário, encobriram-no, invisibilizando os povos que aqui viviam em busca de concretizar o que o autor chama de “mito da modernidade”.

"encobrimento" (DUSSEL, 1993). Os primeiros estudos sobre povos indígenas foram realizados partindo de um olhar masculino, focado, em grande parte, na figura do homem indígena, bem como em sua força, liderança e cuidado para com suas mulheres.

Durante o período colonial a mulher indígena permaneceu invisível e excluída dos relatos dos viajantes e pesquisadores no que diz respeito às suas ações enquanto sujeitos históricos. Exclusão essa que afastou as narrativas sobre o papel feminino nas comunidades tradicionais brasileiras, seja em relação à sua participação em atividades de produção comunitária, seja quanto à construção de suas lideranças. Citadas como depravadas e lascivas sexuais, descrições quase sempre relacionadas à erotização do corpo feminino, essa prática descritiva evidencia a violência de gênero promovida.

As concepções que margeiam a colonialidade do saber e que provocaram uma construção epistemológica-ocidental isolada do contexto social, não consideraram os sujeitos já integrantes do espaço territorial "encoberto", a Abya Ayala⁴, e os papéis desenvolvidos. Ressalta-se que não apenas tratavam-se de escritos desenvolvidos por homens e focados, principalmente, no papel desempenhado pelos homens indígenas enquanto sujeitos e mulheres indígenas enquanto objeto. Reiteravam também a invisibilidade histórica construída, em parte, em razão de terem sido as mulheres preteridas e desautorizadas, inclusive, enquanto informantes etnológicas legítimas. Ou seja, os questionamentos que serviram de base para os estudos eram direcionados aos homens, às mulheres não cabia sequer o papel de "entrevistadas" (TORRES, 2015).

O discurso descritivo começou a ser modificado, ainda que levemente, quando os relatos dos viajantes passaram também a ser escritos por mulheres. As narrativas sob a visão feminina alteraram a forma como eram retratadas as mulheres indígenas, ou seja, dava-se início à "autorização" da presença feminina. Nesse aspecto, é importante destacar que os povos indígenas organizavam-se de modo que dividiam tarefas específicas aos homens e às mulheres, mas sem qualquer conotação de

⁴ Abya Ayala, na língua do povo Kuna, significa "terra madura", "terra viva" ou "terra em florescimento", sendo também um sinônimo de "América". A referida expressão é utilizada pelos povos originários do continente a fim de construir um sentimento de unidade e de pertencimento ao território. Em alguns encontros de povos originários (como a *II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Ayala*), o nome América vem sendo substituído por seu sinônimo (PORTO-GONÇALVES, 2009).

inferioridade feminina. Eram vistas apenas como tarefas que deveriam ser realizadas para o bem comum (KAUSS, PERUZZO, 2012).

Rita Laura Segato destaca que essa divisão de tarefas não implicava em uma relação binária entre inferior e superior. Na verdade, conforme defende a autora, no período pré-colonial havia uma dualidade hierárquica, entretanto ambas as partes dessa dualidade eram completas ontologicamente, possuíam plenitude ontológica e eram dotadas de *politicidad* (SEGATO, 2012). Ressalta-se, inclusive, que as mulheres, para os povos indígenas, são consideradas as mais próximas da "mãe terra", o que as torna especiais por terem o dom de gerar e perpetuar a vida de seu povo (KAUSS, PERUZZO, 2012). Dessa forma, a figura da mulher foi completamente modificada pelos relatos do período colonial, narrando-se as situações sob uma visão androcêntrica, tendo como foco a figura do homem e concentrando as narrativas sobre as mulheres num imaginário erótico construído.

Convém, também, observar a expansão da violência de gênero, introduzida no Brasil, principalmente, através da invasão europeia, considerando que as relações de gênero modificaram-se historicamente em razão do colonialismo, e desde então vêm sendo reiteradas permanentemente (SEGATO, 2012). Assim, chama-se atenção para a vulnerabilidade das mulheres indígenas na contemporaneidade, tendo em vista que não costumavam sofrer violência por parte de seus parceiros durante o período pré-colonial, entretanto, a partir da exploração praticada pelos colonizadores, certos hábitos indígenas moldaram-se a fim de se assemelharem aos comportamentos europeus, dentre eles posturas violentas para com as indígenas (SEGATO, 2012). Em outras palavras, a violência de gênero sofrida pelas mulheres indígenas desde o período colonial conseguiu ser perpetuada, uma espécie de herança comportamental deixada nas comunidades originárias, chegando ao ponto de ser reproduzida, inclusive, por seus pares.

Ao primeiro contato realizado entre os europeus e os povos nativos, deu-se o nome de "descobrimento", perpassando uma ideia de que os indivíduos que habitavam o Brasil durante o período pré-colonial não eram considerados sujeitos, de modo que os colonizadores sentiram a necessidade de efetuar uma catalogação daquilo que havia sido "descoberto" (GONÇALVES, 2016). A disseminação da expressão "descobrimento" transforma os sujeitos históricos já existentes no território em meros objetos de estudo, deixando de ser considerados como indivíduos e sendo destituídos de representatividade. Nesse sentido, ressalta-se a importância do

pensamento decolonial, o qual pretende dar voz aos sujeitos históricos da América Latina, permitindo que contem sua história como protagonistas e não mais como objetos de estudo.

A ideia de modernidade proposta pelos europeus renega a relevância dos povos que foram explorados e colonizados durante o período de expansão colonial. Pretende-se, com o conceito de “moderno”, adotar uma perspectiva universalista, eliminando a importância da localização geopolítica (MALDONADO-TORRES, 2008). Isso importa dizer que não é reconhecida a relação intrínseca existente entre modernidade e colonização, de modo que os sujeitos colonizados têm sua história invisibilizada pela teoria moderna.

Walter Mignolo (2007) questiona uma epistemologia que se coloca como universal, impondo-se às demais que existiam previamente ou concomitantemente no território colonizado. Ressalta-se que, quando se defende a existência de uma epistemologia universal, bem como a construção de uma modernidade linear, possibilita-se a invisibilidade ou a total exclusão das diversas epistemologias existentes e também desconsidera-se a participação determinante dos povos colonizados para a construção da teoria moderna, perpetua-se a colonialidade.

A invisibilidade e a dominação sofridas pela mulher indígena guardam relação com a chamada colonialidade do poder. Quijano (2005) entende que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle. Partindo disso, é possível instituir um marco capitalista, eurocêntrico e global no qual as mulheres colonizadas, “não-brancas”, foram subordinadas e desprovidas de poder. Com isso, torna-se mais fácil compreender de que forma ocorreu a exclusão das mulheres indígenas dos relatos europeus, vez que, para estes, eram tidas como inferiores e não seriam suficientemente importantes para registro documental. O autor dispõe ainda sobre a invenção da raça como sendo algo que reposiciona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através da dominação. Em outras palavras, as relações humanas passam a ser consideradas através de uma ficção, em termos biológicos.

A colonialidade do poder baseou-se não somente em uma ideia de dominação, mas em uma ideia de dominação masculina, ao ponto de considerar normal a submissão feminina. Com isso, a mulher indígena, além de ser considerada inferior por pertencer a uma raça dominada, foi também inferiorizada pelo simples fato de ser mulher, sendo, assim, duplamente desautorizada, ou seja, eram elas “outras dos

outros". O reconhecimento do feminino como subordinado ao masculino, possibilitou a imposição de um Estado colonial patriarcal (LUGONES, 2008).

Construiu-se, dessa forma, uma hierarquia racial, na qual a mulher indígena foi submetida a uma dupla inferioridade, racial e de gênero, provocando invisibilidade nos relatos, estudos e registros do período colonial enquanto sujeitos históricos, a elas coube, no entanto, o espaço de personagens eróticos. Contemporaneamente, lutam por seu lugar em uma sociedade patriarcal e androcêntrica, a qual carrega os traços marcantes de uma colonialidade do poder, utilizando-se ainda de uma ideia de raça como justificativa para dominar e inferiorizar os que são considerados “diferentes”, ou, nas palavras de Boaventura, os que estão “do outro lado da linha”.

2. RESISTÊNCIA INDÍGENA FRENTE À CONTINUIDADE HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A mulher indígena, como previamente abordado, foi, desde o período colonial, invisibilizada e excluída dos registros realizados pelos viajantes e exploradores europeus. Nesse sentido, é possível afirmar que, além da violência e exploração sofridas pelos povos indígenas, a mulher passou também por uma violência de gênero, que terminou por infiltrar-se em suas comunidades, ao ponto de também ser praticada por seus pares. Contemporaneamente, levando-se em consideração a relevância do papel feminino e o reconhecimento de que essas mulheres foram e permanecem como sujeitos históricos, a investigação sobre como se dá o espaço ocupado pela mulher indígena continua.

Na década de 1980, as mulheres indígenas começaram a organização em associações exclusivas de mulheres amazônicas, situação que foi reiterada na década seguinte até que, em 2002, realizou-se o primeiro encontro de mulheres indígenas amazônicas (Departamento de Mulheres Indígenas/DMI) dentro da Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Partindo disso, surgiram também organizações de mulheres indígenas do Nordeste, de Minas Gerais, do Espírito Santo, bem como da região Sul e Centro-Sul (SEGATO, 2016).

Ao questionar a ainda presente invisibilidade indígena, cabe mencionar a figura do Estado brasileiro, o qual propaga uma ideia de homogeneidade e cidadania, bem como um critério de pertencimento dos indivíduos (RUFER, 2016). Com isso, permite ou até estimula a aplicação de mecanismos excludentes em face daqueles que não se encaixam no conceito hegemônico de ‘cidadão’. É o que acontece, por exemplo,

com os povos indígenas, os quais foram historicamente marginalizados por uma sociedade tida como uniforme.

Menciona-se, dessa forma, a pluralidade de formações históricas e epistêmicas que foi posta de lado durante a criação de um “Estado-nação” repressor, o qual continua a empregar estratégias de dominação anteriormente utilizadas pelos povos europeus. Em outras palavras, Rita Laura Segato (2007a: 158 apud RUFER, 2016) aponta a continuidade histórica da conquista, do ordenamento colonial do mundo e da formação republicana pós-colonial que se prolongam até a contemporaneidade.

Partindo da análise de uma herança colonial excludente, pode-se abordar também a ideia de colonialidade do Ser, através da qual os indivíduos subalternizados tornaram-se alvo de aniquilação. Refere-se não apenas a um acontecimento de violência originário, mas ao processo pelo qual a tradição e o senso comum são influenciados e marcados por dinâmicas de poder de caráter preferencial (MALDONADO-TORRES, 2008). Dessa forma, determinadas comunidades passam a sofrer discriminação por não se encaixarem na ideia dominante do “ser”. Com isso, a figura do “outro” vai sendo constantemente substituída por uma imagem uniforme de indivíduo construída com a colonização.

Ao relacionar a colonialidade do ser com a invisibilidade da mulher indígena, compreende-se que aquela ainda se faz presente contemporaneamente, perpetuando diversas formas de violência, as quais conseguiram se moldar após o período colonial e permanecem a acontecer. Rita Laura Segato (2016) destaca que as mulheres indígenas sofrem formas particulares de agressão em cada uma das localidades das aldeias indígenas. Isso importa dizer que sua subjetividade e sua corporalidade passam a ser agredidas de um novo modo. Percebe-se, pois, que a violência praticada contra a mulher indígena foi aperfeiçoada ao longo do tempo, podendo muitas vezes passar despercebida, vez que, a certo ponto, é banalizada.

Analisando-se as regiões onde estão inseridas as diversas aldeias indígenas, é possível identificar diferentes formas de violência praticadas contra a mulher. Em aldeias localizadas próximo a áreas militares, é muito comum que haja prostituição mediante engano, serviço doméstico escravo ou semiescravo nas casas dos oficiais ou suboficiais, desenvolvimento de um olhar pornográfico e alienador sobre o corpo indígena, entre outras. Nas aldeias inseridas em santuários naturais, pode haver interferência nas concepções de sexualidade e da vida matrimonial, bem como a introdução prejudicial das ideias de pecado associadas ao corpo feminino com

consequentes preconceitos morais misóginos que afetam a posição da mulher em um contexto comunitário (SEGATO, 2016).

Em aldeias localizadas em regiões com atrativos turísticos e empreendimentos hoteleiros, há certo interesse em atrair mulheres indígenas para a prostituição e também a fetichização e mercantilização da imagem corporal de mulheres e homens indígenas, com a consequente objetificação dos corpos. Em áreas afetadas pelo tráfico de drogas, ocorre a disseminação da violência doméstica e a distribuição de armas e drogas nas aldeias, modificando completamente o cotidiano e os costumes indígenas (SEGATO, 2016).

Ademais, a violência praticada contra a mulher indígena é realizada em termos interpessoais (tais como sociais e étnicos) e também de forma continuada através dos embates sofridos pelos povos indígenas, de modo que passa a ser naturalizada nos diversos espaços da sociedade. Somando-se às agressões contra a mulher, previamente citadas, menciona-se também o homicídio (incluindo a tentativa), a ameaça, o assédio moral e sexual, as lesões corporais, o abuso de poder, o racismo, a discriminação étnico-cultural e a violência sexual (WENCZENOVICZ, SIQUEIRA, 2017). Nesse sentido, a figura feminina indígena está inserida em um espaço que dissemina e reproduz diversas formas de preconceito e de violência, sujeitando a mulher a viver em uma condição de extrema fragilidade social, agravada por uma histórica exploração praticada pelos colonizadores, os quais classificavam-na através de um olhar de perversidade sexual.

No entanto, menciona-se que, apesar das diversas formas de violência sofridas pela mulher indígena contemporaneamente, esta permanece lutando e resistindo em busca de um espaço de maior destaque. A título de exemplo, é possível citar aquelas que ingressaram no mundo acadêmico e adquiriram voz através da escrita. É, portanto, uma das formas encontradas de adquirir visibilidade e de se tornar sujeito de sua própria história. Dessa forma, as mulheres indígenas passam a assumir um papel de liderança a fim de defenderem direitos historicamente conquistados por seu povo (KAUSS, PERUZZO, 2012). Importante destacar as figuras de Graça Graúna e Eliane Potiguara, mulheres indígenas que conquistaram seu espaço através da literatura e que atuam diretamente na luta dos povos indígenas por visibilidade e reconhecimento.

Destaca-se também, ainda que brevemente, como exemplo de força e resistência em Pernambuco, Zenilda Xukuru, esposa do Cacique Xikão Xukuru,

assassinado no ano de 1998 em razão da luta pelo território ancestral indígena, na Serra do Ororubá (Pesqueira/PE). Zenilda é mãe do atual Cacique, Marcos, e também atua como uma liderança do povo Xukuru, visto que aconselha os membros de sua comunidade e também compartilha seus conhecimentos. Ressalta-se ainda que Zenilda sempre apoiou o Cacique Xikão durante as primeiras retomadas de terras, além de realizar trabalhos de conscientização com as mulheres indígenas no tocante à tradição Xukuru, reforçando a importância do papel feminino para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão do trabalho (mão de obra) no "sistema mundo moderno/colonial", baseada na ideia de raça/etnia, contribuiu fortemente para a dominação e submissão dos povos colonizados. Há de se mencionar também que os europeus reprimiram os meios de produção dos povos colonizados e impuseram sua cultura como dominante. Destaca-se ainda que o chamado "primeiro contato", em razão daquilo que a historiografia ocidental insiste em chamar de "descobrimento", traduz-se em desconsideração das vozes e epistemologias dos sujeitos históricos, transformados em objetos de investigação; sendo esta investigação, em grande parte, liderada pelos relatos de homens brancos e construídos à revelia da representação feminina na qualidade de sujeito e não de objeto. Eis o caminho para o abismo epistemológico construído pelos escritos coloniais sobre mulheres indígenas no Brasil.

Partindo do exposto, percebe-se que a colonialidade do poder, com a consequente divisão dos indivíduos por raças, potencializou a dominação europeia em face dos sujeitos colonizados. Isso importa dizer que a ideia de raça foi pensada com intuito de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A exploração colonial, dessa forma, foi justificada por meio de uma teoria de superioridade/inferioridade ou ainda de dominantes/dominados, tendo como elemento embasador as diferenças biológicas e fenotípicas entre um sujeito e outro.

Estava, assim, desautorizada a presença feminina indígena como sujeito histórico e iniciada a construção de um imaginário erótico-patriarcal sobre as mulheres indígenas. Nesse sentido, tendo em vista a invisibilidade feminina e indígena durante o período colonial, e levando-se em consideração o exposto acerca da violência de gênero, reitera-se a necessidade e a importância da publicidade dos relatos coloniais que retratavam as mulheres tais como se apresentavam e não a partir

de uma visão erótica e patriarcal construída pelos escritos e olhares investigativos-coloniais.

Nesse contexto, abordou-se, ao longo desse trabalho, acerca da invisibilidade introduzida pelos colonizadores, a qual resultou na propagação de uma violência histórica praticada contra a mulher indígena, possibilitando que se perpetuasse até a contemporaneidade. Entretanto, a representatividade feminina indígena vem crescendo, o que as coloca em uma posição de protagonistas de sua própria história, incentivando, dessa forma, o resgate do conhecimento que foi colonizado e subalternizado, rompendo os paradigmas de uma epistemologia linear e excludente produzida pelo colonialismo e perpetuada pela colonialidade.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **1492 – O Encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1993.

GONÇALVES, Chryslen Mayra Barbosa. **Ecologia Dos Saberes e Pachakuti: Entrelaçando Análises Descoloniais**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, São Paulo, 2016.

KAUSS, Vera Lúcia T.; PERUZZO, Andreana. **A inserção da mulher indígena brasileira na sociedade contemporânea através da literatura**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 32-45, jul./dez. 2012.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción Decolonial**. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2007.

MOORE, Jason. Feudalismo, capitalismo, socialismo, o teoría y política de las transiciones eco-históricas. **Laberinto**: 39, 2013. p. 21-29.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre América e Abya Ayala – tensões de territorialidades**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

RUFER, Mario. Nación y condición pós-colonial: sobre memoria y exclusión em los usos del passado. In: BIDASECA, Karina (Org). **Genealogías críticas de la colonialidade em América Latina, África, Oriente**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IDAES, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA., 2009.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-cadernos CES, 18, 2012: 106-131.

_____. La norma y el sexo. Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In: BIDASECA, Karina (Org). **Genealogías críticas de la colonialidade em América Latina, África, Oriente**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IDAES, 2016.

TORRES, Iraildes Caldas. Silenciamento e exclusão das mulheres indígenas na historiografia. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **Entrelaçamentos de Gênero na Amazônia – silenciamentos, família, corpo e outras intersecções**. Manaus: Valer, 2015.

_____. Mulheres indígenas, silêncio e exclusão etnológica. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org). **Mulheres Sateré-Mawé, a epifania de seu povo e suas práticas sociais**. Manaus: Valer, 2014.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; SIQUEIRA, Rodrigo Espiuca dos Anjos. **Colonialidade, mulher indígena e violência: reflexões contemporâneas**. Revista de Movimentos Sociais e Conflitos. Brasília, v. 3, n. 1, p. 1 – 19, Jan/Jun. 2017.

**A nossa luta é todo dia, contra o patriarcado e contra a tirania: 8M 2021 pela
Articulação Feminista de Imperatriz (MA)**

Nayara Nascimento de Sousa¹

Maria Carolina Nascimento de Sousa²

RESUMO

O trabalho propõe identificar as atividades realizadas e as pautas levantadas pela Articulação Feminista de Imperatriz (Afim), no Maranhão, durante o mês dedicado ao 8M – Dia Internacional de Luta das Mulheres, em 2021. Considerando as limitações para os protestos nas ruas devido à pandemia, o perfil do Instagram da Afim foi selecionado como objeto de pesquisa. Coletamos 14 publicações da rede social e analisamos qualitativamente o conteúdo das imagens, vídeos e legendas. Como resultado, observamos que a Afim possui identidade voltada para a cultura, possivelmente pela sua raiz acadêmica. Algumas atividades realizadas em anos anteriores foram adaptadas ao formato virtual, mas houve pouca preocupação com pautas relativas ao tema da pandemia.

Palavras-chave: Feminismo. Ativismo digital. 8M. Pandemia. Instagram.

INTRODUÇÃO

No contexto da pandemia da covid-19, que se arrasta desde 2020, as organizações feministas apontam que as mulheres, principalmente negras, são as mais afetadas com a crise generalizada no Brasil. A pesquisa realizada pela Gênero e Número e a Sempre Viva Organização Feminista (Sof) chama atenção para o desemprego que impacta mais as mulheres negras. Já a ONG Think Olga reflete sobre o aumento da violência contra mulheres e meninas nesse período.

Nesse sentido, os movimentos feministas se tornam ainda mais centrais na luta pelos direitos das mulheres. Em Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão, as principais organizações feministas são: Articulação Feminista de Imperatriz (Afim), Fórum de Mulheres de Imperatriz e Movimento de Mulheres Olga Benário MA.

Uma das principais características desses movimentos é a formação de redes, embricadas a outras organizações sociais, tais como mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mulheres indígenas, mulheres do Centro de Cultura Negra – Negro Cosme (CCN – NC), artesãs, quebradeiras de coco, sindicatos de professoras e professores, movimentos estudantis etc. Além disso, a organização de

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom/UFMA). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (Cops). Bolsista Fapema. Tem interesse em pesquisas com interface em gênero, jornalismo e política.

² Graduanda em Jornalismo pela UFMA, campus de Imperatriz. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (Cops). Bolsista CNPq.

protestos nas ruas e campanhas nas redes sociais digitais também se fazem presentes nos feminismos imperatrizenses.

Assim, como é característico da quarta onda feminista (MATOS, 2014), a atuação em rede, a interseccionalidade e o ativismo digital são observados no contexto regional. Em se tratando da situação pandêmica de restrições do contato presencial, o uso da internet para ação política e social é ainda mais relevante para a visibilidade feminina.

Considerando esses fatores, o trabalho tem como proposta identificar as ações e pautas levantadas pela Articulação Feminista de Imperatriz (Afim) durante o mês o 8M em 2021, dedicado ao Dia Internacional da Luta das Mulheres. A escolha do recorte se deu pela representatividade do 8M para feministas (OLIVEIRA; ROTENBERG, 2019). Levando em conta as limitações que impedem ou dificultam o tradicional protesto de mulheres nas ruas, delimitamos o perfil do Instagram da Afim para verificar se houve uma programação voltada ao 8M.

O trabalho se justifica pela necessidade de produzir estudos sobre os movimentos feministas em contextos regionais, nesse caso em Imperatriz (MA). Em uma busca em repositórios de universidades, encontramos apenas uma dissertação que aborda a Afim, intitulada “Gênero e o impeachment de Dilma Rousseff: uma análise de páginas de Facebook feministas e de mulheres ativistas na Amazônia” (CASTRO, 2018). Desse modo, é essencial pesquisar o ativismo imperatrizense, até mesmo como forma de registro.

A QUARTA ONDA FEMINISTA NO BRASIL

Na quarta onda feminista, a ampliação da base das mobilizações sociais e políticas e o maior acesso à internet possibilitam o ativismo digital das mulheres e a atuação em redes globais (MATOS, 2014; ROCHA, 2017). Para Matos (2014), os movimentos feministas vêm redesenhando novas propostas teóricas, a partir da interseccionalidade, transversalidade e transdisciplinaridade entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração.

Desse modo, os feminismos atuais se articulam a outros movimentos, como indígena, LGBTQ+, ecológico, negro, etc., entendendo que a comunicação midiática é importante para as lutas feministas. Camargo, Fonseca e Woitowicz (2016) pontuam que os movimentos feministas na atualidade se organizam sob coletivos, grupos de reflexão, grupos de pesquisa e nas universidades. Além disso, também contam com

as potencialidades das redes sociais para mobilizar o público e fomentar as discussões em rede.

Escosteguy (2018) defende que os movimentos feministas estão em crescimento, especialmente pela difusão nas plataformas sociais digitais. Dessa forma, “a participação de jovens, tanto dos estratos médios quanto dos populares, com formação acadêmica ou não, da mulher negra, da periferia e do campo vem revitalizando e ampliando as práticas feministas” (ESCOSTEGUY, 2018, p. 24).

Nesse ambiente online, diversas campanhas contra assédio e outras violências conseguiram notoriedade a partir de 2013, como #ChegaDeFiuFiu. Em 2015, outras iniciativas repercutiram, como #MeuAmigoSecreto e #PrimeiroAssedio. Em escala mais ampla, podemos citar #MeToo, que ganhou força nos Estados Unidos a partir de 2017, e #NiUnaMenos, em 2015 na Argentina, tanto online quanto nas ruas.

A chamada “Primavera Feminista” ou “Primavera das Mulheres” se constituiu numa série de manifestações nas redes sociais e nas ruas de todo o Brasil em 2015, com o movimento Mulheres Contra Cunha (#MulheresContraCunha). Nesse período, além da luta contra a violência, reivindicações específicas para mulheres negras, indígenas e LGBTQI+ aparecem mais fortemente, a exemplo da Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras (REIS, 2017; COSTA, 2018).

Em 2018, o movimento #EleNão marca um outro momento de ativismo nas plataformas digitais e nas ruas. A contraposição à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL – atualmente sem partido) à Presidência da República, em virtude das posturas consideradas misógina, machista, racista, LGBTfóbica etc., levou feministas e apoiadoras a criarem o grupo “Mulheres unidas contra Bolsonaro” no Facebook. A expressão #EleNão foi adotada para impedir que o nome do candidato gerasse maior visibilidade pelos algoritmos na internet (SOUSA; ALVES, 2019). No dia 29 de setembro de 2018, pouco antes do primeiro turno das Eleições Presidenciais, aconteceram diversas manifestações nacionalmente e em outros países, consideradas o maior protesto realizado por mulheres na história do Brasil³.

Nesse contexto, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, se tornou a data mais representativa do ano para as feministas tanto nas ruas quanto nas redes digitais, passando a ser dedicada à luta das mulheres (OLIVEIRA; ROTENBERG, 2019). Em 2017, por exemplo, a América Latina teve destaque nos twittes

³ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583263-elenao-a-manifestacao-historica-liderada-por-mulheres-no-brasil-vista-por-quatro-angulos>

relacionados ao 8M. Segundo a Gênero e Número⁴, dos dez países mais presentes no Twitter nessa data, sete eram latino-americanos, com Argentina, Brasil, México, Uruguai, Paraguai, Equador e Chile.

Assim, o ativismo digital é uma das principais características da quarta onda feminista, mas não se pode perder de vista as ações em múltiplas realidades fora da internet. É essencial ponderar que a apropriação das plataformas online não alcança todas as mulheres igualmente, na medida em que há diferenças sociais, étnico-raciais, territoriais, de geração etc. que interferem nesse processo (ROCHA, 2017).

O ATIVISMO DA ARTICULAÇÃO FEMINISTA DE IMPERATRIZ (MA)

O município de Imperatriz, segundo maior do estado do Maranhão, possui três principais rede feministas: Fórum de Mulheres de Imperatriz, criado em 2005, Articulação Feminista de Imperatriz (Afim), de 2013, e Movimento de Mulheres Olga Benário MA, que somou à organização nacional em 2020.

Criada em 2013 por um grupo de acadêmicas de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz, a Afim é uma das organizações feministas mais atuantes da cidade. A partir de 2015, com a inserção nas redes sociais a articulação cresceu. Atualmente conta com mais de 490 curtidas na fanpage do Facebook (<https://www.facebook.com/afim.itz>) e 430 seguidores no perfil do Instagram (<https://www.instagram.com/afim.itz/>).

Conforme vemos na quarta onda do feminismo, uma das características dos movimentos feministas imperatrizenses é a formação de redes articuladas a outras organizações, sobretudo a mulheres dos movimentos estudantis, do Movimento dos Trabalhadoras Rurais Sem Terra, indígenas, quebradeiras de coco, artesãs, do Centro de Cultura Negra – Negro Cosme (CCN – NC), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) etc. Apesar das redes, as organizações feministas possuem linhas distintas de atuação, embora alguns objetivos se entrecruzem. Diferente do Fórum de Mulheres de Imperatriz e do Movimento de Mulheres Olga Benário MA, a Afim apresenta uma forte ligação com questões culturais, possivelmente em virtude da raiz acadêmica.

Segundo Castro (2018, p. 86), a Afim “trata-se de uma comunidade que valoriza as temáticas da mulher. Discute educação e política de gênero, e mobiliza para ações na internet e fora dela”. Entre as ações da articulação, destacam-se: oficinas de

⁴ Disponível em: <http://www.generonumero.media/nas-redes-e-nas-ruas-8m-reforca-agenda-comum-do-feminismo-na-america-latina/>

Escrita Criativa para Mulheres, piqueniques, saraus, produção de zines/fanzines, Café Literário no Salão do Livro de Imperatriz (Salimp), Cine AFIM, mostra de fotos, rodas de conversa, minicursos em eventos do curso de Jornalismo da UFMA.

A preocupação com a violência contra a mulher está presente em todas as organizações feministas brasileiras, e no Maranhão isso não é diferente (FERREIRA; PINTO, 2017). Nesse contexto, a Afim organiza e participa de manifestações nas ruas e campanhas online de âmbito local e nacional. Em 2016, a articulação imperatrizense se uniu aos protestos nacionais contra a cultura do estupro, após a denúncia do estupro coletivo que vitimou uma adolescente no Rio de Janeiro⁵. Em 2017, a Afim usou a *hashtag* #aculpanuncaédivítima nas redes sociais para convocar protesto local em repúdio ao estupro de uma jovem, cujo agressor foi autuado em flagrante e liberado horas depois mediante audiência de custódia⁶.

Nas manifestações #EleNão em 2018, contra o então candidato à Presidência do Brasil Jair Bolsonaro, a Afim e outros movimentos feministas e sociais de Imperatriz se uniram aos protestos nacionais e internacionais⁷. Além disso, assim como diversas organizações feministas do país, a Afim também se apoia na representatividade de Marielle Franco, mulher negra, periférica, mãe, bissexual, vereadora do Rio de Janeiro, executada em 2018 junto ao motorista Anderson Gomes. Marielle se tornou símbolo de luta, especialmente para as mulheres negras.

Anualmente, o 8M marca a maior manifestação de mulheres em Imperatriz, no qual os movimentos feministas e outras organizações sociais se unem para o Dia Internacional da Luta das Mulheres. Não apenas no 8 de março, mas o mês inteiro é dedicado à realização de campanhas contra a violência e outras pautas, protestos, atos culturais etc. principalmente nas ruas, mas também nas redes sociais digitais.

Em 2020, o 8M imperatrizense foi realizado de forma tímida em decorrência da pandemia da covid-19 (SARS-CoV-2), decretada em 11 de março daquele ano pela Organização Mundial da Saúde (OMS)⁸. O Ato Cultural e de Luta das Mulheres de Imperatriz, organizado pelo Fórum de Mulheres, contou com a participação da Afim e outros movimentos para uma programação que incluiu sarau, lanche coletivo,

⁵ <https://imirante.com/imperatriz/noticias/2016/06/03/movimentos-sociais-realizam-em-imperatriz-ato-publico-contra-a-cultura-do-estupro.shtml>

⁶ <https://imirante.com/imperatriz/noticias/2017/01/31/movimentos-sociais-anunciam-ato-publico-contra-o-estupro-em-imperatriz.shtml>

⁷ <https://www.correioma.com.br/noticia/3159/manifestacoes-contra-e-a-favor-de-bolsonaro-ocorrem-em-imperatriz>

⁸ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

produção de cartazes etc., reivindicando ainda o impeachment do presidente Bolsonaro (#MulheresContraBolsonaro).

No contexto da pandemia, diversas organizações apontam que as mulheres, especialmente negras, são as mais atingidas pela crise generalizada do país. Segundo pesquisa realizada pela Gênero e Número e a Sempre Viva Organização Feminista (Sof) em 2020⁹, 58% das mulheres desempregadas durante aquele período da pandemia eram negras. Além disso, 40% das entrevistadas afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social afetaram sustento da casa, sendo que esse percentual aumenta para 55% entre as negras.

A ONG Think Olga chama atenção o problema da violência contra mulheres e meninas. Com as medidas de isolamento social, que recomendam que as pessoas permaneçam no lar, quando possível, o ambiente doméstico se torna mais nocivo para as vítimas de violência. De acordo com o Relatório Mulheres em Tempos de Pandemia¹⁰, no Rio de Janeiro o percentual de violência sexual aumentou de 57,7% em 2019 para 65,5% em 2020. Outro dado alarmante é que, durante a pandemia, 83% dos estupros de vulnerável aconteceram dentro de casa.

Assim, o ativismo político e social, tanto nas plataformas digitais quanto fora delas, se torna importante para a visibilidade das mulheres e denúncias contra violências na pandemia. Tendo em vista as especificidades da Afim e as restrições impostas em decorrência da má ou pouca gestão por parte do governo federal durante a pandemia, a análise a seguir pretende identificar quais ações foram realizadas por essa articulação feminista e quais pautas foram levantadas no mês do 8M.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia consiste na pesquisa bibliográfica, para o levantamento teórico, e pesquisa empírica, por analisar um objeto concreto (MARTINO, 2018), com abordagem qualitativa. Para Martino (2018), a pesquisa qualitativa trabalha com subjetividades, motivações e elementos pessoais, ou seja, não se interessa pelas quantidades, mas pelas características do fenômeno.

Inicialmente verificamos se a fanpage do Facebook e o perfil no Instagram da Articulação Feminista de Imperatriz (Afim) foram atualizadas durante o mês de março de 2021. A partir disso, selecionamos o Instagram como objeto de pesquisa mediante

⁹ Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>

¹⁰ Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/violencia-contra-as-mulheres/>

a identificação de que somente essa rede social recebeu postagens, inclusive sempre era enfatizado que as publicações faziam parte da programação online do 8M.

Criado em 2010, o Instagram passou a fazer parte da empresa Facebook em 2012, ocupando atualmente a quinta posição entre as redes sociais com mais usuários no mundo¹¹. Em janeiro de 2020, o Brasil ficou em terceiro lugar no ranking dos países que mais utilizam o Instagram¹². Entre as principais ferramentas da plataforma, temos publicação e compartilhamento de material visual e audiovisual, stories e transmissão ao vivo (live).

Assim, a pesquisa tem como recorte o mês de março de 2021, cujo corpus totaliza 14 posts. Foram analisadas as imagens, vídeos e legendas, a partir do critério de identificação das atividades programadas e temas (pautas) abordados. A seguir, apresentamos os dados e discutimos os resultados encontrados.

PROGRAMAÇÃO ONLINE DA AFIM NO 8M

Durante o mês dedicado ao 8M em 2021, a Articulação Feminista de Imperatriz (Afim) realizou 14 postagens no Instagram, entre 4 a 18 de março. Um detalhe importante é que a Afim fez uma pausa de quase um ano dessa rede social, com a última publicação de 2020 datada em 14 de março, retornando justamente para o mês do 8M de 2021. Na Figura 1, destacamos os seis primeiros posts retirados do perfil da Afim, entre 4 a 9 de março de 2021.

¹¹ <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>

¹² <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/>



Figura 1 – Publicações do perfil da Afim no Instagram entre 4 a 9 de março de 2021



Fonte: Afim (2021).

O primeiro post é dedicado aos informes sobre o retorno da atualização do perfil da Afim ao Instagram. A legenda explica que essa pausa se deu em razão das demandas do cotidiano, mas as pautas serão retomadas e novas membras recebidas. Em seguida, informa que as ações do 8M acontecerão no formato virtual, devido à pandemia. O post é concluído com a frase "a nossa luta é todo dia, contra o patriarcado e contra a tirania!".

As imagens dois e três, postadas em 5 e 7 de março, são relativas à Oficina de Escrita Criativa para Mulheres. Essa atividade é tradicional da Afim, realizada desde 2019, mas a terceira edição precisou ser alterada para o encontro online.

Na quarta postagem, de 7 de março, também como adaptação de ações típicas da Afim, convidam para a programação do 8M, com a Roda de Conversa intitulada "Cenário atual da pandemia: mulheres em movimento", seguida do sarau poético-musical. A legenda enfatiza que:

É essencial continuarmos debatendo sobre a atual situação mundial, abordando a pandemia do coronavírus, trazendo algumas informações sobre a atuação dos governantes nesse cenário. Vamos socializar o que podemos continuar fazendo, individualmente ou de maneira coletiva, diante do que estamos vivendo já há um ano. (Afim, 2021).



No 8M, o post é dedicado ao Dia Internacional de Luta das Mulheres, ressaltando que esta data não é romântica, mas para que as mulheres lutem por direitos e políticas públicas. Como reivindicações, temos: vacina para toda a população, a volta do Auxílio Emergencial, impeachment do presidente Bolsonaro.

Nesse sentido, observamos que, embora não tenha sido programado o protesto nas ruas, a Afim mostrou o ativismo político por meio da rede social. No 8M, os principais interesses estiveram voltados à questão da pandemia, uma vez que as mulheres são as mais afetadas com a crise do país.

Na sexta publicação, de 9 de março, a Afim anunciou a live “Escrevivências femininas”, com transmissão marcada para o dia 11. Percebemos mais uma vez a identidade da articulação feminista, com olhar voltado para a cultura, assim como a oficina de escrita, sarau e roda de conversa.

Figura 2 – Publicações do perfil da Afim no Instagram entre 10 a 18 de março de 2021



Fonte: Afim (2021).

No post do dia 10 de março, o sétimo do mês, a Afim repostou os contatos de atendimento da Polícia Militar (PM) em Imperatriz, indicando a preocupação em divulgar os canais para que as mulheres consigam fazer denúncias. Em seguida, em 11 de março, a oitava publicação convida para a live “Escrevivências femininas”.



Ainda no dia 11, o nono post é dedicado à comemoração do Dia da Mulher Maranhense. A legenda explica que a data homenageia o dia do nascimento da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira autora preta da literatura brasileira. A Afim destaca a bravura das mulheres maranhenses para construir um estado mais justo e igualitário.

Seguindo a programação do mês, a publicação do dia 13 convida para a live “Assédio e divisão sexual do trabalho”, marcada para 16 de março. O encontro possui o caráter acadêmico, com direito a certificado de participação, mas chama atenção para uma discussão pouco explorada pelos movimentos locais: o assédio, com foco no mercado de trabalho. Embora a questão da violência seja recorrente entre os feminismos (FERREIRA; PINTO, 2017), geralmente as pautas pouco tocam no assédio, perpassando a violência doméstica, estupro, agressão, feminicídio etc.

A Oficina de Escrita Criativa para Mulheres ganha uma nova data para a realização, em 19 de março, de acordo com a 11ª publicação. A legenda aponta que “O ato da escrita é mais que convenções acadêmicas teóricas. Envolve percepção, vivência, entrega. E nada mais importante para nós, mulheres, do que criarmos e nos apoderarmos de formas de poder nos expressar! Já fomos silenciadas tempo demais!” (AFIM, 2021).

Por fim, os três últimos posts são vídeos. No dia 16, são publicados dois vídeos: um curto, no qual a palestrante chama o público para participar da live sobre assédio, seguido da postagem do encontro na íntegra. Já a 14ª postagem encerra a programação do 8M, em 18 de março, com um vídeo curto conduzido pela palestrante da oficina de escrita, convidando mulheres para a atividade.

Olhando para as ações da Afim no mês do 8M, notamos a diversificação de práticas que já aconteciam presencialmente e tiveram que passar por adaptações para o formato virtual. As tradicionais oficina de escrita, sarau e roda de conversa foram realizadas, reafirmando a identidade da Articulação Feminista de Imperatriz, que possui essa base mais cultural. Nesse sentido, o ativismo digital é importante para alcançar mais pessoas, ainda que o acesso à internet seja desigual no Maranhão.

Como uma organização nascida no meio acadêmico, percebemos que essa ligação permanece na Afim. Sobre a Oficina de Escrita Criativa para Mulheres, por exemplo, o certificado de participação é emitido pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMA, o que indica uma aproximação com a universidade. Todas as palestrantes também fazem parte da academia: duas são doutorandas e



professoras, e uma é mestranda. Inclusive algumas das *hashtags* utilizadas são #MulheresNaPesquisa e #MulheresQueEscrevem. É interessante observar também o uso de expressões coloquiais da região em certos momentos, como “te liga, mermã!”.

Quanto às pautas levantadas pela Afim no Instagram durante o 8M, observamos discussões sobre assédio, com foco no ambiente de trabalho, e o empoderamento feminino, especialmente por meio da escrita. Em específico sobre a pandemia, o assunto foi pouco abordado e de forma superficial, desalinhando das demandas das organizações feministas para o #8M2021 em âmbito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como interesse identificar quais as ações realizadas pela Afim e as pautas levantadas durante o mês dedicado ao 8M, em alusão ao Dia Internacional de Luta das Mulheres, levando em conta o contexto de limitações para a realização de propostos presenciais devido à pandemia.

Para tanto, analisamos as publicações realizadas no perfil do Instagram da Afim ao longo de março de 2021, olhando para o conteúdo das imagens, vídeos e legendas. Como resultado, verificamos que a articulação realizou uma programação voltada ao 8M, inclusive as legendas destacavam isso. Algumas atividades típicas da Afim foram mantidas, porém passaram por adaptações para o formato virtual, tais como roda de conversa, oficina de escrita e sarau. Nesse sentido, observamos a identidade da articulação, muito calcada na raiz acadêmica, reafirmada no ativismo digital.

Quanto às pautas levantadas, chama atenção o debate sobre assédio, especialmente no local de trabalho, já que esse assunto em específico é pouco abordado. Ainda que a violência seja uma questão recorrente, notamos que os focos são violência doméstica, agressões, estupro e feminicídio, por exemplos.

Em relação às reivindicações relativas a pandemia, percebemos que foram exploradas de maneira muito tímida e superficial. Sabendo que as mulheres são as mais afetadas na crise acarretada pela má gestão governamental na situação pandêmica, as pautas que interessem às mulheres poderiam aparecer durante a programação do 8M da Afim.

Contudo, o trabalho é um importante registro sobre um dos movimentos feministas de Imperatriz (MA), que são pouco explorados nas pesquisas acadêmicas, e comprova que há uma atuação dos feminismos no contexto regional. Como desdobramento, pretendemos analisar o perfil do Instagram do Fórum de Mulheres de



Imperatriz, com o objetivo de identificar semelhanças ou distanciamentos com a Afim, para observarmos a identidade e interesses de cada movimento.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Bruna; FONSECA, Mariana Fraga da; WOITOWICZ, Karina Janz. Transformações na militância feminista: da imprensa alternativa ao ativismo nas redes. In: 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul, **Anais [...]**. Ponta Grossa, 2016.

CASTRO, Luciana Gouvêa Hage de. **Gênero e o impeachment de Dilma Rousseff**: uma análise de páginas de Facebook feministas e de mulheres ativistas na Amazônia. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo Feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil. In: BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (Org.). **Gênero, mídia & lutas sociais**: percepções críticas e experiências emancipatórias. Ponta Grossa: UEPG, 2018. p. 11-27.

FERREIRA, Maria Mary; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. Feminismo e relações de gênero no Maranhão: ação política do Fórum Maranhense de Mulheres e sua repercussão no enfrentamento da violência. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: 38º Encontro Anual da Anpocs. **Anais [...]**. Caxambu, 2014.

OLIVEIRA, Simone Santos; ROTENBERG, Lúcia. 8 de março - Dia Internacional das Mulheres. **Laboreal**, Porto, v. 5, n. 1, 2019.



REIS, Josemira Silva. Feminismo por *hashtags*: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista**: o fenômeno do ativismo digital. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

SOUSA, Nayara Nascimento de; ALVES, Regysane Botelho Cutrim. #EleNão: análise discursiva de títulos e subtítulos de notícias veiculadas sobre as manifestações de 29 de setembro. *In*: XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais [...]**. São Luís, 2019.

**LIDERANÇA FEMININA: UM ESTUDO ACERCA DA PRESENÇA DA MULHER
NAS EMPRESAS DO RAMO JORNALÍSTICO DA REGIÃO DA TRIFRONTEIRA
NOS ESTADOS DE SC E PR**

Julia Caroline Selzler Passos de Sá¹
Yohana Diel Saheli²
Fernanda Marchiori Grave³
Tatiane Peratz⁴

Resumo

Com esta pesquisa, buscamos compreender o reconhecimento do trabalho das mulheres nas organizações do ramo jornalístico das cidades de Dionísio Cerqueira/Santa Catarina e Barracão/Paraná, localizadas na Trifronteira, além de analisarmos a presença de mulheres em cargos de liderança nessas empresas. Neste estudo, abordamos temas como liderança e seus tipos, características da/do líder, satisfação e reconhecimento no trabalho, bem como benefícios oferecidos as/aos colaboradoras/es nas organizações. Esta investigação possui natureza qualitativa e quantitativa e os dados serão gerados por meio de questionários, respondidos por 10 mulheres colaboradoras de empresas do ramo jornalístico presentes na Trifronteira. Através deste trabalho, apresentamos a importância que as mulheres também possuem no mercado empresarial, estimulando uma reflexão sobre as dificuldades e discriminações que enfrentam nas organizações, voltando-se às empresas do ramo jornalístico.

Palavras-chave: Mulheres. Liderança feminina. Adversidades.

1. INTRODUÇÃO

Nos diversos períodos da história e nas diferentes sociedades existentes, a mulher sempre foi vista como um ser frágil e vulnerável, que conseguiria realizar apenas tarefas mais delicadas. Dessa forma, houve a necessidade de classificar as tarefas existentes em uma comunidade em femininas e masculinas. Para as mulheres foi destinado o papel de educar os filhos, realizar os serviços domésticos e atender ao marido, enquanto os homens eram responsáveis por manter a estabilidade financeira da família. Nesse sentido, Hooks (2019, p. 84) traz a ideia de que “enquanto os homens faziam a maioria do trabalho, as mulheres trabalhavam para tornar o lar um lugar confortável e relaxante para os homens”.

¹ Instituto Federal do Paraná – Campus Avançado Barracão. Técnica em Administração. julia.spdesa@gmail.com

² Mestranda em Linguagens e Tecnologia. Professora do Instituto Federal Do Paraná – Campus Avançado Barracão. yohana.saheli@ifpr.edu.br

³ Mestra em Educação em Ciências e Matemática. Professora do Instituto Federal do Paraná – Campus Avançado Barracão. fernanda.grave@ifpr.edu.br

⁴ Mestra em Educação e bacharel em Administração. Professora da Universidade Tecnológica do Paraná – UTFPR. tatianeperatz@utfpr.edu.br

Devido a isso, quando uma mulher nasce, já são impostas a ela as tarefas que deve realizar e os espaços que pode ou não ocupar. Sendo assim, ela aprende desde criança que deve saber cuidar de uma casa, ser mãe e se preparar para o casamento, independente dos seus desejos. Esse fato dificulta ainda mais o acesso da mulher e a representatividade feminina em determinados setores, como o ambiente empresarial – que trataremos neste estudo. E, seguindo nessa ideia, Beauvoir (2019, p. 503) afirma que “a mulher sustentada – esposa ou cortesã – não se liberta do homem por ter na mão uma cédula de voto; se os costumes lhe impõem menos obrigações do que outrora, as licenças negativas não lhe modificam profundamente a situação; ela continua confinada em sua condição de vassala”.

Considerando a condição de vida feminina da época, passaram a surgir movimentos feministas que buscavam a reflexão das mulheres sobre o que estava acontecendo, visando que essa população priorizasse o alcance de seus próprios desejos, ocupando áreas da sociedade que eram destinadas apenas aos homens. Assim, de acordo com Hooks (2019, p. 17), “dito de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Ademais, a autora também afirma que “[...] não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida” (HOOKS, 2019, p. 23).

Nesse sentido, com as lutas feministas, as mulheres perceberam, inicialmente, que precisavam do trabalho e da autossuficiência financeira para conseguir alcançar sua liberdade e ocupar seu espaço na sociedade. Beauvoir (2019, p. 503), então, afirma que “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”. Além desse pensamento, Hooks (2019) traz a ideia de que seria necessário as mulheres serem autossuficientes economicamente para alcançar sua liberdade, apesar de o trabalho não as libertar totalmente.

Com isso, no decorrer dos anos, as mulheres vêm ocupando seu espaço na sociedade e a representatividade feminina aumenta em diversos âmbitos, inclusive no mercado empresarial. Para exemplificar esse fato, temos, no jornalismo, Patrícia Galvão (1910-1962) – mais conhecida como Pagu –, que também foi escritora e militante da política brasileira, além de ser uma “figura emblemática do feminismo que se organizava na época, símbolo da mulher emancipada e libertária [...]” (PONTES, 2006, p. 433). Além de Pagu, temos Frida Kahlo (1907-1954) no âmbito artístico, que

foi uma famosa pintora mexicana que aprimorou seu talento e construiu seu sucesso sozinha. Assim, Moraes (2017, p. 14) afirma que “Frida não recebeu de Rivera⁵ lições de pintura. Aprendeu a pintar analisando reproduções de obras de artistas como Paolo Ucello, Botticelli, Pierro de Cosimo, Hieronymus Bosch, Brueghel, El Greco, Max Ernst, entre outros. Tampouco lhe serviu como modelo.”.

Todavia, apesar do trabalho trazer autossuficiência econômica para a vida das mulheres e contribuir para uma certa independência feminina, não é o suficiente para libertar a mulher da submissão masculina e tornar o acesso às oportunidades igualitário. Dessa forma, conforme Beauvoir (2019), as mulheres que trabalham não recebem, seja da sociedade ou de seus maridos, o auxílio necessário para se tornarem totalmente iguais aos homens. Além disso, Beauvoir (2019, p. 505) também afirma que “para a mulher casada, o salário geralmente representa apenas um complemento; para a mulher ‘que é ajudada’ é o auxílio masculino que se apresenta como o inessencial; mas nem uma nem outra adquirem, com seu esforço pessoal, uma independência total”.

Sendo assim, as mulheres ainda sofrem discriminação no trabalho devido a desigualdade existente entre os gêneros, a qual dificulta a trajetória profissional e a liberdade feminina. Nesse sentido, Rocha-Coutinho e Coutinho (2011) afirmam que a população feminina apresenta um acesso menor às garantias trabalhistas, geralmente não ocupa cargos de liderança e autoridade nas organizações, é discriminada pela possibilidade de engravidar e, muitas vezes, isolada de determinados cargos.

Desse modo, este estudo tem como tema os desafios e adversidades na busca pelo reconhecimento do trabalho da mulher em organizações do ramo jornalístico na Trifronteira. E apresenta como problema, a busca por entender quais são esses desafios e essas adversidades enfrentados por essas mulheres na busca de seu reconhecimento nas empresas em que trabalham.

Ademais, buscamos, com esta pesquisa, identificar a presença da mulher nas organizações do ramo jornalístico das cidades de Dionísio Cerqueira/SC e Barracão/PR, inseridas na Trifronteira, tendo como objetivo principal a compreensão da perspectiva feminina sobre o reconhecimento do trabalho das mulheres nessas empresas. A Trifronteira se caracteriza por limitar os territórios brasileiro – Dionísio Cerqueira/SC e Barracão/PR – e argentino – Bernardo de Irigoyen/Misiones –, além

⁵ Diego Rivera – famoso pintor mexicano e esposo de Frida Kahlo.

de apresentar um Porto Seco na divisa entre as cidades de Dionísio Cerqueira/SC e Bernardo de Irigoyen/Misiones, o que, de acordo com BOHRER (2017, p. 71), “é o atributo econômico central do município catarinense, repercutindo, pode-se dizer, como importante fator de atração em toda região”.

Nesta investigação, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa e quantitativa. Assim, Fonseca (2002, p. 20) afirma que “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Já a pesquisa quantitativa, de acordo com Fonseca (2002), apresenta resultados que podem ser quantificados, centrando-se na objetividade e buscando a linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno. Fonseca (2002, p. 20) ainda esclarece que “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia isoladamente”.

O estudo também se classifica como uma pesquisa básica e fundamentada por um embasamento bibliográfico, o qual, segundo Fonseca (2002), é utilizado para iniciar qualquer trabalho científico, pois permite que o pesquisador tenha conhecimento do que já se estudou sobre o assunto. Além disso, essa investigação é caracterizada como uma pesquisa de caráter exploratório, que, de acordo com Gil (1999), busca desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, sendo desenvolvidas com a finalidade de proporcionar visão geral acerca de determinado fato.

Outrossim, realizamos a geração de dados através de questionários com perguntas abertas e fechadas, possibilitando o desenvolvimento das respostas das participantes. O questionário é um instrumento de geração de dados, constituído por uma série de perguntas, as quais devem ser respondidas por escrito (Marconi e Lakatos, 2017).

Assim, aplicamos esse instrumento de geração dos dados em 4 (quatro) – de um total de 5 (cinco) – empresas do ramo jornalístico que estão localizadas nas cidades de Dionísio Cerqueira/Santa Catarina e Barracão/Paraná, inseridas na Trifronteira, utilizando dois critérios para selecionar seus participantes: 1 – ser mulher, 2 – estar ocupando qualquer cargo na empresa. Dessa forma, para obter os dados, contamos com a participação de 10 (dez) mulheres colaboradoras das organizações citadas anteriormente, as quais estavam em uma faixa etária de 19 (dezenove) a 55 (cinquenta e cinco) anos.

Já para abordarmos as participantes desta investigação, realizamos visitas às empresas jornalísticas da Trifronteira. Nesse momento, explicamos o objetivo do estudo e convidamos as mulheres a contribuir com a pesquisa e responder o questionário, ocorrendo, assim, a escolha de participantes da investigação. Além disso, informamos a essas mulheres que a participação seria voluntária, que não pagariam e não receberiam nenhum valor financeiro e, os dados coletados seriam utilizados especificamente para essa pesquisa e possíveis publicações e eventos acadêmicos.

Dessa forma, durante a aplicação dos questionários e mediante o aceite da participação da pesquisa, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, tomaram posse de uma via do documento. Ainda nesse momento, essas mulheres receberam, em um local de sua escolha e com agendamento prévio, o questionário para ser respondido. Acompanhamos esse momento e ficamos disponíveis para sanar qualquer dúvida que poderia ter surgido.

Sendo assim, de acordo com as normas do CEP – IFPR, iremos manter esses questionários utilizados na pesquisa sob nossa guarda e responsabilidade durante um intervalo de 5 (cinco) anos, sendo descartados somente após esse período. Além disso, vale ressaltar que somente iniciamos a pesquisa após a aprovação do comitê de ética do IFPR (CEP – IFPR).

Dessa maneira, para fundamentar este trabalho teoricamente, trouxemos as ideias de Max Weber – tratadas através de Chiavenato (2014) – e de Maximiano (2011) em relação aos diferentes estilos e formas de liderar, embasando o conhecimento sobre liderança. Ademais, abordamos as características que uma/um líder deve possuir, construídas por Lacombe (2011) e Spector (2012).

Para embasar a ideia da mulher na liderança, utilizamos os pensamentos de Spector (2012) – já citado – e Rocha-Coutinho e Coutinho (2011), discutindo também sobre a questão da discriminação no trabalho. E, por fim, nos embasamos em Chiavenato (2014) e Spector (2012) para compreender a concepção de satisfação no trabalho e benefícios empresariais.

Esses assuntos e autores utilizados para fundamentar a pesquisa, foram englobados, no decorrer do estudo, com a análise e discussões dos resultados obtidos, a qual foi dividida em 3 (três) seções temáticas – presença feminina nas organizações jornalísticas; reconhecimento do trabalho sob a perspectiva feminina; e, por fim, desafios para o alcance do reconhecimento profissional feminino. Nesse

momento, codificamos as participantes da pesquisa com a utilização de nomes próprios escolhidos pelas pesquisadoras, buscando não haver formas de identificar as colaboradoras durante a análise de suas respostas.

Nesse sentido, escolhemos essa temática para mostrar as dificuldades que as mulheres enfrentam para estar onde estão, visto sua inserção em uma sociedade machista que cria estereótipos de trabalhos denominados masculinos e femininos, buscando ditar o lugar onde a mulher deve estar e o que deve fazer.

Assim, a pesquisa objetivou contribuir para a obtenção de informações sobre a presença das mulheres nas empresas do ramo jornalístico, inseridas nas cidades anteriormente citadas, e o reconhecimento obtido por elas, ressaltando a importância que o trabalho feminino também possui para alcançar os objetivos e metas da organização, considerando que as mulheres têm capacidade para liderar e gestar uma empresa tanto quanto os homens e devem sim desenvolver a representatividade feminina no mercado empresarial.

2. PRESENÇA FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES JORNALÍSTICAS

A liderança é o que coordena uma equipe e auxilia na busca dos objetivos e metas de uma organização, visto que, sem ela, as empresas não possuem uma direção bem definida para seguir. Assim, segundo Maximiano (2011), ela acontece quando pessoas denominadas líderes incentivam seus seguidores a alcançar objetivos que correspondem aos valores, motivações, desejos e expectativas de ambos, caracterizando-se pela forma com que as/os líderes irão trabalhar esses valores e motivações. Ademais, de acordo com Chiavenato (2014), a liderança insere força, vigor e rumo nas instituições, além de renovar e revitalizar as empresas, impulsionando-as à competitividade e ao sucesso.

Entretanto, o processo de liderança é diferente da administração ou gerência de uma empresa. A administração ou gerência apresenta seu foco no sistema e na estrutura das instituições, buscando enfrentar a complexidade, já a liderança, focaliza as pessoas através da inspiração e comunicação, buscando enfrentar a mudança (CHIAVENATO, 2014).

Dessa forma, existem estilos diferentes de realizar o processo de liderança de indivíduos. Alguns desses estilos serão discutidos na Teoria da Burocracia, que surgiu na administração por volta de 1940 e aborda as ideias de Max Weber, um filósofo

falecido no ano de 1920, que trata sobre os tipos de autoridade que cada sociedade apresentará (CHIAVENATO, 2014).

De acordo com Chiavenato (2014), Weber irá estabelecer alguns tipos de autoridade baseado nas fontes e na tipologia de legitimidade utilizados, e não nos tipos de poder. Assim, Max Weber estabelece a existência de três tipos de autoridade, que são a autoridade tradicional, carismática e legal, racional ou burocrática.

Segundo Chiavenato (2014, p. 259), “o poder tradicional não é racional, pode ser transmitido por herança e é extremamente conservador”. Dessa forma, a autoridade tradicional se caracteriza por um poder mais autoritário, a liderança é passada de geração em geração e, geralmente, é realizada por homens. Quando esse tipo de autoridade for utilizado em grupos com mais pessoas em um grande espaço, poderá ser realizado, de acordo com Chiavenato (2014), de forma patrimonial ou feudal.

Já a autoridade carismática, é realizada por uma pessoa que possui carisma, característica, denominada por Weber, extraordinária e indefinível. Assim, de acordo com Chiavenato (2014, p. 260), “o poder carismático não tem base racional; é instável e facilmente adquire características revolucionárias”. Chiavenato (2014) ainda afirma que nesse tipo de autoridade as/os colaboradoras/colaboradores seguem as orientações da/do líder pois são influenciados pela personalidade e se identificam com ela/ele, além de serem selecionados através da confiança atribuída pelo superior.

Por fim, a autoridade legal é caracterizada por um poder administrativo, racional, técnico, burocrático e estabelecido através do mérito, ou seja, é realizado por líderes que seguem algumas leis e normas para efetuar suas tarefas. “Os subordinados aceitam as ordens dos superiores como justificadas, porque concordam com certos preceitos ou normas que consideram legítimos e dos quais deriva o comando” (CHIAVENATO, 2014, p. 260).

Entretanto, Maximiano (2011) afirma que todas as formas de liderar serão originadas dos estilos básicos de liderança – autocracia e democracia. Esses dois estilos básicos são conhecidos desde a Antiguidade Clássica e se diferem na forma utilizada pelas/pelos líderes para realizar a liderança. Porém, atualmente são empregados, de acordo com Maximiano (2011), na Liderança Orientada para a Tarefa e na Liderança Orientada para as Pessoas.

2.1 Liderança orientada para a tarefa

Esse método de liderar utiliza o estilo básico de liderança autocrático e apresenta o poder de tomar decisões concentrado apenas na/no líder.

Segundo Maximiano (2011), uma/um líder autocrática/o apresenta algumas características, como:

- Tomar decisões sem consultar a equipe;
- Se preocupa mais com a tarefa do que com o grupo que a executa;
- Enfatiza a cobrança e a avaliação do desempenho de suas/seus funcionárias/os;
- Mantém distância da sua equipe.

2.2 Liderança orientada para as pessoas

Esse método de liderar utiliza o estilo básico de liderança democrático, apresentando participação da equipe nas tomadas de decisões do líder. “Quanto mais as decisões do líder forem influenciadas pelo grupo, mais democrático é o comportamento do líder” (MAXIMIANO, 2011, p. 262).

De acordo com Maximiano (2011), uma/um líder democrática/o apresenta algumas características, como:

- Focaliza sua atenção no grupo, dando ênfase nas relações humanas e no desenvolvimento do trabalho em equipe;
- Pede sugestões de decisões ao grupo e utiliza suas ideias;
- Busca criar um clima na empresa em que as/os colaboradoras/colaboradores se sintam confortáveis;
- Influencia a equipe a aceitar responsabilidades e tomar a iniciativa de resolver problemas.

Se orientando pela noção de que os estilos básicos de liderança originam outras formas de liderar, Tannenbaum e Schmidt desenvolveram uma escala ou régua dos estilos de liderança, a qual combina a autoridade do líder e a autonomia dos liderados. Existindo assim, segundo Maximiano (2011), o pensamento da Liderança Bidimensional e da Liderança Situacional.

2.3 Liderança bidimensional

De acordo com Maximiano (2011), a liderança bidimensional representa a combinação de diversos graus de autocracia e democracia na construção da forma de liderar as/os colaboradoras/colaboradores de uma organização. Dessa forma, a/o líder pode dar ênfase para a tarefa e também para as pessoas ao mesmo tempo, ou seja, pode combinar as formas de *Liderança orientada para a tarefa* e *Liderança orientada para as pessoas*.

2.4 Liderança situacional

Segundo Maximiano (2011), a liderança situacional representa a concepção de que o estilo de liderança, para ser eficaz, deve ser moldado à situação, ou seja, cada situação ocorrida nas organizações irá precisar de um estilo de liderança diferente, seja ele a *Liderança orientada para a tarefa* ou a *Liderança orientada para as pessoas*.

Além da ideia de liderança e seus tipos, vamos abordar as características de uma/um líder também, seguindo o pensamento de Lacombe (2011) e Spector (2012).

2.5 A/O líder

A/O líder de um grupo ou uma organização é o indivíduo que irá controlar e guiar todas as pessoas de uma equipe, enfatizando não somente a realização do trabalho e das tarefas, como também o bem-estar de suas/seus colaboradoras/colaboradores, buscando criar um ambiente de trabalho saudável e acolhedor. Sendo assim, a/o líder é uma peça muito importante dentro das organizações, pois realizará suas funções, juntamente a equipe, para alcançar objetivos e metas da empresa.

Segundo Lacombe (2011), a/o líder empresarial tem como principal função alcançar objetivos através das/os suas/seus colaboradoras/colaboradores, agindo de maneira diferente perante a situação e o tipo de liderada/o, buscando alcançar os objetivos e metas da organização. Além disso, Spector (2012) afirma que algumas pessoas têm uma capacidade melhor de liderar naturalmente do que outras.

Dessa forma, Lacombe (2011) traz a ideia de que as/os líderes apresentam quatro responsabilidades básicas:

- *Desenvolvimento de uma imagem mental de um estado futuro possível e desejável da organização* – A/O líder deve ver coisas que ainda não estão no presente da organização, mas estarão no futuro, mostrando as/aos

colaboradoras/colaboradores que é o objetivo do grupo que precisa ser alcançado.

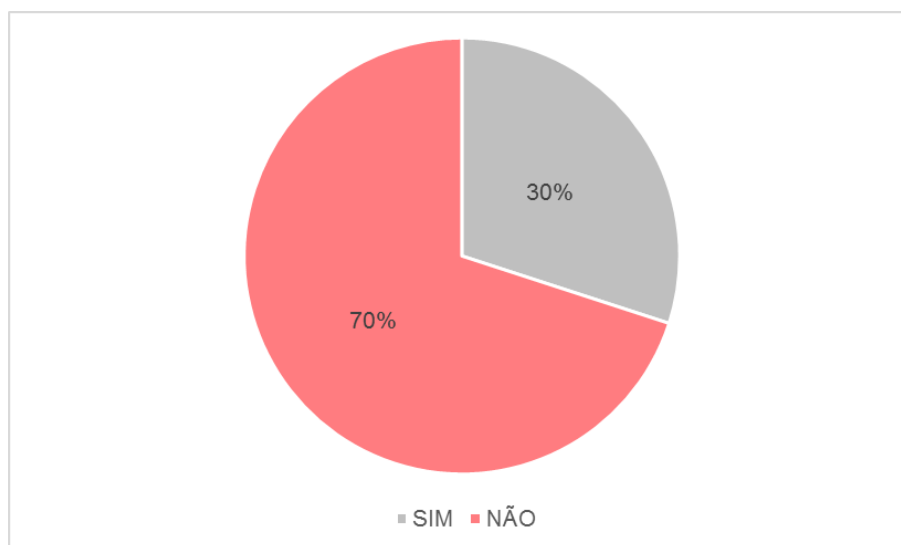
- *A/O líder deve comunicar a nova visão* – Uma/um boa/bom líder deve saber se comunicar, ou seja, passar sua mensagem para todas/os as/os colaboradoras/colaboradores a fim de buscar o entendimento do propósito a ser seguido.
- *A/O líder precisa criar confiança por meio do posicionamento* – Uma/um boa/bom líder apresenta características como coerência, energia, honestidade e coragem. As/Os colaboradoras/colaboradores precisam perceber a posição da/o líder em relação à organização e ao ambiente.
- *Líderes são aprendizes perpétuos* – Uma/um boa/bom líder deve ter um aprendizado constante, ou seja, é necessário sempre estar buscando novos conhecimentos.

Ademais, Lacombe (2011) afirma que uma/um boa/bom líder deve confiar em si mesmo, acreditar no que faz, ter a capacidade de criar e transmitir sua visão em relação a organização para suas/seus seguidoras/seguidores, ter capacidade de comunicação, ou seja, comunicar-se de uma forma em que todas/os as/os lideradas/os entendam, ter expectativas elevadas para si e para suas/seus seguidoras/seguidores e saber reconhecer o mérito e as contribuições de suas/seus colaboradoras/colaboradores.

A partir desse embasamento sobre liderança e característica da/o líder, iniciamos a apresentação e discussão dos dados obtidos, a qual partirá da temática sobre a presença de mulheres nas empresas do ramo jornalístico das cidades de Dionísio Cerqueira/SC e Barracão/PR. Essa presença feminina foi observada por meio de visitas às empresas do ramo jornalístico, a fim de saber se as mulheres empregadas nessas organizações possuíam cargos de liderança nas empresas ou se almejavam alcançar esses cargos.

No primeiro questionamento, que buscava analisar a presença das mulheres em cargos mais elevados nas organizações, obtivemos, das 10 participantes da pesquisa, um número de 7 (sete) mulheres que afirmavam não possuir um cargo de liderança na empresa em que trabalham e, assim, 3 (três) mulheres que estavam, atualmente, em um cargo de gestão ou liderança na organização. Desse modo, obtemos o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Presença de mulheres em cargos de liderança da organização.



Fonte: elaborado pela autora

Nesse sentido, percebemos que, apesar da diferença no número de mulheres ocupando cargos de liderança e gestão ser pequena, ainda não temos uma representatividade feminina significativa no ambiente empresarial. Essa questão pode ser analisada através da diferença entre os gêneros no trabalho, construída a partir de estereótipos para as características femininas e masculinas em relação à liderança.

Dessa maneira, com a existência desses estereótipos, as formas de liderar são vistas de forma diferente entre os gêneros, o que torna desafiador para a população feminina alcançar altos cargos de gestão nas empresas. Assim, as organizações preferem, na maioria das vezes, os atributos masculinos do que os femininos, por estarem mais ligados a efetuação do trabalho, buscando lucratividade para a organização.

A partir desses resultados, podemos analisar o próximo questionamento, que busca saber se as mulheres que ainda não ocupam cargos de liderança nessas empresas, almejam alcançá-los e o motivo de desejar ou não. Sendo assim, das 7 (sete) mulheres que não possuem cargos de liderança na organização, 4 (quatro) afirmaram que almejam alcançar esses cargos e, 3 (três) participantes declararam que não possuem esse desejo.

As colaboradoras da pesquisa que afirmaram desejar um cargo de liderança na empresa onde trabalham, explicaram esse desejo através de afirmações positivas

sobre a organização e pela busca em crescer profissionalmente e serem reconhecidas pelo seu trabalho. Essas afirmações evidenciadas pelas participantes foram: *“Creio que conforme o tempo for passando as dificuldades e desafios podem vir a ser interessante. Quero também ser reconhecida como uma boa profissional.”* (Patrícia); *“[...] é uma excelente empresa”* (Maria); *“[...] trabalho e estudo para me especializar e continuar trabalhando futuramente no mesmo ramo e, se possível, na mesma empresa, como chefe”* (Manuela); e *“[...] é uma forma de crescer profissionalmente”* (Thereza).

Sendo assim, percebemos que a maioria das mulheres que responderam à pergunta anteriormente citada, desejam alcançar algum cargo de liderança nas organizações onde trabalham. Todavia, elas ainda não conseguiram atingir tal objetivo, o que pode ser explicado pela discriminação no trabalho ou pela noção do telhado de vidro, que, segundo Spector (2012), demonstra a dificuldade das mulheres de alcançar cargos mais altos que os níveis básicos de gestão, seja por diferença na preparação profissional e nas atitudes de homens e mulheres ou por existir uma injustiça contra as mulheres na alta administração.

Já as mulheres que declararam não desejar algum cargo de gestão ou liderança na organização, justificaram tal desejo através de posicionamentos como: *“Não almejo, porque tenho outros planos para minha carreira”* (Helena); *“[...] gosto e me sinto bem no cargo que estou”* (Vera); *“[...] não tenho estudo suficiente e porque não tenho vontade”* (Dandara).

Através dessas justificativas, percebemos que, por vezes, as mulheres buscam carreiras diferentes ou estão confortáveis e felizes com os cargos que possuem, porém ainda há uma parte da população feminina que se sente insegura em buscar cargos mais elevados em empresas, seja por qualificação insuficiente ou por sentir que não é o lugar que deve ocupar. Esse fato é evidenciado por Spector (2012), o qual alega que o sentimento de inadequação perante as mulheres pode afetar sua confiança e seu comportamento, impactando negativamente seu progresso profissional. Além disso, Spector (2012) ainda afirma que o acesso aos cargos de liderança no mercado empresarial somente será igualitário, se houver mudanças nas atitudes dos responsáveis pela seleção de candidatos.

Dessa forma, identificamos a presença da mulher no ramo jornalístico, percebendo que uma parte da população feminina, mesmo pequena, conseguiu ocupar seu espaço na liderança dessas organizações. Entretanto, precisamos

compreender o reconhecimento para com o trabalho dessas mulheres, o que faremos na próxima seção temática.

3. RECONHECIMENTO DO TRABALHO SOB A PERSPECTIVA FEMININA

O reconhecimento para com o trabalho das/os colaboradoras/colaboradores de uma organização faz com que exista uma percepção de que o trabalho e o esforço das pessoas estão dando resultados. Essa busca em reconhecer acontece, normalmente, através da recompensa, a qual, de acordo com Chiavenato (2014, p. 237), “é o elemento fundamental na condução das pessoas em termos de retribuição, retroação ou reconhecimento do seu desempenho na organização”.

Assim, a recompensa engloba a remuneração e as bonificações, que são as principais maneiras utilizadas pelas organizações para compensar o trabalho das/os colaboradoras/colaboradores. A remuneração é a forma com que a empresa irá retribuir o trabalho da/o colaboradora/colaborador e, segundo Chiavenato (2014), pode ser realizada de quatro formas diferentes – remuneração básica, incentivos salariais, incentivos não financeiros e benefícios –, sendo a remuneração básica a mais utilizada pelas organizações, visto que constitui o salário, mensal ou horário, da/o colaboradora/colaborador.

Já os benefícios, são utilizados para oferecer vantagens e recompensar ainda mais o trabalho das/os funcionárias/os da empresa. Sendo assim, de acordo com Chiavenato (2014, p. 289), “benefícios são regalias e vantagens concedidas pelas organizações, a título de pagamento adicional dos salários, a todos ou a parte de seus colaboradores.”

Além disso, Chiavenato (2014) também evidencia a existência dos programas de reconhecimento, que são gratificações dadas as/aos colaboradoras/colaboradores ou as equipes que garantiram contribuições extraordinárias à organização, buscando tornar essas pessoas modelos para as/os demais colaboradoras/colaboradores. E com esse reconhecimento, as/os trabalhadoras/trabalhadores irão se sentir satisfeitas/os e felizes dentro da empresa, o que caracteriza a satisfação no trabalho – conceito significativo para o mercado empresarial. Seguindo nessa ideia, Chiavenato (2014, p. 378) afirma que “[...] as relações com empregados devem fazer parte integrante da filosofia da organização, que deve tratar os funcionários com respeito e solidariedade e deve oferecer meios de atender às necessidades pessoais e familiares.”

Os benefícios e projetos de reconhecimento fazem com que as/os colaboradoras/colaboradores se sintam, de certa forma, valorizadas/os na empresa onde trabalham. Esse sentimento caracteriza a satisfação no trabalho que, de acordo com Spector (2012, p. 234), “é uma variável atitudinal que reflete como as pessoas se sentem em relação a seus empregos em geral, bem como a vários aspectos específicos do trabalho”. Assim, essa satisfação transmitirá o grau em que as/os colaboradoras/colaboradores gostam ou não do trabalho e das tarefas que exercem.

Spector (2012) ainda afirma que há duas abordagens para analisar a satisfação no trabalho: a global e a de facetas. A abordagem global está relacionada com os sentimentos que a/o colaboradora/colaborador apresenta em realizar suas tarefas na organização, que poderão ou não alcançar a satisfação. Já a abordagem de facetas, aborda o alcance da satisfação no trabalho através de recompensas e outros fatores da organização, como o comportamento da/o líder e das/os colegas, a comunicação entre a equipe na empresa, as oportunidades de promoção e as condições de trabalho.

Ademais, conforme Spector (2012), a satisfação no trabalho, normalmente, é avaliada através de questionários que perguntam como as/os colaboradoras/colaboradores estão se sentindo em relação a suas funções na organização. Esse meio de pesquisa é escolhido porque, segundo Spector (2012), é mais fácil de aplicar e podem ser respondidos anonimamente, permitindo que exista sinceridade das/os colaboradoras/colaboradores em suas respostas.

Dessa maneira, evidenciamos que o reconhecimento para com o trabalho das/os colaboradoras/colaboradores nas organizações, geralmente, é realizado de uma forma monetária, como demonstrado na remuneração e nos benefícios. Entretanto, percebemos uma carência das empresas em reconhecer suas/seus colaboradoras/colaboradores voltando-se ao bem-estar e autoestima das/os mesmas/os. Nesse sentido, surgem questionamentos como: será que há, realmente, a necessidade de reconhecer as/os colaboradoras/colaboradores apenas monetariamente? Existem outras formas de reconhecimento, além dessas? Será que as organizações estão pensando na autoestima e bem-estar de suas/seus funcionárias/os ou somente buscam resultados?

Acerca dessa fundamentação e dos questionamentos levantados, seguimos a apresentação e análise dos resultados encontrados na pesquisa, a qual irá tratar sobre o reconhecimento para com o trabalho feminino. Esse reconhecimento foi

verificado através de questionamentos buscando saber a opinião das mulheres sobre as maneiras que as organizações podem utilizar para reconhecer o trabalho feminino, além de indagar se as tarefas dessas colaboradoras são reconhecidas no local onde trabalham e de que forma acontece esse reconhecimento.

O primeiro questionamento que constrói essa temática de análise, buscava saber as maneiras que uma empresa pode reconhecer o trabalho feminino de acordo com a opinião das colaboradoras. Assim, as maneiras encontradas pelas mulheres para reconhecer o trabalho foram, basicamente, através de elogios, bonificações, valorização nos salários e promoção de cargos, além de evidenciarem a questão da igualdade entre os gêneros, tanto em remuneração quanto em oportunidades.

Nesse sentido, analisamos mulheres que se voltaram ao reconhecimento através de elogios, bonificações/salários e promoção de cargos, as quais tiveram uma visão realista e conceitualista do reconhecimento, o qual, normalmente, é feito de maneira mais monetária. Isso pode ser visto em algumas respostas, como: *“Valorizando em questão ao salário, incentivando a cada um melhorar, deixando o ambiente de trabalho mais agradável e mais dinâmico com todos”* (Thereza); e *“O reconhecimento pode ser demonstrado de várias formas, desde elogios pelo trabalho desenvolvido, como também uma promoção de cargos e até mesmo de salário”* (Joana).

Além disso, compreendemos o ponto de vista de mulheres que entendem as maneiras de se reconhecer um trabalho partindo de uma ideia mais voltada à desigualdade entre os gêneros nas organizações: *“Com salários iguais entre os sexos, reconhecimento pelo trabalho exercido, respeito no ambiente de trabalho e sem desmerecer o que é feito por uma mulher”* (Manuela); *“Nos tratando da mesma maneira como tratam os homens. Não nos mandando, por exemplo, ‘manter o escritório limpo’. Isso é uma coisa que deve ser feito por ambos os sexos”* (Patrícia).

Com essas respostas, podemos perceber que, apesar da população feminina estar ocupando seu espaço na sociedade, as mulheres ainda sofrem para serem reconhecidas no ambiente empresarial. Isso acontece porque a mulher é vista, muitas vezes, como incapaz de realizar determinadas tarefas, tendo que se qualificar mais que os homens, o que é evidenciado em pesquisas realizadas pelo grupo de consultoria *Catho*, abordadas por Rocha-Coutinho e Coutinho (2011), afirmando que, atualmente, as mulheres têm mais anos de estudo e acumulam uma maior qualificação profissional do que os homens, o que salienta a existência, devido a

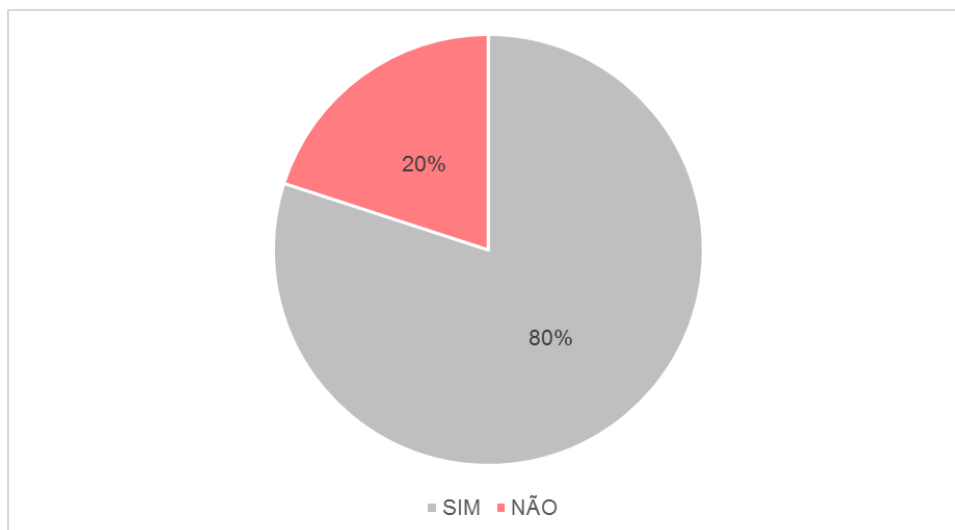
discriminação nos ambientes empresariais, da necessidade das mulheres em provar suas habilidades mais que os homens, levando-as a investir em preparações profissionais melhores.

Ademais, a população feminina precisa realizar atividades dentro da organização que não são destinadas aos seus cargos e também não são realizadas por homens, como podemos ver em um trecho da resposta de Patrícia: “[...] *Não nos mandando, por exemplo, ‘manter o escritório limpo’.* Isso é uma coisa que deve ser feito por ambos os sexos”. Nesse trecho, identificamos a forte influência das atividades denominadas como femininas na sociedade – tarefas domésticas, nesse caso –, sendo poucas vezes realizadas por homens, os quais utilizam o mesmo local e deveriam auxiliar na limpeza também. Hooks (2019, p. 18) afirma:

Uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura ‘cristã’, multidões de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não.

Nessa perspectiva, indagamos às colaboradoras da pesquisa, através do questionário, se as tarefas que desempenhavam na empresa onde trabalham eram reconhecidas. E então, para nossa surpresa, das 10 mulheres que responderam à investigação, 8 (oito) alegaram que seu trabalho é reconhecido na organização e, apenas 2 (duas) colaboradoras afirmaram não obter reconhecimento de seus líderes ou gestores. Através desses resultados, obtemos o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Opinião das mulheres perante o reconhecimento de seu trabalho.



Fonte: elaborado pela autora

Dessa forma, percebemos que há um número significativo de mulheres que já possuem seu trabalho reconhecido. Para que isso acontecesse, houve muita luta do movimento feminista, o qual busca a liberdade feminina e a igualdade entre os gêneros em diferentes âmbitos da sociedade e, segundo Hooks (2019), através dessas lutas que houve o despertar de um espírito de rebeldia e resistência nas mulheres progressistas, auxiliando para a libertação da mulher contemporânea.

Com a compreensão desses resultados, podemos observar o último questionamento dessa temática de análise, o qual é voltado às mulheres que afirmaram ter suas tarefas reconhecidas pela instituição onde trabalham, buscando saber de que forma é realizado esse reconhecimento. As principais formas de reconhecimento citadas pelas colaboradoras foram benefícios além do salário, elogios, confiança na capacitação e o apoio para o bem-estar dessas mulheres, tanto profissional quanto pessoal.

Nesse sentido, analisamos essas maneiras de realização do reconhecimento para com o trabalho feminino através das afirmações das colaboradoras da pesquisa: *“Reconhecer o que faz. Autoconfiança, toda vez que é feito avaliação, sempre recebo elogios dos trabalhos realizados isto me dá muito ânimo, e penso que cada vez preciso melhorar os trabalhos. Tenho muito apoio da empresa”* (Lígia); *“[...] sou muito procurada por colegas que confiam em meu trabalho, bem como, clientes da empresa”* (Joana); e *“Eu consigo me expressar e geralmente as pessoas vem até mim para pedir alguma opinião”* (Patrícia).

Com esses resultados, percebemos que a maioria das mulheres que colaboraram com o estudo conseguiram obter o reconhecimento que elas creem ser justo para suas tarefas e, assim, podem ter alcançado o bem-estar dentro da organização e a satisfação com seu trabalho. Entretanto, ainda não sabemos sobre a luta dessas mulheres para serem reconhecidas e respeitadas em seu ambiente de trabalho, o que iremos abordar na próxima seção temática, evidenciando o que a população feminina pesquisada já sofreu para obter tal reconhecimento e confiança.

4. DESAFIOS PARA O ALCANCE DO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL FEMININO

A busca pela liderança de instituições e pelo reconhecimento no mercado empresarial é, na maioria das vezes, mais difícil para a população feminina do que para a masculina. Isso acontece porque, segundo Spector (2012), os estereótipos presentes na sociedade propõem a ideia de que as mulheres enfatizam os sentimentos e o bem-estar emocional das/os colaboradoras/colaboradores, enquanto os homens dão ênfase à realização do trabalho. Sendo assim, Spector (2012) ainda afirma que as organizações podem não permitir que essas mulheres realizem o papel de líderes apresentando tais características.

Dessa forma, apesar das mulheres estarem ocupando seu espaço no mercado empresarial e a maioria delas alcançarem o reconhecimento e respeito da empresa para com o seu trabalho – evidenciado nos resultados que citamos anteriormente –, não podemos deixar de analisar a trajetória delas para alcançar tal resultado, salientando as diversas adversidades enfrentadas por elas.

Assim, nessa temática de análise vamos observar os desafios e adversidades já enfrentados pelas colaboradoras da pesquisa na busca pelo alcance do reconhecimento no mercado jornalístico. Essa observação aconteceu por meio de questionamentos que buscavam compreender se as mulheres já haviam sofrido alguma adversidade para obter reconhecimento de suas tarefas na empresa em que trabalham e, em caso de respostas positivas, buscamos saber quais são ou foram esses desafios enfrentados.

No primeiro questionamento, buscamos verificar se as mulheres que colaboraram com a pesquisa já haviam enfrentado ou ainda enfrentam algum desafio ou adversidade na sua trajetória profissional para obter reconhecimento de seu

trabalho. Dessa forma, das 10 (dez) mulheres que responderam ao questionário, 5 (cinco) afirmaram que já enfrentaram ou ainda enfrentam adversidades no ambiente empresarial e, assim, o mesmo número de mulheres afirmou nunca ter enfrentado algum desafio para ter seu trabalho reconhecido.

A partir dos dados apresentados, podemos analisar o próximo questionamento dessa temática, o qual foi destinado apenas às mulheres que responderam positivamente a primeira pergunta e, assim, busca compreender quais foram ou ainda são esses desafios e adversidades enfrentados pelas colaboradoras para obter reconhecimento de seu trabalho na empresa onde atuam.

Dessa forma, as mulheres apontaram diversos problemas que dificultaram e dificultam sua trajetória nas organizações em que trabalham. Esses problemas foram baseados, principalmente, na necessidade de a população feminina provar sua capacidade, a todo custo, para realizar suas funções, no preconceito que a sociedade ainda tem com a mulher, na falta de confiança em si mesma e das pessoas na profissional feminina e, até mesmo, em violência psicológica no ambiente de trabalho.

Sendo assim, como somos mulheres e também sofremos discriminações por esse fato, percebemos que o preconceito com a mulher é muito acentuado na sociedade nos dias atuais. Desse modo, podemos analisar esse preconceito na resposta de Vera – uma das colaboradoras da pesquisa, afirmando que as adversidades que sofreu em sua trajetória profissional foram: *“ser mulher, mãe solteira e ter vindo de um bairro pobre”*.

Compreendemos, então, que ser mulher já é muito desafiador, visto que estamos sujeitas a passar por momentos de submissão, assédio, violência e até mesmo discriminação pelo simples fato de ser mãe e não ter um homem ao lado. Nesse sentido, Hooks (2019) afirma que, apesar das mulheres conquistarem mais direitos em relação a salários e cargos através do movimento feminista, ainda existe a discriminação por gênero no mercado de trabalho. Assim, “hoje sabemos que o trabalho não liberta a mulher da dominação masculina” (HOOKS, 2019, p. 82).

Assim, o preconceito contra a mulher desencadeia na necessidade feminina em mostrar sua capacidade para exercer determinado cargo ou para ser respeitada e reconhecida no ambiente empresarial, além do sentimento de não estar confiante ou não ser confiável para a empresa em ocupar o espaço antes destinado à população masculina.

Logo, podemos observar esses desafios apresentados nas afirmações de Thereza, Lígia e Manuela – colaboradoras da pesquisa: *“Conseguir respeito, pelo fato de ser mulher, tive que mostrar ter capacidade para o cargo”* (Thereza); *“[...] Dificuldades enfrentadas por ser mulher precisando provar para a sociedade da capacidade [...]”* (Lígia); *“A falta de confiança em exercer uma função ou executar um trabalho que é realizado, na maioria das vezes, por homens; falta de reconhecimento e desprezo pelo que é produzido por uma mulher”* (Manuela).

Dessa maneira, entendemos que quando mulheres começam a ocupar o espaço antes destinado aos homens, causa um desconforto na comunidade masculina. Esse desconforto pode contribuir para o preconceito e discriminação das mulheres no mercado empresarial, pois, de acordo com Hooks (2019), muitos homens culpam o trabalho feminino pelo desemprego e pela perda de identidade estável, a qual era destinada a população masculina pela visão de provedor patriarcal. A autora ainda sugere que “uma pauta feminista importante para o futuro precisa informar os homens sobre a natureza da mulher e do trabalho, de maneira realista, de forma que eles possam enxergar que elas não são suas inimigas no mercado de trabalho” (HOOKS, 2019, p. 88).

Além das adversidades já citadas, evidenciamos também a violência contra a mulher, que é algo recorrente na sociedade machista que vivemos. Esse desafio citado pôde ser analisado na afirmação de Joana – participante da pesquisa: *“Houve um momento em minha vida que sofri assédio moral por parte de um colega de trabalho. Pois mesmo no século XXI ainda existe pré-conceito com a profissional feminina”*.

Sendo assim, percebemos que a discriminação da mulher no mercado de trabalho é tão grande que chega a casos de violência, seja ela física, sexual ou psicológica. Uma forma de violência psicológica é o assédio moral, o qual acontece com mais frequência em organizações tanto com homens quanto com mulheres e, segundo Hirigoyen (2002) apud Rios (2015, p. 75), é compreendido como “qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade e a integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho”.

Desse modo, evidenciamos que a trajetória feminina no mercado empresarial possui uma dificuldade significativa, visto que as mulheres precisam enfrentar diversos desafios para conseguir alcançar o que almejam, enquanto a população

masculina atinge sucesso e reconhecimento em sua carreira profissional com maior facilidade. Assim, se torna difícil a existência da representatividade feminina – tanto no âmbito empresarial quanto em outros setores do mercado – na sociedade, em maioria, machista que vivemos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres sempre apresentaram maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e alcançar cargos de liderança e prestígio, além de não obter, normalmente, um devido reconhecimento pelas tarefas que desempenhavam. Dessa forma, percebemos que há uma grande discriminação no trabalho entre homens e mulheres, o que é intensificado pela sociedade patriarcal e machista em que estamos inseridas, dificultando ainda mais a jornada empresarial feminina. Nesse sentido, as/os responsáveis pela seleção de candidatas/os das empresas, como os demais indivíduos, deveriam rever suas atitudes, buscando desconstruir o machismo enraizado em nossa existência e, assim, alcançar a igualdade, entre os gêneros, nos acessos aos cargos mais elevados das organizações, como também em outros setores.

Desse modo, esse estudo identificou a presença das mulheres na liderança e o reconhecimento para com as tarefas desempenhadas por elas nas empresas jornalísticas das cidades de Dionísio Cerqueira/Santa Catarina e Barracão/Paraná, inseridas na Trifronteira. Assim, evidenciamos que a investigação ocorreu de uma forma satisfatória, alcançando os objetivos do estudo e encontrando resultados que puderam agregar no desenvolvimento do mesmo. Além disso, compreendemos um pouco mais sobre a luta dessas mulheres que estão tão perto de nós e, muitas vezes, não são lembradas, exercitando, assim, a sororidade em nossa existência e desconstruindo a ideia de competição enraizada em nosso ser.

Por meio dessa pesquisa, tivemos a intenção de mostrar a importância que as mulheres também possuem no mercado empresarial a partir dos resultados analisados, estimulando, assim, uma reflexão sobre as dificuldades e discriminações que enfrentamos em nosso cotidiano pelo simples fato de sermos mulheres e também, a luta da população feminina nas organizações, tanto no ramo jornalístico quanto nos outros setores da sociedade. Ademais, buscamos auxiliar na intensificação e desenvolvimento do movimento feminista, que busca a liberdade de mulheres de etnias e classes diferenciadas, além de defendermos a igualdade entre os gêneros e

o empoderamento feminino no espaço que a mulher deseja ocupar, sendo pesquisadora, pintora, jornalista, professora, entre outras profissões a se exercer, incluindo a liderança de uma equipe em um ambiente organizacional.

Por fim, concluímos essa pesquisa com um poema de Rupi Kaur, representado em sua obra “Outros jeitos de usar a boca”:

“quero pedir desculpa a todas as mulheres
que descrevi como bonitas
antes de dizer inteligentes ou corajosas
fico triste por ter falado como se
algo tão simples como aquilo que nasceu com você
fosse seu maior orgulho quando seu
espírito já despedaçou montanhas
de agora em diante vou dizer coisas como
você é forte ou *você é incrível*
não porque eu não te ache bonita
mas porque você é muito mais do que isso” (KAUR, 2017, p. 218).

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOHRER, Marcos. **O ensino médio técnico integrado visto por quem sente e vê**: os jovens fronteiriços e o professor de geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de pós-graduação em Geografia. Instituto de geociências, universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. 161.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 3.ed. São Paulo: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4.ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9.ed. São Paulo: Manole, 2014.

FONSECA, João José Saraiva da. A natureza da pesquisa científica. In: _____. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: UECE, 2002. cap. 2. Disponível em:

<<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 6.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KAHLO, Frida. **O diário de Frida Kahlo**: um autorretrato íntimo. [tradução de Mário Pontes; introdução de Frederico Moraes]. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução a administração**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PONTES, Heloisa. **Vida e obra de uma menina nada comportada**: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo. Cadernos Pagu, Campinas, n.26, p. 431-441, jan./jun. 2006. ISSN 0104-8333. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/b8DQ4YF53vSHDBftzGLccQ/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em: 02 dez.2019.

RIOS, Roger Raupp. Assédio moral sexual: conceito jurídico e prova. In: SILVA, E. F.; ZANIN, F.; GEDIEL, J. A. P.; MELLO, L. E. **Estado, poder e assédio**: relações de trabalho na administração pública. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia; COUTINHO, Rodrigo Rocha. **Mulheres brasileiras em posições de liderança**: novas perspectivas para antigos desafios. Economia global e gestão, Lisboa, v.16, n.1, p.61-79, abr.2011. ISSN 0873-7444. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/egg/v16n1/v16n1a05.pdf> >. Acesso em: 25 fev.2019.

RUPI, Kaur. **Outros jeitos de usar a boca**. 1.ed. São Paulo: Planeta, 2017.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MULHERES NO GOVERNO E O PRESTÍGIO DOS CARGOS MINISTERIAIS

Erivelto Amarante¹

RESUMO

Nos últimos anos, tornou-se comum a nomeação de mulheres para o primeiro escalão de um governo. Contudo, nem sempre elas ocupam os cargos mais importantes. Diante desse contexto, este trabalho analisa a partir de um banco de dados da ONU a qualidade das pastas chefiadas por mulheres. Nosso objetivo é medir o grau de prestígio dos ministérios considerando a classificação proposta por Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson. Trabalhamos com a hipótese de que a maior parte desses cargos sejam de baixa visibilidade. O resultado apontou que os ministérios mais relevantes continuam sendo comandados por homens. Concluímos que as mulheres ocupam pastas temáticas de baixo prestígio e de orçamento limitado.

Palavras-chave: Representação. Mulheres. Recrutamento ministerial. Elites políticas.

INTRODUÇÃO

De acordo com Redmond (2020), de modo geral, quando as mulheres são encontradas no comando de gabinetes nas democracias ao redor do mundo, normalmente elas estão incluídas em pastas de menos prestígio, como Cultura, Meio Ambiente, Família, Saúde e Assuntos da Mulher. Norris (1997) considera os componentes de "oferta" e "demanda" do recrutamento político como um fator importante para entender o motivo pelo qual os líderes nomeiam mulheres para seus gabinetes e as colocam em posições de prestígio.

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou um relatório² quantitativo mapeando os cargos ministeriais ocupados por mulheres em nível global. O banco de dados inclui informações de 190 países. Com isso, propomos nesse artigo classificar as pastas de acordo com a sua relevância política. Para tanto, testamos a hipótese de que os ministérios ocupados pelas mulheres são os menos prestigiados do ponto de vista político e orçamentário. Na metodologia, adotamos a classificação de Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), que graduaram as pastas de acordo

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em Comunicação pela UFPR. Bolsista Capes.

² Disponível em <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/03/women-in-politics-map-2020>. Acesso em 10 jun. 2021.

com a sua importância. As autoras separaram os ministérios em três grupos: alto, médio e baixo prestígio.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte tratamos das discussões teóricas e empíricas sobre a participação da mulher na política; em seguida, detalhamos os aspectos metodológicos e partimos para a discussão dos resultados tratando da presença das mulheres nos cargos ministeriais. Conforme nosso objetivo, relacionamos os dados brutos de acordo com a importância de cada pasta. Por fim, apresentamos a conclusão e propomos abordagens para estudos futuros.

MULHERES NA POLÍTICA

A participação é um componente essencial da democracia representativa e um indicador de legitimidade política, aceitação pelos cidadãos de uma forma democrática de governo e o sentido de responsabilidade coletiva e dever cívico (SCHLOZMAN, BRADY; VERBA, 2018). Taxas diferenciais de participação para qualquer subgrupo merecem atenção, mas as diferenças de gênero são ainda mais dignas de atenção (LAWLESS, 2004). No contexto histórico, as mulheres foram deliberadamente excluídas do poder político e da participação nas democracias e as diferenças na participação em muitos casos não foram eliminadas, mesmo com a remoção das barreiras formais para votar e ocupar cargos públicos.

A literatura sobre participação da mulher na política tem se dedicado nos últimos anos a investigar se a identidade de gênero das mulheres influencia suas preferências políticas. Outro debate é se as legisladoras devem assumir posições específicas sobre essas questões para que as suas preferências sejam consideradas como representação substantiva desse grupo. Para O'Brien e Piscopo (2019), independentemente dos interesses que as representam, as mulheres enfrentam restrições institucionais.

Os componentes de fornecimento incluem as motivações dos governantes e capital político, como ativos financeiros, experiência partidária, qualificações educacionais e habilidades legislativas. Já do lado da demanda de recrutamento estão aqueles que selecionam os candidatos e decidem as qualificações necessárias. "Para o recrutamento de gabinete, a demanda deve ser uma função dos benefícios políticos e custos de preencher um cargo de gabinete com uma

mulher versus um homem, ou representando outro grupo, por exemplo, minoria étnica, parceiro de coalizão.” (NORRIS, 1997, p. 100).

O desenho institucional gera restrições que afetam em maior ou menor grau a presença das mulheres no primeiro escalão de governo. Rawłuszko (2019) considera que a necessidade de um primeiro-ministro de manter um voto de confiança no parlamento em contraposição a maior estabilidade dos sistemas presidencialistas na preservação do mandato tende a permitir aos presidentes mais liberdade em fazer nomeações para o gabinete do que os primeiros-ministros.

Os movimentos de mulheres têm pressionado nas últimas décadas os governos a abordar a desigualdade de gênero nas esferas econômica, social e política. Em resposta a essa pressão, algumas democracias viram uma expansão significativa na representação das mulheres. Contudo, Feeney e Camarena (2021) ressaltam que a paridade de gênero continua sendo a exceção e mesmo onde o número de mulheres nas legislaturas está aumentando, elas normalmente ocupam poucos cargos executivos.

O recrutamento para o primeiro escalão de um governo ocorre de várias maneiras. Muitos já estavam exercendo antes alguma função burocrática ou militar na estrutura pública. Alberti *et al* (2021) consideram que a experiência em cargos eletivos é o caminho principal, especialmente nos sistemas parlamentaristas. No entanto, outros pesquisadores argumentam que a eleição para o legislativo pode não ser suficiente, ou mesmo necessária.

Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005) consideram que a probabilidade de mulheres serem nomeadas como ministras aumenta à medida que: “(H1a) mais mulheres têm educação superior; (H1b) mais mulheres têm experiência na força de trabalho; e (H1c) há mais mulheres na legislatura” (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 831). As autoras também consideram outras hipóteses como relevantes para a nomeação de mulheres para cargos ministeriais.

Citando a América Latina como exemplo, elas argumentam que os presidentes dos partidos de esquerda tendem a oferecer mais condições para a nomeação de mulheres para seus gabinetes do que os de direita. Neste caso, “(H2) a probabilidade de mulheres serem nomeadas para o gabinete e de receberem cargos de chefia aumenta quando o presidente é de partido de esquerda” (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 831).

Por sua vez, outro fator importante é a obtenção, ou não, de uma base de apoio consistente no parlamento para governar. Nesse sentido, “(H3) a probabilidade de que mulheres sejam indicadas para o gabinete e recebam cargos de alto escalão aumenta quando o partido do presidente tem maioria segura na legislatura” (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 832).

CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Encontramos na literatura vários estudos sobre o recrutamento de mulheres para o primeiro escalão de governo. Espinoza e Gerardi (2015) analisaram a formação dos gabinetes presidenciais do Brasil e da Bolívia. Em 2005, Evo Morales venceu a eleição e passou a incluir pela primeira vez na história do país representantes de povos indígenas para cargos chaves do governo. As mulheres também ganharam espaço, com destaque para Delaíde Miranda Arantes, dirigente das empregadas domésticas, nomeada para o posto de ministra de Justiça.

Espinoza e Gerardi (2015) também estudaram a formação do primeiro gabinete ministerial da presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para o cargo máximo do Executivo com um total de 55,8 milhões de votos. Ao assumir o mandato, em 2011, das 37 pastas, 9 eram ministros oriundos do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Eles lembram que as mulheres ocuparam 9 ministérios, superando todas as equipes ministeriais montadas desde a redemocratização.

Gitirana e Kreuz (2020) analisaram as mulheres que ocuparam cargos no governo brasileiro entre 1985 e 2019. As autoras concluíram que a presença delas nos cargos mais altos da República, “além de ser incipiente, conta com diversos elementos definidores sobre quem são as pessoas que ‘podem’ ocupar esses espaços – a mulher que chega ao cargo de ministra é aquela que obteve diferentes ‘acúmulos’ políticos e pessoais que lhe possibilitaram alcançar tal feito” (GITIRANA; KREUZ, 2020, p. 262).

Desposato e Norrander (2009) realizaram um levantamento com base em dados agregados de 16 países do Latinobarômetro e concluíram que dois fatores individuais influenciam as taxas de participação: emprego e idade. As mulheres com emprego formal são expostas a novos canais de comunicação, o que favorece o aumento da participação. As autoras consideram que educação, renda e situação de

emprego são preditores consistentes da participação das mulheres em países desenvolvidos, podendo inclusive diminuir as diferenças de gênero.

METODOLOGIA

Como nosso propósito é analisar a representação de gênero nos cargos governamentais de elite em nível global, usaremos o banco de dados da ONU Mulheres, que traz informações sobre de 190 países sobre a participação das mulheres em cargos ministeriais e nos parlamentos. Para esta análise, nos interessa apenas a primeira.

Os dados foram publicados em 2020 e detalham quantitativamente os ministérios chefiados por mulheres apresentando a posição de cada país. Portanto, trata-se de uma pesquisa em estado bruto. Nosso objetivo é justamente buscar explicações através da literatura e testar nossa hipótese que considera que os cargos ministeriais ocupados por mulheres são aqueles com menor visibilidade e importância política e orçamentária.

Para Godoy (1995) a partir dos resultados brutos de um determinado estudo, o pesquisador procurará torna-los significativos, validando ou não tais achados. A autora ressalta que os referenciais teóricos são essenciais para guiar a atenção na interpretação dos dados. “Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as evidências vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo” (GODOY, 1995, p. 24).

Para medir o grau de prestígio de cada pasta, utilizamos como referencial a classificação sugerida por Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005). As autoras dividiram a relevância dos cargos de acordo com cada área em três grupos: alto, médio e baixo prestígio. Segundo elas, os ministérios de maior importância de um gabinete são: Defesa e Segurança Pública; Finanças e Economia; Relações exteriores e Interior. Por sua vez, os ministérios com menos relevância para as mulheres na visão das autoras são: Crianças e Família; Cultura; Ciência e Tecnologia; Esportes e Turismo; e, Assuntos femininos.

Para Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), as demais pastas consideradas de médio prestígio ministerial são: Agricultura, Pesca e Pecuária; Construção e Obras Públicas; Meio Ambiente e Recursos Naturais; Bem-Estar Social; Indústria e Comércio; Justiça; Trabalho; Transporte, Comunicações e

Informações; e, Planejamento e Desenvolvimento (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 839). Isto posto, apresentamos a seguir os resultados.

RESULTADOS

A Espanha foi o país que mais incluiu as mulheres em cargos ministeriais de acordo com os dados da ONU. O país parlamentarista governado por uma coalização de centro-esquerda liderado pelo socialista Pedro Sánchez contava em janeiro de 2020 com uma média de 66,7% das pastas do alto escalão do governo chefiadas por ministras. María Jesús Montero estava na liderança do ministério das Finanças, um dos mais importantes do gabinete. Outro posto de prestígio liderado por uma mulher era o ministério das Relações Exteriores, tendo Arancha González Laya como a titular no período em que a pesquisa foi realizada.

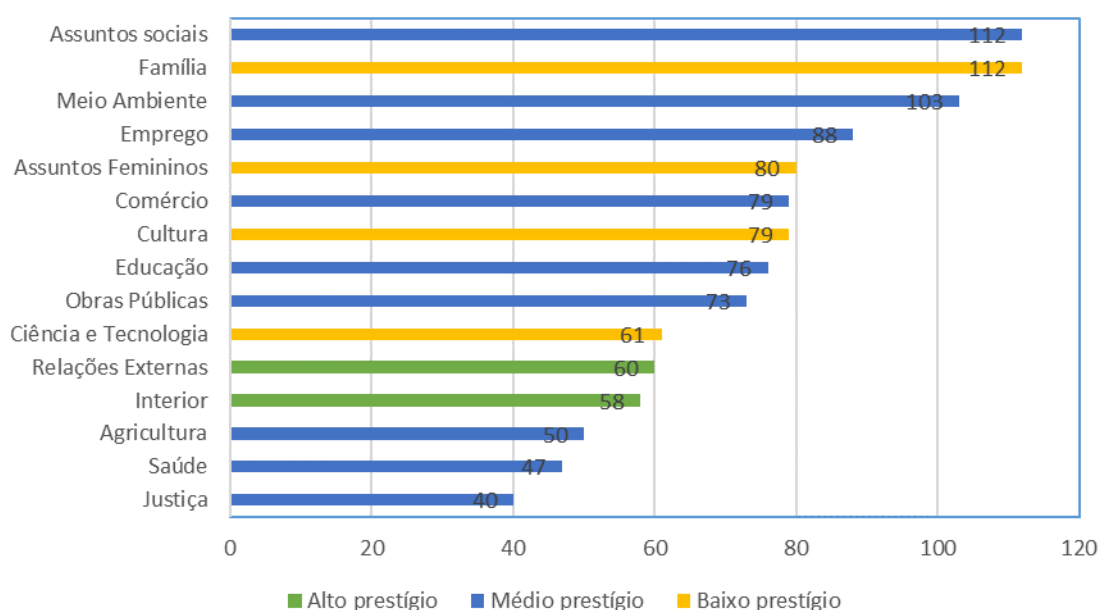
Além das mulheres serem maioria nos cargos de primeiro escalão do governo espanhol, elas também se destacam por assumir pastas estratégicas e de grande importância política e orçamentária. No país, as Forças Armadas estavam subordinadas em janeiro de 2020 a uma mulher. Margarita Robles Fernandez assumiu o posto de ministra da Defesa em 2018. A lista de mulheres em cargos ministeriais também incluía as pastas do Trabalho; Meio Ambiente; Indústria, Comércio e Turismo; Política Territorial e da Igualdade. Na hierarquia do gabinete de ministros espanhol, o segundo posto mais importante também era chefiado por uma mulher, com Carmen Calvo no posto de primeira vice-presidente do governo.

A segunda posição no mapa é ocupada pela Finlândia, com um total de 61,7% dos cargos de primeiro escalão do governo comandados por mulheres, a começar pelo posto de primeira-ministra. Sanna Marin assumiu a função em 10 de dezembro de 2019 aos 33 anos, sendo a liderança mais jovem a ocupar o posto. No início de seu governo, outras mulheres também chefiavam pastas importantes do gabinete, incluindo o ministério das Finanças; do Interior; da Justiça; do Trabalho e da Educação. O país escandinavo também é referência em indicadores socioeconômicos, ocupando as primeiras posições em renda per capita e taxa de alfabetização.

O **Gráfico 1** apresenta as pastas com mais ministérios ocupados por mulheres de acordo considerando todos os 190 países analisados. Para Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), as mulheres têm cada vez mais conseguido

acesso a ministérios de prestígio médio, sendo mais provável que elas chefiem as pastas da Educação ou da Saúde. Elas ressaltam que essas duas áreas contemplam “ministérios que controlam grandes orçamentos na América Latina, dado o papel do Estado como provedor de bens públicos” (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2005, p. 838).

Gráfico 1 – Pastas com mais mulheres por prestígio ministerial



Fonte: Elaboração própria com base em Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005)

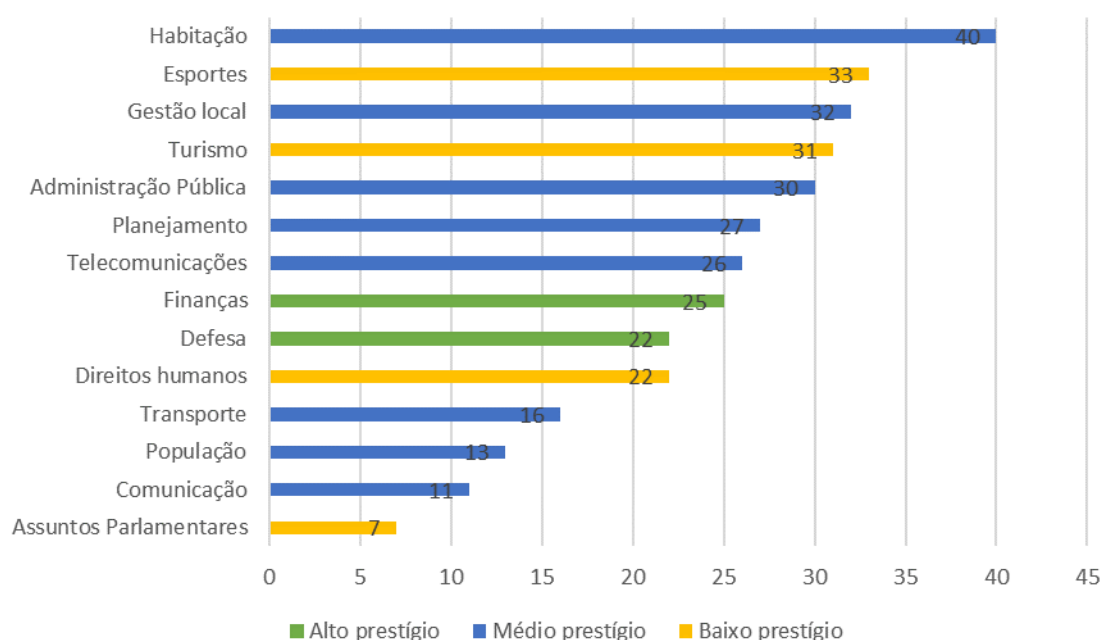
Conforme mencionado pelas autoras, na América Latina os ministérios da Educação e da Saúde tendem a concentrar grande parte do orçamento público. A legislação brasileira, por exemplo, obriga as esferas federal, estadual e municipal a investir valores mínimos nessas áreas. Em relação à Saúde, o gasto entre os três entes federados está indexado em 13,2% da receita corrente líquida. Já para a Educação, a União precisa alocar no mínimo 18% do que é arrecadado, enquanto estados e municípios devem destinar pelo menos 25%.

Diante do contexto, colocaríamos também os ministérios da Educação e da Saúde no grupo dos mais prestigiados, sobretudo no contexto brasileiro e latino-americano. A pasta da Educação aparece em oitavo lugar na lista, enquanto a da Saúde apenas na 14ª posição. No Brasil, esses postos são tradicionalmente ocupados por homens. Nenhuma mulher foi nomeada ministra nas duas áreas desde a Constituição de 1988.

Dos 20 países que mais incluem as mulheres em cargos de primeiro escalão do governo, nove são da Europa. Além da Espanha e da Finlândia, aparecem na lista a Áustria (5), Suécia (7), Albânia (9), França (10), Andorra (11), Geórgia (18) e Holanda (20). Com exceção dos dois últimos, pelo menos metade das vagas são ocupadas por ministras. Desse grupo, apenas a Geórgia não apresenta bons indicadores de renda, embora ocupe o nono lugar no índice de alfabetização.

O **Gráfico 2** mostra os ministérios com menos presença de mulheres entre os 190 países do levantamento. Economia e Defesa, duas das pastas com maior prestígio, aparecem nas últimas posições, ficando à frente apenas das pastas de Transporte; População; Comunicação e Assuntos Parlamentares. Em toda a história do Brasil, nenhuma mulher ocupou esses dois ministérios considerados de alto prestígio. Por sua vez, os países mais bem colocados na lista, como Espanha, Finlândia e Nicarágua, também recrutaram mulheres para esses postos. A maior parte das pastas desse recorte são de médio prestígio, como Habitação; Administração Pública; Planejamento e Transporte.

Gráfico 2 – Pastas com menos mulheres por prestígio ministerial



Fonte: Elaboração própria com base em Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005)

Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), argumentam que os ministérios de médio prestígio “controlam recursos financeiros significativos, mas carecem da

visibilidade dos cargos principais”. No entanto, os ministérios com baixo prestígio não gozam de orçamentos expressivos e nem de notoriedade. Nessa parte do gráfico, foram listadas as pastas de Assuntos Femininos; Cultura; Ciência e Tecnologia; e Família com as de menor impacto. No Brasil, os únicos dois ministérios ocupados por mulheres durante a coleta dos dados da pesquisa eram justamente o da Família e da Agricultura, considerados de baixo e médio prestígio, respectivamente.

A América Latina foi a segunda região com melhor desempenho entre os 20 países com mais ministras, dominando um quarto da lista. A Nicarágua ocupou o terceiro lugar mundial com 58,8% de mulheres em cargos de primeiro escalão do governo. Entre as pastas ocupadas durante a coleta dos dados, estavam a do Interior e a da Defesa, consideradas de grande prestígio. O país caribenho também possuía os ministérios da Educação, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Família chefiados por ministras. A lista de países latino-americanos entre as primeiras posições é completada por Colômbia (5), Peru (6), Costa Rica (13) e El Salvador (17).

O continente africano também somou cinco países com mais ministras entre os 20 primeiros. O melhor posicionado foi Ruanda, em oitavo lugar, com um total de 53,6% de pastas ocupadas por mulheres. Cabe ressaltar que o país liderou o mapa “Mulheres na Política” no quesito representação parlamentar, com 61,3% das cadeiras do Legislativo ocupadas por deputadas. Também aparecem na lista dos países africanos, Guiné-Bissau (14), África do Sul (15) e Etiópia (17). Esse último, com os piores indicadores de renda e alfabetização entre os primeiros colocados. Por outro lado, Seychelles, em 19º, apresenta os melhores indicadores socioeconômicos do continente.

CONCLUSÃO

A nomeação de mulheres está se tornando mais comum nos gabinetes de governo. Além disso, conforme exposto por Homola (2021), é difícil não encontrar pelo menos uma delas ocupando um cargo de ministra em algum país. Dos 190 países analisados, apenas 9 não tinham nenhuma ministra, o que sugere que o custo político de excluir as mulheres tornou-se muito alto para ser ignorado pelos chefes de governo. A intenção desta análise foi ampliar nossa compreensão sobre a

qualidade dos cargos ministeriais femininos em nível global a partir dos dados quantitativos elaborados pela ONU.

Um fato que chamou atenção foi a ausência de representantes da Ásia, Oriente Médio e Oceania entre os 20 países mais inclusivos na distribuição de cargos ministeriais. O Brasil ficou entre os últimos colocados, na posição 154º, com apenas 9,1% de ministras. A China, segunda maior potência econômica, ficou ainda mais distante, em 168º, com 6,5% de presença feminina no alto escalão do governo. Por sua vez, a Etiópia, um dos países mais pobres, contou com quase metade dos ministérios chefiados por mulheres, incluindo a pasta da Defesa.

A nossa hipótese considerava a qualidade dos cargos oferecidos no primeiro escalão às mulheres, e não apenas a quantidade. Nesse sentido, o que esperávamos era de que as mulheres ocupassem cargos com menos importância do ponto de vista político e orçamentário, o que de fato se confirmou. Por meio da classificação proposta por Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005) foi possível identificar os ministérios por alto, médio e baixo prestígio. A pasta mais prestigiada que melhor pontuou foi a de Relações Exteriores, aparecendo em 11º lugar na lista.

Dos 190 países, apenas 60 confiam às mulheres a responsabilidade de cuidar da sua diplomacia. Já a pasta de finanças, considerada a de maior impacto por administrar a economia, era liderada por somente 25 mulheres no mundo durante a coleta, entre os 190 países analisados, ficando em 23º lugar entre as pastas mais ofertadas às mulheres.

Por sua vez, os ministérios de baixo e médio prestígio foram aqueles em que as mulheres mais foram recrutadas, incluindo pastas socialmente importantes, como a da Cultura, mas com baixo orçamento e visibilidade. Além disso, pastas temáticas como a da Família e de Assuntos Femininos, também de baixo impacto, se destacaram entre as áreas mais ofertadas. Portanto, confirmando a nossa hipótese, os cargos de maior prestígio continuam a ser comandados por homens.

Uma contribuição deste estudo foi analisar a qualidade dos cargos ocupados pelas mulheres na hierarquia do gabinete ministerial. Concluímos que em muitos casos elas estão ocupando postos sem muita importância e com a finalidade de preencher um percentual mínimo de pastas para responder às pressões, validando a interpretação de Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005).

Não obstante, outras pesquisas podem ampliar o debate da igualdade de gênero na política. Uma sugestão é identificar os fatores de oferta e demanda que

convencem um chefe de governo a nomear mulheres para o seu gabinete. Além disso, pastas de outras esferas de governo, como municipais e estaduais, podem ser analisadas. Outra opção é verificar a relação de variáveis sociais e econômicas na presença feminina em ministérios e outros cargos de primeiro escalão em governos subnacionais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Carla; DÍAZ-RIOSECO, Diego; VISCONTI, Giancarlo. **Gendered Bureaucracies: Women Mayors and the Size and Composition of Local Governments**¹. 2021.

DESPOSATO, Scott; NORRANDER, Barbara. The gender gap in Latin America: Contextual and individual influences on gender and political participation. **British journal of political science**, p. 141-162, 2009.

ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. Women ministers in Latin American government: When, where, and why?. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 4, p. 829-844, 2005.

ESPINOZA, Fran; GERARDI, André. Gabinetes ministerias da Bolívia e Brasil: novos atores sociais ou velhas elites tecnocráticas. **1º Seminário Internacional de Ciência Política**, UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 10, 2015.

FEENEY, Mary K.; CAMARENA, Leonor. Gender, race, and diversity values among local government leaders. **Review of Public Personnel Administration**, v. 41, n. 1, p. 105-131, 2021.

GITIRANA, Julia Heliodoro Souza; KREUZ, Letícia Regina Camargo. Ministras de Estado: uma análise prosopográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019. **Revista da Faculdade de Direito**, n. 43, p. 245-266, 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HOMOLA, Jonathan. The Effects of Women's Descriptive Representation on Government Behavior. **Legislative Studies Quarterly**, 2021.

LAWLESS, Jennifer L. Politics of presence? Congresswomen and symbolic representation. **Political research quarterly**, v. 57, n. 1, p. 81-99, 2004.

NORRIS, Pippa et al. (Ed.). **Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies**. Cambridge University Press, 1997.

O'BRIEN, Diana Z.; PISCOPO, Jennifer M. **The impact of women in parliament**. In: **The Palgrave Handbook of Women's Political Rights**. Palgrave Macmillan, London, 2019. p. 53-72.

RAWŁUSZKO, Marta. And if the opponents of gender ideology are right? Gender politics, Europeanization, and the democratic deficit. **Politics & Gender**, p. 1-23, 2019.

REDMOND, James. An Assessment of Whether Gender Affects Ministerial Recruitment. **Dublin L. & Pol. Rev.**, v. 1, p. 41, 2020.

SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E.; VERBA, Sidney. **Unequal and unrepresented: Political inequality and the people's voice in the new gilded age**. Princeton University Press, 2018.

HOMOFOBIA E EXPERIÊNCIAS DE SUJEITOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+ EM PONTA GROSSA-PR

Natália Silva Junckes¹

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender as experiências de homofobia sofridas pelos sujeitos LGBTQIA+ na cidade de Ponta Grossa – PR. Para cumprir este objetivo foi realizado um levantamento de dados sobre violência do grupo social e foram realizadas entrevistas com 12 pessoas que se autodenominavam sujeitos LGBTQIA+, conforme roteiro estabelecido. Como resultados encontrados, é possível afirmar que a discriminação faz parte das experiências desse grupo e que há uma hierarquia de sofrimentos de violências entre a diversidade de sujeitos do grupo, sendo as travestis as que mais sofrem.

Palavras-chave: Homofobia. Sujeitos LGBTQIA+. Experiências. Ponta Grossa.

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é compreender as experiências de homofobia sofridas pelos sujeitos LGBTQIA+ na cidade de Ponta Grossa – PR. Para cumprir este objetivo de pesquisa, foram realizadas as seguintes tarefas operacionais. Primeiramente foram levantadas as bibliografias referentes ao tema de pesquisa que embasaram o problema a ser investigado. Em segundo momento foram explorados alguns sites em que são disponibilizados os dados sobre preconceito homofóbico como por exemplo o 'Grupo Gay da Bahia'. E por último, foram realizadas entrevistas com 12 pessoas que se definem como pessoas da comunidade LGBTQIA+, conforme roteiro de pesquisa estabelecido.

A homofobia é um fenômeno importante de ser investigado porque causa sofrimento e até mesmo a morte de pessoas que tem o direito de viver de forma saudável e cidadã. A sexualidade das pessoas não pode ser um fator de julgamento, nem mesmo de condenação social. Cada pessoa, conforme os direitos humanos, deve exercer livremente sua sexualidade. Este texto está organizado em duas partes. Na primeira parte é apresentada a discussão sobre o fenômeno da homofobia no contexto da sociedade brasileira, trazendo as noções de como o preconceito contra pessoas dissidentes da heterossexualidade pode ser caracterizado como homofobia. Na segunda parte, são demonstrados dados coletados em campo com experiências de homofobia sofridas por pessoas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

1 Graduada em Direito na Universidade Estadual de Ponta Grossa

Homofobia e os direitos LGBTQIA+ na sociedade brasileira

A Constituição Federal Brasileira, segundo Quintão e Carvalho (2014) argumentam que há uma importante previsão de inovação no que diz respeito aos direitos fundamentais em que no art. 5º da Constituição há a afirmação de que

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (QUINTÃO E CARVALHO, 2014, s/p).

Segundo Silva e Bornia (2009) a Constituição Brasileira não traz a ideia explícita de que a sexualidade é um direito humano, mas estes autores garantem que este direito está implícito porque, considerando os princípios constitucionais de democracia, a igualdade, a dignidade são direitos de todos. Nenhuma pessoa regida pela Carta Magna do Brasil pode receber tratamento desumano ou degradante. Nesse sentido, é enquadrada a questão da homofobia. Afinal, nenhuma pessoa pode ser atingida em seus direitos fundamentais apenas pela sua orientação sexual.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem lutado para o estabelecimento da sexualidade como um direito humano. Segundo Rodrigues (2011)

Desde 2003, o Brasil tem liderado junto com outros países da Europa e América Latina esforços para que a ONU reconheça explicitamente que a livre orientação sexual e identidade de gênero são direitos humanos fundamentais. Infelizmente, esses esforços têm sido ineficazes para vencer a barreira do fundamentalismo vigente no sistema das Nações Unidas. Assim, ainda é um grande desafio afirmar a agenda da diversidade sexual para o âmbito dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente. (RODRIGUES, 2011, p. 28)

É de fundamental importância abordar a homofobia para evitar que práticas desumanas sejam direcionadas às pessoas não heterossexuais. Para Borrillo (2001)

A homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais. O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971, mas foi somente no final dos anos 1990 que ele começou a figurar nos dicionários europeus. Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a isso. Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos. (BORRILLO, 2001, p. 15)

Segundo Borrillo (2001) o homossexual é considerado aquela pessoa que é o diferente ou aquela pessoa considerada anormal, pecaminoso e pelo fato de ter desejo por pessoas do mesmo sexo, são vistos como algo que deve ser corrigido ou exterminado. Ainda para ele a cor da pele, a opção religiosa ou a origem étnica são direitos inquestionáveis, mas a sexualidade ainda não.

Os homossexuais são designados, muitas vezes por palavras pejorativas como gay, homófilo, pederasta, bicha-louca, homo, bichona, bichinha, afeminado, bicha velha, maricon, invertido, sodomita, travesti, traveco, lésbica, tríbade, sapatão, bi e assim por diante. No decorrer da história há ainda vários denominações de caráter preconceituoso para classificar a homossexualidade como algo ruim como aberração, perversão e pecado mortal, conforme Borrillo (2001).

Segundo Ferrari (2016) os homossexuais são vistos, muitas vezes, como sendo o mal e várias doenças são atribuídas a eles, como foi o caso da AIDS. Muitas pessoas acreditavam que a doença atingia apenas aquele que tinha relações homossexuais. Essa é ainda uma grande confusão que deve ser esclarecida, pois a AIDS pode atingir a todos.

A homofobia tem assim uma forma pessoal e psicológica, mas também tem um caráter social que atinge a todas as pessoas pois torna nossa sociedade mais injusta e violenta, pois atenta contra a vida e direitos humanos e sociais. As pessoas homossexuais têm vários direitos que são negados a elas. Um exemplo é o casamento. Em 2011 a sociedade brasileira reconheceu a legalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, conforme Silva e Bornia (2009). Isso é fundamental, pois o reconhecimento da união civil dá direito à regularização de bens, pensão entre os parceiros e dependência em planos de assistência e saúde. Mesmo a conquista desse direito ter sido muito bom, ainda assim a homofobia continua a existir.

Para Borges (2011) é importante que a homofobia seja investigada e trabalhada nas escolas, apesar de que não se pode pensar que a escola resolverá todas as questões. Contudo, a autora apresenta um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo em 2008 e 2009 com 2014 pessoas que foram entrevistadas sobre preconceitos. O resultado foi que quanto maior a escolaridade, menor era o preconceito homofóbico. Venturi e Bokani (2011) também realizam a afirmação de que a escolaridade é inversamente proporcional ao conhecimento. Assim, a escola

pode assumir um papel fundamental na diminuição do preconceito homofóbico, trazendo informações e discutindo a violência em torno desse problema.

A violência e a discriminação são fatores cotidianos vividos por homossexuais no Brasil. Carrara e Lacerda (2011) alertam para o fato de que há uma violência a ser combatida no Brasil. Segundo os autores os gays tendem a ser mais discriminados do que as lésbicas. Homens são mais preconceituosos que mulheres. E ainda ressaltam que há vários tipos de violência, a psicológica e a física. A violência psicológica está associada às situações de humilhação e a física, causam ferimentos no corpo.

Segundo Rodrigues (2011) em 2008 o Grupo Gay da Bahia afirma que 190 pessoas LGBT foram assassinadas, praticamente uma pessoa a cada dois dias.

Outras pesquisas são bastante citadas como fontes que demonstram os altos e diferenciados graus de violência verbal, física e simbólica contra LGBT, inclusive (ou sobretudo) em instituições estatais. Referência importante é a pesquisa da Unesco, envolvendo estudantes brasileiros de ensino fundamental, pais e professores de 15 capitais brasileiras, revelando dados preocupantes no que tange ao grau de preconceito e homofobia presentes no ambiente educacional. Aproximadamente um terço dos pais não gostaria de ter um filho homossexual e um quarto dos alunos não gostaria de ter um colega homossexual. Contudo, a realização desta pesquisa da Fundação Perseu Abramo é um diferencial importantíssimo, pois trata-se do estudo mais denso e abrangente sobre a homofobia e suas percepções por parte da opinião pública já feito até hoje no Brasil. Ao entrevistar 2014 pessoas em 150 municípios, o estudo Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil traz numerosos dados importantes para qualificar o debate sobre o tema. De imediato, algumas questões chamam a atenção. Cerca de 90% dos entrevistados acreditam haver preconceito contra LGBT no Brasil; 26% admitem ter preconceito pessoal contra gays, e 29% contra travestis; 84% dos entrevistados concordam totalmente com a seguinte frase: “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos”. Enquanto 58% concordam que “a homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”; e 7% dos entrevistados não aceitariam um filho gay e o expulsariam de casa. (RODRIGUES, 2011, p. 34)

Como pode ser visto pela citação anterior, a sociedade brasileira tem fortes traços homofóbicos que precisam ser superado para que haja maior justiça social e que todas as pessoas indiferentemente da orientação sexual sejam respeitadas como seres humanos detentores de direitos sociais.

A sociedade ocidental estabelece que há uma divisão binária entre os gêneros masculino e feminino, baseado nos corpos de homens e mulheres. Essas normas são interiorizadas em vários lugares como a família e a escola. Para Junckes e Silva (2009),

A sexualidade, como elemento componente do espaço escolar, tem provocado uma série de questionamentos sobre a capacidade dos(as) educadores(as) em construir estratégias para a superação de atitudes discriminatórias no que diz respeito à diversidade sexual, já que os(as) profissionais da educação são seres que, ao adentrarem na escola, não esquecem seus valores morais e posições ideológicas e, muitas vezes, eles mesmos são dispositivos da discriminação. Assim, há um grande desafio na formação de pessoas para a prática educativa no Brasil, no combate ao preconceito, no espaço escolar que está também articulado com outros espaços da cidade.(JUNCKES E SILVA, 2009, p. 151)

As normas de gênero são criações culturais que são estabelecidas pela sociedade quando as pessoas nascem, conforme argumenta Meyer (2009). Essa autora diz que as pessoas aprendem em vários ambientes. Alguns dos ambientes de aprendizagem das normas de gênero e sexualidades são intencionais, como a escola e a família e outros ambientes não são intencionais. Mesmo em ambientes não intencionais as pessoas aprendem com as experiências concretas na vida diária. Segundo Meyer a sociedade forma comportamentos e também a forma como os corpos de homens e mulheres são vistos e significados. Para ela “o corpo é assumido aqui como uma variável que se constrói na interseção entre aquilo que herdamos geneticamente e aquilo que aprendemos quando nos tornamos sujeitos de uma determinada cultura” (MEYER, 2009, p. 218).

A relação entre o corpo de homens e mulheres e como cada cultura significa seus corpos estabelece as normas de gênero e de sexualidades. Felipe e Bello (2009) há uma forte tendência de busca da ‘normalidade’ no período da infância, já que esse período da vida é importante para a aceitação de si em grupos sociais.

Essa vontade de normalidade nos acompanha desde a infância, visto que vivemos em uma cultura que tende a padronizações, que define os modos de ser corretos e os que são desviantes. Nesse sentido, podemos pensar em alguns desdobramentos que podem gerar formas diferenciadas de encarar certas posições de sujeito. Se tomarmos como verdadeira essa vontade de normalidade, poderemos pensar nos diversos desdobramentos que dela podem surgir. Quando queremos/precisamos articular as nossas identidades, é premente que comecemos a indicar os diferentes de nós (aqueles sujeitos em oposição aos quais nos identificamos), utilizando-os como referência, para localizar quem estamos tentando ser. Tais sujeitos constituem uma espécie de ponto de afastamento e

serão aqueles a quem dirigiremos nossos olhares, nossos discursos, nossos mais caros esforços para dizer: “eu não sou isso”. (FELIPE E BELLO, 2009, p. 144)

Assim, as normas podem ser interiorizadas no nosso cotidiano, por meio de relações sociais que estabelecem aquilo que somos e aquilo que não queremos ser. As brincadeiras infantis são formas de treinar os papéis de gênero e os papéis das sexualidades. Felipe e Bello (2009) ainda discutem que a homofobia se elabora no conjunto de conhecimentos que as crianças elaboram durante sua vida quando vão interiorizando a matriz heterossexual.

Os comportamentos de meninos e meninas vão sendo entendidos como sendo naturais, mas esses comportamentos são criados nas ações culturais cotidianas. Na forma como agem, como se vestem, como brincam e assim por diante. Felipe e Bello (2009) dizem que nem sempre a interiorização das normas culturais de gênero são feitas de forma tranquila. Muitas vezes, há processos disciplinares violentos. Sendo elas, é comum os meninos serem constantemente incentivados a construir comportamentos masculinos específicos como a agressividade, a coragem, a impetuosidade e assim por diante. A escola e os educadores são fundamentais nesse processo de interiorização de normas de gênero e sexualidades por meio das brincadeiras e controle dos brinquedos:

Caso o sujeito não dê conta desse conjunto de ditames e disciplinamentos, poderá vir a ser desconsiderado como indivíduo, destacando-se assim dos ditos “normais”. Ao ser categorizado como um ser diferente dos demais, prescindirá de tratamento individualizado. Essa individualização nos parece crítica, pois se passa da condição de sujeito – submetido às regras da cultura – para uma condição anterior, uma condição em que uma ressocialização se faz necessária na tentativa de impor ao sujeito, novas regras disciplinares. No caso das crianças, uma estratégia muito acionada consiste no controle do brincar. O brincar e o brinquedo são, portanto, nesse contexto, um instrumento de poder que é acionado constantemente para definir/produzir determinadas formas de gênero. (FELIPE E BELLO, 2009, p. 149-150)

Para além dessas normas que são treinadas por meninos e meninas, há também as normas da sexualidade. Louro (2009) fala que as posições entre as pessoas também se dá pela forma como o desejo sexual é compreendido. Para ela, os seres humanos nascem com corpos específicos, com genitálias classificadas por machos e fêmeas e esses corpos são significados como tendo gênero feminino e masculino.

Assim, nessa lógica de compreensão, nossa sociedade supõe que as pessoas devam ter determinado desejo, obedecendo essa relação entre cor/gênero/desejo. O que acontece é que as pessoas não podem ser enquadradas nessa norma e quando isso acontece, aqueles considerados diferentes devem sofrer para se adequarem à norma heterossexual. Nesse sentido, ocorre as ações de enquadramento das pessoas que fogem às normas heterossexuais e muitas vezes esse enquadramento é demonstrado em forma de preconceito, não aceitação, discriminação e homofobia. A naturalidade da heterossexualidade tem tornado essa forma de comportamento sexual como sendo a regra a ser seguida.

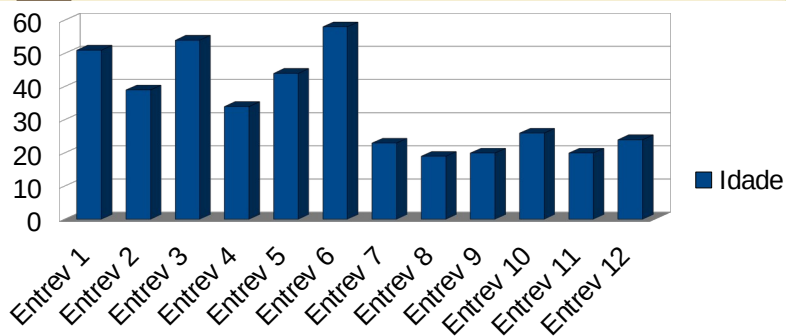
Por esta lógica, os sujeitos que, por qualquer razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência serão tomados como “minorias” e serão colocados à margem tanto das preocupações da escola, quanto da justiça ou da sociedade em geral. Paradoxalmente, esses sujeitos “marginalizados” continuam necessários, pois são precisamente eles que servem para circunscrever os contornos daqueles tidos como “normais”. (LOURO, 2009, p. 92)

Nossa sociedade pune aqueles que fogem da norma estabelecida de heterossexualidade. Essas pessoas são consideradas desviantes e devem ser corrigidas na ideia de uma sociedade heterossexual em sua grande maioria. Nossas leis reforçam isso, bem como nossa educação. Entretanto, essas pessoas têm lutado e conseguido algumas conquistas sociais que tentam criminalizar a homofobia.

As experiências de pessoas que sofrem preconceitos homofóbicos em Ponta Grossa

As doze pessoas entrevistadas para a realização da pesquisa utilizaram da autoidentificação de seu gênero e sexualidade. O gráfico a seguir, evidencia que o grupo entrevistado foi diversificado, com média de idade com 34 anos.

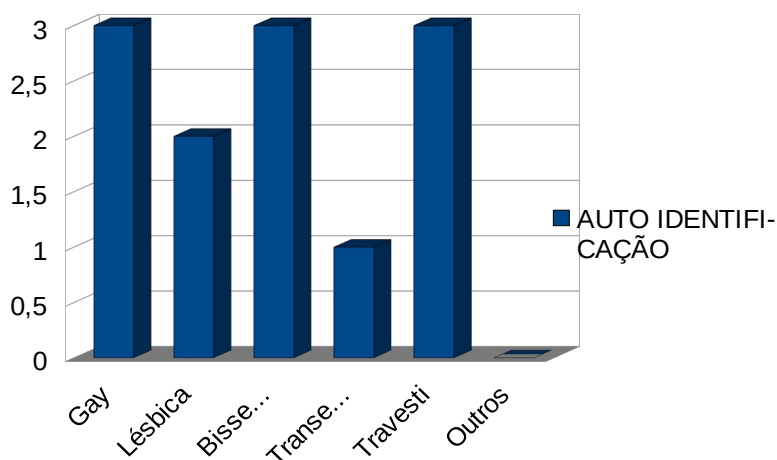
Gráfico 1- Idade das pessoas entrevistadas



Fonte: Entrevistas realizadas

A escolaridade dos respondentes também é diversificada, sendo que a maioria havia concluído o ensino médio e cinco deles, o ensino superior. A faixa de renda familiar das pessoas que colaboraram está concentrada entre 0 e 6 salários-mínimos, sendo que duas delas apresenta renda familiar entre 7 e 10 salários e uma não respondeu.

Gráfico 2- Autoidentificação das pessoas entrevistadas

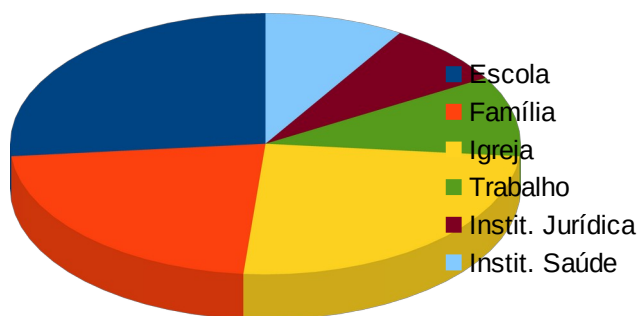


Fonte: Entrevistas realizadas

Quando solicitados a pensar sobre a vivência de situações de preconceito homofóbico e violência das doze pessoas, 10 delas responderam que sim e apenas 2 que não. Sobre a violência, 9 delas alegam ter sofrido e três não.

Sobre os lugares em que sofreram preconceito há uma distribuição, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3- Lugares de preconceito homofóbico



Fonte: Entrevistas realizadas

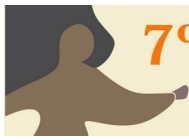
Quando questionadas sobre as providências tomadas com relação à violência, apenas uma pessoa disse que não costuma denunciar. As experiências mais marcantes que foram relatadas de violência, envolvem pessoas próximas como familiares, mas também pessoas de escolas e instituições de saúde. Casos de violência familiar foram relatados por quase a totalidade das pessoas entrevistadas.

A homofobia ocorre mesmo em espaços familiares em que deveria haver segurança e proteção. A consideração da 'anormalidade' ocorre até mesmo por pessoas que supostamente amam os filhos. Segundo Borrillo (2001, p. 17)

a homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um status superior e natural. Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade. (BORRILLO, 2001, p. 17)

A família tem a expectativa da heterossexualidade e quando os filhos não correspondem ao modelo considerado 'normal', há casos de violência para a 'correção' da sexualidade dos filhos, como pode ser visto nos relatos que se seguem de duas pessoas que se autoidentificaram como lésbicas.

"Eu estava de mãos dadas com a minha namorada perto da minha casa. Meu pai me viu e me deu uma surra na frente dela e de todos



os meus amigos e disse para eu não aparecer mais em casa”
(Entrevistada 1, lésbica)

“Quando assumi pra minha mãe foi a vez que mais fui agredida verbalmente. Eu era menor de idade então dependia dela financeiramente. Fui obrigada a terminar meu namoro e fiquei dois meses sem sair de casa. Eu ia da casa para a escola, da escola para o trabalho, do trabalho para casa.” (Entrevistada 2, lésbica)

A homofobia ocorre também tanto de forma sutil, como com violência verbal e física. Os relatos a seguir, evidenciam que a cotidianidade de sujeitos considerados ‘desajustados,’ do ponto de vista da sociedade cisheteronormativa, é repleto de situações que constroem, oprimem e violentam suas vidas, como pode ser visto pelo relato a seguir.

“Em um consultório psiquiátrico. Desde o início, quando chegamos, já nos sentimos desconfortáveis. A secretária nos perguntou se éramos namoradas e pediu para que nós não demonstrássemos carinho pois o consultório era frequentado por pessoas “normais”. (Entrevistada 3, lésbica)

“Eu estava numa lanchonete e estava com um cara, a gente não tava se beijando e nem nada, mas os caras do lado começaram a rir e debochar da gente, chamando de boiola, de viado, etc. Então, resolvemos ir embora e estava no ponto de ônibus e eles passaram de carro, então viram a gente e nos agrediram. A gente apanhou, e conseguimos fugir.” (Entrevistado 4, gay)

O espaço escolar reproduz as regras cisheteronormativas da sociedade em geral. Segundo Junckes e Silva (2009) as normas sociais da heterossexualidade se estabelecem nas leis e nas instituições que as pessoas fazem da vida social, notadamente na infância e adolescência em que a escolarização é obrigatória. O relato a seguir é um exemplo do cotidiano escolar, verificado no grupo estudado.

“No colégio um garoto da minha turma me chamou de viado e falou que na saída ia me bater pra eu aprender a ser homem. Ele juntou

cinco meninos e me bateram muito. Fiquei muito machucado e não podia voltar pra casa porque meu pai poderia descobrir que eu era gay.” (Entrevistado 5, gay)

Louro (2009) argumenta que além da sexualidade, as normas de gênero também estão ligadas ao corpo, mais especificamente à genitália. Segundo ela,

Através de estratégias e táticas aparentes ou sutis reafirma-se o princípio de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea e que seu sexo – definido sem hesitação em uma destas duas categorias – vai indicar um de dois gêneros possíveis – masculino ou feminino – e conduzirá a uma única forma normal de desejo, que é o desejo pelo sujeito de sexo/gênero oposto ao seu. (LOURO, 2009, p. 89)

Assim, o grupo de pessoas que se autoridentificaram como travestis sofrem duplamente porque além de serem interpretadas com uma ‘sexualidade’ fora do padrão instituído, elas também contrariam as normas de gênero e assim a violência contra elas é algo bastante expressivo. O relato a seguir evidencia a força da violência:

“Eu fui violentamente agredida, era para matar. Quebraram meu maxilar, todos os meus dentes, quebraram as costelas, perfurou meu pulmão, queimaram os meus pés e fui afogada em uma poça d’água.” (Entrevistada 6, travesti)

Considerações finais

Esta pesquisa trouxe a compreensão das experiências de homofobia sofridas pelos sujeitos LGBTQIA+ na cidade de Ponta Grossa – PR. Apesar de assegurados seus direitos constitucionais, a sociedade brasileira ainda mantém suas práticas homofóbicas.

Pode-se afirmar que entre as pessoas entrevistadas, o direito à sexualidade e à identidade de gênero são sistematicamente violados, em vários espaços do cotidiano, desde a família na casa, até mesmo em instituições educacionais e de saúde, bem como no espaço público.

Entretanto, a violência não é homogênea, sendo as travestis e transexuais femininas as que sofrem com atos mais brutais porque elas transgridem as normas de gênero que são difíceis de disfarçar ou esconder, tornando-as mais vulneráveis aos atos de violência.

Referências

- BORGES, Priscilla. **Último Segundo**. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/O4Fm6O>
Acesso em 30/09/2016.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- CARRARA, Sérgio; LACERDA, Paula. Viver sob ameaça: preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo/Instituto Rosa LuxemburgStiftung, 2011, p. 73-88.
- FERRARI, Juliana Spinelli. **"Homofobia": Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/homofobia.htm>>. Acesso em 02 de outubro de 2016.
- FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 141-157.
- GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/welcome.html>. Acessado em 01 de outubro de 2016.
- QUINTÃO, Filipe Fernander e CARVALHO, Marcelo Silva. **Homofobia: análise histórica do fenômeno homossexual e sua possível criminalização**. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32379/homofobia-analise-historica-do-fenomeno-homossexual-e-sua-possivel-criminalizacao>. Acesso em: 01/10/2016.
- JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, n. 1, p. 148-166, 2009.
- LOURO, Guacira Lópes. Heteronormatividade e homofobia. Junqueira, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 85-93.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Unesco, p. 213-33, 2009.
- SILVA, R., BORNIA, J.. Homofobia: A Discriminação por Orientação Sexual e a Legislação Penal Brasileira. **Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, América do Norte, 14, jul. 2009. Disponível em:



<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revcesumar/article/view/1040/768>. Acesso em: 30 Abr. 2012.

RODRIGUES, Julian. Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

VENTURI, Gustavo e BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

A representação da bissexualidade na série animada *Harley Quinn*: Uma análise da personagem Arlequina

Caroline Kuviatkoski de Barros¹

Regiane Regina Ribeiro²

RESUMO

A representação feminina LGBTQIA+ nos produtos midiáticos do gênero de super-heróis abarca o jogo entre ruptura e manutenção de estereótipos. Neste contexto, é possível citar a vilã Arlequina. O artigo visa compreender como é constituída a representação social da bissexualidade nesta personagem em *Harley Quinn: A Série Animada*. Para tanto, foi utilizada a análise de personagens de Cândida Vilares Gancho (2004). A personagem corrobora certos estereótipos por meio de aspectos físicos e psicológicos. No entanto, a identidade bissexual de Harley é representada como válida, em vez de ser tratada como fetiche, hipersexualização ou indecisão entre o binário heterossexual/homossexual, conforme ocorre em produtos midiáticos do gênero pesquisado.

Palavras-chave: Representação feminina. Bissexualidade. Série animada. Arlequina. Super-herói.

INTRODUÇÃO

A invisibilização, a sub-representação e o uso de estereótipos de gênero são recursos frequentemente utilizados para a representação das mulheres nos produtos midiáticos de super-heróis. Diversas representações femininas do gênero são coadjuvantes e recaem em arquétipos, como a “donzela em perigo” - uma figura inocente e frágil, que geralmente é interesse romântico do super-herói e constantemente resgatada por ele; a “femme fatale”³ - personagem hipersexualizada, possuindo a sensualidade como poder; e a “sidekick” - a ajudante do super-herói.

Tal cenário é semelhante ao contexto das animações de super-heróis. As mulheres ainda são minoria entre as personagens de desenhos animados. No Discovery Kids, canal de maior audiência do nicho no Brasil, 40% das produções têm protagonistas femininas. No Gloob, esse número cai para 33%. Já no Cartoon Network e no Nickelodeon, as personagens femininas protagonizam menos de 20% dos desenhos.

¹ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Líder do Grupo de Pesquisa NEFICS – Núcleo de Estudos em Ficção Seriada (UFPR) e Coordenadora da Agência Escola de Comunicação Pública UFPR.

³ Termo francês referente a um estereótipo feminino usado muito em literatura e cinema do gênero policial e no drama europeu.

Ainda, no serviço de streaming da Netflix, dentre os primeiros 60 resultados de séries de animação, apenas 30% têm protagonistas femininas (MENDES, 2018).

Além da baixa representatividade feminina nos produtos midiáticos, a quantidade e qualidade das representações com o recorte LGBTQIA+ é ainda mais preocupante. Um estudo feito pela ONG estadunidense Glaad (Aliança contra a Difamação de Gays e Lésbicas, em inglês) mostrou que as representações bissexuais+⁴ são apenas 26% dentre as 488 personagens LGBTQIA+ recorrentes na temporada 2019-2020 de séries. Esse número ainda está longe do ideal, visto que 52% das pessoas da comunidade LGBTQIA+ se identificam como bi+. Ainda, o relatório evidenciou que grande parte das personagens bissexuais é representada de forma pejorativa, com estereótipos associados à promiscuidade, infidelidade, indecisão, curiosidade ou autodestruição.

No entanto, recentemente surgiram produtos midiáticos que empreendem tentativas de subverter o lugar-comum da representação feminina. Nesse sentido, é possível citar obras que colocam as mulheres em posição de protagonistas, como os filmes *Mulher Maravilha*, *Capitã Marvel* e *Aves de Rapina*, além das séries *Supergirl*, *Batwoman*, *Jessica Jones*, *Agente Carter*, *Agentes da S.H.I.E.L.D* e *Stargirl*. Nos desenhos animados, *DC Super Hero Girls*, *Justiça Jovem* e *Harley Quinn*, que é o objeto deste artigo, são exemplos de sucesso.

Diante do exposto, o problema de pesquisa do presente artigo é: como é constituída a representação social da bissexualidade na personagem Arlequina em *Harley Quinn: A Série Animada*? Para tanto, têm-se como objetivos analisar a representação da bissexualidade na protagonista, bem como identificar os pontos de manutenção de ruptura dos estereótipos de gênero a ela associados. A proposta se volta também para apresentar a importância da animação, sobretudo das séries animadas da DC Comics, e sua articulação com a noção de representações sociais, pelo viés dos Estudos de Gênero.

METODOLOGIA

Este artigo constitui uma pesquisa de caráter qualitativo exploratório, no qual foi utilizado, além da pesquisa bibliográfica, a análise de personagens, baseada no método de análise narrativa de Cândida Vilares Gancho (2004), em diálogo com o

⁴ O guarda-chuva bissexual ou bi + são termos abrangem pessoas com a capacidade de se sentirem atraídas por mais de um gênero. Isso pode incluir pessoas que, por exemplo, se identificam como bissexuais, pansexuais, fluidas e queer.

conceito de representação social (HALL, 2016) e estereótipo (MOSCOVICI, 2010; BILLIGIMEIER, 1990; HALL, 1997; LIPPMAN, 1972). A pesquisadora desenvolve um guia prático de análise literária, o qual pode ser adaptado para a compreensão das histórias ficcionais nos produtos audiovisuais, como a série animada. Segundo a autora, algumas narrativas abarcam personagens planos, os quais apresentam um número reduzido de atributos e pouca complexidade. Existem, todavia, os chamados personagens redondos, desenvolvidos com maior profundidade e uma quantidade maior de características que, por sua vez, podem ser classificadas em:

físicas - incluem corpo, voz, gestos, roupas; psicológicas - referem-se à personalidade e aos estados de espírito; sociais: indicam classe social, profissão, atividades sociais; e ideológicas - referem-se ao modo de pensar do personagem, sua filosofia de vida, suas opções políticas, sua religião; morais - implicam em julgamento, isto é, em dizer se o personagem é bom ou mau, se é honesto ou desonesto, se é moral ou imoral, de acordo com um determinado ponto de vista (GANCHO, 2004, p. 13).

Destaca-se que no presente artigo serão utilizadas quatro das cinco categorias elencadas por Gancho, a saber: físicas, psicológicas, sociais e morais.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ESTEREÓTIPOS E AS ANIMAÇÕES

Segundo Stuart Hall (2016), representação social é a produção de sentido por meio da linguagem. Essas representações veiculadas, por exemplo, nas séries animadas, são socialmente úteis e estabelecem identidades, estereótipos e comportamentos esperados e admitidos dos grupos sociais, como as mulheres bissexuais. Nesse sentido, a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação (LAURETIS, 1994, p. 212).

Há, portanto, uma relação entre os conceitos de representação social e estereótipo. Este último, para Moscovici (2010), visa domesticar o que é estranho. Estereótipos são, ainda, grandes generalizações que ignoram diferenças internas (BILLIGIMEIER, 1990). Vale destacar que estereotipar não é algo essencialmente negativo, visto que faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre o “normal” e o “desviante” (HALL, 1997). Assim, os estereótipos contribuem para que as pessoas enxerguem de uma forma pré-construída pela cultura e transmitida pela linguagem: “não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos” (LIPPMAN, 1972, p. 151).

Contudo, se considerarmos as mulheres enquanto uma minoria, há uma “relação de opressão onde, a partir do olhar da maioria, o ‘outro’ (minoridade) se apresenta com uma conotação negativa, e a ‘maioria’, uma positiva. Nessa relação de opressão, os estereótipos surgem e se cristalizam” (ROSO; STREY; GUARESCHI; BUENO, 2002).

Hoje, diversas animações não atuam somente como um produto de entretenimento, ao abordarem aspectos políticos e sociais (COSTA, 2018). A DC Comics, subsidiária da Warner Bros Entertainment, é uma referência da criação de séries animadas do gênero de super-heróis, por meio do DCAU ou Universo Animado da DC. O termo se refere ao universo de histórias compartilhadas, composto por séries de animação, filmes animados, além de diversas histórias em quadrinhos e *games*. A vilã Arlequina, foco deste artigo, surgiu em *Batman: A Série Animada*. Inicialmente, Harley deveria aparecer em somente um episódio, sendo o par romântico do vilão Coringa, porém o sucesso dela entre os fãs foi tamanho que a personagem ganhou mais destaque em diferentes formatos (NETO, 2017).

HARLEY QUINN: A SÉRIE ANIMADA

A série é transmitida pelo *streaming* da DC Comics, chamado de DC Universe, e apresenta até o momento duas temporadas, compostas por 13 episódios cada, de em média 20 minutos cada um. A narrativa conta a história de Harley Quinn ou Arlequina após terminar o seu relacionamento abusivo com o vilão Coringa. *Harley Quinn: A Série Animada* é indicada para maiores de idade, apresentando cenas de violência, bem como um humor ácido, e isso permite mais realismo e aprofundamento na construção dos personagens.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ARLEQUINA

As características físicas da Arlequina em sua série são relevantes do ponto de vista da evolução narrativa, visto que as transformações na sua personalidade são também expressas na sua aparência física. No primeiro episódio, a personagem utiliza o mesmo figurino tradicional nas histórias em quadrinhos: uma roupa inspirada na figura do Arlequin nas cores preta, vermelha e branca, que cobre grande parte do corpo e possui um gorro com pompons brancos, além de uma máscara nos olhos. O traje representa o período em que Harley namorava o Coringa e era extremamente maltratada por ele. Ainda, a personagem possui olhos azuis e pele extremamente branca, em decorrência de um “acidente” químico, no qual o Coringa a incentiva a se jogar em um tanque cheio de ácido, como “prova do seu amor por ele”.

Após o término do relacionamento com o Coringa, logo no primeiro episódio, Arlequina sofre uma transformação em busca de maior independência e respeito. A personagem muda completamente seu traje, deixando agora aparecer os cabelos loiros com mechas nas pontas, de um lado rosa, e do outro azul, e presos em “maria chiquinhas”.

Figura 1 - Arlequina com o traje original



Fonte: Legião dos Heróis, 2020.

Figura 2 - Arlequina com o novo traje



Fonte: SMUC, 2020

Todavia, a protagonista utiliza também sombra nos olhos, combinando com as mechas coloridas no cabelo, além de um batom vermelho escuro, que pode remeter à sensualidade e ao poder, aspectos também presentes na Arlequina. A roupa mantém apenas as cores do traje tradicional, pois o macacão foi substituído por uma blusa que deixa a barriga à mostra, short curto, meias acima do joelho, luvas e tênis. Percebe-se, mais uma vez, a sensualidade da personagem, por meio de roupas que mostram mais o corpo. Inclusive, há alguns momentos em que Harley aparece com outras roupas, de acordo com a ocasião. Por exemplo, para comparecer a uma festa, ela usa um vestido longo sem alças e com fenda, que ressaltam o apelo sensual.

No entanto, uma ruptura de estereótipo é observada, pois a sensualidade aparece como um traço da personalidade de Arlequina, sem haver uma hipersexualização ou fetichização. Os momentos de sensualidade são esporádicos e contextualizados com relação aos seus parceiros românticos, em vez de meras desculpas para dar um apelo estético sexual à personagem. Pelo contrário, outros produtos midiáticos com Arlequina, como o filme *Esquadrão Suicida*, sofreram severas críticas à sexualização desnecessária. Alguns exemplos disso são cenas em que a personagem troca de roupa na frente de diversos homens desconhecidos; a romantização do relacionamento abusivo com o Coringa; e movimentos de câmera que contribuem para objetificar o corpo da atriz.

Outra ruptura de estereótipo se dá nas dimensões do corpo da protagonista na série animada que, embora seja magra e, portanto, reforce esse padrão de beleza, possui proporções realistas, ao contrário do que acontece com diversas personagens femininas nas histórias em quadrinhos. Sua roupa não apresenta um decote profundo; os enquadramentos não a objetificam focando nas nádegas ou nos seios da personagem, e sim mostram seu corpo por completo; os trajes não marcam as partes

íntimas ou os seios; não são feitas poses hipersexualizadas ou surreais⁵ em função do olhar masculino.

Em suma, os aspectos físicos de Arlequina são relevantes na narrativa, inclusive com a hipótese de estarem relacionados aos seus relacionamentos e à bissexualidade, pois podem representar sua libertação de um relacionamento abusivo com o Coringa para buscar independência e, posteriormente, engajar-se em outro relacionamento, com Hera Venenosa. A transformação interna da personagem é complementada pelas mudanças vistas, de modo que, por exemplo, o Coringa obriga a ex-namorada a utilizar seu uniforme antigo em uma ocasião de vingança. E, embora Harley reforce alguns padrões, como o corpo magro e a pele branca, ela não recai em um estereótipo hipersexualizado.

CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS

Pode-se dizer que a personalidade e as características psicológicas da personagem são bastante complexas, e possuem diversos níveis e camadas, que são representados de maneiras distintas em diferentes produtos midiáticos. Na série animada, Arlequina é bastante agitada, impulsiva e espontânea: realiza alguns crimes somente por diversão e diz o que vem à cabeça. Aliás, essa é uma crítica realizada pela personagem Hera Venenosa à protagonista. No oitavo episódio da segunda temporada, Ivy rejeita o possível relacionamento amoroso com Harley, e justifica que Arlequina “pula de galho em galho” e uma hora iria cansar dela. Embora a representação da bissexualidade da protagonista na série rompa com diversos padrões reducionistas, os aspectos de indecisão e impulsividade de Harley, interseccionados com a sua identidade bissexual, podem, em certa medida, reforçar esse estereótipo associado às pessoas bi+ na mídia.

Contudo, apesar do caráter impulsivo da personagem, principalmente com relação aos crimes realizados, Harley se mostra uma pessoa muito determinada, sobretudo no que se refere ao seu objetivo de se fazer parte da Legião do Mal - um dos maiores grupos de vilões do universo DC Comics - e ser reconhecida como uma verdadeira vilã em Gotham. Tal desejo começa como uma tentativa de mostrar que ela superou o término com o Coringa e de provar sua superioridade em relação ao ex-namorado. No entanto, esse processo de Arlequina vai se transformando em uma forma de

⁵ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/para-chamar-atencao-sobre-machismo-nos-quadrinhos-mulheres-tentam-recrutar-poses-sexy-de-heroínas/>. Acesso em 12 set 2020.

encontrar independência e provar a si mesma que ela não precisa de um homem para ser aquilo que ela é, ou seja, uma vilã. Dessa maneira, enfatiza-se que a personagem apresenta diversos rompimentos de estereótipos de gênero e sexualidade, porém não deixa de ser uma vilã, atrelada ao contexto da criminalidade, os quais interseccionados com sua identidade bissexual podem corroborar o estereótipo de pessoas LGBTQIA+ como “problemáticas” ou “anormais”.

Além de sua determinação e impulsividade, o jeito engraçado, carismático e espontâneo é outra característica da personalidade de Arlequina. É curioso ressaltar que, apesar do humor, a personagem pode ser bastante violenta. De acordo com Barbosa (2019), Harley possui, nas histórias em quadrinhos, “uma combinação de inocência, infantilidade com sexualidade exacerbada, sendo tão louca e carniceira quanto o seu amado”. Desse modo, fica perceptível a alusão à figura do arlequim, em conjunto com outros aspectos mais agressivos.

Pode-se ainda relacionar que muitas das características da personagem estão associadas ao Transtorno de Personalidade Histriônica, o que não é explicitado na série animada, mas é evidenciado por pesquisadores (JUNIOR, 2013; NETO, 2017) a respeito de análises da personagem em diferentes produtos midiáticos.

Segundo o DSM-IV, o Transtorno de Personalidade Histriônica é caracterizado por um padrão de emocionalidade exagerada e comportamentos de busca de atenção. Inicialmente, são agradáveis com seu estilo dramático e animado de ser, mas com o tempo passam a ser evitados pelos outros pelo incômodo provocado por sua exigência inadequada de atenção (NETO, 2017, p. 14)

Outra característica que pode ser observada na personalidade Histriônica é a dependência em relação ao parceiro, bastante presente em Arlequina com relação ao Coringa, até dado momento. Ainda, outro aspecto é a necessidade de chamar a atenção para si, geralmente por meio de uma postura sedutora e pela valorização da aparência física. Mas, embora Arlequina seja uma personagem sensual na série, isso acontece de maneira pontual. Geralmente, ela busca chamar a atenção de outras maneiras, como seus crimes mirabolantes. Evidencia-se, portanto, um certo rompimento do estereótipo hipersexualizado bastante comum na representação das vilãs do universo de super-heróis, inclusive as mulheres LGTQIA+, nas quais frequentemente são representadas pelo viés da fetichização masculina. Em suma, a protagonista não é construída como objeto sexual na série, mas como sujeito complexo e multifacetado.

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

O caráter caótico e confuso da protagonista nos relacionamentos fica evidente desde o primeiro episódio, em que Arlequina está indecisa se deve ou não terminar o relacionamento com Coringa. É justamente Hera Venenosa quem sempre a incentiva a perceber as manipulações e os abusos do namorado. Enfim, Harley rompe a relação, mas embora critique e desdenhe do Coringa, suas ações são pautadas em uma comparação com ele. Ela sente a necessidade de mostrar que é melhor que o ex-namorado, desde o momento do término, quando ele diz ser o “maior super vilão de Gotham” e ela responde “não por muito tempo, pois você está olhando para a sua substituta”. Assim, o grande objetivo da vilã passa a ser entrar para a Legião do Mal, um grupo que abarca os grandes vilões da cidade. Ainda, um tempo depois do término, Arlequina sai para jantar com Coringa e eles se reconciliam brevemente.

A confusão da personagem provavelmente está associada a um ciclo de violência decorrente de uma relação abusiva, que dificulta o desvencilhamento do antigo parceiro, e não a um estereótipo aliado ao fato de que pessoas bi+ não conseguem se decidir sobre qual gênero (homem/mulher) preferem. Ou seja, de fato, existe nos produtos audiovisuais uma visão preconceituosa da bissexualidade refletida em frases de senso comum como “é só uma fase”, “está em cima do muro” ou “não se decidiu ainda”⁶, a qual reforça a ideia de identidades fixas e o binarismo heterossexual/homossexual que a Teoria Queer procura desestabilizar (BUTLER, [1990] 2003 apud LEWIS, s.d.). Porém, existe, em algum grau, uma ruptura de estereótipo empreendida nesse sentido pela representação de Arlequina na série animada.

Afinal, na série, a bissexualidade da personagem não é questionada ou deslegitimada em nenhum momento, é tratada com naturalidade e como uma identidade válida. Na sociedade, a heteronormatividade é essencial para as opressões de gênero e impede que as mulheres possam assumir com naturalidade a bissexualidade (BUTLER, 2003). Além disso, dentro do próprio movimento LGBTQIA+, frequentemente há um sistema homonormativo, que marginaliza quem não se encaixa nesse perfil (LEWIS, s.d.). À vista disso, alguns dos estereótipos mais associados às pessoas bi+ são: o apagamento da bissexualidade, abarcando a negação completa da existência dessa

⁶ Exemplos de estereótipos sobre a bissexualidade mencionados por três ativistas bissexuais de um grupo LGBT do Rio de Janeiro com o qual a pesquisadora Elizabeth Sara Lewis (2012) realizou um trabalho de campo etnográfico e estudo de Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e Linguística Queer (LIVIA e HALL, 1997; BORBA, 2015).

identidade, pela insistência em classificar os indivíduos em heterossexuais ou homossexuais; e a super-sexualização, associada à promiscuidade e infidelidade (LEWIS, s.d.).

Além disso, outra importante ruptura de estereótipo se dá na construção do relacionamento amoroso entre Hera Venenosa e Arlequina, porque ele não é fetichizado nem hipersexualizado, visto que as duas desenvolvem uma longa relação de cumplicidade, companheirismo e amizade. Assim, o sexo, apesar de importante, não é representado de forma estereotipada como o foco do relacionamento. Além disso, Arlequina teve poucos parceiros românticos ao longo da narrativa, e com ambos a relação era muito mais baseada no amor, no afeto e na admiração do que nas relações sexuais, o que contribui para romper o estereótipo de infidelidade, promiscuidade e hipersexualização associado às mulheres bissexuais.

A imagem majoritariamente produzida pela mídia da mulher bissexual [...] reforça a categoria sexualmente "curiosa" sendo representada em filmes e seriados [...] como um recurso cômico ou de fetichização dessas personagens. A hipersexualização dos desejos e/ou práticas homoeróticas de mulheres que também se relacionam com homens perpassa os mais diversos meios e construções de narrativas (LEÃO, 2018, p. 33).

Outro padrão na representação de relações afetivo-sexuais entre duas mulheres no audiovisual é a escassez de " finais felizes", em detrimento da recorrência de desfechos trágicos (SILVA, 2019). Porém, Harley Quinn e Hera Venenosa também rompem tal estereótipo, sendo que terminam o último episódio da segunda temporada juntas, de modo que Hera desiste de se casar com Homem-Pipa e deixa de ser apenas a melhor amiga da protagonista.

CARACTERÍSTICAS MORAIS

As características morais de Arlequina são complexas, sendo que ela se identifica textualmente na série como uma vilã, mas não uma pessoa má. Apresentam-se, portanto, alguns aspectos de anti-heroísmo. Ela sente empatia e amor, e possui certos limites que não quer cruzar. Por exemplo, Harley fica horrorizada quando outra vilã da série mata diversas gerações de uma mesma família que estavam em uma festa, apenas porque eles haviam visto seu rosto e poderiam denunciar um crime cometido por ela. Apesar de não ser a típica vilã megalomaniaca, a protagonista tem comportamentos questionáveis, impulsivos e extremamente violentos a fim de conquistar seus objetivos. Em suma, segundo Isabela Reis (2020), "classificá-la apenas como boa ou má não parece justo", afinal "em um momento, Harley troca

declarações carinhosas com seus amigos, e no outro comete uma série de graves crimes para ser aceita na Legião do Mal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo propõe uma investigação exploratória a respeito da representação da bissexualidade na personagem Arlequina, de *Harley Quinn: A Série Animada*, pelo viés dos Estudos de Gênero. Nas próximas temporadas da série, espera-se um maior aprofundamento no relacionamento afetivo-sexual de Harley e Hera Venenosa, o que permite estudos posteriores de caráter mais analítico. Nas duas primeiras temporadas, que foram o objeto do artigo, na maior parte do tempo as personagens mantêm somente uma relação de amizade, com leves indícios de uma possibilidade romântica e um aprofundamento maior nos últimos episódios da segunda temporada. Além disso, estudos posteriores podem tensionar aspectos mais atrelados à produção da série, os quais não foi possível abarcar neste trabalho. Nesse sentido, é possível comparar a representatividade bissexual na animação com outros formatos, como o cinema, bem como discutir porque uma das primeiras séries animadas que traz a temática LGBTQIA+ para o mundo dos super-heróis foi protagonizada por uma vilã e voltada para o público adulto.

A série animada apresenta a bissexualidade em uma animação do gênero de super-heróis de maneira natural e explícita, por meio de uma protagonista mulher. Tal presença já configura um rompimento de estereótipo importante do ponto de vista da representatividade de grupos minoritários nesse tipo de produto, visto que em outros formatos midiáticos o relacionamento de Hera e Harley fica sempre subentendido nas entrelinhas⁷.

A personagem mantém estereótipos de gênero por meio de aspectos físicos, como a pele branca, os cabelos loiros, os olhos azuis, a jovialidade, a magreza e a ausência de deficiências físicas. Ainda, Arlequina reforça estereótipos sociais e psicológicos os quais, embora não estejam diretamente ligados à bissexualidade, podem contribuir para fortalecer a marginalização da representação LGBTQIA+ na mídia, devido ao seu caráter impulsivo - relacionado ao Transtorno de Personalidade Histriônica -, vilanesco, não confiável, criminoso e brutal.

⁷Vários indícios de uma relação amorosa entre as duas sempre foram dados em diferentes produtos midiáticos, porém é apenas a partir dos anos 2000 que isto vai sendo exposto de maneira mais aberta. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/dc-comics/arlequina-como-comecar-a-ler>. Acesso em 11 ago 2021.

Entretanto, há rupturas importantes de estereótipos. Por exemplo, a identidade bissexual de Harley é representada como completamente válida, porque apesar de não ser vista como alguém totalmente confiável nos relacionamentos afetivos e sexuais, a bissexualidade não é tratada como uma indecisão entre o binário heterossexual/homossexual. Ademais, o corpo da personagem não é hipersexualizado, pois não há um foco no decote nem nas nádegas, nem cenas sensuais descontextualizadas que geram objetificação, ou o uso de poses irrealistas. Ainda, o relacionamento entre duas mulheres - Arlequina e Hera Venenosa - não é fetichizado, mas representado como uma relação complexa, baseada na cumplicidade. Além disso, as duas terminam a temporada juntas enquanto casal, com um “final feliz”, rompendo o padrão dos finais trágicos para casais LGBTQIA+ nas narrativas ficcionais. Logo, nota-se que a série realiza rompimentos de estereótipos normalmente associados às mulheres bissexuais nas representações audiovisuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Taynah Ibanez. **As transformações de Arlequina**: as representações do feminino nas mídias de entretenimento. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo (SP), 2019.

BILLIGMEIER, R., **Social Discrimination**, The Encyclopedia of Human Development and Education - Theory, Research and Studies, M. Thomas (Ed.), New York, Pergamon Press, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.

COSTA, Rodrigo Aduato. **Animação, a 8ª arte**: hibridação e especificidade de uma arte independente. Curitiba: Edição do autor, 2018.

HALL, S. The spectacle of the 'other'. In S. Hall (Ed.). **Representation. Culture representations and signifying practices** (pp.223-290). London: Sage-The Open University, 1997.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

JUNIOR, Amaro Xavier Braga. **Representações da loucura e da vilania em Batman**. Anais 2ª Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos, 2013.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEÃO, M. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política** no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 2018, 117 f. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LEWIS, Elizabeth Sara. **O ciclo paradoxal de apagamento e super-sexualização da bissexualidade nos movimentos lgbt: resistências em narrativas de ativistas bissexuais**. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31496>. Acesso em: 20 set 2020.

LIPPMANN, Walter. Estereótipos. In: STEINBERG, Charles S. (org.). **Meios de comunicação de massa**. Trad. Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1972. p.151.

MENDES, Mônica Vitória dos Santos Mendes. **Não se nasce menina ou super-heroína, torna-se: gênero e representações em animações televisivas**. 2018, 131 f. Dissertação (mestrado em Comunicação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: vozes, 2010.

NETO, Nicolly dos Santos. **Relações abusivas no cinema: uma breve análise da personagem Harley Quinn**. Anais SEJA - Gênero e Zexualidade no Audiovisual, 2017.

ROSO, Adriane et al. **Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero**. Psicologia & Sociedade, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2002.

SILVA, Cindy Faria. **E o final feliz para as lésbicas?** Notas sobre cinema e sexualidade. Semana de cinema e audiovisual da UEG, 2019.

IMPACTOS DA PANDEMIA COVID -19 NO TRABALHO E NA VIDA DAS JORNALISTAS: UM DIÁLOGO INTERSECCIONAL

Ligia Tesser Pereira¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir os impactos sofridos pelas mulheres jornalistas ocasionados pelos efeitos das mudanças no trabalho e em suas vidas pessoais devido à pandemia da COVID-19. A atual discussão se propõe a uma inicial reflexão tendo em vista que o Brasil ainda vive em situação pandêmica e que com as mudanças provocadas, poderão haver reflexos nas rotinas de trabalho jornalístico. A proposta se justifica a partir de alguns levantamentos exploratórios (FIGARO, 2020; Fenaj 2020; FIJ 2020), que mostram o aumento de estresse e de constrangimento vivido por essas profissionais. Assim, o proposto diálogo se constrói a partir de sistematização e revisão de estudos durante a pandemia em relação às questões de gênero e o trabalho jornalístico. Este artigo, portanto, propõe-se a iniciar uma discussão que deve continuar em estudos futuros.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo. Interseccionalidade. Estudos de Gênero. Mulheres Jornalistas.

INTRODUÇÃO

Este texto propõe-se a abrir um diálogo entre os estudos sobre o trabalho das mulheres jornalistas, o pensamento interseccional e dados sobre o impacto da pandemia da COVID-19 que ainda aflige o Brasil. Baseando-se em pesquisas exploratórias e produções acadêmicas que abordam a presente crise sanitária brasileira e como ela tem mudado a vida tanto pessoal quanto laboral das jornalistas, pretende-se abrir uma conversa sobre como a perspectiva interseccional e os estudos acerca das desigualdades na profissão podem colaborar para a análise do atual cenário.

Para a proposta dessa conversa inicial, apresenta-se aqui a sistematização de dados coletados a partir da pesquisa exploratória realizada pelo Centro de Pesquisa de Comunicação e Trabalho (CPCT) da Escola de Comunicação e Arte (ECA-USP) com profissionais da comunicação, a qual foi motivada justamente pela percepção de que, desde o início da pandemia, esses profissionais têm enfrentado dificuldades relacionadas às condições de trabalho. Também se apresenta parte de dados publicados pelo International Federation of Journalists (IFJ)² ou Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), para exemplificar como o impacto da COVID-19 é sentido em todo o mundo pelos profissionais da imprensa. A apresentação dos dados parte de um recorte dos estudos acima e dialoga com referências

¹ Mestra em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG.

bibliográficas de estudos sobre a profissão das jornalistas e as problemáticas interseccionais de gênero, o que já atingiam suas trajetórias, como dupla jornada de trabalho e assédio, passam a ter a partir desse cenário pandêmico novos fatores para análise.

O argumento central para a elaboração desta reflexão parte do ponto de que a crise ocasionada pela pandemia da COVID-19 atinge de forma particular as jornalistas mulheres do país. Além disso, busca-se sondar como a perspectiva interseccional pode contribuir para analisar tais contextos, com a percepção de que o Brasil – pela sua dimensão – conta com mulheres plurais, em diferentes territórios, com raças/etnias e idades diferentes, trabalhando no contexto da pandemia e na rotina da cobertura da doença.

O artigo parte do cenário da COVID-19 no Brasil e a apresentação de discussões acerca dos estudos das desigualdades no trabalho das profissionais jornalistas. Considera-se assim a inserção da perspectiva interseccional ao debate sobre a vida e trabalho profissional, com referência às produções científicas no âmbito nacional. Pondera-se então algumas pesquisas já realizadas sobre os impactos da COVID-19 para as profissionais e, finalmente, dialoga-se com caminhos possíveis para análise do cenário atual, o qual poderá ter desdobramentos na profissão no futuro.

ESTUDOS SOBRE JORNALISTAS MULHERES E A COVID-19

Estudos acerca da mudança de perfil dos profissionais na imprensa têm sido objeto de atenção do campo das Ciências Sociais e da Comunicação na última década (ROCHA, 2004; FIGARO, 2013;2014). Essas pesquisas contam com elementos em comum em seus apontamentos, sobre o mercado do jornalismo no país, ou seja, que este conta cada vez mais com a mão de obra feminina, porém, tem se tornado precarizado (MICK, LIMA; 2013; LEITE,2015). Pesquisas ainda mais recentes revelam os impactos da crise passada pelo mercado do jornalismo, com mudanças no modo de trabalho destes profissionais e adaptações a novos arranjos de trabalho, como *freelance*, trabalho PJ e agências de comunicação (LELO, 2019; LIMA, 2020).

Além disso, também houve estudos e levantamentos que tentaram elucidar, particularmente, os desafios enfrentados pelas mulheres na profissão, demonstrando como a crise afetou mais a elas ou como as mulheres são mais vulneráveis aos múltiplos assédios. Além disso, mostram como mulheres jornalistas têm jornadas mais sobrecarregadas, unindo tarefas laborais e de cuidados domésticos (PONTES, 2017; PONTES; MICK, 2018; LELO, 2019).

Ao se abordar as profissionais mulheres da comunicação e, especificamente, do jornalismo, muitos pesquisadores(as) buscaram apoio dos Estudos de Gênero para fazer a leitura destes

aspectos sociais (ROCHA, 2007; VEIGA, 2010; PORTELA, 2018). Outros estudos também uniram jornalismo, gênero e raça (LOUBACK, 2018; SANTOS *et al.*, 2008). Mesmo que não usassem o termo *interseccionalidade*³, essas pesquisadoras tentam compreender como vetores como raça atravessam a vida profissional das mulheres.

Silva (2018), propondo aproximações teóricas dentro da perspectiva de um feminismo jurídico, aciona a contribuição do conceito da interseccionalidade, para mostrar a importância de fazer análises com diversos aspectos sociais.

Outra autora que muito tem apontado para o desenvolvimento da perspectiva feminista no campo do direito é a jurista negra americana Kimberle Crenshaw (2002), responsável pelo desenvolvimento de interseccionalidade, isto é, uma análise que requer a observação do cruzamento entre diversos fatores ou marcadores sociais que, ao se entrelaçarem, gerem situações de desigualdade e ou de discriminação ainda mais intensas para determinados grupos sociais, especialmente as mulheres (SILVA, 2018, p.95).

É com esta visão da interseccionalidade, e observando as dificuldades enfrentadas pelas jornalistas na cobertura da atual pandemia do Covid -19, que se abre o diálogo para novas proposições. Antes disso, informa-se que a autora deste texto desenvolveu a sua dissertação sobre “As mulheres no Jornalismo do Paraná: uma análise de desigualdades de gênero no ambiente de trabalho”⁴. Na pesquisa bibliográfica utilizada como suporte da dissertação, percebeu-se que a produção sobre jornalismo e gênero, e os aspectos transversais a ele, como raça e classe, está localizada, principalmente, no eixo Rio-São Paulo (ALMEIDA, 2019; LAGO; KAZAN; THAMANI; 2018). Mostra-se assim a necessidade da ampliação da análise territorial.

Há, por exemplo, levantamentos como de MICK e LIMA (2013) que observam as condições de vida e trabalho de jornalistas de todo o país, mas percebe-se que os esforços para compreender as dinâmicas de trabalho e particulares da vida profissional ainda dependem dos pesquisadores locais. A partir desta aferição, e observando as dificuldades enfrentadas pelos(as) jornalistas na cobertura da atual pandemia do Covid -19, que este diálogo se constrói.

O noticiário tornou-se quase uníssono ao relatar a descoberta da COVID-19, com a perspectiva de que seria uma doença viral localizada na Ásia e que logo se dissiparia. A Organização Mundial da Saúde (OMS)⁵ recebe, no dia 1º de dezembro de 2019, a informação de que havia casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na República

³ O interseccionalidade é atribuído a americana Kimberlé Crenshaw (1989).

⁴ Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3250>.

⁵ <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso dia 18/06/2021.

Popular da China. Por ser descoberta a variante de coronavírus naquele ano, transmissível entre humanos, recebeu o nome de SARS-CoV-2 e foi popularizado como COVID- 19.

Acreditava-se, até então, que se tratava de uma emergência sanitária na China, enquanto no Brasil discutia-se se o fato deveria preocupar os brasileiros⁶. O que se aparenta hoje, ao ler notícias do início do ano de 2020, é que se pensava que o vírus não teria alto potencial de contágio, o que notoriamente se mostrou o contrário. Passado mais de um ano da permanência deste cenário, muitas mudanças foram requeridas na vida dos brasileiros, como o uso constante de álcool em gel, utilização de máscaras em ambientes públicos, não aglomeração e eventuais *lockdowns*⁷. Todos estes novos elementos passaram a ser parte do cotidiano e, assim, também do noticiário. Contudo, um cenário se mostrou ainda pior: a cobertura e a rotina com os números de mortos. Atualmente, o Brasil chega a 496.172 vidas perdidas⁸.

A exemplo das dificuldades da cobertura sobre a crise sanitária que assolou o país desde o início de 2020, o documentário “Cercados”, produzido pela plataforma Globoplay, aborda os medos e desafios enfrentados durante a cobertura jornalística. O produto foi gravado retratando personagens do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Fortaleza e Manaus. Dessa forma, observa-se como as dificuldades do trabalho jornalístico extrapolou seu cotidiano, tendo ainda mais efeitos nas rotinas profissionais e pessoais destes indivíduos.

AUMENTO DE TRABALHO E ESTRESSE SÃO APONTADO EM ESTUDOS

Em termos dos estudos acerca dos impactos da pandemia na vida e na profissão de jornalistas, alguns trabalhos já foram iniciados na produção científica brasileira. No ano passado, as investigações se mostraram frutíferas, como o artigo “O trabalho de mulheres jornalistas durante a pandemia da COVID-19” (SALON; ARAÚJO; RODRIGUES; VIDAL NUNES, 2020), o qual apresenta um estudo de caso sobre os reordenamentos produtivos no Ceará (CE). Outra contribuição é o livro Isolamento social: relatos de mulheres jornalistas (FIAFLHO, 2020), o qual deixa as marcas da vivência destas profissionais durante o período pandêmico.

Assim, opta-se pelo recorte do trabalho realizado pelo Centro de Pesquisa de Comunicação e Trabalho (CPCT) da Escola de Comunicação e Arte (ECA-USP), que desenvolveu em abril uma pesquisa exploratória, com apoio de diversas entidades e sindicatos

⁶ <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/13/novo-virus-que-causa-doenca-pulmonar-misteriosa-gera-temor-na-china-mas-ha-motivo-para-preocupacao.ghtml>. Acesso dia 18/06/2021.

⁷ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/06/entenda-o-que-e-lockdown.ghtml>.

⁸ <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-notifica-2335-mortes-por-covid-19-media-movel-permanece-acima-de-2-mil-1-25066096>. Acesso dia 18/06/2021.

profissionais, com 551 profissionais da comunicação. O levantamento foi motivado justamente pela percepção de que, desde o início da pandemia, esses profissionais têm enfrentado dificuldades relacionadas às condições de trabalho.

Assim, a pandemia da Covid-19 encontra o setor da comunicação em profunda crise, com um quadro bastante dramático para o mundo do trabalho dos comunicadores: demissões, contratos precários, rebaixamento salarial, densificação do trabalho, todo tipo de estresse, além do quadro de incertezas sobre o futuro (FIGARO, 2020, p. 10).

Neste contexto, o relatório aponta situações do impacto atual da pandemia nos profissionais da comunicação. Tais dificuldades, temores e problemas ainda poderão ter reflexos nos próximos anos, seja na reorganização da vida produtiva das profissionais tanto quanto na vida pessoal, com estresse e até a possibilidade de saída da profissão. De acordo com o levantamento do CPCT, observamos resultados interessantes, como a conclusão de que “o trabalho, para a maioria, se intensificou e a organização da rotina laboral ocupou todo o espaço e o tempo da/na casa” (FIGARO, 2020, p. 14).

A maior parte da pesquisa exploratória foi com participantes de São Paulo, com 206 respondentes. Contudo, também contou com profissionais de outros Estados, como Rio de Janeiro, com 21 respondentes; Minas Gerais, com 58 respondentes; Rio Grande do Sul, com 51; Ceará, com 38; Paraná, com 29 participantes na pesquisa; e uma pessoa de Portugal.

Importante destacar que a maior parte dos respondentes (74,5%) são de profissionais graduados em Jornalismo, os quais se identificaram com cargos de professores, repórteres, fotojornalistas, editores e redatores. Outro dado importante é de que quase metade dos respondentes tem entre 30 e 39 anos; na sequência, o maior número dos respondentes têm de 20 a 29 anos.

Esta pesquisa mostra outro fator já antevisto por outros estudos no Brasil e em outros países sobre a feminização do trabalho jornalístico, com a presença maior de respondentes mulheres. Dessa forma, colabora para o diálogo desse texto, que se dedica a olhar para os impactos da COVID-19 para as mulheres jornalistas. Responderam à pesquisa 334 mulheres e 223 homens.

O levantamento mostra que 44% dos respondentes têm filhos, algo que reforça os impactos na vida das mulheres, já que ainda são elas que somam maior tempo com o cuidado, como aponta a própria análise:

Dado importante quando se avaliam as condições de trabalho, vínculos empregatícios e níveis salariais das categorias da área da comunicação. A questão da organização da família com filhos demanda custos maiores e tempo para acompanhar a formação e

educação das crianças. Os profissionais da área da comunicação, sobretudo jornalistas e publicitários, têm longas jornadas de trabalho, bem como rotinas bastante estressantes, que precisam ser consideradas ainda mais em situação de afastamento social. Há vários relatos de mães e de pais que estão encontrando maior dificuldade nas atividades em home office devido à necessidade de ocuparem-se também com os afazeres vinculados às crianças (FIGARO, 2020, p.27).

Dentro do relato recortado pela pesquisa acima, incluíram-se questões como a da adaptação a novos suportes técnicos no trabalho de *home office*, diminuição de salário, demissão de colegas, medo de contágio pela doença e da transmissão para familiares (FIGARO, 2020, p.33). Durante o início da pandemia, a pesquisa percebeu que houve um aumento de horas trabalhadas pelos respondentes, entre 2 a 4 horas diárias (FIGARO, 2020, p. 34-35). Com isso houve um aumento também da densidade do trabalho e do estresse. Para aqueles que tiveram corte de carga horária, o impacto direto está na redução salarial.

Como flexionado na análise do relatório, a conversão da casa em ambiente de trabalho não é uma dinâmica simples. O *Home office* para o trabalho dos jornalistas já tem sido discutido, junto com o trabalho terceirizado ou PJ, ou com a produção de conteúdo para os meios digitais. Contudo, a pandemia trouxe a sensação de aceleração desse processo, que já vinha sendo observado.

Questões como as abordadas pelo relatório interessam a esta proposição, justamente quando focado em mulheres jornalistas, pois pesquisas mostram que o trabalho doméstico e o de cuidado é realizado preponderantemente pelo sexo feminino (IBGE⁹; SANTOS, 2019). Outros levantamentos estão sendo feitos no âmbito internacional, nacional e estadual. A International Federation of Journalists (IFJ)¹⁰ ou Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) realizou no mês de junho de 2020 uma *survey*, que reuniu respostas de 558 mulheres jornalistas de 52 países. O documento foi publicado em 23 de julho. A maior parte das respondentes (33.51%) tem de 35 a 44 anos. Do total das respondentes, 58 delas são brasileiras; a maior contribuição veio das espanholas, com 88 profissionais respondentes.

A pesquisa foi aplicada por meio da iniciativa do Conselho de Gênero da FIJ, a qual constatou que mais da metade das mulheres respondentes sentiu aumento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e foi impactada negativamente ao conciliar as obrigações laborais e a vida privada.

⁹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>

Acesso em: 15 de agosto de 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ifj.org/media-centre/news/detail/category/press-releases/article/covid-19-has-increased-gender-inequalities-in-the-media-ifj-survey-finds.html>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

É relevante o dado que demonstra que $\frac{3}{4}$ das respondentes sentiram o aumento de estresse após o início da pandemia. A causa principal é atribuída às múltiplas tarefas que precisam realizar; além disso, também perceberam que o nível de assédio e intimidações aumentou durante o período da crise.

As entrevistadas listaram diversos motivos como causas de estresse, incluindo trabalho isolado, intimidação dos chefes, cuidados familiares e educação em casa, tensões domésticas, aumento da carga de trabalho e os prazos apertados habituais, longas horas de trabalho, impacto psicológico da cobertura COVID, medo de perder o emprego (ifj.org. Tradução da autora).¹¹

Pesquisa anterior, realizada também pela FIJ em parceria com a Fenaj no Brasil, sobre condições de trabalho no contexto da pandemia, foi aplicada de 26 a 28 de abril de 2020, sendo os profissionais brasileiros responsáveis pela maior parte do total das respostas do mundo, com 22% da participação respondente.

De acordo com o texto de divulgação dos dados¹², dos respondentes, 51,53% foram mulheres e 48,47% foram homens, os quais contribuíram para mostrar um cenário difícil para os profissionais, pois 61,52% (177 respondentes) disseram sentir aumento da ansiedade e do estresse durante a pandemia.

Além dos impactos financeiros (25% tiveram perdas salariais ou redução de benefícios), os jornalistas também sentiram as mudanças na rotina de trabalhos, pois, dos 295 respondentes, 108 mudaram de editoria ou temática de cobertura e 21 deles foram demitidos. Em um levantamento para um recorte menor, o Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindijor-PR) apresenta os dados sistematizados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com publicação em julho de 2020, sobre o impacto da crise provocada pela Medida Provisória 936/2020 (convertida em Lei 14.020/2020), que possibilitou negociações salariais, também na profissão dos jornalistas¹³.

No levantamento geral da Fenaj, que levou em conta a base de dados de 16 sindicatos, 3.930 jornalistas tiveram redução salarial e de jornada de trabalho durante a pandemia; 81 jornalistas tiveram contrato de trabalho suspenso e 205 foram demitidos. O Sindijor-PR fez um próprio recorte no Estado, apontando que 349 jornalistas tiveram redução de 25% de salários e

¹¹ Respondents listed diverse reasons as causes of stress including working in isolation, bullying from bosses, family caring and home schooling, domestic tensions, increased workload and the usual tight deadlines, long working hours, psychological impact of COVID coverage, fear of job loss. (FIJ. Org)

¹² Disponível em: <https://fenaj.org.br/pesquisa-fij-6125-dos-jornalistas-brasileiros-tem-aumento-de-ansiedade-e-estresse-com-o-trabalho-na-pandemia/> Acesso em: 12 de agosto de 2020.

¹³ Disponível em: <http://sindijorpr.org.br/noticias/2/noticias/7803/mp-936-mais-de-4-mil-jornalistas-do-pais-tiveram-impactos-salariais-durante-a-pandemia> Acesso em: 12 de agosto de 2020.

jornadas. Ainda, 25 profissionais tiveram redução de até 50% e 10 profissionais foram demitidos, até aquele momento.

Mesmo havendo sondagens iniciais sobre o impacto da pandemia, acredita-se na importância de averiguar esses desdobramentos para as profissionais, levando em conta a diferença de idade, de raça/cor/etnia, maternidade, e diferentes desigualdades de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 tem afetado trabalhadores (as) de todo mundo, isso tem sido noticiado diariamente ¹⁴, assim como no Brasil, mas as jornalistas mulheres são impactados de forma particular, isso, porque estão trabalhando diretamente com a divulgação relacionada à doença e/ou sofreram impactos com as mudanças de rotinas de trabalho, pela necessidade de isolamento social.

Segundo o pesquisador Thales Lelo, em entrevista ao site OBJETHOS¹⁵, a cobertura da imprensa acaba por invisibilizar problemas enfrentados pela própria categoria e, no caso das mulheres jornalistas, há outros problemas:

A situação se agrava para jornalistas que têm filhos. Com as creches e escolas fechadas, os cuidados com as crianças serão outra tarefa que as mulheres irão desempenhar por muito mais tempo que os homens que também têm dependentes. Sendo o jornalismo um setor que exige dedicação quase que exclusiva ao trabalho, a situação para quem precisa dividir seu tempo com afazeres domésticos e atividades de cuidado beira o inviável. Por isto, os custos psicológicos deste período de quarenta serão muito maiores para as mulheres jornalistas (Trecho retirado na íntegra da entrevista de Thales Lelo às pesquisadoras Andressa Kikuti e Janara Nicoletti).

Sendo assim, o Campo da Comunicação está diretamente imbricado nesta problemática. Também se percebe que as mulheres – principalmente – jornalistas estão mais vulneráveis aos impactos negativos provocados até agora pela pandemia. Torna-se, assim, importante aferir como as jornalistas mulheres enfrentam as atuais dificuldades cruzando fatores sociais como onde moram, o acesso aos instrumentos de trabalho, a raça/etnia às quais pertencem, com as violências, os assédios e as duplas jornadas que têm atravessado suas vivências.

¹⁴ Exemplos de notícias: Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/06/09/aumento-de-acoes-trabalhistas-relacionadas-a-covid-19-tem-relacao-com-o-desemprego-dizem-especialistas.ghtml> Acesso em: 15 de agosto. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-16/video/pnad-covid-19-ibge-analisa-os-impactos-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho-8630414.ghtml> Acesso em: 15 de agosto.

¹⁵ Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2020/04/21/thales-lelo-enaltecimento-da-cobertura-da-midia-ofusca-condicoes-de-trabalho-do-setor/> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

Tais provocações surgem a partir da percepção de que, como mostrado nas pesquisas acima, a maior parte dos respondentes da pesquisa realizada pelo ECA são jornalistas e mulheres. Assim, suas rotinas produtivas e sua qualidade de vida devem interessar aos estudos da área, sem deixar de entender que os marcadores sociais também afetam a categoria.

Percebe-se a importância de se observar os impactos da pandemia nas jornalistas por meio da cultura profissional e suas dinâmicas, tentando assim compreender como estas lidam com seu trabalho e suas vidas pessoais no meio desta emblemática crise. E que se possa, com futuras pesquisas, contribuir para a compreensão de desafios das dinâmicas socioculturais, por meio, por exemplo, das questões da identidade de um grupo profissional e das particularidades que afetam as mulheres, que também vivem e trabalham em circunstâncias diferentes entre si.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 2, 2015. P. 27-55. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>

Fialho, Kiára. **Isolamento social: relatos de mulheres jornalistas**. Kiára Fialho, Sandra Moura, Sônia Lima e Zezé Béchade (ORG).– João Pessoa: DigitalPub, 2020

FIGARO, Roseli. **Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas**. E-Compós, v. 16, n. 1, 2013, p. 1-20.

FIGARO, Roseli. **Jornalismos e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações do século XXI**. Parágrafo, v.2, 2014, p. 23-37.

Figaro, Roseli. **A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. 16(2): 124-131 maio/agosto 2014

FIGARO, Roseli (Coord.). Relatório dos resultados da pesquisa [recurso eletrônico] : **como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?**. São Paulo: ECA-USP, 2020. Acesso 10 de agosto de 2020. Disponível em:
<http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/>

LAGO, Claudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. p. 124-140

LELO, Thales V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LIMA, Samuel. **Os impactos do mercado jornalístico na vida dos trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros**. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo FIAMFAAM / Anhembi Morumbi. Anais... São Paulo, 2018. Disponível em: Acesso em: 12 de agosto de 2020.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MORAES, Maria L. Q. de. **Usos e limites da categoria gênero**. Cadernos Pagu. n. 11, 1998. p. 99-105

PONTES, Felipe Simão. **Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras**. Revista E-compós. Brasília, v. 20, n. 1, 2017.

PONTES, F S; MICK, J. **Crise e Mercado de Trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017)**. XVI Encontro Nacional da Compós. Anais... Belo Horizonte, 2018. Disponível: . Acesso em: 12 de maio de 2020.

PORTELA, Monique R. **Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba**. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LOUBACK, Andréia C. da S. **Jornalistas negras no rio de janeiro: trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo**. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico- 140 Raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, Paula M. **Mulher jornalista: relações familiares e profissionais**. Revista Comunicación y Ciudadanía, n. 1, p. 119-134, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando Gênero e classe social**. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, Volney C. dos. **Trabalho e responsabilidades familiares: Desigualdades entre homens e mulheres no uso do tempo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SCOTT, Jean. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, p. 5-22, jun/dez. 1990.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOLON, M.; ARAÚJO, M.; RODRIGUES, N.; VIDAL NUNES, M. O trabalho de mulheres jornalistas durante a pandemia da COVID-19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c20842, 2 set. 2020.



Silva, Salete Maria. **Feminismo jurídico: Uma introdução.** **Cadernos de Gênero e Diversidade.** Vol. 04, N. 01 - Jan.-Mar., 2018.

**Romper o silêncio, desconstruir imaginários: reflexões sobre a mostra
AMOTARA – Olhares das Mulheres Indígenas na produção de novos
imaginários indígenas no cinema brasileiro**

Sthefane Felipa da Costa Pereira¹
Fabíola Orlando Calazans²

RESUMO

Este artigo busca uma reflexão teórica-metodológica decolonial sobre as narrativas cinematográficas plurais de cineastas indígenas brasileiras, a partir de produções do cinema nacional indígena. Com um recorte das filmografias apresentadas online na Mostra AMOTARA – Olhares das Mulheres Indígenas, realizada em 2021, procura-se intensificar os estudos de gênero com temática indígena nas pesquisas de comunicação e cinema, a fim de compreender quais as pautas retratadas pelas cineastas na construção do imaginário indígena. Este estudo, por meio de uma abordagem analítica, visa questionar o silenciamento e a estereotipização do imagético hegemônico produzido, naturalizado e continuamente perpetuado sobre os povos nativos do Brasil. Por fim, propõem-se nesse artigo novos olhares e perspectivas na construção dos sentidos do cinema brasileiro nas produções audiovisuais de mulheres indígenas.

Palavras-chave: Comunicação. Cinema. Gênero. Indígena. Imaginário.

1. Introdução ao objeto epistemológico

Esta pesquisa tem o propósito de contribuir para os estudos decoloniais sobre a produção de conhecimentos subalternizados, buscando formas de enfrentamento ao silenciamento dos corpos indígenas nos meios audiovisuais. A comunicação possui diferentes formas de linguagens, com um emissor que transmite uma mensagem por meio de um canal codificado a um receptor (ORLANDI, 2005). O audiovisual – a linguagem que mistura som e imagem em movimento – é um meio de comunicação e um dos produtos da cultura midiática mais consumidos no século XXI. Com o surgimento do cinema, os imaginários sociais nos meios audiovisuais foram construídos em diferentes culturas pelo olhar de diferentes indivíduos. A representação de um imaginário no cinema é, portanto, a visão particular de um

¹ Mestranda em Comunicação e Sociedade na linha de pesquisa de Imagem, Estética e Cultura Contemporânea do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

² Professora adjunta e pesquisadora da graduação e da pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP-CEAM/UnB), vice-líder do grupo de pesquisa Tecnologia, Imagem e Subjetividade (CNPq) é membro do grupo de pesquisa Cultura, Mídia e Política (CNPq). Membro da Asociación Latino Americana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), da International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e Brazilian Studies Association (BRASA).

indivíduo sobre um assunto. É sempre o olhar de alguém. Logo, possui a parcialidade do sujeito na configuração de um imaginário social.

Em este momento, partindo do pressuposto de que fulano é assim, estabilizo a relação e não permito a dinâmica de configuração de um mundo em mudança. Se eu reconheço que fulano nem sempre é assim, se eu aceito que o mundo se configura na relação e que não se faz de antemão, então a fluidez é muito maior.³ (MATURAMA, 1996, p. 31, tradução nossa).

Sair do lugar comum dos tradicionais estudos hegemônicos e investigar culturas periféricas (PRYSTHON, 2006), se dá pela intenção de abrir espaços aos modos de entendimento de mundo dos povos originários brasileiros, compreendendo a fluidez cultural de suas etnicidades e a função da comunicação na construção desses sentidos.

O conceito de imaginário social nas ciências humanas pode ser entendido como uma informação que se assume como imagem na construção da realidade e percepção dos sentidos na vida social. É construída, mas não tem a pretensão de ser. De acordo com Serbena (2003, p.3): “[...] o estudo do imaginário tende a considerá-lo como um real deformado”. O imaginário social está conectado entre os indivíduos como referências. É uma rede de significações coletivas que na produção de conhecimentos tem papel fundamental na fabricação dos sentidos, comunicando por meio de linguagens, signos e imagens que pré-determinam um entendimento parcial do real.

O que o cinema das mulheres indígenas quer falar? O intuito deste trabalho não é ter certezas, mas o de fazer refletir sobre a atual situação dos povos nativos do Brasil. Com uma perspectiva decolonial da comunicação e do audiovisual, a intenção é analisar as narrativas do cinema indígena, a partir do ponto de vista do feminino indígena, pois se o sujeito indígena é silenciado nos meios de comunicação, a mulher indígena é afetada em dobro pela interseccionalidade de raça e gênero, tanto por ser indígena como por ser mulher (DUTRA, 2019). Ao observar as diferentes formas que o audiovisual constrói a contextualização do imaginário indígena, a partir dos olhares de mulheres indígenas, a metodologia busca apresentar uma introdução às narrativas dessas mulheres, observando suas demandas e ouvindo suas vozes.

³ “En ese momento, bajo el supuesto de que fulano es así, yo estabilizo la relación y no permito la dinámica de configuración de um mundo cambiante. Si yo reconozco que fulano no es así siempre, si acepto que el mundo se configura en la relación y que no está hecho de antemano, entonces hay una fluidez mucho mayor”. (MATURAMA, 1996, p. 31).

Para recorte deste estudo, foram escolhidos os filmes que estiveram em exibição na Mostra Amotara – Olhares das Mulheres Indígenas⁴, realizado em março de 2021, em formato virtual. Optar por essa mostra de filmes para a investigação dessa pesquisa se deu pela localidade, temática de gênero, atualidade e acessibilidade⁵, bem como, por ser uma das primeiras mostras de cinema voltada, especificamente, às realizadoras indígenas mulheres. A partir da observação dos filmes, foi feita uma reflexão acerca das narrativas dos curtas e médias-metragens dirigidos por cineastas indígenas, a fim de investigar as pautas propostas, compreendendo a produção de sentidos do imaginário indígena do cinema brasileiro.

2. O silenciamento indígena

Ao procurar a palavra “indígena” no dicionário, encontra-se: “Do latim *indigena*.ae; natural do lugar que habita; nascido no país em que vive, especialmente falando dos povos que já habitavam um território não colonizado; aborígene, autóctone; aquele que nasceu na América (Norte, Sul e Centro) antes do seu processo de colonização por europeus: povos indígenas da Amazônia; relativo às pessoas nativas de um território”⁶. O genocídio indígena já é significado na morfologia da própria palavra.

A história do mundo é contada pelo olhar dos vencedores. A ideologia eurocêntrica baseada no silenciamento de populações subalternas para a conservação da produção de conhecimento da hegemonia ocidental tem sido perpetuada há séculos. Ramón Grosfoguel (2016) defende que o sistema-mundo colonial se configura em privilégios epistêmicos que são fundamentados no racismo e sexismo para desqualificar saberes subalternos. Para o autor, desde o século XVI, o apagamento étnico e racial dos povos originários é um projeto do sistema capitalista, colonial e patriarcal, regido por interesses daqueles que visam uma cultura extrativista acima da vida. Os valores econômicos assumiram o protagonismo da história, direcionado à um epistemicídio de saberes dados como “inferiores” aos padrões tradicionais eurocêntricos.

⁴ Disponível em: <https://amotara.org/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

⁵ Os filmes estiveram disponíveis gratuitamente no site da Mostra Amotara durante o mês de março de 2021, período de exibição da mostra. Ao final, lançou-se um catálogo que contém as informações acerca da realização do evento.

⁶ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

A universalização das realidades sociais são, em sua origem, verdades coloniais, na qual a visão eurocentrista formula a noção do real. A “verdade do mundo” foi concebida por meio de uma ideologia colonialista que compactua com a contínua precarização do colonizado. Braulina Aurora (2019), antropóloga indígena do povo Baniwa, uma das etnias que conformam o povo indígena brasileiro, fala sobre o epistemicídio vivenciado por seu povo:

A violência foi tanta diante do que foi construído a partir do ponto de vista daqueles que chegaram. Sem conhecer a nossa cultura, violaram o direito de uso de práticas e rituais, afetando os limites territoriais. Essas práticas e tudo o que antes era acessado de forma amigável, passaram a ser restringidas pelas religiões ou divisões que foram provocadas no interior das comunidades, como as diferenças entre casáveis e não-casáveis, entre gênero e geracional. Tudo sofreu uma transformação forçada. (AURORA, 2019, p. 112).

Com uma população de pouco mais de 817 mil indígenas, divididos entre mais de 305 populações⁷, o Brasil possui uma pluralidade de povos originários com suas próprias culturas, linguagens e tradições. Isso significa que não existe um padrão indígena nacional que represente todos coletivamente, mas diversas idiossincrasias regionais que conformam suas características próprias. A diversidade étnica complexifica a generalização de um imaginário coletivo único que represente todos os povos. Em comum, as reivindicações indígenas encontram a resistência étnica, com pautas acerca da demarcação de terras, visto que sem terra, não há existência indígena. Mas na particularidade cultural, variam de acordo com suas tradições e costumes (DUTRA; MAYORGA, 2019).

O genocídio e o epistemicídio dos povos indígenas brasileiros iniciados no século XVI se mantêm na contemporaneidade junto ao projeto de dominação ocidental que continua a perpetuar o silenciamento desses saberes por meio do questionamento da identidade, da estereotipização da imagem e das violências de raça e gênero. A ideia do “bom ou mau selvagem”⁸ (DUTRA; MAYORGA, 2019, p. 119) na criação do imaginário indígena é conservada, mesmo que não signifique o real. Não é porque os indígenas encontram-se em contextos urbanos que deixam de ser indígenas. Eles estão em todos os espaços, foram obrigados a aprender a língua

⁷ Censo IBGE 2010.

⁸ Termo pejorativo que indica a imagem indígena como primitivo, atrasado. Quando bom selvagem, o indígena é retratado como ingênuo, ignorante, no qual o homem branco vem como salvador. Mau selvagem quando retratado como o indígena perigoso, canibal, bruto. (DUTRA; MAYORGA, 2019, p. 119).

portuguesa, impostos aos costumes e às religiões eurocêntricas, perseguidos, escravizados e assassinados por não seguirem ideologias hegemônicas. E, agora, após uma mestiçagem forçada, duvidam de sua identidade por não ter “cara de indígena”, por estar inserido na cultura ocidental e ter acesso às tecnologias digitais. Nesse sentido, as formas de resistência indígena tornaram-se justificativas para o silenciamento étnico.

Para Eny Orlandi (2007), as simbologias constituem a comunicação do ser humano e o silêncio é uma linguagem fundante. Os modos de existir dos sentidos baseados no silêncio criam significações, pois dizem respeito a algo que “pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29). A dimensão política do silenciamento reflete a opressão do dominador, que constrói significados na subjetividade das lacunas que o silêncio proporciona na produção dos sentidos. Segundo a autora:

[...] o nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas. Isso se expressa pela urgência de dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano. (ORLANDI, 2007, p. 35).

Para as populações indígenas, o existir e resistir se faz através da oralidade (CRUZ, 2017), com a transmissão do conhecimento sendo passada de geração em geração. O discurso do silêncio dialoga com a manutenção do domínio ocidental, no qual o silenciamento se torna uma ferramenta que perpetua a subalternização e a inferiorização dos povos indígenas. Felipe Cruz (2017), antropólogo indígena do povo Tuxá, afirma que “para romper a invisibilidade, é preciso que haja diálogo, e para que o diálogo seja eficaz, é preciso que haja reconhecimento” (CRUZ, 2017, p. 97). O silenciamento é um espaço aberto de significações que, para os povos originários, valida um discurso simbólico e político do esquecimento, andando na contramão do reconhecimento da identidade indígena.

3. O gênero em perspectiva

O sistema patriarcal presente nos pensamentos hegemônicos nivela o conhecimento, a partir do qual, não raro, considera inferiores as contribuições intelectuais produzidas por mulheres. As teorias críticas feministas possibilitaram o

surgimento de novas perspectivas na compreensão da realidade (CURYEL, 2019), ampliando os processos de entendimento a novos discursos e pontos de vista específicos e divergentes do padrão homem-branco-heterossexual.

Essas perspectivas abriram a possibilidade de localizar culturalmente as experiências das mulheres e entender que o gênero não é uma categoria universal, estável e descontextualizada. Ainda que, nos espaços acadêmicos, as mulheres indígenas sejam representadas somente como vítimas do patriarcado e da força do capital, como atorras políticas elas têm tido posições pós-coloniais críticas e radicais. (CURYEL, 2019, p. 243).

Investigar a partir de uma perspectiva de gênero propõe novos olhares capazes de desconstruir o pensamento hegemônico. Segundo a socióloga Tânia Almeida (2020, p.42), a problematização do gênero “sofre resistências, causadas, dentre várias motivações, por ideias costumeiras e crenças conservadoras, que atravessam a cultura patriarcal brasileira por longa data”. Os estudos feministas problematizam e expõem as lacunas do conhecimento patriarcal, a fim de conferir novos entendimentos às construções dos sentidos e pautar demandas que antes não eram abrangidas pelo olhar do dominador.

Articular gênero na pesquisa em comunicação é entender o papel das mídias comunicacionais na formulação dos sentidos. María Cremona, María Actis e María Rosales (2013, p. 5) afirmam que estudar comunicação na perspectiva da categoria de gênero pode gerar impactos como “revisar a prática de formação de trabalhadores da mídia, outro é observar como o significado social é construído em torno de gênero, desde políticas públicas até modelos de gestão”⁹ (CREMONA; ACTIS; ROSALES, 2013, p. 5, tradução nossa). A produção do conhecimento feminista no cinema elabora novos entendimentos de mundo que não se fundamentam no sistema patriarcal, capitalista e colonial. Nesse sentido, pode-se dizer que a comunicação audiovisual, por meio do cinema, constrói ferramentas de resistência e cria novos sentidos sensíveis aos estudos políticos, culturais e sociais dos sujeitos subalternos.

A colonização dos povos originários brasileiros potencializou o sistema patriarcal nas comunidades nativas, no qual, fortaleceu as violências de gênero dentro das aldeias, com a presença do homem branco emasculando a figura do homem indígena (CABNAL, 2010). Ao considerar a opressão vivenciada por gerações de

⁹ Revisar la práctica de formación de los y las trabajadoras de los medios de comunicación, outro es mirar como se construye sentido social en torno a los géneros desde las políticas públicas hasta los modelos de gestión institucional. (CREMONA; ACTIS; ROSALES, 2013, p.5)

mulheres indígenas, o que elas querem falar? A partir do diálogo feminista, foram analisadas as narrativas dos filmes de cineastas indígenas mulheres que foram apresentados na mostra AMOTARA, a fim de assimilar seus olhares e reivindicações, compreendendo o discurso de suas narrativas na construção do imaginário social dos povos indígenas.

4. Mostra Amotara - Olhares das Mulheres Indígenas

Durante o processo de pesquisa deste trabalho, o mundo vive uma pandemia mundial ocorrida pela COVID-19. Os meios de comunicação sofreram mudanças nas formas de produção de conteúdo e se adaptaram a novos meios de produzir sentidos. As mídias audiovisuais possuem um importante papel na perpetuação de canais informativos dos meios de comunicação, responsável por modelar as imagens consolidadas no imaginário social. O cinema deixou de ser uma experiência vivenciada coletivamente nas grandes telas e passou a ser feito virtualmente, na particularidade das residências, dentro das pequenas telas dos espectadores. Essas circunstâncias levaram à Mostra Amotara, feita online e direcionada a produção audiovisual de realizadoras indígenas brasileiras¹⁰, conforme pode ser observado na descrição do site da mostra:

A Mostra Amotara – Olhares das Mulheres Indígenas surgiu em 2018 com o objetivo de dar visibilidade à produção audiovisual de mulheres indígenas brasileiras e fortalecer mulheres, artistas, realizadoras de audiovisual, através da partilha de experiências com as cineastas indígenas. O nome Amotara é uma homenagem à anciã do povo Tupinambá de Olivença, Nivalda Amaral, uma liderança histórica que se encantou em 29 de abril de 2018.¹¹

A viabilidade da mostra se faz pelo Edital Setorial de Audiovisual, com apoio do Governo da Bahia em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia, idealizado pela produtora cultural Yawar e pela jornalista Joana Brandão. O objetivo, inicialmente, era ser uma mostra itinerante que fosse transmitida em quatro aldeias no sul da Bahia, com reprodução dos filmes e debates junto às cineastas indígenas, em 2020¹². Com a pandemia, a mostra, que apresentou 40 filmes de autorias indígenas¹³, precisou ser adiada para o ano de 2021 e adaptada ao formato digital. O

¹⁰ Ao definir realizadoras, considera-se como artistas, diretoras, cineastas, fotógrafas e produtoras audiovisuais indígenas mulheres.

¹¹ Disponível em: <https://amotara.org/mostra/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021

¹² Dados no site da mostra. Disponível em: <https://amotara.org/mostra/>. Acesso em 18 de jun. de 2021.

¹³ 33 filmes de mulheres indígenas e 7 de homens indígenas e não-indígenas.



recurso de visualização digital da mostra possibilitou a visibilidade e o acesso a um público que dificilmente seria alcançado em circunstâncias comuns.

As realizadoras da Mostra Amotara, a jornalista Joana Brandão Tavares e a cineasta indígena tupinambá Olinda Muniz Wanderley, afirmam que:

Assim, ao darmos visibilidade ao cinema indígena, estamos mobilizando uma cura de uma ferida ancestral causada pelas violências simbólicas e físicas do colonialismo do passado e de suas expressões contemporâneas e, antes de tudo, estamos afirmando a necessidade de conhecer e dar visibilidade à arte e à comunicação indígena. (TAVARES, 2021, p. 9).

Ao final da mostra foi lançado um catálogo online que disponibiliza informações dos filmes, textos e imagens, do qual, deste material, foi feita a análise sobre as narrativas. A Mostra Amotara foi dividida em oito categorias: Olhares entre Gerações; Olhares sobre Saberes; Olhares sobre a Terra; Olhares sobre a Luta; Olhares sobre o Sagrado; Olhares sobre Encontros; Olhares sobre a Narrativa; Filmes Convidados. Tais categorias dão um direcionamento ao conteúdo dos filmes, categorizando as narrativas expostas. A escolha do título da mostra fortalece os olhares das mulheres indígenas, rompendo o silêncio e destacando as visões de mundo a partir de uma perspectiva feminina originária.

As temáticas apresentadas passeiam entre cosmovisões da pluralidade cultural, espiritualidade, família, lutas identitárias, saberes originários, oralidade, relações interraciais, pertencimento, gênero e natureza. A linguagem das narrativas tensiona elementos políticos sociais que abordam a conscientização de um sistema-mundo que diverge do colonial e questiona o epistemicídio do conhecimento indígena. A visão de mundo dos povos originários lança um olhar sensível que se baseia no coexistir com a terra, compartilhar experiências e transmitir saberes.

Nos filmes apresentados pela **AMOTARA**, a força política que as imagens evocam permeia a ética do cuidado e o cotidiano como produção de modos de vida e bem-viver. Cada filme, em sua singularidade, apresenta-nos didaticamente esses aspectos formadores de autonomia e da luta pelos direitos humanos e não humanos: seja através dos mitos, dos manejos com as plantas, dos ensinamentos intergeracionais, das transformações identitárias e dos desteros que essas mulheres e suas ancestrais viveram e ainda vivem, seja pela potência que a intimidade traz às relações na vida dessas etnias e dessas mulheres indígenas que fazem filmes. (TAVARES, 2021, p. 27).

As narrativas das mulheres indígenas dialogam com a atemporalidade cultural dos povos originários e apresentam as crenças e as tradições ancestrais com uma estética “simples”, visto que se utiliza poucos recursos para a produção audiovisual.

É a câmera na mão documentada pelo olhar da diretora, potencializado pela narrativa contada, convidando o espectador a adentrar e conhecer o viver indígena. Nesse sentido, as cosmovisões indígenas mostram que não têm a intenção de ser produções elaboradas, antes, porém de mostrar esse olhar sobre algo, isto é, de falar, ser escutado e romper preconceitos e estereótipos. Seriam, assim, olhares das mulheres indígenas na construção de uma biografia de resistência por meio do cinema.

5. Compreendendo as narrativas

Os estudos decoloniais questionam os pensamentos hegemônicos que pregam fragmentos de verdades, colocando novas perspectivas na construção da realidade, a fim de produzir outros conhecimentos. Deve-se considerar a relatividade da verdade como a parcela de um real sem dogmas, determinada por ações parciais de sujeitos que mudam com o tempo. Não podem gerar certezas, caso contrário a pesquisa estará limitada ao fracasso da convicção. O processo da geração de saberes fundamenta-se no ato de questionar e compreender que as incertezas elaboram o conhecimento. Quando se conhece algo, é a descrição fragmentada de um aprender estabelecido. Quando se compreende algo, o sujeito torna-se capaz de relacionar coisas irrelacionáveis, é um ato criativo que possibilita a geração de novos conhecimentos. O processo de conhecimento demanda tempo, não é na velocidade do aprender que a inteligência se manifesta, mas no saber interligar elementos (MAX-NEEF, 1991).

Os meios de transmissão de conhecimentos indígenas são, portanto, diferentes dos modos de produzir saberes colonizadores. São visões de mundo ímpares, no qual os saberes originários são transmitidos por meio da oralidade e fundamentados na tradição ancestral. Não busca validação científica, mas sim a compreensão do viver indígena em harmonia com o cosmo. O conhecimento colonial, busca a legitimação baseada na comprovação de fatos. Tais diferenças dificultam a troca de saberes. Segundo Cruz (2017) a universidade quer ensinar, mas não quer aprender com os olhares indígenas, continuando a perpetuar saberes hegemônicos e inferiorizando conhecimentos subalternos.

Durante o processo de pesquisa, buscou-se autores indígenas na produção de um conhecimento decolonial. Como poderia falar sobre as questões indígenas sem buscar saberes indígenas? Não seria possível. Colocar o sujeito indígena como objeto

de pesquisa não é a intenção deste trabalho. Não se trata de uma pesquisa sobre o sujeito indígena, e sim em conjunto com autores indígenas no entendimento do imaginário dos povos nativos do Brasil, na transmissão e produção de conhecimentos e modos de ser.

Entender o cenário atual dos povos indígenas é propor lugares de fala e discursos, no sentido de romper as noções de subalternidade, invisibilidade e silenciamento sustentada e reforçada em diversas produções midiáticas. O indígena está em todos os espaços sociais e é preciso começar a escutar o que tem a dizer. O conhecimento indígena se pauta na oralidade, portanto, a comunicação é ferramenta fundamental para enfrentar esse silenciamento.

Analisar o discurso do silêncio imposto aos povos indígenas demonstra a produção de sentidos com informações equivocadas de terceiros. O audiovisual como discurso pode ser usado como instrumento político, por ser uma perspectiva particular de um indivíduo. Orlandi (2005) ao fazer uma análise sobre os discursos da linguagem, afirma que:

[...] diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. (ORLANDI, 2005, p. 21).

O uso do discurso do silêncio no contexto do imaginário indígena retrata uma universalização do sujeito indígena baseada na falta de representatividade e de visibilidade nos meios políticos, educacionais e sociais. Interceptado pelos meios de comunicação que continuamente propagam conhecimentos deformados das realidades ocidentais coloniais, que generaliza, estereotipa e resume a visão do indígena ao “bom ou mau selvagem”.

As narrativas propostas na mostra Amotara desconstruem os olhares coloniais perpetuados a mais de 500 anos, mostrando o outro lado da história da colonização brasileira, que por meio do cinema e da arte, lança visibilidade a novas perspectivas na construção dos sentidos sobre os povos indígenas por meio dos olhares de cineastas indígenas mulheres. A presença feminina indígena no espaço audiovisual ainda é pequena, mas vem se ampliando com festivais, oficinas e mostras como a Amotara, que estabelecem lugares de fala para essas mulheres expressarem a diversidade cultural, ideias e narrativas próprias sobre suas vivências do mundo

(TAVARES, 2021). O imaginário indígena construído pelas diretoras mostra cosmovisões opostas aos estereótipos ocidentais que não consideram a modernização do mundo e a fluidez da cultura indígena. Ao contrário, o imaginário indígena é associado ao tempo com duração, permanência e resistência. Vê-se os avanços tecnológicos; o equilíbrio com a natureza; o respeito a diversidade cultural; compartilha saberes ancestrais; e revela as dificuldades de resistir e existir.

O apagamento indígena como projeto do sistema-mundo hegemônico se mantém atual. Os meios audiovisuais – ao mesmo tempo que propagam estereótipos colonizadores – nas mãos dos povos indígenas descontinua as diretrizes coloniais. As memórias podem ser alteradas com o tempo e o cinema das mulheres indígenas rompe padrões hegemônicos por meio da educação e conscientização social. O cinema das cineastas indígenas é resistência e coragem, é a “disseminação das ferramentas audiovisuais para que as mulheres indígenas possam fazer e disseminar suas denúncias, sem que sejam silenciadas por outros veículos.” (TAVARES, 2021, p. 33).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Tânia Mara C. **A importância da perspectiva de gênero e o enfrentamento à violência contra às mulheres.** In: Larissa Ferreira. (Org.). *Gênero em Perspectiva*. Curitiba: CRV, v. 1, p. 41-56. 2020.

AURORA, B. **A Colonização sobre as mulheres indígenas:** Reflexões sobre cuidado com o corpo. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 22, n. 1, p. 109-115, 3 jul. 2019.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de AbyaYala** (pp. 11 24). Em AAVV. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: ACSUR Las Segovias, 2010.

CREMONA, María Florencia; ACTIS, María Florencia; ROSALES, María Belén. **Representaciones del cuerpo femenino en el discurso mediático:** la experiencia del Observatorio de Medios, Comunicación y Género. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2013.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade.** *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. VOL.11, Nº2. 2017.

CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista.** *Nômadeas* (Col), n. 26, Universidad Central Bogotá, Colômbia, 2007, p.92-101. Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso (UFOP). Revisão técnica:



Fernando dos Santos Baldraia Sousa (FU Berlin/MECILA) Revista de Teoria da História — Volume 22, Número 02. Dezembro de 2019. Universidade Federal de Goiás. 2019.

DICIO. **Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z.** 2021. Disponível em: <https://dicio.com.br>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

DUTRA, Juliana Cabral de O. e MAYORGA, Claudia. **Mulheres Indígenas em Movimentos:** Possíveis Articulações entre Gênero e Política. 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas:** racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Soc. estado., Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Apr. 2016.

MAX-NEEF, Manfred. **La incertidumbre de la certeza y las posibilidades de lo incierto.** [Conferencia dictada por Manfred Max-Neef en el mes de octubre de 1991 en la ciudad de Bogotá, en el Primer Congreso Internacional de Creatividad]. 1991.

MATURANA, Humberto. **Convivir para Conocer. Biología del conocer y del aprendizaje.** In: El sentido de lo humano. Chile: Dolmen, p.27-38; 227-240; 1996.

MOSTRA AMOTARA: **Olhares das Mulheres Indígenas.** Amotara, 2021. Disponível em: <https://amotara.org/mostra/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

PRYSTHON, Angela. **Imagens periféricas:** os Estudos Culturais e o Terceiro Cinema. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 6. E-Compós. 2006.

ORLANDI, Eny P. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, [1999], 2005.

ORLANDI, Eny P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos / Eni Puccinelli Orlandi. – 6ª Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SERBENA, Carlos Augusto. **Imaginário, ideologia e representação social.** In: Caderno de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas. Florianópolis, n. 52, 2003.

TAVARES, Joana Brandão (org.). **Catálogo - Mostra Amotara: Olhares das Mulheres Indígenas** (2ª Edição) [Livro Eletrônico] / [Organização Joana Brandão Tavares]. – Pau Brasil, BA: Amotara, PDF. 2021. Disponível em: <https://amotara.org/catalogo/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

EMPREGABILIDADE ENTRE EGRESSAS E EGRESSOS DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (2011-2017)

Ana Carolina Emiliano de Moraes¹

Cíntia Xavier²

RESUMO

O Grupo de Pesquisa Lógicas de Produção e Consumo no Jornalismo realizou um levantamento de dados tendo em vista a situação profissional dos egressos da área de jornalismo. A coleta aconteceu por meio do Google Forms e foi aplicada aos egressos do curso de Jornalismo, dos anos 2011-2017, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Durante o cruzamento e análise dos dados, foram observadas diferenças de gênero relacionadas ao número de egressos que trabalham atualmente na prática jornalística, também nos que exercem atividades de docência, consultoria, e ainda a desigualdade salarial entre homens e mulheres. O presente artigo busca sistematizar esses dados e trazer interpretações sobre a atuação da mulher no campo de trabalho jornalístico.

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero. Desigualdade. Trabalho Jornalístico. Salários.

INTRODUÇÃO

Ao longo de dois trabalhos³ de iniciação⁴ científica, um deles ainda em curso, pôde-se identificar elementos para a estruturação deste artigo, os quais refletem a desigualdade de gênero no jornalismo. O primeiro trabalho foi ao encontro do objetivo de finalizar a aplicação de um questionário elaborado pelo Grupo de Pesquisa Lógicas de Produção e Consumo no Jornalismo. De acordo com Moraes e Xavier (2020), a aplicação do formulário foi concluída no início de 2020. Foram realizadas consultas aos egressos do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 2011 a 2017, e obteve 86% de respostas de um universo de 183 pesquisados/egressos. A partir disso, foram aplicados os primeiros cruzamentos de

¹ Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Desenvolve Iniciação Científica com bolsa da Fundação Araucária.

² Professora dos cursos de Pós-graduação (Mestrado) em Jornalismo e graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Lógicas de produção e consumo no Jornalismo (CNPq).

³ Questionário sobre egressos do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011- 2016): atuação dos profissionais no mercado de trabalho

⁴ Retrato das egressas do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011- 2017): desigualdades de gênero no mercado de trabalho jornalístico

dados e traçado o perfil do egresso em jornalismo, de forma preliminar. Dentro desse contexto:

O formulário possui 23 perguntas, divididas em quatro seções, relacionadas a dados pessoais, para identificação dos respondentes, como se dão suas relações de trabalho, quais suas funções e entender a rotina produtiva dos egressos. O objetivo da pesquisa é entender as novas configurações do jornalismo, traçar o perfil profissional do egresso formado pela UEPG e propor novos graus de entendimento acerca de fatores que podem ser abordados por meio da interpretação das respostas ao questionário. (MORAES; XAVIER, 2020, p. 2)

Segundo Moraes e Xavier (2020) “entre as questões que nortearam o Grupo de Pesquisa Lógicas de Produção e Consumo no Jornalismo estavam: Quais são as principais características da atuação profissional do jornalista diplomado? Que tipo de atividades desenvolvem no seu cotidiano? Quantos são os vínculos profissionais?” Levando em consideração esses pontos, a equipe do grupo de pesquisa prosseguiu na tentativa de responder a esses questionamentos.

Fundamentado em algumas das conclusões feitas a partir do primeiro levantamento de dados, foi dada sequência à pesquisa que analisa os principais dados, tendo por base a perspectiva de gênero. Na primeira observação sobre os dados, percebemos que 65% dos egressos eram mulheres, o que justifica um olhar mais detalhado sobre as características que podem distinguir homens e mulheres nesse campo de atuação. Diante disso, o enfoque dado à pesquisa foi relacionado ao perfil da egressa do curso de Jornalismo da UEPG e as desigualdades encontradas no mercado de trabalho jornalístico a partir das informações coletadas.

Como as mulheres são maioria na prática jornalística nesta pesquisa, o dado corrobora a afirmação de Mick e Lima (2013), que aponta o aumento das mulheres no exercício da profissão. De acordo com os autores, “esse fator também está relacionado à expansão da oferta de cursos superiores na área, nos quais a presença feminina também tende a ser bastante superior à masculina” (MICK; LIMA, 2013, p. 33).

Neste artigo, buscamos fazer observações relevantes sobre a situação da egressa diplomada em Jornalismo pela UEPG. O levantamento apresentado vai demonstrar as diferenças entre mulheres e homens no que se refere à remuneração e tipo de ocupação, baseado nos dados obtidos por meio do questionário. Além disso,

vamos debater as características da situação profissional do jornalista, o processo de mudanças na profissão e como esses fatores influenciam no fazer jornalístico.

REFERENTE À PROFISSÃO

Juntamente a Mick e Lima (2013), Mick (2013), Rocha e Kikuti (2018), Pontes (2017) e outros pesquisadores na área, buscamos somar aos estudos relacionados às questões de gênero na profissão de jornalista. Para isso, foi necessário o trabalho de levantamento bibliográfico para compreensão do compilado de reflexões já existentes sobre esses temas.

Dentre as informações de contextualização, vale destacar o processo de transformação que tanto o profissional jornalista quanto o jornalismo em si enfrentaram durante um período marcado por crises no mercado de trabalho. Em conformidade com isso:

O paradigma jornalístico evolui mais ou menos lentamente, mas mantém uma certa coerência interna que o torna reconhecível para aqueles cuja prática discursiva ele governa ou para aqueles que estudam sua produção. Entretanto, certos elementos de uma configuração relativamente estável podem, em certas épocas, sofrer mutações que acarretam, por sua vez, a adaptação generalizada dos outros elementos e, com o tempo, a metamorfose de toda a configuração (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 103).

Os jornais migraram para as plataformas digitais (ROCHA; KIKUTI, 2018) e, com isso, a categoria sofreu as pressões das mudanças nos meios de produção, em decorrência da crescente midiatização do cotidiano, e a produção não profissional de informação (PONTES, 2017). É preciso levar em consideração o cenário de modificações no jornalismo para poder entender as atividades desenvolvidas com as reconfigurações tecnológicas das redações.

No mundo de 2016 em que escrevo essa tese, creio ser possível perceber o quanto a junção de dispositivos digitais (como os computadores) com um sistema global de redes que utilizam um conjunto de protocolos em comum para se comunicar (a internet) alterou a forma de se produzir e pôr em circulação relatos de acontecimentos situados em um tempo presente. (FOLETTTO, 2017, p.116-117)

O que Leonardo Foletto (2017) nos aponta para a tecnologia reconfigura também as relações dos jornalistas com a produção e com o próprio mercado de

trabalho, o que confirma a necessidade de investigar como os jornalistas observam suas atividades profissionais. De acordo com isso, podemos entender que os estudos relacionados aos jornalistas relevantes, uma vez que ele detém uma responsabilidade social muito grande perante a sociedade. É a partir da função desses profissionais que as pessoas podem ter acesso a informações reais dos fatos que acontecem no dia-a-dia.

As tecnologias ganharam espaço de destaque e estão sendo capazes de alterar as práticas de produção no jornalismo, seus formatos e suportes. De acordo com Folleto (2017), acontece a apropriação dos meios de comunicação por outras mídias sendo elas: alternativa, radical e tática, que passam a interagir com a sociedade. Para Machado (2016, p. 12 apud FOLLETO, 2017, p. 29) “A velha imprensa perdeu o monopólio de controle dos processos de produção e circulação de informações jornalísticas nestas redes sociais”.

A partir desses apontamentos nota-se a precarização e sucateamento do profissional jornalista. Cada vez mais o mercado de trabalho demanda de profissionais que sejam capazes de trabalharem para vários suportes e em diferentes funções. Conforme apontam os estudos Mick (2013, p. 3):

Além disso, transformações recentes na profissão comportam a inclusão, nela, de atividades e tipos de empregadores não previstos na regulamentação. A convergência digital configurou ambientes de atuação que demandam jornalistas multitarefa ou especializados em novas áreas, como infografia, edição não linear, edição e publicação online, gestão de conteúdo, publicação em mídias sociais.

Análogo a isso, pode-se observar através das respostas ao questionário aplicado pelo Grupo de Pesquisa Lógicas de Produção e Consumo no Jornalismo, que 58% dos egressos em jornalismo possuem mais de uma função, enquanto apenas 23% afirmam ter apenas uma função. Entre os que indicaram mais de uma função, mais de 36% assinalam que uma de suas funções é a de assessor de imprensa. Essa função aparece junto dos que atuam também como repórter, gestor de redes, produtor de conteúdo, gestor, curador, ou analista de conteúdo (MORAES; XAVIER, 2020). Ainda sobre as múltiplas funções:

Em relação a sobrecarga de trabalho, há que se observar que os respondentes apontaram um alto grau de multitarefas. Em 65% dos que afirmaram ter mais de uma função, houve indicação de três ou mais funções distintas. Alguns respondentes chegaram a descrever seis funções ao mesmo tempo. Um deles respondeu ter responsabilidade como: Editor (inclui editor executivo e editor

Este cenário também corrobora para que os profissionais trabalhem por mais horas e em mais de um emprego, onde desenvolvem suas atividades como jornalista. 16% dos egressos pesquisados responderam que trabalham em mais de uma empresa. Ao observar os que indicaram essa opção, a totalidade dos respondentes descreveu que divide suas atividades profissionais em duas empresas. Este fator demonstra um quadro de dificuldades de atuação do jornalista (MORAES; XAVIER, 2020).

OCUPAÇÃO

Através da análise dos dados do questionário feito pelo Grupo de Pesquisa Lógicas de Produção e Consumo no Jornalismo, pode-se observar que atualmente trabalham na prática jornalística mais mulheres do que homens. Sendo 60% das egressas e 40% dos egressos formados em Jornalismo pela UEPG. Em concordância com isso:

No Brasil, nos últimos 20 anos, a feminização é estrutural e, sem dúvida, altera a dinâmica do jornalismo aqui praticado. Rocha (2004) fez um comparativo de dados sobre a proporção de mulheres e homens que trabalharam como jornalistas de 1986 a 2001 e já indicava a inversão da presença de gênero (da masculina para a feminina) na atividade. A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, de 2012, ratificou essa tendência, demonstrando que dois terços da categoria são de mulheres (MICK; LIMA, 2013), o que torna urgente a discussão do que isso significa e para quais sentidos aponta. (PONTES, 2017, p. 3-4)

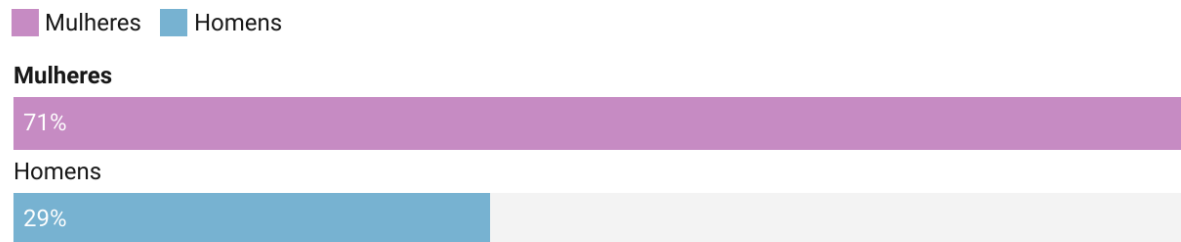
Uma vez que as jornalistas mulheres apontam atuar na prática mais do que os homens, buscamos entender questões relacionadas à empregabilidade das egressas no campo jornalístico, como por exemplo onde exercem suas atividades. De início, fizemos comparações nas funções relacionadas com o jornalismo, como será visto em breve. Entretanto, é preciso esclarecer que existem outros campos de atuação que ainda serão estudados e agregados a esta pesquisa. Como foi necessário fazer um recorte para delimitar os apontamentos principais para a elaboração do presente artigo, apenas a ocupação da docência e consultoria foi analisada, até o momento.

O segundo comparativo entre os gêneros foi referente aos que exercem atividades relacionadas ao jornalismo, como docência ou consultoria. Conforme o

questionário, essas funções também estão sendo ocupadas por mais mulheres que homens, sendo 71% contra 29%, como é possível visualizar no Quadro 1:

Quadro 1 - respostas sobre atividades realizadas

Trabalho em atividades relacionadas com o jornalismo (docência, consultoria, entre outros)



Source: Produzido pela autora • Created with Datawrapper

Ao analisar esse dado, percebe-se que o número de mulheres que ocupam essas vagas na docência ou consultoria se expande. Há um predomínio das mulheres, embora seja maior do que representatividade na prática jornalística. Com isso, surgem alguns questionamentos como: o que leva as egressas a esse campo de atuação? Por que os homens não se direcionam tanto para essas áreas?

SALÁRIOS

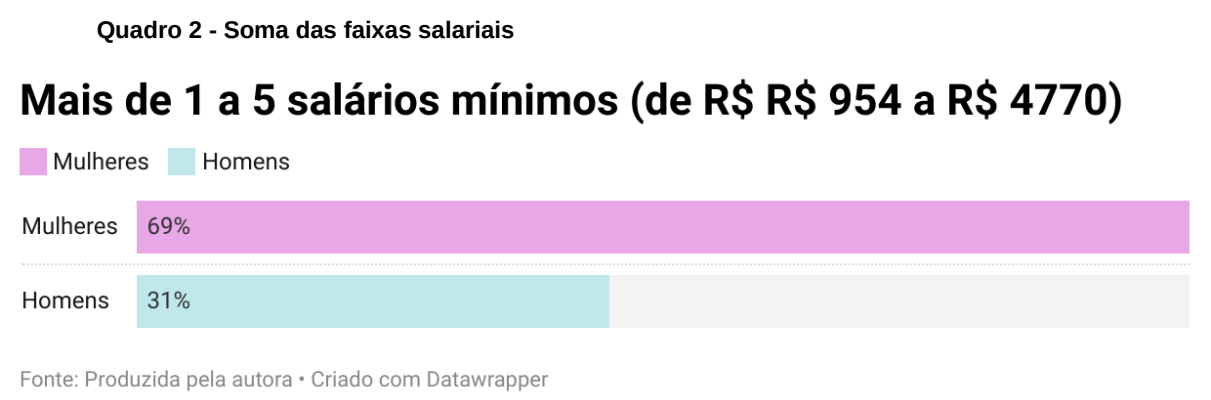
Outro aspecto trata-se das diferenças salariais⁵ entre os gêneros dos egressos. No questionário as faixas salariais estavam divididas de dois em dois níveis, em 10 alternativas, que iam de sem renda, até 1 até 20 salários mínimos e não informa. Para este artigo observou-se quatro faixas salariais: de 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 954,00 a R\$ 1.908,00) de 2 a 3 (de R\$ 1.908,00 a R\$ 2.862,00), mais de 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 2.862,00 a R\$ 3.816,00) e mais de 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 4.770,00 a R\$ 9.540,00).

As mulheres são maioria nas faixas de mais de 1 a 2 salários mínimos e na de mais de 2 a 3 salários mínimos . Tanto na faixa de mais de 1 a 2 salários, quanto na faixa de 2 a 3 salários o percentual se repete 83% de mulheres e 17% de homens

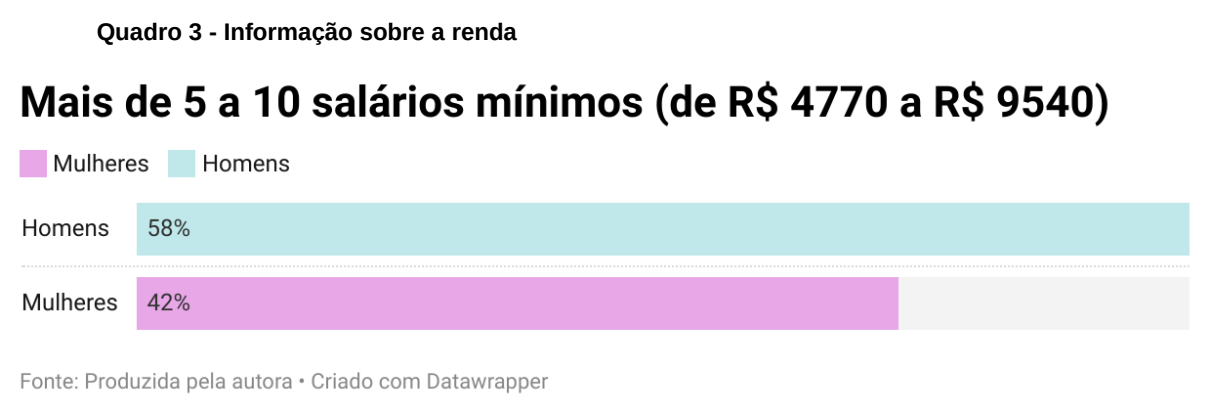
⁵ Os valores citados são relativos a 2018, momento em que o questionário foi elaborado e aplicado.

recebendo esses valores. Na próxima faixa salarial que corresponde a mais de 3 a 4 salários mínimos, as mulheres alcançam 56% do total e os homens chegam a 44%.

Para facilitar a visualização dos dados e oferecer uma comparação, foram unidas as faixas salariais. Quando somados os egressos que recebem entre mais de 1 a 5 salários mínimos (de R\$ R\$ 954,00 a R\$ 4.770,00) nota-se que as mulheres predominam nesta faixa salarial. São 69% de mulheres e 31% de homens, como é possível visualizar no Quadro 2, a seguir:



Embora as mulheres recebam mais que os homens nas faixas salariais mais baixas, pudemos observar uma inversão conforme os salários aumentam. Mais da metade dos egressos que recebem mais de 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 4.770,00 a R\$ 9.540,00) são homens. Totalizam 58%, enquanto 42% são egressas.



De acordo com Pontes (2017), os homens possuem maiores chances de conquistar os melhores salários em cada uma das funções desempenhadas pelos jornalistas. Em funções de editor, repórter, produtor, diretor/gestor e coordenador, os homens estão presentes recebendo mais de 10 salários mínimos. Ao passo em que

as mulheres, em todas as funções, são maioria nas faixas salariais de até cinco salários mínimos. As funções de prestígio da categoria, mesmo quando não ocupadas majoritariamente por homens, reservam a eles, na maioria dos casos, os melhores salários.

Homens e mulheres, mesmo recebendo salários diferentes, têm jornada diária similar. Em grandes empresas (com renda anual acima de R\$ 300 milhões ou com equipes compostas por mais de 50 jornalistas), as desigualdades de renda permanecem. Além disso, o fator geográfico parece não interferir nos desequilíbrios de gênero, pois no estado de São Paulo (maior polo das empresas jornalísticas), as mulheres não conseguem as mesmas vantagens salariais que os homens. (PONTES, 2017, p. 10)

Essa constatação coaduna com outras pesquisas referente a outras profissões. Dentro deste contexto, os dados de 2018 divulgados pelo IBGE apontam que as mulheres ganham 79,5% do total do salário pago aos homens. Isso demonstra a notável desigualdade de gênero e aponta a dificuldade que as mulheres têm de receber reconhecimento pelos seus trabalhos em relação aos homens. Qual é o motivo da desvalorização do trabalho feminino em relação ao masculino, uma vez que podem estar exercendo a mesma função dentro dos setores da sociedade? Fica o questionamento.

Em suma, podemos perceber as diferenças não só entre faixas salariais como também na ocupação dos egressos da UEPG. Com isso buscamos demonstrar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho jornalístico e em que medida elas atingem os profissionais desse campo de atuação.

Existe uma tendência entre as egressas mulheres a serem maioria quando as faixas de renda são mais baixas e minoria quando entram os valores mais altos de salários. Por algum motivo elas deixam de ser maioria. O que pode causar essa assimetria, se ela ainda domina o mercado de trabalho? Há possibilidade de que ao avançar na carreira as mulheres também deixem de ocupar cargos de decisão e por isso os salários são menores?

Ainda existe a necessidade de fazermos cruzamentos entre as respostas sobre as ocupações de homens e mulheres, quais suportes produzem conteúdo jornalístico e outras informações que estão no questionário, como a quantidade de horas trabalhadas e o número de empregos que ocupam. Há ainda a expectativa de realizarmos comparações entre outras pesquisas de dados. E por fim, fazemos a

pesquisa qualitativa, entrevistando os egressos e observando com outro olhar as respostas dos pesquisados.

CONCLUSÃO

No caso da docência e outras atividades como consultoria, no que se refere aos egressos da UEPG, temos a maioria de mulheres. A partir desse panorama, pretendemos gerar debates em torno da divisão de papéis, com o empenho em desconstruir estereótipos, e minimizar desigualdades entre homens e mulheres. “A naturalização de papéis masculinos e femininos é tensionada em meio a reflexões sobre a construção de identidades” (BIANCHI; WOITOWICZ; ROCHA, 2018, p. 9).

Outro ponto se refere à desigualdade salarial. Embora sejam a maioria na atuação profissional, em termos de remuneração as mulheres ficam abaixo dos homens. Há uma inversão na posição, elas ficam com as vagas, mas a maioria recebe remuneração até 5 salários mínimos. Quando a remuneração fica acima de 5 salários mínimos temos mais homens que se concentram nessa faixa salarial.

O esforço de fazer pesquisas relacionadas a gênero no meio jornalístico se torna essencial quando nos deparamos com dados que demonstram que a igualdade entre os sexos ainda está longe de ser a ideal, por isso, é necessário registrarmos as diferenças e como elas se comportam. É preciso considerarmos os modos de dominação simbólica, difusão de estereótipos e papel condicionador do patriarcado sobre as mulheres. Os estudos contraegemonicos com perspectiva de gênero tem como função expor as desigualdades e também quebrar esse ciclo de monopólio masculino, buscando colocar a mulher como protagonista em todos os espaços, assim como em todas as profissões.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina. *A presença das discussões sobre gênero nos processos de ensino do Jornalismo*. Anais do SBPJor de 2016 Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2016/paper/viewFile/64/75>
Acesso em: 15/06/2021

BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina; ROCHA, Paula. *Gênero, mídias & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018.

BREED, Warren. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 213-231.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

FOLETTTO, Leonardo F. *Um mosaico de parcialidades na nuvem coletiva: rastreando a Mídia Ninja (2013-2016)*. 2017. 224f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://sbpior.org.br/congresso/index.php/sbpior/sbpior2018/paper/viewFile/1497/892>. Acesso em: 15/06/2021.

MICK, Jacques. Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”. *Perfil do Jornalista Brasileiro*. Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf. Acesso em: 15/06/2021.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. *Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.

MORAES, Ana Carolina E.; XAVIER, Cíntia. Atuação precarizada entre os egressos do curso de jornalismo da UEPG: um levantamento de 2011 a 2017. *Texto apresentado no 23 Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação*. Disponível em: <https://sites.uepg.br/jornalismo/ocs/index.php/23SeminariodeInverno/23/paper/viewFile/260/62>. Acesso em: 12/06/2021.

MOURA, Dione Oliveira; MARANHÃO, Ana Carolina M. Impasses e oportunidades para o ensino de jornalismo: O binômio perfil multitarefas e os processos de precarização. In: PINHEIRO, Elton Bruno; VARÃO, Rafiza; BARCELLOS, Zanei (orgs.). *Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo*. Brasília: FAC/UNB, 2018. p. 139-148.

PONTES, Felipe. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. *E-compós*, Brasília, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1310>. Acesso em: 14/06/2021.

PINHEIRO, E. B; VARÃO, R; BARCELLOS, Z. *Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo*, Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? *Matrizes*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 197-212, 2009. Disponível em: www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38248/41038. Acesso em: 13/06/2021.

SOLOSKI, John. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 133-145.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como elas são*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. Vol. 1.

WOITOWICZ, Karina J.; ROCHA, Paula M. *Marcas e discursos de gênero: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.

XAVIER, Cíntia; BRONOSKY, Guilherme. Estratégias metodológicas para estruturação de questionário sobre o egresso dos cursos de jornalismo. *Texto apresentado no 18 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo*. Disponível em: [Encontro Nacional de Professores de Jornalismo](#). Acesso em: 15/06/2021.

A POLÍTICA NA PAUTA DOS PORTAIS FEMINISTAS CATARINAS E GÊNERO E NÚMERO NAS ELEIÇÕES 2020

Jaqueline Andriolli Silva¹
Karina Janz Woitowicz²

RESUMO

Ao refletir sobre as desigualdades que se revelam na participação das mulheres no campo da política, o artigo apresenta uma análise da cobertura jornalística realizada pelos portais *Catarinas* e *Gênero e Número*, identificando um diferencial no modo de pautar e visibilizar as mulheres na disputa eleitoral de 2020. No total, foram 26 publicações no portal *Catarinas* e 23 no *Gênero e Número*, observadas a partir dos seguintes critérios: presença de candidaturas femininas, cobertura da violência política de gênero e temas predominantes. Os resultados evidenciam o papel do jornalismo alternativo feminista na projeção de candidaturas de mulheres e na defesa da ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação.

Palavras-chave: Portais feministas. Política. Mulheres. Disputa eleitoral.

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero em termos de representação política, associada aos ataques recorrentes que as mulheres que ocupam espaços nas instâncias de poder enfrentam, evidenciam que o campo político é marcado por lógicas hegemônicas excludentes. A disputa eleitoral de 2020 indica, por um lado, a permanência de espaços de poder dominados por homens brancos e heterossexuais nas prefeituras e nas Câmaras de Vereadores da maior parte das cidades brasileiras; por outro, sinaliza para uma maior presença de transexuais, mulheres negras e indígenas, que conquistaram votações expressivas em diversos municípios, ampliando a representatividade das minorias.³

O presente trabalho, resultado parcial da pesquisa de Mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, se propõe a analisar a cobertura eleitoral em 2020 tendo como foco o jornalismo alternativo feminista praticado pelos portais *Catarinas* e *Gênero e Número*.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Bolsista de produtividade em Pesquisa pelo CNPq.

³ De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), foram mapeadas 294 candidaturas de transexuais em 25 estados brasileiros em 2020. Foram eleitas 30 pessoas trans, o que representa um aumento de 275% em relação ao último pleito. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>. Acesso em 17/06/2021.

No período de 27 de setembro a 10 de dezembro, foram mapeadas 49 publicações, que a partir de diferentes formatos (entrevista, reportagem e, em menor número, opinião) tematizam a participação das mulheres na política e também abordam a violência que enfrentam em meio a um campo assumidamente masculinizado.

Ao longo do artigo, são apresentadas algumas reflexões sobre as condições desiguais de participação das mulheres no espaço público para em seguida discutir a atuação de portais feministas com vistas a visibilizar o protagonismo feminino e levantar o debate sobre pautas de interesse das mulheres durante a disputa eleitoral.

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA POLÍTICA

Para pensar a temática é necessário refletir sobre o histórico e o cenário atual no qual se insere a participação feminina na política brasileira. As mulheres representam 51,6% da população⁴, segundo dados de 2018. O país possui 71 milhões de lares/domicílios e quase metade, 34,4 milhões, são chefiados financeiramente por mulheres⁵ e 56% das que sustentam a família não possuem cônjuge, ou seja, são mães solas. Além disso, as negras compõem a maior parte de mães que criam seus filhos sozinhas. As mulheres também são maioria da população em idade de trabalho, todavia, entre as pessoas ocupadas, verifica-se a predominância de trabalho formal entre os homens. Elas formam 52,5% do eleitorado do país⁶, mas representaram apenas 33,6% das inscrições para concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais de 2020, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O país possui a lei de cotas que estabelece 30%⁷ de candidaturas para cada sexo nas eleições desde 1997, no entanto, as mulheres conseguiram ultrapassar os 30% de candidaturas apenas em 2016 e o percentual de eleitas é ainda menor.

A luta das mulheres no campo da política é histórica. O direito ao voto foi uma das primeiras conquistas no sentido de ampliação da cidadania. No Brasil, o voto feminino foi permitido a partir de 1932, antes disso, cidadão ativo era considerado

⁴ Dados disponíveis em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres>. Acesso em: 16/06/2021.

⁵ Pesquisa disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html. Acesso em: 16/06/2021.

⁶ Estatísticas sobre as eleições municipais de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 16/06/2021.

⁷ Lei de cotas para mulheres nas candidaturas eleitorais disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 8/2/2021.

sinônimo de masculino (MARQUES, 2018). Essa conquista foi resultado de um longo processo de mobilizações e enfrentamentos e a imprensa teve um importante papel na defesa da causa. O jornal sufragista *A Família*⁸ promoveu campanha para o voto feminino desde o início da República em 1989. O jornal publicava assuntos que abordavam o divórcio, com uma posição contrária à autoridade masculina e responsável por dar mais consciência política as mulheres (DUARTE, 2016).

Várias publicações sufragistas e feministas surgiram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, colocando em pauta o direito das mulheres à educação, à profissão e ao voto (MUZART, 2003) e ampliando o debate sobre a atuação das mulheres no espaço público. Segundo Céli Pinto, este tipo de manifestação das mulheres por meio da imprensa aponta para a existência de um “incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas” (PINTO, 2003, p. 33).

O ingresso das mulheres ocorreu de forma lenta e gradual ao longo do século XX. Diante da sub-representação feminina na política, as cotas para cada sexo nas candidaturas ao pleito se apresentaram como um caminho para ampliar a presença das mulheres nas disputas eleitorais. Contudo, para cumprir a regra de 30% nas candidaturas femininas, os partidos registram mulheres que não recebem votos, as chamadas “candidaturas laranjas”. De acordo com estudo realizado no fim das eleições de 2018⁹, de todas as candidaturas de mulheres para a Câmara Federal daquele ano, 35% foram usadas para cumprir formalmente a lei de cotas. Nas eleições de 2020, as mulheres representam apenas 12% de prefeitas eleitas e 16% de vereadoras (TSE). Em um recorte de raça, estima-se que apenas 3% das mulheres que ocupam as prefeituras são negras¹⁰.

Azambuja (2014) diferencia a “igualdade formal” de “igualdade de fato”; a primeira inclui as mulheres somente de maneira institucional nos espaços, mas não consegue incluí-las na maneira prática nas instâncias de deliberação, pois “[...] a igualdade formal precisa aliar-se às políticas por igualdade de fato, que podem ser

⁸ O jornal foi publicado pela professora Josephina Álvares de Azevedo desde 1888, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro (MARQUES, 2018).

⁹ O estudo foi divulgado na reportagem publicada pelo portal de notícias BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>. Acesso em: 16/06/2021.

¹⁰ Pesquisa do Instituto Alziras sobre prefeitas (2016-2020) no Brasil disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>. Acesso em: 16/06/2021.

vistas como igualdade material, aliada a igualdade de oportunidades e a igualdade de presença” (2014, p. 112). Para a autora, a necessidade de observar na mídia a presença de mulheres que atuam na política vai além do quantitativo, é preciso também buscar “[...] o modo como se define essa presença, pois se observa que as mulheres, quando aparecem em coberturas jornalísticas, são representadas como atores sociais deslocados do campo político” (2014, p. 112).

De acordo com a pesquisa do Instituto Alziras citada acima, entre as principais dificuldades enfrentadas por mulheres na política estão: assédio; violência política por ser mulher; falta de recursos para campanha; violência simbólica; falta de espaço na mídia, em comparação com políticos homens; desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas; falta de apoio do partido e/ou base aliada; sobrecarga de trabalho doméstico; e falta de apoio da família.

O cenário apresentado no estudo mostra a necessidade de o jornalismo reconhecer e cobrir pautas que evidenciam a complexidade da inserção e permanência de mulheres na política. Anderson, Bell e Shirky (2013) defendem que mesmo com as transformações do jornalismo pós-industrial e com a inclusão da internet no modo de fazer, divulgar e consumir notícias, a atividade é essencial para a democracia. Sua função pública e política não mudou, mas é preciso que a profissão entenda que seu papel “[...] como porta-voz da verdade, formador de opinião e intérprete – não pode ser reduzido a uma peça substituível para outro sistema social” (2013, p.33).

Considera-se no presente trabalho que a mídia contribui na reprodução das representações de gênero e do papel social de homens e mulheres, assim como impacta na produção de preferências políticas. Para Oliveira (2011), ela decide quais são as vozes que participam da esfera pública, assim como exclui as consideradas ilegítimas para a formação do discurso. O jornalismo alternativo se coloca como um possível diferencial nos discursos, ao interpretar e contextualizar a informação sob a perspectiva dos direitos das mulheres.

JORNALISMO ALTERNATIVO E OS PORTAIS FEMINISTAS

Sabe-se que a esfera pública é um espaço de disputas que se constitui de forma desigual (BIROLI, MIGUEL, 2013). A mídia, à medida que faz circular discursos em torno da política, participa do processo de construção de representações, posicionando a disputa a partir de certos interesses. Afinal, se

existem condições diferenciadas de acesso ao campo da política (BOURDIEU, 2011), pode-se dizer que cabe às mulheres um lugar desfavorável para “jogar o jogo”, em razão do espaço pouco privilegiado que ocupam nos partidos e na mídia. Trata-se de compreender, na análise de Bourdieu (2011, p. 197), “as condições sociais do funcionamento do campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos”.

Para contrapor discursos que legitimam as lógicas hegemônicas do campo político, é preciso olhar para outros cenários midiáticos, de modo a identificar rupturas e tensões. É nesse sentido que uma das funções do jornalismo alternativo se situa na ampliação de vozes na esfera pública (OLIVEIRA, 2001). Por definição, um meio alternativo deve se apresentar como porta-voz dos movimentos sociais e prezar pela independência política e econômica (SERRANO, 2011), além de defender princípios coletivos. Para Oliveira (2001, p. 62), “[...] o discurso da mídia alternativa é metademocrático pois constrói um espaço onde a própria democracia conceitualmente é refletida e discutida”.

No que se refere à mídia alternativa feminista, é importante colocar em evidência seu comprometimento com a inserção de pautas relativas aos direitos das mulheres, de fontes que visibilizam as vozes femininas e de perspectivas contra-hegemônicas, que oferecem elementos diferenciados na compreensão da realidade social. Apropriar-se da mídia a partir de uma perspectiva voltada às demandas das mulheres representa a possibilidade de produção de discursos capazes de interferir na realidade. Assim, as práticas de portais feministas que compreendem a pesquisa se configuram como expressões de resistência que, ao sustentarem projetos políticos coletivos, aproximam o ideal de transformação das desigualdades de gênero ao terreno das práticas cotidianas.

Os dois portais analisados se caracterizam como alternativos e realizam o que se denomina de jornalismo com perspectiva de gênero. O *Catarinas* atua como um portal de jornalismo especializado em gênero e direitos humanos existente desde 2016. De acordo com a própria linha editorial do site: “Buscamos articular o engajamento feminista na construção de narrativas jornalísticas. Entendemos que unir o ativismo feminista à prática jornalística é uma estratégia potencializadora na busca

de objetivos transformadores”¹¹. O portal tem uma cobertura mais local e regional, de Florianópolis e municípios da região de Santa Catarina e isso ficará evidente nos resultados apresentados a seguir.

Já o *Gênero e Número* busca abordar questões de gênero e raça a partir de dados, também desde 2016. O enfoque do portal é fazer uma cobertura mais nacional, com reportagens investigativas e análise de dados: “Acreditamos que nosso trabalho é extremamente relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero e raça precisa melhorar, onde diversos dados importantes e urgentes sobre desigualdades podem e devem ser comunicados”¹².

Nas palavras de Burch (2009, p. 16), “la comunicación con enfoque de género es una comunicación que contribuye a superar la desigualdad y los desequilibrios de poder entre hombres y mujeres en la sociedad”. Ao assumirem uma perspectiva feminista e trabalharem o enfoque de gênero de forma transversal aos conteúdos, os portais feministas possibilitam refletir e promover o debate sobre as mulheres na política a partir de referenciais que contrastam com a hegemonia dos campos político e midiático.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os dados apresentados neste artigo foram coletados a partir das reportagens publicadas pelos portais *Catarinas* e *Gênero e Número* durante as eleições de 2020. O tempo de coleta foi pensado a partir do início da campanha eleitoral de 2020¹³, no dia 27 de setembro, e o fim das eleições no segundo turno, no dia 29 de novembro. Como a cobertura jornalística geralmente ocupa os dias após as eleições para informar sobre os candidatos eleitos, previsões para o próximo ano e reportagens mais interpretativas, isso também foi considerado pelo trabalho, portanto, o período de coleta foi estendido para o dia 10 de dezembro.

Como a interface dos dois sites são diferentes, assim como a distribuição das publicações em editoriais ou não, o levantamento foi feito por caminhos distintos. No

¹¹ Trecho da linha editorial do *Portal Catarinas* disponível em: <https://catarinas.info/linha-editorial/>. Acesso em: 15/06/2021.

¹² Trecho da página institucional do site *Gênero e Número*. Disponível em: <http://www.generonumero.media/institucional/>. Acesso em: 16/06/2021.

¹³ Calendário eleitoral de 2020 divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral>. Acesso em: 15/06/2020.

portal *Catarinas* foi necessário entrar na indicação “Notícias” e voltar às páginas até a data de início de coleta indicada acima. Vale ressaltar que não é possível verificar as datas das publicações sem abrir a página específica de cada matéria, então foi preciso abrir uma por uma. Outra ressalva é que o portal fez uma cobertura especial sobre as eleições de 2020, com início no dia 2 de novembro; é possível encontrar essas matérias na parte de busca do site, mas a presente coleta considera as publicações desde setembro, então foi necessário também recuperar as produções anteriores.

No site *Gênero e Número* a organização das reportagens é feita por editorias, coberturas especiais e/ou formatos das publicações, não por datas. Para encontrar as matérias analisadas foi necessário entrar na indicação “Eleições 2020: acompanhe nossa cobertura baseada em dados e diversidade”¹⁴. Na página é possível encontrar reportagens sobre eleições desde o dia 17 de setembro de 2020, primeira publicação considerada parte da cobertura eleitoral pelo site.

A partir do levantamento foi possível selecionar a amostra a ser analisada, composta por 26 publicações do portal *Catarinas* e 23 do *Gênero e Número*, para compor um panorama geral sobre a caracterização dos portais na cobertura das eleições. De início, já é perceptível a semelhança entre os dois veículos de informação no número de publicações sobre as eleições em 2020.

O método escolhido é a Análise de Conteúdo (AC), que contribuiu para uma sistematização das frequências ou regularidades presentes nos portais. Para Herscovitz (2007), a AC é uma técnica útil para a pesquisa em jornalismo porque “[...] ajuda-nos a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens (HERSCOVITZ, 2007 apud SHOEMAKER & REESE, 1996, p. 124). A autora também traz o paradigma de Lasswell (1927) para tentar formular as questões centrais da análise de conteúdo: “o que diz a mídia, para quem, em que medida e com que efeito?” (HERSCOVITZ, 2007. p. 127). Essas perguntas também foram pensadas para estabelecer as categorias de análise e cruzadas com perspectivas de um jornalismo feminista para uma caracterização da cobertura dos veículos sobre o tema da política.

¹⁴ Página do portal *Gênero e Número* com as reportagens da cobertura especial sobre as eleições de 2020. Disponível em: <http://generonumero.media/eleicoes2020/>. Acesso em: 15/06/2021.

Primeiramente, foram estabelecidas algumas categorias para facilitar a esquematização das reportagens, como data de publicação, título e link de acesso. Outras categorias também foram utilizadas como formato, tema geral, classificação em editoriais, autoria, contexto (local, regional ou nacional), se cita mulheres candidatas, outros personagens políticos e partidos e se o tema violência política contra as mulheres aparece.

Em termos metodológicos, portanto, a análise esteve orientada em especificidades da produção jornalística com perspectiva de gênero (CHAER, SANTORO, 2007; CIMAC, 2009), que consideram aspectos como a abordagem das pautas, o equilíbrio entre homens e mulheres como fontes e o tratamento dos temas. Os resultados principais são apresentados a seguir e contemplam a presença de candidaturas femininas, cobertura da violência política de gênero e temas predominantes nos portais *Catarinas* e *Gênero e Número*.

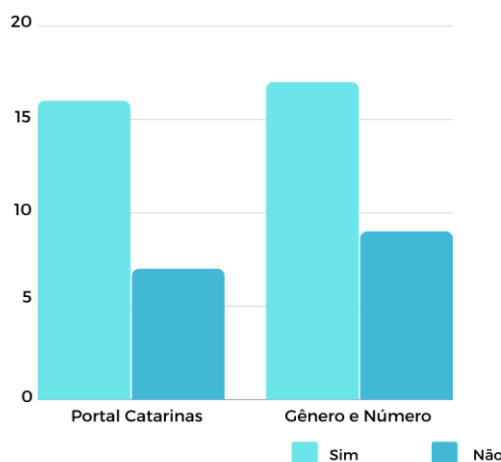
A COBERTURA JORNALÍSTICA EM POLÍTICA COM ENFOQUE DE GÊNERO

A partir do levantamento, foi possível perceber o equilíbrio entre o número de reportagens sobre eleições publicadas pelos portais *Catarinas* e *Gênero e Número* durante o período estabelecido. Os dois veículos também destinaram uma cobertura específica para as eleições, com o objetivo de trazer principalmente candidatas mulheres com pautas feministas e problematizar as dificuldades que mulheres e mulheres negras enfrentam ao tentar entrar no espaço político.

Entrevistas com mulheres candidatas como um formato especial na cobertura aparecem nos dois veículos de informação. No *Gênero e Número* foram 7 (30%) reportagens que tinham o objetivo de trazer para as leitoras e leitores o conhecimento de candidatas mulheres, pautas de campanha, histórico de luta dentro de movimentos sociais, dificuldades, etc. No portal *Catarinas*, 9 (34%) tinham o mesmo formato e objetivo. Vale ressaltar que a cobertura do primeiro site começou em agosto com as entrevistas, já o segundo inicia o especial no dia 2 de novembro de 2020.

Além da preocupação em destinar um espaço para divulgar as candidatas, os veículos frequentemente as citam como fontes dos acontecimentos mencionados nas reportagens. Por isso, o número de vezes em que candidatas foram citadas nas reportagens dos dois veículos é maior do que o de homens, como mostra o gráfico 1:

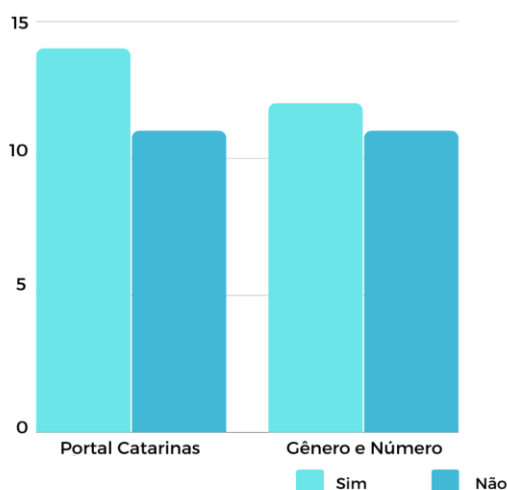
Gráfico 1: Frequência de citações de candidatas mulheres nos portais



Fonte: Autoras (2021)

Houve também a preocupação dos dois portais em problematizar a violência política de gênero sofrida por mulheres candidatas durante a campanha nas eleições de 2020. Como mostra a reportagem do *Gênero e Número*: “Em Recife e Porto Alegre, resultados das eleições espelham força de oligarquias e violência política contra mulheres”¹⁵. Também a publicada pelo *Portal Catarinas*: “Em Santa Catarina, 61% das candidatas dizem já ter sofrido violência política de gênero”¹⁶. A frequência da temática pode ser vista no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Presença do tema da violência política de gênero nos portais



Fonte: Autoras (2021)

¹⁵ Reportagem disponível em: <http://www.generonumero.media/marilia-arraes-e-manuela-davila/>. Acesso em: 16/06/2021.

¹⁶ Reportagem disponível em: <https://catarinatas.info/em-santa-catarina-61-das-candidatas-dizem-ja-terem-sofrido-violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 16/06/2021.

De acordo com Matos (2021), a Violência Política Contra as Mulheres ou Violência Política de Gênero é pouco reconhecida pela população em geral e pelos políticos, mas vem sendo praticada há muito tempo. “Enquanto forma de controle e disciplinamento do acesso e permanência das mulheres no campo político parlamentar [...]” (MATOS, 2021. p. 211). A preocupação dos veículos em problematizar essa questão, principalmente num cenário de campanha política online e aumento de *fake news*, fica evidente quando mais da metade das publicações nos dois portais citam o tema.

Os formatos que aparecem nas publicações são distintos entre os dois sites, assim como a autoria dos textos. No *Gênero e Número* a produção se concentra entre reportagens investigativas (15) e entrevistas (7), todas com autoria da própria redação. Já o *Portal Catarinas* apresenta formatos mais variados, com entrevistas (9), reportagens (12) e opinião (4), além de uma publicação com caráter de depoimento. Vale ressaltar que o site publica conteúdos de outros veículos, campanhas e organizações, por isso a colaboração da Campanha Meu Voto Será Feminista¹⁷ aparece na cobertura política do *Catarinas*, como na publicação: “Um mês para apertar o verde a uma feminista”¹⁸. Sendo assim, 17 matérias são de autoria própria e nove contribuições.

Outra diferença está no contexto em que as publicações se enquadram. No *Gênero e Número* todas as publicações têm enfoque nacional, mesmo nas entrevistas com candidatas, o veículo ainda contextualiza de forma mais abrangente. Isso também se deve ao objetivo do portal como veículo informativo de dados, com reportagens que são mais investigativas, análises comparativas, uso de recursos gráficos e infográficos interativos. O *Portal Catarinas* varia a cobertura entre o local (10), publicações que tratam apenas de Florianópolis - SC, regional (3), as que abrangem mais municípios do estado Santa Catarina, e nacional (13).

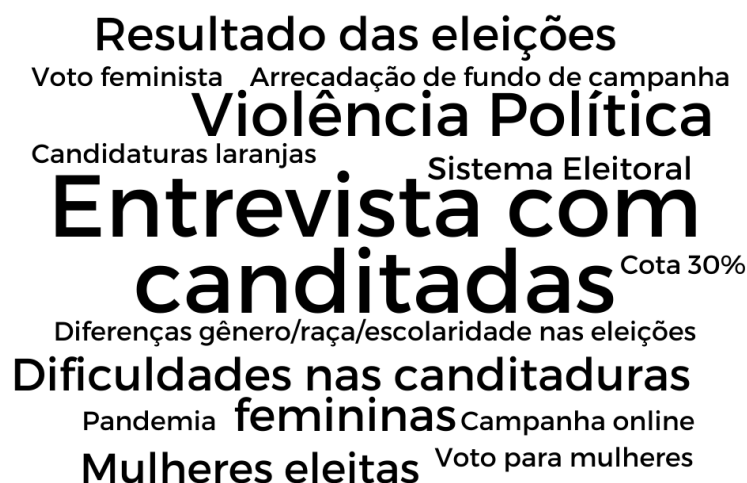
Uma das principais características dos dois veículos está nos temas que predominam na cobertura. Para essa identificar foi necessário classificar as publicações e observar as frequências. Deste modo, a nuvem de palavras abaixo

¹⁷ Site da campanha disponível em: <https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>. Data de acesso: 16/06/2021.

¹⁸ Publicação do Portal Catarinas disponível em: <https://catarinas.info/um-mes-para-apertar-o-verde-a-uma-feminista/>. Data de acesso: 16/06/2021.

ilustra quais são as temáticas que mais se aparecem. Para melhor leitura, destaca-se que quanto maior for a palavra ou frase na nuvem, mais frequente ela está entre as temáticas.

Figura 1 – Temas que predominam na cobertura das eleições 2020 nos portais



Fonte: Autoras (2021)

Como citado anteriormente, a entrevista com candidatas aparece nos dois portais e com maior frequência entre as temáticas. Violência política também foi uma preocupação, principalmente depois do resultado do primeiro turno das eleições, com relatos de candidatas durante as campanhas e denúncias. Os temas voto feminista, voto para mulheres e arrecadação de fundo de campanha aparece somente no *Portal Catarinas*, em matérias colaborativas e de cunho opinativo. O *Gênero e Número*, por trabalhar com reportagens investigativas, trouxe dados de desigualdade entre mulheres brancas e negras nas prefeituras do país, além da paridade de gênero e de raça na eleição de vereadoras, candidaturas laranjas, não cumprimento dos partidos na cota de 30% e nível de escolaridade das candidatas, que é maior em comparação com candidatos homens, mas isso não é garantia de elegibilidade para elas¹⁹. As dificuldades nas candidaturas, campanha online e pandemia aparecem de forma similar nos dois veículos em reportagens específicas, mas também em relatos das candidatas durante as entrevistas. Trazer quais foram as mulheres eleitas e os

¹⁹ Reportagem disponível em:
<http://www.generonumero.media/mulheres-prefeitas-ensino-superior/>. Acesso em: 17/06/2021.

resultados das eleições numa perspectiva local, no caso do *Catarinas*, e nacional no *Gênero e Número*, também marcou a cobertura sobre as eleições dos portais.

Por fim, outro aspecto analisado são as duas reportagens investigativas produzidas em conjunto com outros portais e que aparecem entre as publicações dos dois veículos aqui analisados. Como exemplo: “Exclusivo: na reta final das eleições teve um caso de violência política a cada três horas”²⁰, título de reportagem publicada no *Portal Catarinas* no dia 20 de novembro, e “Na reta final do primeiro turno das eleições mulheres foram vítimas de violência política a cada dois dias”²¹, publicada no *Gênero e Número* no dia 24 de novembro. A reportagem fez parte do projeto *Violência nas Eleições*, que foi realizado por uma equipe de jornalistas de nove veículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram observadas as particularidades da cobertura jornalística política nos portais feministas *Catarinas* e *Gênero e Número*. Ao todo, foram analisadas 49 reportagens durante o período de 27 de setembro a 10 de dezembro. O foco da reflexão foi caracterizar como esses dois veículos buscaram pautar e visibilizar as mulheres nas eleições de 2020. Durante a apresentação dos dados, fica clara a missão dos portais em evidenciar a presença de candidaturas femininas e a preocupação em trazer à tona casos de violência política de gênero, assim como problematizar as desigualdades que existem na participação das mulheres no campo da política.

Os resultados revelam a contribuição do jornalismo ao inserir as candidaturas de mulheres como pauta na esfera pública. Também mostram as dificuldades, a violência simbólica e estrutural que é perpetuada nesse espaço, que muitas vezes chega ao ponto de se tornar material, como foi possível observar nas reportagens exemplificadas neste trabalho. O jornalismo alternativo feminista representado pelos dois portais atua na defesa e ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação.

REFERÊNCIAS

²⁰ Reportagem disponível em: <https://catarinas.info/exclusivo-reta-final-das-eleicoes-teve-um-caso-de-violencia-politica-a-cada-3-horas/>. Acesso em: 16/06/2021.

²¹ Reportagem disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-violencia-eleicoes/>. Acesso em: 16/06/2021.

ANDERSON, C.; BELL, Emily e SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. In: **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 5, ano 2, São Paulo, p. 30-89, abril/maio/junho 2013.

AZAMBUJA, Kátia Carolina Meurer. **Veja, há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política**. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18441/1/2014_KatiaCarolinaMeurerAzambuja.pdf. Acesso em: 16/06/2021.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 28, núm. 81, fev. 2013, p. 77-95. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/107/10725598006.pdf>. Acesso em 16/06/2021.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274/5133>. Acesso em 16/06/2021.

BURCH, Sally. Comunicación, organización y género. **Ellas tienen la palabra**. Área Mujeres ALAI – Materiales para la formación 1. Quito: ALAI, 2009.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (orgs.). **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CIMAC. **Hacia la construcción de un periodismo no sexista**. Edición Comunicación e Información de la Mujer. Ciudad de México: CIMAC, 2009.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. **O Voto Feminino no Brasil**. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições, Câmara, 2018.

HERSCOVITZ, H.G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia**. Signo y Pensamiento, v. 30, n.58, Jan./Jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48232011000100004. Acesso em: 16/06/2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SERRANO, Pascual. **El periodismo es noticia**: Tendencias sobre comunicación en el siglo XXI. Quito: CIESPAL, 2011.

A FLEXIBILIZAÇÃO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO EXPRESSAS NO TELETRABALHO DAS MÃES JORNALISTAS NO CONTEXTO DE COVID-19

Nara Lia dos Santos Souza¹

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar reflexões sobre a tríade pandemia, trabalho e gênero, a partir do resultado de uma pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) que investiga a situação das jornalistas e mães que estão trabalhando em *home office*. O esforço, portanto, é expor de que modo esse “novo normal”, constituído de uma prática cumulativa de atividades no ambiente doméstico aliada ao uso das tecnologias, significa o impulsionamento da precarização do trabalho e evidenciam a desigualdade de gênero. As mulheres jornalistas seguem desempenhando, majoritariamente, as funções domésticas e o cuidado com os filhos e/ou demais familiares. Entendemos as reflexões sobre o estudo como um alerta para a urgência em se discutir a regulamentação do *home office*, um dos rearranjos das relações de trabalho feito pelas empresas para driblar as crises econômicas e sanitária. Sobretudo, pelo fato de que esse cenário é também causa de adoecimento para essas trabalhadoras.

PALAVRAS-CHAVE: pandemia; precarização do trabalho; *home office*; mães jornalistas; saúde mental.

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2020, experimentamos, sem precedentes, uma quarentena de proporção global. O mundo começava a vivenciar a pandemia de Covid-19. O primeiro caso da doença foi registrado aqui no Brasil em fevereiro, na cidade de São Paulo e, em março, quando veio a declaração de transmissão comunitária, também foi anunciada a primeira morte. Em virtude da ausência de medicamentos e vacinas, o país adotou medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), entre elas, o isolamento social para conter o contágio e, desse modo, o índice de óbitos. Com isso, espaços coletivos públicos e privados (universidades, lojas, escolas, supermercados, bares e restaurantes, etc.), em geral, precisaram ser fechados impactando, de forma multifacetada, a política, a economia, o trabalho, a educação, as questões de gênero e raça, o sistema penal e até a cultura.

¹ Discente do Programa de Pós-graduação Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGJor/UEPG)

Em reação a esse cenário de crise sanitária bem como econômica, o governo brasileiro, entre outras coisas, disponibilizou linhas de crédito para

auxiliar as empresas do mesmo modo que enviou ao Congresso Nacional uma proposta de criação de auxílio emergencial, direcionado à população mais vulnerável – de início o valor seria de R\$200, mas com interferência da oposição foi reajustado para duas faixas: R\$600 e R\$1.200. Somado a isso, uma série de medidas provisórias foram criadas para flexibilizar as regras estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, com a narrativa de que essa é a única saída encontrada para manter os empregos e renda dos trabalhadores brasileiros. Ao empregador foi permitido, então, a antecipação das férias coletivas, o aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, entre outras regras, como a alteração do trabalho presencial pelo teletrabalho (*home office*), trabalho remoto ou outro tipo de trabalho à distância.

Nessa lógica, trabalhadores e trabalhadoras, embora na mesma situação, foram impactados de maneira distinta. Ser produtivo e cumprir prazos no ambiente doméstico tornou-se complexo, sobretudo para as mulheres, pois com os filhos em casa, em idade escolar, os cuidados e o serviço doméstico ainda é desempenhado, majoritariamente, por elas, conforme indica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse conflito trabalho-família, em que o acúmulo de atividades se soma ao contexto de retrocesso dos direitos trabalhistas podem funcionar também como base para o adoecimento dessas trabalhadoras.

Por isso, esse trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre a tríade pandemia, trabalho e gênero, a partir do resultado da pesquisa “*Mães jornalistas e o contexto da pandemia*”, realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em parceria com a Comissão Nacional de Mulheres, que investiga a situação das jornalistas que estão se dedicando à maternidade ao mesmo tempo em que estão trabalhando em *home office*. Para tanto, primeiro mostramos em que cenário a pandemia surge no Brasil, de que modo o governo brasileiro reagiu (e segue reagindo mais de um ano depois) à crise sanitária e como esse gerenciamento contribuiu com a precarização do trabalho.

Depois, demonstramos como as questões de gênero se apresentam no conflito trabalho-família no teletrabalho. Em acréscimo, descrevemos os resultados da pesquisa e de que modo essa modalidade de trabalho, aliada a condições precárias, além de manter as mães jornalistas invisíveis em suas exaustivas jornadas, também as deixam suscetíveis aos fenômenos de saúde-doença, especialmente, às psicossomáticas, em função das desigualdades socioeconômicas e de direitos. Nas considerações finais reiteramos a importância da pesquisa, a despeito de algumas ressalvas que observamos e que interpretamos como possibilidades de ampliação na investigação sobre as mães jornalistas não somente restrito a esse período de crise sanitária, mas de forma geral.

O coronavírus e o impulsionamento da precarização do trabalho

Em março de 2020², a OMS, uma agência especializada em saúde subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que estávamos vivenciando uma pandemia de covid-19 causada pelo coronavírus Sars-Cov-2. Pandemia, na definição da OMS, é a disseminação mundial de uma nova doença para a qual as pessoas não têm imunidade³. O que, a princípio, parecia ser uma doença respiratória que ficaria restrita ao continente asiático, rapidamente se espalhou pelo mundo – no final de janeiro de 2020, já eram 10.000 infectados na China e em outros 129 países⁴. As autoridades internacionais de saúde apontaram que se trata de um vírus infeccioso, com índice de contágio alto em que a transmissão acontece por meio de proximidade com alguém contaminado ou se entrar em contato com os olhos, nariz e boca depois de tocar em uma superfície contaminada⁵, visto que as gotículas expelidas por uma pessoa

² <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus> acessado em setembro de 2020.

³ <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20pandemia%20%C3%A9,su%20de%20pessoa%20para%20pessoa>. acessado em setembro de 2020.

⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924_318538.html?rel=friso-portada acessado em setembro de 2020.

⁵ <https://bvsms.saude.gov.br/ultimas-noticias/3135-novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas> acessado em setembro de 2020.

infectada ao tossir, espirrar ou expirar são pesadas demais, não conseguem ficar suspensas no ar e acabam se depositando em pavimentos ou superfícies.

Os sintomas da doença podem ser leves e moderados, como tosse seca e falta de ar, da mesma maneira que podem evoluir para um estágio mais crítico em que há inflamação grave no pulmão e síndrome do desconforto respiratório agudo (excesso de líquido nos pulmões); condição esta que pode ser fatal⁶. Os impactos no corpo humano, portanto, são múltiplos. Atinge o sistema circulatório, podendo causar embolia pulmonar e isquemia nos dedos, nas mãos; também causa danos aos rins, sistema nervoso e digestório, em que, dependendo da gravidade do estado de saúde da pessoa contaminada, ocasiona falência desses sistemas. Ainda existem muitas dúvidas a respeito da doença, não se sabe quais, exatamente, são as sequelas que ela pode causar. Bem no início, por exemplo, acreditava-se que os idosos seriam atingidos em maior número, no entanto, conforme o tempo foi passando, verificou-se que os jovens também são afetados e, em alguns casos, inclusive, foram a óbito. Trata-se, portanto, de uma doença grave – pouco mais de um ano depois, a pandemia de coronavírus já provocou aproximadamente 3,5 milhões de mortes no mundo. Em maio de 2021, os países que registraram mais óbitos por dia foram a Índia (4.194), seguida pelo Brasil (2.215) e Argentina (692). Nessa condição de segundo lugar no ranking de países do mundo com mais mortes por covid-19 por milhão⁷ são mais de 450 mil vítimas⁸ da doença no país.

Diante disso, para ajudar a conter o avanço da transmissão da doença, as autoridades internacionais de saúde recomendaram aos Estados algumas medidas emergenciais⁹, tais como, o distanciamento de pelo menos um metro entre as pessoas (em caso de saída para ambientes coletivos), o uso de máscara, a constante higienização das mãos. “Diante da ausência de vacina ou

⁶ Educare | O impacto do novo coronavírus no corpo humano <https://educare.fiocruz.br> acessado em 04 de junho de 2021.

⁷ <https://www.istoedinheiro.com.br/covid-brasil-e-o-2o-pais-do-mundo-em-mortes-por-milhao-em-plataforma-da-oxford/> acessado em 04 de junho de 2021.

⁸ <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/saude/ranking-do-coronavirus-por-paises-mortes-por-milhao/> acessado em 04 de junho de 2021.

⁹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/30/oms-reforca-que-medidas-de-isolamento-social-sao-a-melhor-alternativa-contr-o-coronavirus.ghtml> acessado em setembro de 2020.

medicamento capaz de tratar os doentes, os governos recorrem ao isolamento social como estratégia para impedir o aumento da curva de contaminação” (NETO, 2020, p.193). Escolas, universidades, o comércio em

geral, entre outros, foram todos fechados. Os países já sentiriam os impactos pelo gravíssimo quadro de saúde pública, mas a necessidade do confinamento atingiu duramente a economia mundial. Esse quadro, por sua vez, repercutiu na vida do trabalhador através das relações de trabalho com o processo de flexibilização – também compreendido como precarização foi desencadeado em 1970, consolidado na década de 1990 e interrompida pelas as gestões Lula e Dilma – retomado após o golpe de estado em 2016. Antunes (2020, p.145) explica que “a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural”.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feita em 2019, confirmam esse panorama. O índice do PIB e poder de consumo das famílias em baixa com recuperações tímidas de 1.1% e 1.3%, respectivamente; enquanto entre 2012 e 2015 o desemprego não chegava a 7%, entre 2016 e 2019, esse número quase dobrou, oscilando de 11 a 12%, o que resultou em 11,6 milhões de pessoas desocupadas. Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores informais (11,9 milhões) atuando no setor privado também aumentou assim como a quantidade de pessoas que passaram a trabalhar por conta própria – acréscimo de 782 mil, totalizando 24,6 milhões pessoas nessa condição (GIZZI e MENDONÇA, 2020, p.233). Quer dizer, o contexto que já não estava favorável para o trabalhador, se tornou ainda mais complexo com a necessidade do confinamento porque para o trabalhador, garantir sua sobrevivência e dignidade, significava um risco de desemprego ou de contaminação.

Diante disso, a expectativa era que o governo brasileiro reagisse com decisões políticas que privilegiassem a proteção da vida, saúde, a renda e distribuição de riqueza em favor dos mais vulneráveis, afinal “a crise econômico-sanitária do novo coronavírus demanda a intervenção estatal sob pena do caos

social se instalar, resultando no colapso do sistema capitalista de produção” (idem, p.194). Inclusive, essa foi uma exigência das organizações de saúde

internacionais. No entanto, o governo de Jair Messias Bolsonaro, sob a justificativa de preservação de postos de trabalho editou, em março de 2020,

instrumentos normativos voltados à preservação do emprego e da renda dos trabalhadores. Trata-se da Lei n. 13.982/2020 [também conhecida como Reforma Trabalhista], que estipulou um auxílio emergencial de R\$ 600,00 para os trabalhadores autônomos, e das medidas provisórias 927 e 936/2020, que estabelecem regras mais flexíveis de teletrabalho, antecipação de férias, bancos de horas, redução do salário e suspensão do contrato de trabalho, além de um benefício emergencial para compor perdas salariais (idem).

Entre as principais medidas, a MP 927/2020 também garantiu ao empregador a possibilidade de mudar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, trabalho remoto ou outro tipo de trabalho à distância, independentemente, de acordos individuais ou coletivos. Como resultado da narrativa de que a retirada e/ou a flexibilização de direitos trabalhistas seriam as únicas alternativas para o enfrentamento das crises econômica e sanitária, abertamente uma defesa da agenda liberal, Moronte (2020, p.220) identifica três cenários de desigualdades evidentes: a) os trabalhadores sem trabalho, b) os teletrabalhadores e c) os trabalhadores em tempos de guerra, ou seja, os que foram demitidos, os que estão trabalhando de casa (*home office*) e os que estão trabalhando presencialmente por atuarem em atividades consideradas essenciais, entre elas, o jornalismo. Um decreto de março de 2020 considerou a imprensa como uma atividade que não pode ser paralisada, ou seja, essencial, mas que deve levar em conta todas as cautelas para redução da transmissibilidade da COVID-19, conforme prevê a Lei 13.979/2020 quanto a restrição de circulação das pessoas.

No entanto, com base na definição acima, apesar de ser considerada uma atividade essencial, 75,2% desses profissionais de comunicação está trabalhando em *home office*¹⁰ enquanto 24,8% segue trabalhando

¹⁰ A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) promoveu, entre os dias 20 de maio de 10 de junho de 2020, uma pesquisa nacional para verificar como a pandemia de covid19 está afetando os(as) jornalistas

presencialmente. Em novembro de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹¹ mostrou que dos 80,2 milhões de ocupados e não afastados, a maioria das pessoas em trabalho remoto eram mulheres (57,8%), da cor branca (65,3%), com nível superior completo (76%), entre 30 e 39 anos (31,8%). Ainda, conforme o estudo, no mesmo período 2,85 milhões de pessoas estavam trabalhando remotamente no setor público enquanto 4,48 milhões atuavam no setor privado. Quanto à localização, o Sudeste (58,3%) é a região que mais concentra pessoas trabalhando remotamente. Por outro lado, os menores percentuais foram observados no Pará (3,1%), no Amazonas (3,5%) e no Mato Grosso (3,8%).

Nunca é demais lembrar que, de acordo com o relatório da pesquisa Pnad Contínua, divulgado em 22/05/2019, das 71 milhões de residências existentes no Brasil, no ano de 2018, 55% eram chefiadas por homens e 45% por mulheres. Se considerarmos que para essas trabalhadoras a casa se tornou espaço de concentração do trabalho profissional, cuidados com os filhos em idade escolar ou outro integrante da família e também o serviço doméstico, percebemos que podem existir diversos dilemas. Sobretudo, porque Antunes (2020, p.147) vai dizer que os processos de adoecimento têm como pano de fundo, entre outras coisas, a flexibilização do trabalho e “o crescente processo de individualização do trabalho e a ruptura do tecido de solidariedade antes presentes entre os trabalhadores”. No teletrabalho vivencia-se as duas coisas.

O trabalho é virtual, mas o trabalhador é real

A Consolidação das Leis Trabalhista alterada pela Lei 13.467/2017 considera teletrabalho “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho

que trabalham em redação, com ou sem vínculo empregatício. O objetivo era verificar quais ações as empresas de comunicação estavam promovendo para proteger seus trabalhadores(as) e como a pandemia interferiu nas relações de trabalho. Quatrocentos e cinquenta e sete profissionais de comunicação que responderam à pesquisa. <https://fenaj.org.br/covid-19-entre-jornalistas-cresce-pressao-no-trabalho-profissionais-tem-salario-reduzido/> acessado em 02 de junho de 2021.

¹¹ https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37463 acessado em 01 de junho de 2021.

externo” (BRASIL, 2017). Alguns teletrabalhadores realizam parte ou a totalidade de seu trabalho em casa e outros são móveis (deslocamentos e viagens). O teletrabalho pode ser celebrado por meio de acordos contratuais em que os

teletrabalhadores estão ligados a estruturas organizacionais tradicionais, mas também há os autônomos. Do ponto de vista gerencial, as empresas podem se beneficiar com a produtividade, maior flexibilidade e redução de custos. Outros elementos a serem reduzidos são os níveis de poluição, congestionamento de tráfego e consumo de energia. No entanto, diferente das empresas que podem se reconfigurar com facilidade, para os trabalhadores esses rearranjos mais flexíveis têm outro significado.

É válido reconhecer que alguns itens do trabalho tradicional são eliminados, pois em casa o trabalhador executa sua função em seu próprio ritmo, não precisa usar roupas formais, não tem mais a necessidade de deslocamento e dependendo do ambiente doméstico pode até fazer isso ao ar livre (HABIB e CORNFORD, 2016, p.297). Contudo, apesar da aparência de um ambiente saudável e produtivo, Moronte (2020) pontua, por exemplo, que os teletrabalhadores ficam com o convívio social e os contatos humanos prejudicados. Em decorrência disso fica mais difícil ter empatia com os outros, pois no caso de um contato por e-mail, telefone, as relações tornam-se mais distanciadas, mais esfriadas, mais “coisificadas” e essa situação traz consequências. Em condições de trabalho presencial Antunes (2020, p.147) já tinha registrado que

essa quebra dos laços de solidariedade e, por conseguinte, da capacidade do acionamento das estratégias coletivas de defesa entre os trabalhadores que se encontra na base do aumento dos processos de adoecimento psíquico e de sua expressão mais contundente, o suicídio no local de trabalho.

Imaginemos, então, esses elementos associados ao contexto de pandemia, em que a situação para as mulheres já era de desigualdades evidentes no próprio processo de inserção dessa trabalhadora no mundo do trabalho, no início do século XX em que foi constituído social, econômico e culturalmente “a diferenciação de gênero no âmbito das relações de trabalho ao se admitir que mulheres exercessem preferencialmente trabalhos que

constituíssem extensões dos papéis sociais femininos convencionais” (MARQUES, 2016, p.674). Ficou reservado à mulher o espaço privado, da esfera dos filhos e da família; e ao homem, o espaço público, da conquista e da

exploração. Trazendo a questão da desigualdade de gênero para o mundo do trabalho do jornalismo, não foi diferente. Fígaro (2018) indica que o início da mudança do perfil de gênero de jornalistas com carteira de trabalho assinada no Brasil foi em meados da década de 1980 e o começo dos anos 2000. Complementar a isso, ainda de acordo com a autora, em condições tradicionais de trabalho (presencial), as mulheres jornalistas já sofrem com a “estratificação na profissão” que já conta com os ingredientes discriminatórios em suas rotinas de trabalho, tais como, “salários mais baixos do que o dos homens, cargos inferiores, dificuldades em obter promoção na carreira para ascensão profissional, pautas de menor relevância e sempre são destacados os valores da aparência para que se dê destaque a uma profissional” (FÍGARO, 2018, p.579).

E assim, estando em *home office*, parece ainda estar convencionado à trabalhadora conciliar o desempenho no trabalho com as atividades domésticas e o convívio em família. Se por um lado, “o contato mais próximo com a família e os filhos e maior tranquilidade proporcionada pelo não deslocamento, evitando a exposição à insegurança das cidades e o estresse” (ASSIS, 2020, p.213) são considerados vantagens para desempenhar atividades profissionais de casa; do outro, sobretudo, no caso das mulheres, a sobrecarga torna o cenário ainda mais complexo, pois com os filhos em casa, sem aulas, e sem a possibilidade de pedir ajuda aos avós – crianças são assintomáticas e podem transmitir o vírus para adultos e os mais velhos –, sobra para as mães a maior parte das tarefas.

Nessa indefinição da linha de demarcação entre o trabalho e a vida privada (HABIB e CORNFORD, 2016) a tecnologia passa a exercer um papel central no controle do trabalho e isso, para alguns autores, vai causar uma mudança significativa nas relações de trabalho, inclusive, depois do período de pandemia. As teletrabalhadoras além de arcarem também com os custos de toda a estrutura (que envolve equipamentos, energia elétrica e internet, por exemplo), ficam sob controle quase que absoluto do empregador, que exige cada vez mais. Desse modo, aumentam a quantidade de horas trabalhadas e intensificam o

número de tarefas no mesmo espaço de tempo. Essa é mais uma forma de perceber a flexibilização no dia a dia laboral. Antunes (2020, p. 145) explica que temos “a sensação de que o tempo foi comprimido, e também na densificação

da jornada de trabalho, na qual todos se desdobram para executar sozinhos o que antes era feito por dois ou mais trabalhadores”. Por isso, como aponta Fígaro (2018) “não é possível separar a questão da mulher da discussão sobre as estruturas de poder e das classes sociais”. É um cenário que cobra adaptações e rearranjos, mas também traz consequências.

Seligmann (2011) explica que a desigualdade econômica e também de direitos, considerando seus devidos contextos, exercem influência direta e também indireta sobre as condições ideais de saúde e os quadros patológicos das pessoas. Um trabalhador em situação de exaustão, afasta-se de suas atividades motoras e sensoriais, pois não tem mais contato direto com o que produz e, como consequência desse trabalho invisível, passa a experimentar a sensação de a presença humana é apenas mais uma peça. Essa perda de significados do trabalho pode atingir diretamente a identidade social, extinguindo interesses e prazer (2011, p. 82), em que a vida laboral e o mundo afetivo passam a existir de maneira operativa. Em outros termos, o indivíduo age de maneira indiferente em todos os âmbitos de sua vida, onde o agir se torna totalmente automático despido de demonstração de quaisquer tipos de sentimentos, caracterizando uma reorganização regressiva. Um desequilíbrio psico-orgânico a partir dos ambientes físicos e sociais do trabalho experimentado por um período longo de tempo poderia, inclusive, desencadear danos físicos, atingindo órgãos e músculos do corpo.

A Pesquisa

A pesquisa “*Mães jornalistas e o contexto da pandemia*”, realizada pela a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em parceria com a Comissão Nacional de Mulheres e com o apoio dos sindicatos da categoria de todo o país, dividiu-se em quatro seções para obter seus resultados. Primeiro investigou o perfil das respondentes a partir de informações sobre o local onde mora, faixa etária, raça, grau de escolaridade e se é sindicalizada ou não. O resultado revela

que a grande maioria dessas trabalhadoras **residem em uma capital (68, 84%)**; boa parte em São Paulo (24,64%); **são brancas (63,91%)**; graduadas (57,39%); tem **entre 35 e 44 anos (56,44%)**; e **não são sindicalizadas (64,71%)**. Na

sequência, apurou-se as condições de trabalho. A maioria delas manteve seu trabalho (91,1%) com vínculo formal (58,51%) e estão atuando em Assessoria de Imprensa (43,77%), de órgão público (23,69%), em *home office* (59,78%); sem redução de salário (57,82%) e, por isso, sem necessidade de solicitar o auxílio emergencial (84%).

Com relação à situação familiar dessas mulheres e a opinião delas sobre a volta às aulas presenciais dos filhos (as), averiguou-se que a maioria das mães jornalistas estão trabalhando ao mesmo que precisam cuidar de um filho (64,4%) que cursa até o 5º ano do ensino fundamental (82,3%), ou seja, “desde bebês até crianças com 10 ou 11 anos de idade, em fase de intenso aprendizado” (FENAJ, 2020). Esse filho(a) estudante de colégio privado (69,79%), com aulas em modelo remoto (49,28%), conta também com os cuidados do pai (63,4%), até porque essa trabalhadora precisa cuidar de outra pessoa da família (26,7%). As mães jornalistas também dispõem de plano de saúde, seja pagando por conta própria (40,22%) ou através da empresa em que trabalham (36,09%). O estudo mostra ainda que apesar da maioria ser contra o retorno dos filhos ao ensino presencial (88,4%) e pensavam em até tirar o filho da escola, caso seja obrigatório ir (18,6%), uma parcela das mães jornalistas assegura que não vai permitir esse retorno (47,1%).

Com base no que foi apresentado anteriormente, esse perfil de mulheres, trabalhadoras e mães em sua maioria brancas, com ensino superior completo, em *home office*, sem alteração de salário, com rede de apoio, plano de saúde, podendo escolher enviar ou não os filhos(as) para a escola da rede privada no período de pandemia, sinaliza dois caminhos distintos: de um lado, observa-se uma situação de privilégios em que há possibilidades de escolhas por terem uma condição estrutural melhor se comparado ao cenário das mães trabalhadoras desempregadas ou que estão cumprindo suas funções presencialmente; do outro, embora o *home office* seja uma opção segura diante da questão de disseminação do coronavírus, pelo fato de não estar regulamentado se torna

uma situação precária de trabalho visto que há o acúmulo das funções (profissionais, maternas e domésticas) no mesmo ambiente e, com isso, ocasionar o adoecimento dessas trabalhadoras.

Pelo menos é o que as perguntas abertas registram. As respostas dão uma ideia da situação dessas trabalhadoras que alegam estarem se sentindo sobrecarregadas (85,85%). Primeiro por tentarem conciliar o trabalho (em alguns casos também misto, ou seja, remoto e presencial, ou somente remoto ou somente presencial), com os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos(as) e até outros membros da família (ou não); depois, pela sobrecarga emocional em razão das cobranças dos patrões por produtividade somado ao acúmulo dessas atividades; e, por fim, pela ausência de políticas de acolhimento para atender essas trabalhadoras. Ainda que seja significativo o número dessas profissionais trabalhando em suas casas e também o jeito mais eficiente de proteger a saúde deles, a verdade é que além do acúmulo de atividades, de trabalhar por mais tempo, a desigualdade de gênero segue reiterando a invisibilidade do ponto de vista trabalhista e a sobrecarregada da mulher do ponto de vista da saúde. Na prática, esse número expressivo resume um cenário em que estas profissionais abandonaram planos que envolvem desde os estudos a atividades de bem-estar em decorrência de jornadas abusivas e intensas de trabalho; somando com as situações já mencionadas, além de desempenhar os afazeres domésticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reconhecer o valor que tem as pesquisas na perspectiva de gênero como *“Mães jornalistas e o contexto da pandemia”*, durante a pandemia, especialmente por evidenciar a insistente não equidade no ambiente de trabalho ao oferecer informações sobre o acúmulo de atividades que as mães trabalhadoras vêm vivenciando em meio a uma crise sanitária sem precedentes no mundo globalizado. Dessa forma, a pesquisa não só nos convida a refletir acerca das dificuldades enfrentadas por essas profissionais bem como a pensar em possíveis soluções junto aos órgãos representativos da categoria.

Entretanto, muito mais no sentido de contribuir do que exatamente apontar equívocos, é preciso chamar atenção para alguns pontos.

O primeiro deles refere-se às reflexões feita por Marques (2016) sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho a partir de um Brasil dos anos 1930

e o contexto de exclusão e desigualdade de gênero no mundo do trabalho no Jornalismo indicado por Fígaro (2018). Quase um século depois tem-se a sensação de que pouco se avançou. Isto porque, notou-se que o resultado da pesquisa oferece um perfil de trabalhadoras majoritariamente brancas, que moram em grandes centros, não dependem de políticas públicas para a sua subsistência, contam com uma rede de apoio, tem vínculo formal de trabalho e sequer tiveram seus contratos e/ou salários afetados pelo período de pandemia do novo coronavírus. Em outras palavras, o clássico perfil da mulher trabalhadora classe média continua muito mais em evidência se comparado aos perfis de menor incidência e que, desde a Constituinte de 1934, seguem invisibilizados como são os casos das negras e das trabalhadoras informais. Parece que se repete também a não responsabilização do Estado por isso em regularizar a modalidade *home office*.

Assim como no passado, em que a divergência entre correntes feministas evidenciava o debate sobre os direitos garantidos à mulher trabalhadora (classe média do setor industrial) que queria somar à renda do esposo em detrimento das mães trabalhadoras por necessidade, localizadas na categoria informal, os próprios números desta pesquisa revelam a continuidade das mães trabalhadoras (neste caso, jornalistas) pardas (25,91%) e pretas (6,04%) com baixos índices de acesso de oportunidades tanto ao trabalho (e aí cabe investigação da ocupação de vagas no setor público) quanto à educação e especialização na área. Outro dado que merece atenção demonstrado nesta pesquisa, diz respeito à baixa participação das mães jornalistas que moram em alguns estados do Norte, Nordeste e Centro-oeste do país. Dado o cenário atual de reformas, muito possivelmente, neste período de isolamento social, trabalhadoras destas regiões tenham sido fortemente impactadas acentuando ainda mais as desigualdades de estrutura, as socioeconômicas e de direitos.

Alguns questionamentos que não fizeram parte da pesquisa e, de certo modo, ajudariam mais a compreender o contexto dessas trabalhadoras diz respeito à condição de estrutura em *home office* como, por exemplo, se os instrumentos de trabalho são próprios (que mais caracteriza o modelo empreendedor) ou cedidos pela a empresa; a média de horas trabalhadas; das

que pediram demissão, a saúde mental foi a justificativa; no caso das mães que não tem rede de apoio, mães solas, quantas estão empregadas, se tem mais de um filho e se por falta de opção quantas enviarem seus filhos para a escola ou quais estratégias estão utilizando para mantê-los em casa e tentar conciliar com as outras responsabilidades. Caberia, inclusive, embora não fosse foco desta pesquisa, investigar com mais atenção à saúde mental dessas mães jornalistas, ainda que a maioria tenha alegado ter plano de saúde, seja pagando do próprio bolso ou sendo oferecido pela a empresa. Não podemos esquecer também a situação das mulheres (empregadas ou não) que estão em casa sofrendo algum (ou todos os) tipos de violência.

Ampliar o olhar sobre os dados desta pesquisa junto aos sindicatos pode funcionar como uma forma de aproximação com as mães trabalhadoras, com destaque para aquelas não sindicalizadas, assumindo uma postura combativa à postura unilateral por parte do governo brasileiro na tomada de decisões. Como bem cita Neto (2020, p.202), “sem a organização em sindicatos, em um momento em que as manifestações de rua estão inviabilizadas, o trabalhador será presa fácil diante das inadequadas medidas adotadas para reduzir os impactos no novo coronavírus na economia mundial”. Enfim, são todos temas considerados de relevância pelo debate feito por esse artigo e que podem, de maneira complementar, compor outros estudos que demonstrem a importância de uma luta interseccional (classe, gênero e raça) das mães trabalhadoras pelo direito de existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ASSIS, Denise. **Home office promete ser um dos principais legados da pandemia do Coronavírus**. In: AUGUSTO, Cristine Brandão. SANTOS, Rogerio

Dultra (org). PANDEMIAS E PANDEMÔNIO NO BRASIL. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2020.

GIZZI, Jane Salvador de Bueno. MENDONÇA, Ricardo Nunes de. **A Crise do Trabalho e o Covid-19: o futuro não é mais como era antigamente.** In: AUGUSTO, Cristine Brandão. SANTOS, Rogerio Dultra (org). PANDEMIAS E PANDEMÔNIO NO BRASIL. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2020.

FÍGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas:** Feminismo e discriminação profissional. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018.

HABIB, Laurence e CORNFORD, Tony. **The virtual office and family life.** Department of Information Systems, London School of Economics, London, 1996.

Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/234794848_The_virtual_office_and_family_life

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943.** Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 667-686, setembro-dezembro 2016.

MORONTE, Elver Andrade. **A Pandemia do novo Coronavírus e o impacto na Saúde Mental dos trabalhadores e trabalhadoras.** In: AUGUSTO, Cristine Brandão. SANTOS, Rogerio Dultra (org). PANDEMIAS E PANDEMÔNIO NO BRASIL. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2020.

NETO, Alberto Emiliano de Oliveira. **COVID-19, SINDICATOS E A TUTELA DO TRABALHO 193.** In: AUGUSTO, Cristine Brandão. SANTOS, Rogerio Dultra (org). PANDEMIAS E PANDEMÔNIO NO BRASIL. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2020.

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e desgaste mental:** O direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

Discrepâncias no uso do tempo entre gêneros nos meses de maio a novembro de 2020: como a pandemia afeta essa proporção

Aléxia Liz Narok Stevan

¹

Volney Campos dos Santos

²

RESUMO

Utilizou-se bibliografia e métodos estatísticos para evidenciar o desequilíbrio no uso do tempo entre os gêneros, nos meses de maio a novembro de 2020. Esse tema tem um significado social fundamental, pois essa desigualdade perdura há gerações e afeta diretamente a vida daqueles que se encontram sobrecarregados pelo trabalho doméstico diário. Esse desequilíbrio traduz dificuldades na salvaguarda dos direitos humanos no trabalho. Após analisar textos e dados, verificou-se que as responsabilidades do trabalho doméstico que já costumavam recair em maior quantidade sobre as mulheres, evidenciaram-se durante a pandemia do COVID-19. Por consequência, percebeu-se uma maior dificuldade para o seu ingresso igualitário no mercado de trabalho.

Palavras-chave: COVID-19. Gênero. Mercado de trabalho. Uso do tempo. PNAD.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, é importante esclarecer que as diferenças que permeiam a forma como é gerenciado o uso do tempo dos homens e das mulheres são um aspecto recorrente na sociedade (BIROLI, 2018). Todavia, com o advento da pandemia do COVID-19, tais discrepâncias apenas acentuaram-se (SIQUEIRA, 2020).

A despeito de homens e mulheres estarem em reclusão em condições de dividir as tarefas domésticas e cuidados com filhos e idosos no ambiente familiar, é inegável que o acúmulo e a sobrecarga do trabalho doméstico atingem, de forma desproporcional, o sexo feminino, acarretando cansaço físico, emocional e mental (SIQUEIRA, p. 218, 2020)

Para que se possa compreender essa tal desproporcionalidade, é necessário que se esclareça o conceito de: “uso do tempo”. Ele é um indicador social representado por uma medida estatística, utilizada para demonstrar numericamente a forma como é gerenciado o tempo por homens e mulheres. Ou seja, a sua análise nos permite compreender como os gêneros dividem o tempo entre trabalhos não remunerados e trabalhos remunerados.

1 Graduada do curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
e-mail: alnstevan@gmail.com

2 Professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
e-mail: volneycs@uepg.br

A partir de tal diferenciação, é possível perceber uma tendência nos lares brasileiros dos homens majoritariamente atuarem na esfera produtiva, assumindo trabalhos remunerados, enquanto as mulheres tendem a voltar-se para a esfera reprodutiva, exercendo trabalhos não remunerados (KERGOAT, 2009).

Ao colocar em pauta o trabalho doméstico não remunerado, os estudos acerca do uso do tempo visam destacar, dentre outros tópicos, dois principais: a importância da realização deste tipo de trabalho para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas; e as consequências da dedicação a esta forma de trabalho em detrimento às outras (SANTOS, 2021).

De certa forma, entende-se que o trabalho não-remunerado é necessário, para que seja possível a manutenção mais salutar do cotidiano das famílias (FONTOURA, 2012). Esse é um dos motivos que justifica o fato de que, normalmente, mesmo possuindo um trabalho remunerado, muitas mulheres continuam responsabilizando-se pelos afazeres domésticos, o que acarreta consequentemente em uma dupla jornada de trabalho (SANTOS, 2021).

Já por uma outra perspectiva, coloca-se o trabalho não remunerado como um fator prejudicial para as mulheres, pois ele pode acarretar em limitação da autonomia, falta de tempo, pobreza e até falta de acesso a determinados espaços sociais e direitos em geral (OKIN, 1998 apud RAMOS, 2009).

OBJETIVOS

Buscou-se analisar dados estatísticos de modo a avaliar como as questões de gênero foram influenciadas pela pandemia da COVID-19 e identificar quais foram os principais impactos causados na forma como é dividido o uso do tempo entre homens e mulheres.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir da metodologia baseada em pesquisa bibliográfica – para respaldo do tema –, bem como em pesquisa descritiva, sob a qual analisou-se o critério de gênero, em consonância com os efeitos da pandemia do COVID-19 na sociedade e, principalmente, no mercado de trabalho e na forma como o uso do tempo é utilizado na sociedade contemporânea.

Este trabalho baseia-se, primordialmente em dados oriundos do IBGE, agrupados na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) Contínua, os

quais foram extraídos, analisados e correlacionados. Os padrões de raça e gênero utilizados no decorrer deste trabalho são correspondentes aos utilizados na coleta dos dados. Ou seja, na concepção de gênero, são considerados apenas: homens e mulheres.

DISCUSSÃO

Durante o período da pandemia do COVID-19 tem sido possível perceber um difícil equilíbrio entre as esferas produtivas e reprodutivas, especialmente após o início do isolamento social e com a crescente utilização do trabalho remoto (tele trabalho), que serviu como uma forma de aproximar e, muitas vezes, confundir ambas as esferas, que passaram a ser realizadas em casa, sem horários específicos para início e término (COSTA, 2020; LEMOS, 2021).

Todavia, esse desequilíbrio apresenta-se de modo mais evidente para as mulheres, estejam elas dedicando-se a esfera remunerada e a não remunerada ou apenas a segunda (MENDES, 2020; FERREIRA, 2020).

Para este estudo, existem três pontos importantes principais a serem destacados sobre as mulheres e o papel desempenhado pelo seu trabalho durante o período pandêmico:

- a) a composição da linha de frente no combate da pandemia é formada predominantemente por mulheres;
- b) os afazeres domésticos aumentaram em quantidade, mas sua distribuição permaneceu desigual; e
- c) as mulheres estão cada vez mais desocupadas (desempregadas) e fora da força de trabalho da esfera produtiva.

Com relação ao tópico a), é possível afirmar que a maioria dos profissionais atuando na linha de frente da prestação de cuidados a idosos e doentes, em atividades como a assistência social e a enfermagem, são compostos por mulheres (SOUSA, 2020). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres), mundialmente, as mulheres correspondem a aproximadamente 70% da força de trabalho atuando na área da saúde (SIQUEIRA, 2020).

Isso pode ser explicado pela tendência de alocação de mulheres nos chamados “guetos femininos”, que reúnem conhecimentos “tradicionalmente femininos”, englobando áreas como educação, saúde, bem-estar social, humanidades e artes. Desta forma, mesmo que as mulheres estejam marcando sua

presença cada vez mais nos “redutos masculinos”, a proporção desigual ainda prevalece (BRUSCHINI, 2007).

Portanto, é possível afirmar que a linha de frente no combate ao COVID-19 é composta majoritariamente por mulheres, o que consequentemente aumenta os riscos de contaminação deste grupo pelo vírus. Com isso, aumentam-se também os riscos de stress ocupacional, esgotamento e depressão durante o período da pandemia do COVID-19 entre as mulheres atuando na área de saúde, principalmente ao considerarmos que, comumente, elas ainda se veem presas a uma segunda jornada de trabalho, graças aos afazeres domésticos (SRIHARAN, 2020).

O tópico b), por sua vez, destaca que o fato de haver mais pessoas vivendo em uma casa por um maior período de tempo, não reflete em um maior auxílio na realização de afazeres domésticos ou do cuidado de pessoas. Na verdade, é possível ver que as mulheres continuam encarregando-se da maior parte das atividades domésticas. (SIQUEIRA, 2020)

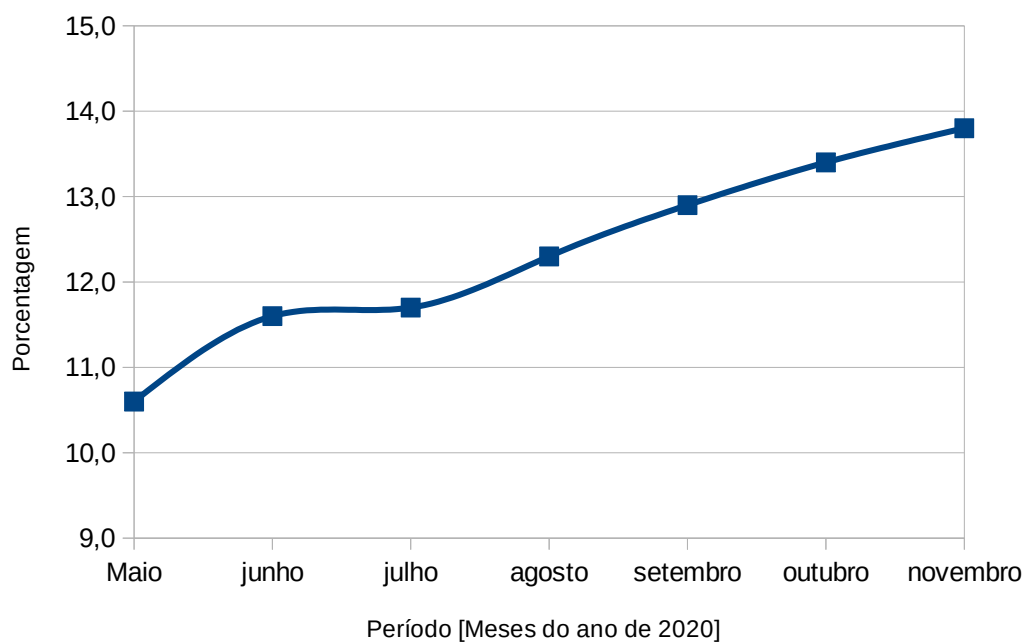
Observando-se as mulheres dedicadas a realização dos afazeres domésticos, foi possível ver que aproximadamente metade das mulheres brasileiras passaram a assumir a responsabilidade de cuidar de pessoas durante o período de pandemia (SILVA, 2021).

Um dos fatores que pode auxiliar a explicar o aumento do número de horas dedicadas ao cuidado de pessoas, é a adoção de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (ensino remoto autorizado durante a pandemia) como modo e não interromper totalmente as atividades de ensino/educação. Afinal, a partir de sua instauração, o tempo necessário para os cuidados com crianças aumenta e, geralmente, recai sobre a mãe a responsabilidade de auxiliar os mais jovens a preencher as possíveis lacunas deixadas pelo ensino remoto – realizando a “mediação parental no ensino e aprendizagem” (LINHALIS, 2021) –, uma função que costumava recair sobre outros familiares, creches, pré-escolas e escolas em tempo integral, que concediam uma maior quantidade de tempo para investir na esfera produtiva. Tempo este que muitas mulheres utilizavam para ingressar no mercado de trabalho (SORJ, 2007).

Segundo os dados constantes na PNAD Contínua, ao considerar ambos os gêneros, os afazeres domésticos configuraram o quarto fator mais recorrente para justificar a diminuição da busca de empregos nos meses analisados. Como é

possível observar através do gráfico da figura 1, cada vez mais, os afazeres domésticos apresentam-se como um empecilho na busca por um emprego formal. Os números apresentaram uma tendência progressiva, de modo que os números que totalizavam 10,6% no mês de maio atingiram a marca de 13,8% em novembro.

Figura 1 – Evolução da porcentagem das pessoas que não procuram trabalho pois têm que cuidar de afazeres domésticos e/ou de parentes.



Fonte: A autora.

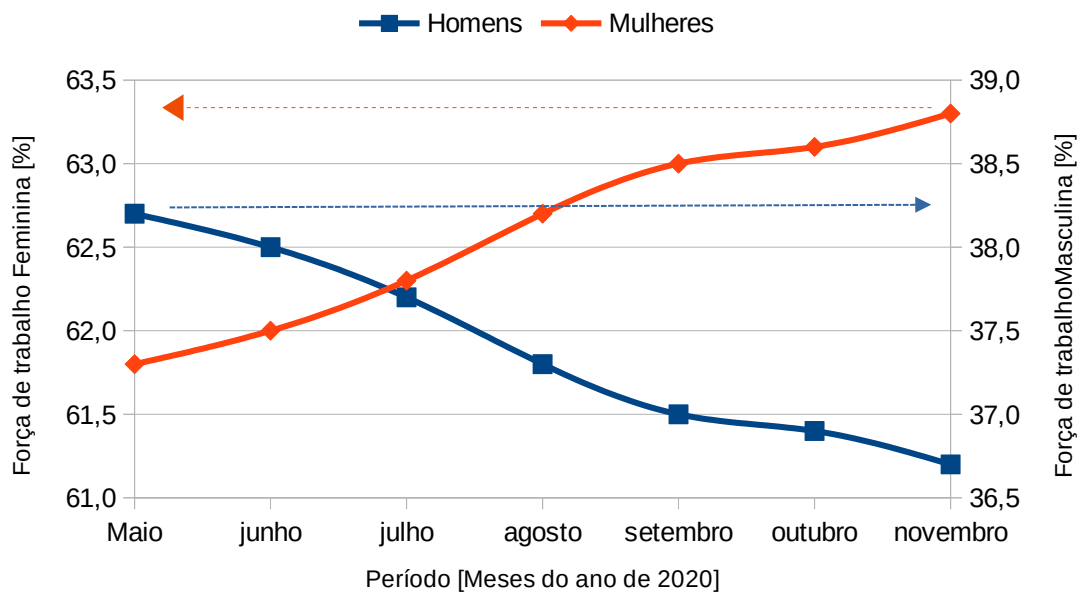
Por fim, o tópico c) nos permite aprofundar as disparidades entre homens e mulheres em relação ao mercado de trabalho.

A figura 2 possibilita a interpretação simultânea da porcentagem de mulheres (números a esquerda) e de homens (números a direita) que estão fora da força de trabalho. Esse grupo engloba as donas de casa que não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar.

Através do gráfico, torna-se notória a diferença entre os números obtidos de cada gênero. Utilizando o mês de novembro como exemplo, as mulheres totalizaram 63,3%, enquanto os homens atingiram 36,7% da população fora da força de trabalho.

Caso busque-se analisar as pessoas na força de trabalho, a desigualdade permanece, todavia, apresenta-se de forma atenuada.

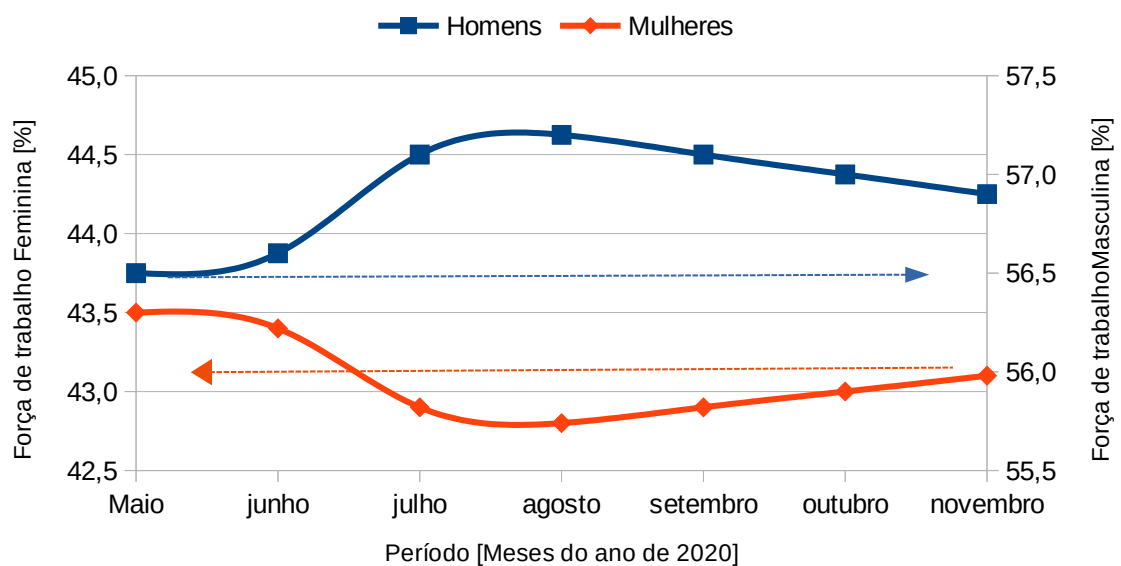
Figura 2 - Evolução da porcentagem das pessoas fora da força de trabalho



Fonte: A autora.

O gráfico da figura 3 permite analisar, em contraste com o gráfico anterior, a porcentagem de mulheres (números a esquerda) e de homens (números a direita) que estão participando da força de trabalho.

Figura 3 - Evolução da porcentagem das pessoas na força de trabalho



Fonte: A autora.

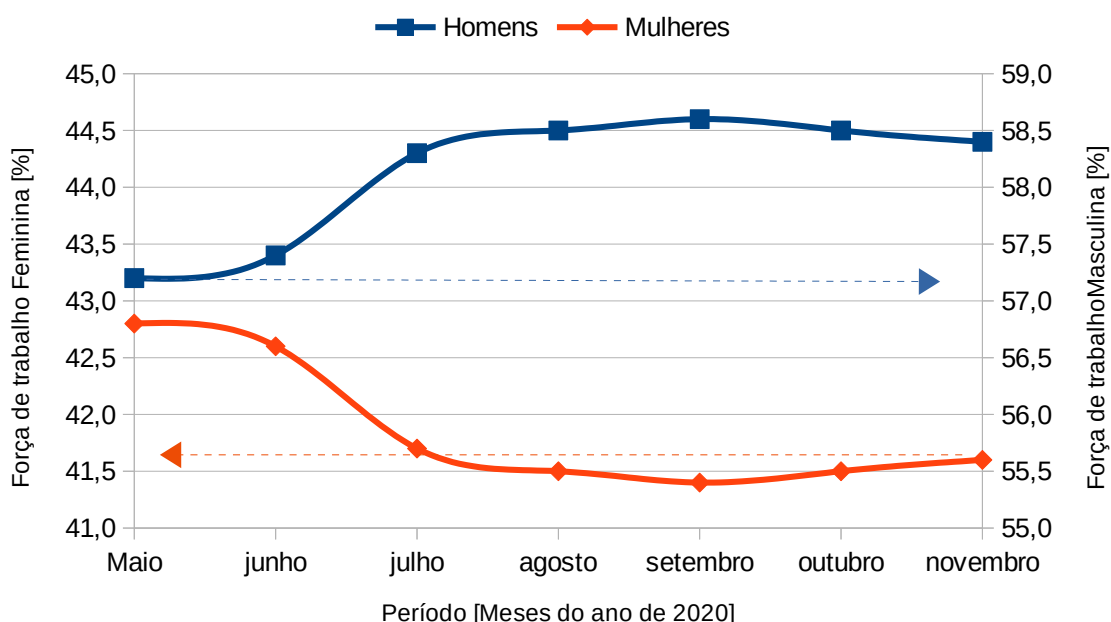
É possível ver que os números dos homens constantemente sobrepujam os números obtidos pelas mulheres por uma média de aproximadamente 13,8% durante os meses analisados. Inclusive havendo uma acentuação dessa discrepância entre os meses de junho e agosto, onde ocorre uma baixa nos números correspondentes às mulheres e uma alta nos números referentes aos homens. Os números atingem seus ápices em agosto, totalizando 57,2% e 42,8% para homens e mulheres, respectivamente.

Utilizando o mês de maio – que possui a menor diferença entre os gêneros – como exemplo, é possível ver que as mulheres obtêm 43,5%, enquanto os homens atingem 56,5%.

Todavia, as pessoas presentes na força de trabalho, ainda não tem a garantia de um emprego.

A partir do gráfico da figura 4, podemos observar que a ocupação feminina permaneceu inferior a masculina durante todos os meses analisados, como uma constante.

Figura 4 – Evolução da porcentagem das pessoas ocupadas

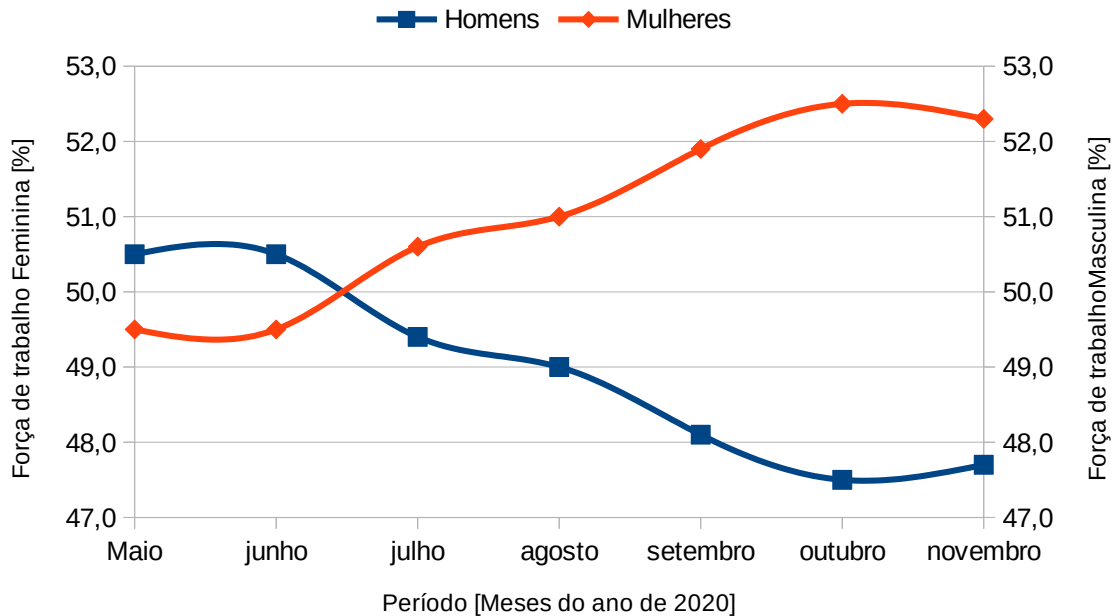


Fonte: A autora

O mês de setembro foi aquele que apresentou a maior divergência entre os dados, chegando a totalizar 17,2% de homens ocupados a mais do que mulheres ocupadas.

O gráfico da figura 5 permite analisar os números referentes as pessoas desocupadas.

Figura 5 – Evolução da porcentagem das pessoas desocupadas



Fonte: A autora.

É importante chamar atenção para a inversão ocorrida entre os dados dos homens e das mulheres.

No mês de maio, é possível observar uma prevalência de homens desocupados totalizando 50,5% das pessoas desocupadas, passando para 47,7% no mês de novembro. As mulheres, por sua vez, representam 49,5% no mês de maio e 52,3% no mês de novembro.

CONCLUSÃO

No período correspondente a pandemia do COVID-19 as diferenças entre o uso do tempo realizado por homens e mulheres acentuou-se. As mulheres continuam sendo as responsáveis pelo maior tempo dedicado aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas.

Foi possível observar também a confirmação da tendência das mulheres assumirem a linha de frente no combate ao COVID-19, assim como do cuidado de pessoas (idosos e crianças) e também do lar.

E, por fim, foi possível confirmar os altos números de mulheres fora da força de trabalho e, também que, dentre aquelas participam da força de trabalho, a maior parte encontra-se desocupada.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.
- COSTA, Júlia Borges. **A Exploração das mulheres para a reprodução do capital: trabalho produtivo e reprodutivo**, 2020.
- FERREIRA, Verônica Clemente et al. Saúde da Mulher, Gênero, Políticas Públicas e Educação Médica: Agravos no Contexto de Pandemia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.
- FONTOURA, Natália de Oliveira, et al. **Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero**. 2012.
- KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e as relações de sexo**. In Dicionário crítico do feminismo. Ed. UNESP, p. 67, 2009.
- LEMONS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, p. 388-399, 2021.
- LINHALIS, Flavia. Famílias, o que vocês têm feito para ajudar no ensino das suas crianças durante a pandemia?. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e45310414319-e45310414319, 2021.
- MENDES, Janaína Dutra Silvestre. As mulheres à frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **Metaxy-Revista Brasileira de Cultura e Política em Direitos Humanos**, 2020.
- RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 861-870, 2009.
- SANTOS, Dayse Amâncio dos; SILVA, Laurileide Barbosa da. Relações entre trabalho e gênero na pandemia do covid-19: o invisível salta aos olhos. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 10-34, 2021.

SILVA, Vitória Régia da; LEÃO, Natália. Na pandemia, mulheres ficam mais vulneráveis e são maioria entre desempregados . **Gênero e Número**, 2021. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mulheres-trabalho/>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SIQUEIRA, Heidy Cristina Boaventura et al. Pandemia de COVID-19 e gênero: uma análise sob a perspectiva do princípio constitucional da isonomia. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 18, p. 216-226, 2020.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

SOUSA, Suzani Gabrielli de Lima. **Trabalho e subjetividades: a vivência de mulheres em situação de desemprego**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SRIHARAN, Abi et al. Occupational Stress, Burnout and Depression in Women in Healthcare during COVID-19 Pandemic: a rapid scoping review. **Frontiers in Global Women's Health**, v. 1, p. 20, 2020.

CONSTRUCTOS REFERENCIAIS DAS JORNALISTAS NEGRAS BRASILEIRAS: LÉLIA GONZALEZ, MEMÓRIA VIVA FUNDADORA DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO

Dione Oliveira Moura - UnB¹

Elen Cristina Ramos dos Santos - UFRGS²

RESUMO

O artigo, parte da constatação, em trabalhos anteriores (MOURA e COSTA, 2018; MOURA, 2019; MOURA e ALMEIDA, 2020; MOURA e SANTOS, 2020) nos quais verificamos que, dentre os constructos referenciais das jornalistas negras brasileiras desponta-se Lélia Gonzalez, memória viva fundadora do feminismo negro afrolatinoamericano. A partir disso o presente trabalho teve como objetivo investigar e mapear a apropriação teórico, epistemológica e afetiva da intelectual e ativista negra Lélia Gonzalez no contexto da produção acadêmica, especialmente nas pesquisas de maior fôlego como as teses e dissertações. Foram utilizados como recursos metodológicos a pesquisa e revisão bibliográfica, buscando nos bancos de teses e dissertações online trabalhos que têm com o tema principal ou capítulos especiais dedicados à vida e obra de Lélia. Além disso realizamos entrevistas em profundidade com autorias encontradas na primeira fase. O levantamento e revisão bibliográfica permitiu percebermos a apropriação do pensamento da autora no contexto das produções acadêmicas, entre outras dimensões, em duas principais categorias “Lélia e Epistemologia Negra” e “Lélia e Movimento de Mulheres Negras/Feminismo Negro”.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez. Produção Acadêmica. Epistemologia Negra. Feminismo Negro. Movimento de Mulheres Negras

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de relato de pesquisa da autora principal e traz resultados do Projeto de Pesquisa em andamento, incluindo resultados de etapas cumpridas no âmbito da Iniciação Científica da coautora, assim como do estágio de Pós-Doc da autora principal, coordenadora da pesquisa. “Somos duas autoras mulheres negras, Dione Moura e Elen dos Santos, de gerações diferentes, mas com o forte vínculo existencial do existir enquanto mulheres negras na academia e na sociedade brasileira; estudar Lélia Gonzalez fortalece e expande esse vínculo intergeracional” (MOURA e SANTOS; 2020: 131).

O desenvolvimento do projeto de pesquisa tem apresentado importantes discussões e resultados sobre temas como a feminização do jornalismo brasileiro, e mais detidamente sobre a experiência da mulher negra jornalista sindicalizada no interior dos COJIRAS (Comissão de igualdade Racial) dos Sindicatos de Jornalistas. A fase atual da pesquisa consiste em compreender o papel de relevância de

¹ Doutora em Ciências da Informação pela UnB. Docente da graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB).

² Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), bacharel em Sociologia pela mesma instituição. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS).

intelectuais negras como Lélia Gonzalez entre as novas gerações de jornalistas negras e/ou ativistas negras e/ou pesquisadoras/es negras brasileiras.

A intelectual e ativista Lélia Gonzalez construiu em vida vasto repertório teórico e político, que possibilita seu reconhecimento como uma das grandes intérpretes das relações sociais e raciais no Brasil (BARRETO, 2018), e como pilar epistemológico do Feminismo Negro. Ela também compõe a vanguarda de ativistas negros e negras organizados/as em movimentos sociais atuantes no processo de redemocratização do país. Segundo as principais biografias e estudos de sua vida e obra, Lélia figura na história como uma *intelectual ativista* (RATTS e RIOS, 2007; VIANA, 2006; BARRETO, 2005) mobilizadora de transformações profícuas tanto no meio acadêmico-intelectual quanto nas redes ativismo das quais foi protagonista, estabelecendo pontes e tensões, destituindo as fronteiras colonialistas, racistas e patriarcais presentes nesses meios.

Lélia nasceu em Minas Gerais no ano de 1935 e faleceu em 1994, no Rio de Janeiro. Personifica uma trajetória de intenso engajamento político no Movimento Negro Unificado (MNU) – tendo sido uma das fundadoras – e aproximações com o Movimento Feminista a partir da década de 1970. Na década seguinte inicia, junto à outras mulheres negras ativistas, o insurgente Movimento de Mulheres Negras autônomo que abriu caminhos ao que hoje conhecemos como Feminismo Negro Brasileiro. Incluiu-se também na política partidária da esquerda brasileira ao assumir a candidaturas no Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente no Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Seu percurso acadêmico e intelectual é amplo, estabelecido nas áreas da antropologia, filosofia, história e psicanálise, além de incursões no campo das artes e da cultura (BARRETO, 2005; RIOS & RATTS, 2016). A partir de tal repertório, Lélia tem sido reverenciada no interior de uma gama de tradições epistemológicas: como referência do *Pensamento Afro-Diaspórico e Amefricano*, *Epistemologia Negra e Feminista Negra* e do *Feminismo Afrolatinoamericano* e de um *Pensamento Interseccional* (CARDOSO, 2012; RIOS & RATTS, 2016)

A despeito da existência do racismo e eurocentrismo marcantes do pensamento ocidental, presente nos enquadramentos da sociedade e da academia brasileira, o legado de Lélia Gonzalez segue resistentemente sendo rememorado, resgatado e celebrado, em primeiro lugar pela imensurável qualidade e atualidade de seu pensamento e atuação engajados em compreender a realidade brasileira e desestruturar os pilares racistas, sexistas e colonialistas. E, em segundo lugar, Moura e Almeida (2020) trazem o conceito de *vigilância comemorativa* de Pierre Nora e identificam tal vigilância comemorativa enquanto manifesta resistências de feministas negras, ativistas e intelectuais negras/os e familiares de combater o esquecimento e manter viva a memória dessa pensadora, reivindicando o seu legado afetivo, político e epistemológico “de modo a não terem suas histórias varridas pela história, podendo relançá-las como projeto do devir” (MOURA e ALMEIDA, 2020: 34).

Nesse sentido, fazendo coro aos esforços de reconhecimento e enunciação da relevância do pensamento e vida de Lélia Gonzalez, o presente trabalho tem como objetivo investigar e mapear a presença e [re]existência das contribuições teóricas e políticas dessa pensadora negra brasileira no contexto das produções acadêmicas. Para isso, os objetivos específicos visaram: i) mapeamento e buscas de trabalhos acadêmicos cujas temáticas centrais ou capítulos são dedicados à vida

e obra de Lélia Gonzalez, ii) revisão bibliográfica das produções encontradas iii) realização de entrevistas com autorias dos trabalhos acadêmicos (Dissertações e Tese) coletados.

O argumento central compreende a proeminência e significados da figura de Lélia Gonzalez como representante da emergência de uma epistemologia negra e feminista negra em produções acadêmicas de grande folego como teses e dissertações. Como aporte teórico-metodológico nos pautamos dos estudos sobre a constituição dos estudos de gênero e raça e a construção histórica do feminismo negro brasileiro (OLIVEIRA, 1997; CARDOSO, 2012; ZAMBRANO, 2017; FIGUEIREDO, 2020). Além disso, adotamos estudos sobre a perspectiva negra brasileira, da qual Lélia Gonzalez faz parte, (BATISTA, 2016; BERNARDINO-COSTA, 2018; BARRETO, 2018) constituinte de novas interpretações e contra narrativas diante do conhecimento eurocêntrico e pretensamente universal.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ESCOLHAS E PERCURSOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratória e descritiva com objetivo de investigar pesquisas acadêmicas sobre a intelectual e ativista negra Lélia Gonzalez. Para atender aos objetivos, a pesquisa se estruturou em duas etapas: a primeira consistiu na pesquisa sistemática de bibliografia em bancos virtuais de trabalhos acadêmicos: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. O descritor utilizado na busca foi “Lélia Gonzalez”. Foram encontradas uma quantidade de 12 teses e dissertações que apresentavam Lélia Gonzalez em capítulos especiais ou como tema central de pesquisa. A sistematização de tais dados obtidos resultou dois quadros a serem analisados e apresentados em sessão posterior.

Para esta etapa optou-se pelo delineamento de *pesquisa bibliográfica*, organizada por instrumentos de testagem: roteiros de leitura e análise de conteúdo para viabilizar a seleção, interpretação, reflexão e categorização de textos acadêmicos. Como característica desse tipo de metodologia, o material bibliográfico constituiu-se ao mesmo tempo como dado e como quadro teórico (BAUER, 2002; LIMA e MIOTO, 2007)

Em segundo momento, a partir da revisão bibliográfica e análise dos quadros das produções acadêmicas, buscamos a realização de entrevistas em profundidade com autoras das teses e dissertações, selecionadas segundo o critério de análise da produção mais recente e a mais antiga de cada quadro. Entramos em contato com quatro autoras e duas sinalizaram positivamente à participação na entrevista: Rosalia Lemos, autora da dissertação “*Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*” publicada no ano de 1997 e Wagner Vinhas, autor da tese de doutorado “*Palavras sobre uma historiadora transtlântica. Estudo de trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*” publicada em 2016.

Em decorrência do contexto de pandemia da COVID-19 as entrevistas foram realizadas virtualmente, atentando à disponibilidade e condições das entrevistadas. No roteiro das entrevistas nós delineamos questões acerca do contato e da experiência da pesquisadora/pesquisador entrevistada/entrevistado, a relação da pesquisa com temática sobre Lélia Gonzalez, assim como a dimensão teórico e

afetiva da pensadora no contexto atual e para a subjetividade e trajetória da pesquisadora ou pesquisador por nós entrevistados.

2. LÉLIA GONZALEZ: [RE]EXISTÊNCIA EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Diversos estudos (BARRETO, 2018; RATTS e RIOS, 2018) – dentre outros – indicam a amplitude de tradições político-epistemológicas e de ativismo às quais Lélia Gonzalez faz parte e é protagonista. Seu legado teórico é referenciado como representativo do que se tem chamado *Epistemologia negra*, uma vez que fez parte de redes de *intelectuais ativistas*, ao compor uma produção de conhecimento que visava a desconstrução do mito da democracia racial e o resgate da história do povo negro no país, além de demarcar a falha constitutiva do conhecimento eurocêntrico e importado pela academia brasileira, ao se tornar espelho dos padrões embranquecidos de análise e de leitura sobre a realidade, silenciando e destituindo de seus quadros interpretativos as existências e epistemologias negras e indígenas (GONZALEZ, 1988; GROSFUGUEL, 2016; BERNARDINO-COSTA, 2018)

Também é situada no *Pensamento afro-diaspórico* (BARRETO, 2006), na medida em que forjou a categoria transnacional da *americanidade*, ao traduzir contribuições pensamento panafricanista para o contexto da experiência africana e indígena na América Latina e Caribe. E ao *Pensamento feminista negro*, *Afro-Larinoamericano* e *interseccional* (RIOS e REGIMIERE, 2018; tendo produzido profícuas contribuições sobre mulher negra e a tríplice opressão (de gênero, raça e classe) de que é alvo, sendo por isso considerada uma precursora do conceito metodológico de “interseccionalidade”, originalmente enunciado como categoria metodológica para compreensão das distintas opressões – de raça, gênero, classe, sexualidade etc – das quais mulheres negras são alvos, em fins da década de 1980 por Kimberlé Crenshaw (2002).

A partir da compreensão da relevância epistemológica desse legado, buscamos investigar as apropriações, a dimensão e significados que assume o pensamento e obra de Lélia em investigações acadêmicas. Como resultados da busca em catálogos e bibliotecas digitais de teses e dissertações foram encontrados 12 trabalhos, sendo 8 dissertações e 4 teses. A sistematização dos dados encontrados, resultou na construção de dois quadros representativos da produção acadêmica brasileira em torno de Lélia Gonzalez, de 1997 à 2019. Foram encontradas 6 dissertações que trazem sua contribuição como tema central (Quadro 1) e um total de seis trabalhos – 3 teses e 3 dissertações – que a apresentam como capítulos especiais (Quadro 2). Estes trabalhos se desenvolvem nas áreas de conhecimento das Ciências Sociais e Humanidades e Letras como a Educação, Sociologia, Literatura comparada, História e Biblioteconomia.

A partir da análise das referências que constituíram os dois quadros chegamos às categorizações sumarizadas nos Quadros 1 e 2. Como exporemos a seguir, a produção acadêmica aqui investigada se expressa em dois eixos de análise em que Lélia constitui e é constituída como partícipe da “Epistemologia Negra” e da construção política e teórica do “Movimento de Mulheres Negras e do Feminismo Negro”.

2.1 Lélia Gonzalez e Epistemologia Negra

Como resultado da análise das teses e dissertações, observamos a vida e obra de Lélia Gonzalez localizada em uma larga tradição e construção da *Epistemologia Negra* (Quadro 1). Tais trabalhos nos indicam a importância de reconhecer a relevância Lélia como pensadora e intelectual, e não somente como militante e ativista, na medida em que sua postura compreendeu a constante mobilização de um conhecimento pautado na experiência pessoal e política, destituindo as fronteiras entre a intelectualidade e o ativismo.

No Quadro 1, nós relacionamos, como resultado de pesquisa, os trabalhos que categorizamos como “Lélia e Epistemologia negra”, “Lélia e Epistemologia negra/Feminismo Negro”, “Lélia e Feminismo Negro/Feminismo Pós-colonial”, predominando a inserção e estudos em que a autora aparece como representante de uma *Epistemologia Negra* brasileira como foco principal (4 trabalhos), com imbricações de análises junto ao Feminismo negro e pós-colonial.

Quadro 1. Teses e Dissertações que apresentam Lélia Gonzalez e/ou sua obra como tema central

Produção acadêmica: Lélia Gonzalez e/ou sua obra como tema central			
Categorias	Autora/Título	Tipo	Ano
Epistemologia Negra	ALVES, Renata Carmo. <i>Ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Marielle Franco</i>	Dissertação	2019
	TEIXEIRA, Patrícia. <i>A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória</i>	Dissertação	2017
	BRITO, Ires. <i>Revisitando os percursos intelectuais e políticos de Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez</i>	Dissertação	2012
	VIANA, Elisabeth. <i>Relações Raciais, Gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990</i>	Dissertação	2006
Epistemologia negra e Feminismo Negro	BARRETO, Raquel. <i>Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez</i> (2005)	Dissertação	2005
Feminismo Negro e Feminismo Pós-Colonial	REIS, Ana Carolina. <i>Vozes subalternas: produções de autoria feminina na pós-colonização do Brasil</i> (2016)	Dissertação	2016

Fonte: Elaboração das autoras.

Advoga-se pela imagem e representação de uma intelectual negra que lança pressupostos epistemológicos que confrontam o conhecimento ocidental, positivista e pretensamente neutro, no qual o trabalho intelectual está desvinculado da prática política e subjetiva. Lélia aparece, junto a outras pensadoras como Beatriz Nascimento, Angela Davis, Abdias do Nascimento, Maria Firmina dos Reis (BARRETO, 2005; BRITO, 2012; BATISTA, 2016; ALVES, 2019) como pertencente a intelectualidade negra brasileira e afro-diaspórica, forjando novas formas, metodologias e sensibilidades interpretativas para compreender a realidade social. Sua produção engajada contribui para a descolonização da estrutura racista, sexista e androcêntrica da forma de produzir conhecimento, ao mobilizar (re)existências próprias, a partir de seus lugares de fala, mulher e negra, ativista antirracista e antissexista (GONZALEZ, 1988; BERNARDINO-COSTA, 2018).

O que se reforça com a narrativa de uma das entrevistadas, Rosalia Lemos, professora, química e contemporânea de Lélia Gonzalez, responsável pela articulação de um dos primeiros coletivos de mulheres negras do Rio de Janeiro, o NZINGA. Ela tece lembranças em que Gonzalez insurge como força criativa de uma “pesquisa ativista” marcada pela capacidade de improvisação e criatividade científica diante da escassez ocasionada pela negação e invisibilização das demandas e da realidade da população negra:

[...] ela é muito grande. Porque ela traduzia na “linguagem” branca, do “branco”, que era essa a linguagem da academia, mas também do ativismo, e ela vai trazer para dentro da academia a força do ativismo das mulheres negras. Então, esse limiar da pesquisa ativista a Lélia trabalhou. [...] Olha como a gente era criativa. De ler aquilo que você conseguiu, e fazer uma adaptação, uma leitura, uma releitura pra sua pesquisa. Eu me lembro que tive um embate com a minha orientadora [...] então assim, essa vontade de olhar o que se escrevia e fazer leituras paralelas e você trabalhar novos conceitos, porque os conceitos se fazem assim, eles se dão na análise do que tá produzido e no salto quântico (eu sou química), que você possa dar em relação ao que tá sendo refletido no mundo. Porque não é uma coisa só nossa, é no mundo (LEMOS, 2020, p. 5)

Ao evocar as contribuições de Lélia à intelectualidade brasileira, o pesquisador entrevistado Wagner Batista, afirma, também a relevância da autora:

“Eu penso que a contribuição de Lélia Gonzalez se insere em duas perspectivas: a necessidade de revisão da historiografia do negro, bem como tornar acessível um debate importante, mas ainda muito distante daquilo que eu venho chamando de Brasil Profundo” (BATISTA, 2020, p. 2)

No contexto de resistência ao regime ditatorial e posteriormente no processo de redemocratização, o Movimento Negro tem como um dos seus horizontes a reação ao *epistemicídio* e a construção de um conhecimento próprio, visando desconstrução do mito da democracia racial e colocando no horizonte a consciência racial da população negra. E pelos esforços deste movimento e posteriormente do insurgente Movimento de Mulheres Negras e do Feminismo Negro que Lélia tem sido requisitada como referência obrigatória para uma melhor compreensão do racismo no Brasil e das questões de gênero e raça. Para Barreto (2007) não é

possível pensar na rearticulação do Movimento Negro Brasileiro sem passar pela trajetória e pelas conquistas políticas e teóricas de Lélia Gonzalez.

Essa característica da pesquisa e de estudos engajados, desde dentro da academia e de contextos ativistas, bem como de diálogos entre esses dois espaços, foi possível pela resistência de intelectuais negras como Lélia. Ela congrega os distintos espaços que ocupou para questionar as estruturas de poder e de conhecimento no que toca as práticas e representações em relação a população negra, especialmente as mulheres negras. A pauta da mulher negra, da compreensão da articulação de gênero e raça foi um dos temas principais de sua vida, e tem sido mais amplamente discutida principalmente por via do Feminismo Negro contemporâneo.

2.2 Lélia Gonzalez e Feminismo Negro/ Movimento de Mulheres Negras

Como no Rio de Janeiro você vai falar de mulheres negras se não fala de Lélia? [...], mas se eu tivesse nascido em 1856, 1859 seria Maria Firmina dos Reis. Olha só, Maria Firmina dos Reis fez o primeiro romance no Brasil e ela era uma mulher negra. Antonieta de Barros, né? Caso eu tivesse nascido na época delas ... A gente é produto da nossa época, e na minha época era Lélia Gonzalez. E como você não trazer essa mulher? (LE MOS, 2020)

Iniciamos esta sessão com o supracitado questionamento provocativo da pesquisadora Rosalia Lemos, reconhecendo a inviabilidade de pensar a história do movimento de mulheres negras e do feminismo negro sem considerar as profundas contribuições de Lélia Gonzalez. É, sobretudo, por via da atuação de feministas negras, que o pensamento da autora reexiste/persiste/revive no contexto intelectual e ativista brasileiro.

Os trabalhos acadêmicos aqui por nós categorizados no Quadro 2 evocam a trajetória e o pensamento dessa intelectual negra em dois momentos, considerados, na maioria dos casos, de maneira imbricada: sua participação ativista na construção no Movimento de Mulheres Negras, bem como precursora do Feminismo Negro Brasileiro, em suas bases teóricas e políticas.

No Quadro 2, como resultado de pesquisa e a partir da categorização por nós realizada que é notou-se que foram predominantes trabalhos cuja temática central volta-se para a construção, consolidação e investigação do *Feminismo Negro* e *Movimento de Mulheres Negras no Brasil*, inserindo Lélia em capítulos especiais, em que aparece como pilar teórico-conceitual deste feminismo, bem como participe de sua construção política.

Quadro 2. Teses e Dissertações que apresentam um ou mais capítulos sobre Lélia Gonzalez e/ou sua obra e pensamento

Produção Acadêmica: Lélia Gonzalez e/ou sua vida			
Categorias	Autora/Título	Tipo	Ano
Feminismo Negro/	ZAMBRANO, Catalina. <i>Mulheres negras em movimento: Ativismo transnacional na América Latina 1980-1995</i>	Tese	2017
	CARDOSO, Claudia. <i>Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras</i>	Tese	2012

Movimentos de Mulheres Negras	BISPO, Silvana. <i>Feminismos em Debate: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997)</i>	Dissertação	2011
	NOGUEIRA, Marjorie. <i>As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político</i>	Dissertação	2008
	LEMO, Rosalia. <i>Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro.</i>	Dissertação	1997
Epistemologia Negra	BATISTA, Wagner. <i>Palavras sobre uma historiadora transtlântica. Estudo de trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento</i>	Tese	2016

Fonte: Elaboração das autoras.

O Movimento de Mulheres Negras autônomo e institucionalizado emerge no contexto fortalecimento dos movimentos sociais e a luta pela redemocratização do país, nos anos 1970 e 1980 (VIANA, 2006; RIOS, 2018). Em linhas gerais a bibliografia relata que organização de ativistas negras surge em meio a correlações, aproximações e divergências com o movimento feminista tradicional de mulheres brancas (hegemônico) e com o movimento negro. As redes de ativismo e organização das mulheres negras se erguem como um espaço de luta feito para e pelo protagonismo das mulheres negras (LEMO, 1997; BISPO, 2011; CARDOSO, 2012; ZAMBRANO, 2017). Este contexto é analisado a partir critérios de investigação dos eventos feministas, ONG's (Organizações Não-Governamentais), Conselhos, Redes de ativismo, Coletivos sob intensa articulação de mulheres negras, acadêmicas, trabalhadoras, intelectuais, moradoras de regiões periféricas (LEMO, 1997; ZAMBRANO, 2012).

Lélia Gonzalez, como feminista e militante do movimento negro, desempenhou importante papel protagonista em ambas as frentes, sendo pioneira, junto à outras mulheres de igual importância, na reivindicação da visibilidade e enunciação de análises e pautas políticas que contemplassem a experiência da mulher negra no Brasil e na América Latina (ZAMBRANO, 2017). Questiona a universalidade da categoria mulher, ao reivindicar criticamente a compreensão de raça e gênero e suas articulações como estruturantes das relações sociais e de gênero na sociedade brasileira. Nesse sentido, Lélia forja uma análise e prática política contestadora do etnocentrismo e invisibilização da dimensão de raça no movimento feminista de mulheres brancas, ao mesmo tempo que apontava a ausência do debate de gênero entre a militância negra, em que sexismo e machismo se fazia presente. (GONZALEZ, 1988b, NOGUEIRA, 2008; CARDOSO, 2012). E a própria Lélia diz-nos em sua obra em coautoria com Hasenbalg (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, p.37): "Foi a partir do convívio com essas irmãs, já no Movimento Negro Unificado [MNU], que passei a me preocupar com essas especificidades [da mulher negra no continente americano]"

É o que reafirma nossa entrevistada Rosalia Lemos, que qualifica a participação de Lélia em movimentos sociais e na formulação de categorias próprias

para pensar e agir com e para as pautas políticas e epistemológicas das mulheres negras:

E Lélia vem trazer isso... ela ficava lá ao lado das brancas, ela viajava, fazia debate [...] e ao lado dos homens negros, e ela estava na verdade fortalecendo a presença da mulher negra como protagonista política da história, do movimento negro, do movimento de mulheres negras e do movimento de Direitos Humanos nesse país. Quase ninguém associa a Lélia aos direitos humanos. Defender a vida de preto é direito humano sim [...] Porque falam que direitos humanos é direito pra bandido, as pessoas que são contra a igualdade a liberdade, uma sociedade antirracista [...] e a Lélia veio trazer esse poder da defesa de direitos humanos pra um grupo que era o cocô do cavalo do bandido, que somos nós mulheres negras.(LEMOS, 2020, p. 4).

Zambrano (2017) argumenta que as articulações e organização de mulheres negras na América Latina, decorre por um lado das experiências ativistas e por outro do pensamento feminista negro que se difunde dentro das redes de ativismo. Com base na retroalimentação entre ativismo e teoria gerida pelas feministas negras, contestando as estruturas racistas e sexistas prementes na sociedade e no pensamento ocidental.

Ainda segundo nossa entrevistada Rosália Lemos retoma o papel de Lélia na articulação do movimento negro de mulheres no Brasil nos anos 70 e 80 do século XXI:

Essas mulheres que brigavam dentro do IPCN, elas decidiram criar uma reunião de mulheres negras Aqualtune [...] Tinha a Pedrina de Deus, que faleceu no Ceará, tinha a Lélia, tinha a Suzete, tinha a Adélia Azevedo, tinha a Beatriz Nascimento, que faleceu, era uma médica aqui do PDT do Rio de Janeiro. E aí essas mulheres começaram a se questionar. Tanto é que nesse período surge o Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro [...] não foi registrado, mas esse coletivo se constitui, e começa a questionar essa postura machista, misógina dos homens do movimento negro. E a gente lá no feminismo branco também questionando [...] e Lélia tem uma passagem em 1979, no Encontro Nacional Feminista que aconteceu aqui no Rio de Janeiro, que quando as mulheres negras foram discutir a questão do racismo dentro do feminismo, as falas dessas mulheres foram desqualificadas. E aí Lélia traz essa lembrança, no texto dela “A mulher Negra na sociedade brasileira”, de 1982, e outras mulheres brancas vão também refletir como elas faziam a pesquisa delas dentro da academia e sequer discutiam [...] (LEMOS, 2020, pp. 2-3).

A partir da contribuição voltada para a mulher negra, Lélia tem sido reconhecida como precursora do Pensamento Feminista Negro Brasileiro. Nos estudos aqui considerados sua apropriação no interior do tema se dão principalmente 1) Pelo seu conceito teórico-metodológico da “amefricanidade”, como marcador de uma nova forma de pensar as relações raciais e de gênero, em que a autora concebe os signos da resistência negra diaspórica e ameríndia ao colonialismo e racismo, sobretudo pelas lutas das mulheres negras 2) a sua reflexão em forma de manifesto presente no texto “Por um Feminismo Afro-Latino Americano” em que propõe o enegrecimento do feminismo em que a realidade compartilhada das “amefricanas” precisa compor a agenda feminista como elemento central na América Latina e Caribe 3) pelos estudos em que concebe a articulação das dimensões de raça, gênero e classe, que são analisados como precursores do *pensamento interseccional*.

A entrevistada Rosália Lemos, autora da primeira dissertação que teve Lélia como um dos temas centrais – intitulada *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro, publicada em 1997* -, ao ser questionarmos como Lélia se tornou tema a referencial teórico de sua dissertação, responde:

A Lélia entrou no meu estudo, porque eu ia falar de mulheres negras. Como no Rio de Janeiro você vai falar de mulheres negras se não falar de Lélia? Segundo a gente não prioriza a linguagem escrita. Porque que a maioria das mulheres negras, os homens negros demoram, têm dificuldade de escrever os seus trabalhos de conclusão de curso? Talvez seja porque o nosso DNA, eu também não acredito em darwinismo social, mas fazendo uma paródia, talvez o nosso DNA seja um DNA da oralidade. A gente tem na cultura oral uma identidade de se fazer história, de se ler processo político. E a Lélia era uma das poucas que registravam e a Pedrina de Deus também. Mas se eu tivesse nascido em 1856, 1859 seria Maria Firmina dos Reis. Olha só, Maria Firmina dos Reis fez o primeiro romance no Brasil e ela era uma mulher negra. Antonieta de Barros, né? Caso eu tivesse nascido na época delas ... A gente é produto da nossa época, e na minha época era Lélia Gonzalez. E como você não trazer essa mulher? ((LEMONS, 2020, p. 4)

Ainda que Lélia não reivindicasse sua época a identificação como feminista negra, pois essa denominação ainda estava em curso no Brasil, atualmente, seu rosto, nome e sua produção é referência essencial nos estudos de gênero e feministas, principalmente pelos empenhos de feministas negras. O pensamento dessa autora vocaliza e tem sido apropriado no interior das diversas frentes do Movimento de Mulheres Negras e do Feminismo Negro no Brasil, de modo que, assim como afirma Rosalia Lemos, não é possível conceber sua história e seus traços epistemológicos sem a (re)existência política e intelectual de Lélia Gonzalez.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação e análise da presença do pensamento, vida e obra de Lélia Gonzalez nas produções acadêmicas brasileiras nos permitiram a construção de dois quadros representativos dessa apropriação. O Quadro 1 destaca a sua participação na rede do que se entende aqui como Epistemologia negra ou Intelectualidade Negra, ao lado de outras pensadoras e pensadores engajadas/os. Intelectuais que insurgem apresentando outras e novas possibilidades epistemológica e vias políticas para compreensão da realidade racial e do racismo brasileiro, a fim de questionar suas bases e promover transformações. No Quadro 2, o segundo (des)enquadramento, Lélia emerge no contexto de uma produção acadêmica voltada para os estudos de gênero e raça e preocupados em reconstruir e dar centralidade para a luta história de mulheres negras. Gonzalez aparece nesta produção como solo fértil a partir do qual germina parte importante dos entendimentos e atuações do Feminismo Negro. Como demonstrado, há significativo material de envergadura acadêmica que compreende a dimensão da pensadora e intelectual negra, componente da construção do que entendemos aqui como “Epistemologia Negra”, e também como percursora e pilar político-teórico do Feminismo Negro e das diversas ambiências ocupadas pelos Movimentos de Mulheres Negras na América Latina.

Embora avaliemos a importância dessa produção destacamos ainda ausências que sinalizam também caminhos possíveis para pesquisas futuras. Lélia foi uma pessoa pujante e complexa, sua atuação não se restringiu a militância política e acadêmica, tendo experiências na cena cultural, experimentado espaços de curadoria de arte negra e como compositora de escolas de samba (RIOS e RATTS, 2016) além disso possui profundo engajamento na política partidária. Essas amplitudes que o seu nome e vida carregam necessitam ser empreendidos em sua magnitude, indicando-se assim a ampliação de estudos e pesquisas que visem a plenitude que Lélia buscou como projeto político para si e para comunidade negra e para a sociedade em geral.

Os achados aqui relatados somam aos estudos os quais seguiremos desdobrando em torno do perfil das jornalistas negras brasileiras, estudo no qual temos localizado o lugar de Lélia Gonzalez e outros feministas negras enquanto mito fundador fortalecedor do papel das jornalistas negras brasileiras (MOURA e COSTA, 2018; MOURA, 2019, MOURA e ALMEIDA, 2020; MOURA e RAMOS, 2020) como temos pesquisado – seguiremos enquanto “ser negra e mulher no Brasil ainda for passar pela “tripla discriminação” identificada por Lélia (GONZALEZ, 2018, p.44) – a saber a tripla discriminação do racismo, do sexismo e da opressão social que exclui a mulher negra de uma posição de trabalho digno. Seguiremos por novos horizontes de dignidade para nós mulheres negras brasileiras, pesquisadoras ou não pesquisadoras, merecemos dignidade. Seguiremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018

BATISTA, Wagner. *Entrevista II*. [set. 2020] Entrevistadoras: Elen Ramos dos Santos e Dione Oliveira Moura. Arquivo online (3 p.). Brasília, 2020

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*. v. 22, n. 3, pp. 965-986, 2014.

FIGUEIREDO, Angela. *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A retomada político-ideológica. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. Lélia Gonzalez em primeira pessoa...[Editado pela União dos Estudos Pan-Africanistas, UCPA]. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

LEMONS, Rosália de Oliveira. *Entrevista I*. [ago 2020] Entrevistadoras: Elen Cristina Ramos dos Santos e Dione Oliveira Moura. Arquivo mp4 (55 min), Brasília, 2020.

LIMA, Telma C. Sasso MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Fatal*, Florianópolis v.10 p. 37-45, 2007

MARTIN, GASKELL e ALLUM. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimiere. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. *Estudos Feministas*, 2018

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: Chalhoub, S.; Pinto, F. (org.). *Pensadores negros-pensadoras negras do século XIX e XX*. 1a.ed. Belo Horizonte: Traço Fino Ltda, 2016, p. 387-402

TESES E DISSERTAÇÕES (CORPUS DA PESQUISA)

ALVES, Renata Carmo. *As faces de Maria: ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamilia Ribeiro e Marielle Franco*. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2019

BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. (Dissertação) Programa de PósGraduação em História Social da Cultura, PUC/Rio, 2005.

BATISTA, Wagner. *Palavras sobre uma historiadora transtlântica*. Estudo de trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. (Doutorado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Aplicados. Universidade Federal da Bahia, 2016.

BRITO, Ires Dos Anjos. *Revisitando os percursos intelectuais e políticos de Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez*. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, 2012.

CARDOSO, Claudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, UFBA, 2012.

CHAVES, Marjorie Nogueira. *As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político*. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2008.

FERNANDES, Ana Carolina Reis. *Vozes subalternas: produções de autoria feminina na pós-colonização do Brasil*. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de São Paulo. 2016.



LEMOS, Rosalia de Oliveira. *O Feminismo Negro em Construção: a organização das mulheres negras no Rio de Janeiro* (Dissertação) Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Rio de Janeiro. 1997

TEIXEIRA, Patrícia. *A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações Raciais, Gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Comparada. IFCS/UFRJ, 2006.

ZAMBRANO, Catalina González. *Mulheres negras em movimento: Ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2017

DE VÍTIMA À CULPADA: AS NARRATIVAS DE CULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO ÍNTIMO COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DO PODER DO HOMEM.

Fadja Mariana Fróes Rodrigues¹

Tânia Rocha Andrade Cunha²

RESUMO

O feminicídio íntimo apresenta-se como a forma mais brutal de violência conjugal contra as mulheres. Trata-se de um *continuum* de violência perpetrada contra estas, que ocorre no contexto das relações afetivo-conjugais e entre as suas motivações mais frequentes podemos elencar o sentimento de perda de controle sobre a mulher, o sentimento de que esta não é mais sua propriedade, o que é entendido como senso de *entitlement*, ou seja, a crença de que lhes é assegurado, enquanto homens, o direito de dominação nas relações com as mulheres tanto no âmbito da intimidade quanto na vida pública social e autoriza o homem a fazer uso da violência, inclusive a letal, para fazer valer sua vontade sobre elas. Dentro desse contexto de violência praticada contra as mulheres, não raras vezes, vemos as vítimas serem colocadas na posição de culpadas pela violência sofrida. Seja nas reportagens veiculadas pelos meios de comunicação, seja nas declarações dadas pelos agressores ou nos comentários feitos por populares, as mulheres são sempre culpabilizadas, colocadas na posição de algozes de si próprias, como se pedissem, diante de um comportamento tido como inadequado pelos homens, para serem violentadas, mortas. O comportamento das mulheres passa a ser objeto de julgamento, ao invés do crime praticado pelo réu. O presente artigo, parte de nossa tese de doutorado, busca compreender como a construção dessas narrativas de culpabilização da mulher pela violência da qual é vítima, servem à manutenção do poder masculino, à perpetuação do patriarcado e fomenta a desigualdade de gênero. Para tanto, utilizamos do procedimento bibliográfico e documental, com uma proposta metodológica de pesquisa de natureza explicativa, com construções teóricas sobre a temática central, fazendo uso de uma abordagem qualitativa. O processo foi executado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática envolvendo doutrinas pertinentes e publicações de caráter técnico para, em seguida, analisar os dados coletados de forma exploratória e crítica.

Palavras-chave: Feminicídio. Culpabilização. Patriarcado. Desigualdade de Gênero.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, em especial o feminicídio íntimo, entendido como aquele praticado por homens com os quais as vítimas têm ou tiveram uma relação

¹ Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pelo PPGMLS da UNiversidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Doutora em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade, PPGMLS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

íntima, familiar, de convivência ou afins, incluindo maridos, companheiros e ex-companheiros (PASINATO, 2011), tem crescido de modo assustador durante os últimos anos. Somente no ano de 2020, ano em que o mundo foi assolado por uma pandemia ocasionada pela Covid-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, que nos obrigou ao isolamento social, os feminicídios cresceram 1,9% no primeiro semestre, se comparado com o mesmo período de 2019, totalizando 648 casos segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Durante o ano de 2020, o Brasil registrou um aumento de 7,1% dos casos de feminicídio, sendo que 89,9% dessas mulheres foram mortas pelo companheiro ou ex-companheiro, como informa o Anuário.

Em 2020, pelo menos 5 mulheres, por dia, foram vítimas de feminicídio no Brasil. Os dados da Rede de Observatório da Segurança mostram que cinco estados brasileiros, quais sejam, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Pernambuco, registraram, juntos, 449 casos de feminicídio e 753 casos de tentativas de feminicídio ou agressões físicas, no ano passado. Em 58% dos casos de feminicídios os criminosos eram companheiros ou havia algum relacionamento afetivo com a vítima, além da pandemia ter influenciado diretamente nos números, devido ao maior tempo juntos dentro de casa, as altas taxas de desemprego e a necessidade do trabalho em home office.

Ao lado de tal realidade, em que vidas de mulheres vêm sendo ceifadas, surge o fenômeno da culpabilização das vítimas pela prática do feminicídio. Quem é vítima da violência letal perpetrada pelo seu (ex)companheiro, (ex)marido ou (ex)namorado passa, em pouco tempo, a ocupar o lugar de culpada pela violência sofrida.

As narrativas de culpabilização construídas tanto pelos acusados dos feminicídios quanto por populares que tomam conhecimento do crime pela mídia e/ou internet, bem como por parte dos agentes públicos que deveriam ajudar a elucidar os casos de modo imparcial, são uma constante e demonstram que relações de dominação e violência, sejam física e/ou simbólica, podem gerar comentários com tomada de posição, tanto por meio de pensamentos conservadores de manutenção do patriarcado quanto por um discurso institucionalizado presente desde sempre na sociedade.

Ao analisarmos a construção dessas narrativas de culpabilização, percebemos que não existe narrativa imparcial, neutra, despida de uma carga de

machismo, de sexismo e sem resquícios de um sistema patriarcal. O que se percebe é a existência de falas que partem de um todo e desempenham um papel específico em meio a outras, portanto, “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências” (FOUCAULT, 1986, pág. 114).

Tais narrativas culpabilizadoras demonstram desprezo pelo gênero feminino e acarretam a propagação de discursos de ódio contra as mulheres. Conforme Meyer e Pflug (2009, pág. 87)

O discurso do ódio pode ser considerado uma apologia abstrata ao ódio, pois representa o desprezo e a discriminação a determinados grupos de pessoas que possuem certas características, crenças, qualidades ou estão na mesma condição social, econômica, como, por exemplo, os ciganos, nordestinos, negros, judeus, árabes, islâmicos, homossexuais, mulheres, entre outros.

O presente artigo, parte de nossa tese de doutorado, busca compreender a perpetuação de um discurso culpabilizador da mulher pela prática do crime de feminicídio, deslocando-a da posição de vítima e colocando-a na posição de culpada pela sua morte, promovendo uma naturalização e manutenção das hierarquias de gênero (MIGUEL; BIROLI, 2009) e reproduzindo significados e perpetuação de comportamentos sexistas e culpabilizadores das mulheres, mesmo quando estas se encontram na posição de vítima.

A partir desse entendimento, compreendemos que as narrativas construídas sobre a culpabilização das mulheres, possuem significados, reforçam identidades machistas e misóginas, legitimam a morte de mulheres cujo comportamento estaria fugindo à ordem do discurso disciplinar imposto há séculos sobre os seus corpos.

Assim, analisamos aqui, como as narrativas de culpabilização das mulheres vítimas de feminicídio íntimo servem para manter o domínio dos homens e a submissão das mulheres a estes, fazendo com que haja uma perpetuação do patriarcado e fomentando, cada vez mais, a desigualdade entre os gêneros.

Para tanto, nesta pesquisa utilizamos do procedimento bibliográfico e documental, com uma proposta metodológica de pesquisa de natureza explicativa, com construções teóricas sobre a temática central, utilizando-nos de uma abordagem qualitativa. O processo foi executado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática envolvendo doutrinas pertinentes e publicações de

caráter técnico para, em seguida, analisar os dados coletados de forma exploratória e crítica.

A partir da análise da bibliografia e dos documentos, promoveremos considerações acerca dos objetivos pretendidos nesta pesquisa, possibilitando a reflexão sobre o tema abordado e ampliando as discussões a respeito da culpabilização das mulheres vítimas de feminicídio e como tais narrativas servem ao propósito de manutenção do poder do homem e perpetuação do patriarcado.

Mortas e culpadas: as narrativas de culpabilização como forma de manutenção do poder masculino e do patriarcado.

Ao analisarmos as narrativas construídas ao redor das notícias e dos processos que envolvem crimes de feminicídio, é usual encontrarmos falas como: “ela pediu para ser morta”, “será que ela tinha outro e ele ficou com ciúmes e a matou”, “foi a vítima que o agrediu primeiro”, “a vítima o traía”, “com raiva por ter a certeza de estar sendo traído, passou a agredir fisicamente a vítima” ou então “morreu porque escolheu se relacionar com a pessoa errada”, “foi morta pelo ex-namorado que é presidiário”, “culpa das próprias mulheres....que escolhem maus elementos pra levar pra cama”.

Busca-se na vítima, a justificativa para que ela tenha tido sua vida ceifada. Invertem-se os papéis: o agressor passa a ser vítima, e a vítima passa a ser sua própria algoz, a culpada pela sua morte. Afinal, foi ela que com seu comportamento desviado, fora dos padrões impostos pelo patriarcado, a provocadora da violência fatal.

Referidos discursos descredibilizam inclusive o fato de o feminicídio ser definido como a morte de mulheres pelo fato de serem mulheres, como fica evidente nos comentários abaixo reproduzidos, retirados do site G1, que noticiou o assassinato de cinco mulheres no Rio Grande do Norte durante um final de semana em agosto de 2016.

Denominar "FEMINICÍDIO" o assassinato de mulher é de uma estupidez inominável. Essa besteira só pode vir desse mundo totalitário globalista do 'politicamente correto' da NOM. Mundo das inversões e do estímulo a conflitos entre as partes pela tese e antítese. Homicídio significa o ato de matar um ser humano. Ponto final. (Paulo Silva)

“sério isso? Agora inventaram mais essa? MORRERAM POR CIÚMES DE ALGUM DOIDO OU DOIDA, POR TEREM TRAÍDO O PARCEIRO(A) E POR UMA INFINIDADE DE OUTROS MOTIVOS IDIOTAS, NÃO MORRERAM POR SEREM MULHERES, mas nesse lixo de país, está na moda a cultura do vitimismo, mais homens morrem pelos mesmos motivos, mas não dá ibope fazer matéria sobre isso..... (sic) (Lucas Erico).

“Nada a ver uma coisa com a outra. Vítimas de feminicídio, mortas por serem mulheres??? Que estupidez é essa? Foram mortas porque se envolveram com pessoas que não deveriam.” (Dono Verdade)

“teve uma que levou 5 tiros na cabeça. pq será ??? não posso julgar mais pra mim isso aí me cheira chifre.” (Fábio Cavalheiro)

Os discursos de culpabilização como os acima transcritos, normalizam e naturalizam a prática da violência contra a mulher e reforçam o poder do homem sobre elas, admitindo que o uso da força e da violência letal está justificado quando os comportamentos femininos subvertem a ordem imposta pelo patriarcado.

Referidos discursos, inclusive repletos de ódio contra as mulheres, promove a manutenção de uma suposta superioridade masculina a qual, permite ao homem, quando ferido por alguma ação de contrariedade da mulher, reagir violentamente como se estivesse impondo a estas uma espécie de castigo, sendo o mais cruel deles a morte. Os discursos publicados buscam, além de objetificar a mulher, situá-la em uma posição de sub-humanidade, de objetificação de seu corpo.

Conforme Beauvoir (2019, pág. 18) “tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte”. Deste modo, as narrativas de culpabilização das mulheres vítimas de feminicídio buscam de um lado isentar a responsabilidade do homem pelo ato de matar e de outro, responsabilizar a mulher por sua morte. Consoante Hauser, Castro, Mendonça e Satler, (2017, pág. 11):

Não obstante, constata-se que o viés machista é o alicerce dos crimes definidos como impulsionados pela paixão obsessiva. O sentimento do agressor é de posse sobre sua vítima, valor este que parte da hierarquização de gênero.

Neste contexto, os acusados pela prática do feminicídio passam a ocupar a posição de vítimas das mulheres que possuem comportamentos tidos como inadequados, ganhando até um certo *status* de celebridades perante a sociedade,

vez que agiram por ciúmes. Deste modo, referidas narrativas acabam por reforçar o sistema patriarcal de dominação masculina e a desigualdade entre os gêneros, colocando o assassinato de mulheres na vala dos crimes comuns.

Atribuir a culpa pela sua morte à mulher sob o argumento de matar por paixão, amor ou ciúmes é tirar a responsabilidade da prática do feminicídio do homem e fomentar o poder deste sobre as mulheres. Poder este de vida e de morte. Afinal, os feminicídios, conforme afirmam Barros e Silva (2019) “são crimes de poder, que evidenciam a força do patriarcado e sustentam a autoridade masculina para controlar, com poder punitivo”. Tudo isso traduz o sentimento de que as mulheres a eles pertencem e que não aceitam a autodeterminação destas.

Tais discursos promovem a naturalização e normalização das mortes das mulheres e colocam os homens em posição de superioridade, principalmente quando são vistos e descritos, segundo critérios patriarcais machistas, dotados de virilidade e masculinidade, como se fossem o exemplo de homem ideal a ser seguido e sua conduta devesse ser aceita. Ademais, essas narrativas deixam de lado as questões de gênero e fortalecem os estereótipos dos envolvidos.

O fenômeno da culpabilização das mulheres vítimas de feminicídio íntimo, expõe a dificuldade que a sociedade tem de abandonar os velhos modelos de pensamento oriundos de uma organização social erigida com base no patriarcado e que se arrasta até os dias atuais, ainda que esse sistema patriarcal esteja em permanente transformação, conforme afirma Saffioti (2004, pág. 45-46):

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requinte de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc.

Temos assim, aquilo que Machado (2000) conceituou como “patriarcado contemporâneo”, que remonta à ideia de que, ao longo das gerações e evoluções, os ideais patriarcais mesmo que modificados, ainda permanecem. Estão presentes

de forma velada e menos explícita, mas continuam influenciando o meio social e, conseqüentemente, ditam o modelo ideal feminino contemporâneo.

Deste modo, conforme afirma Nogueira (2016, pág. 2):

Embora a mulher independente passe a se tornar mais valorizada, o patriarcado contemporâneo em nenhum momento provoca alguma alteração profunda nos deveres de gênero ou na estrutura tradicional da família. A nova imagem de esposa moderna passa a adquirir características de independência em relação ao marido, busca pela carreira profissional e independência financeira, sem prejudicar em nenhum momento sua dedicação ao lar e a família.

Assim, com essa forma de organização social patriarcalista sendo perpetuada, já que as novas gerações são educadas com base em tais preceitos, internalizando-os, as justificativas do feminicídio como um crime motivado por ciúmes ou passional, acabam sendo alimentadas por essas narrativas repletas de ódio contra mulheres, na qual o homem se vê ameaçado, ou sua situação de suposta superioridade colocada à prova por alguma ação de contrariedade desta mulher da modernidade.

As narrativas de culpabilização das mulheres vítimas de feminicídio íntimo, impedem a evolução dos valores morais referentes à mulher, seu pleno desenvolvimento a uma condição de igualdade, ao mesmo tempo que mascara as raízes do fenômeno das mortes de mulheres em razão da simples condição de serem mulheres e fomentam o poder dos homens sobre elas.

Existe uma inversão de valores embutida nesses discursos que culpabilizam a vítima pelo crime de feminicídio. O ponto central da questão faz-nos perceber que o problema que leva tantas mulheres a sofrerem os mais diversos tipos de violência todos os anos, em especial o feminicídio, diz menos respeito ao seu comportamento em sociedade e mais às raízes da nossa estrutura social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do nosso corpus de pesquisa selecionado e das leituras realizadas, observamos que, mesmo com o passar dos anos e com as transformações e evoluções experimentadas pela sociedade e pelas instituições, as formas de dominação patriarcal, a superioridade masculina e o machismo continuam vigentes na sociedade, mostrando-se não só pelas mais diversas formas de violência praticadas contra as mulheres como também, pelos discursos de

culpabilização destas pela violência sofrida. Tais discursos acabam por ser mais uma forma de violência praticada contra essas mulheres.

Consoante as lições de Safiotti (1969), verificamos que por meio das narrativas de culpabilização das vítimas, edifica-se uma sociedade consolidada em uma ordem de poder legitimadora da violência contra as mulheres, percebida, historicamente, em um processo de reificação. Essas mulheres são colocadas em posição de algozes de si mesmas, como se tivessem pedido para terem suas vidas ceifadas.

Por meio desses discursos, as mulheres são vistas como propriedades dos homens, desprovidas de autodeterminação, subjugadas e postas em lugar de submissão enquanto eles, saem da posição de culpados e passam a ocupar o lugar de vítimas de mulheres desregradas, promíscuas e de comportamento inadequado para os padrões sociais determinados pelo patriarcado. Deste modo, passa-se então a julgar não o ato letal praticado por ele, mas o comportamento, a vida e as ações dela. A conduta das vítimas é, muitas vezes, questionada, deixando dúvidas sobre a sua idoneidade, como se isso fosse o que, de fato, importa.

As narrativas de culpabilização, sejam elas oriundas dos próprios acusados, das instituições constituídas para prestarem auxílio, de populares que tomam conhecimento dos crimes ocorridos ou até mesmo das reportagens veiculadas na mídia e/ou internet, acabam por reforçar a existência do sistema patriarcal e da dominação masculina. Colocam o assassinato de mulheres no rol dos crimes comuns ou como “crimes passionais”, retirando o impacto que tais condutas possuem na sociedade, tendo em vista a tentativa de naturalizá-los/normalizá-los. Assim, a transgressão passa a ser justificada e, até mesmo atenuada, como um ato de ciúmes, paixão, impulsividade, descontrole, causado pela própria vítima.

Faz-se necessário repensar e discutir como tais justificativas mais uma vez revitimizam essas mulheres, contribuem para a subalternidade, invisibilidade, coisificação e desumanização destas e, ao mesmo tempo, são usadas para a manutenção do poder do homem e controle social deste sobre os corpos e as vidas das mulheres. Os discursos culpabilizadores são usados com o fim de mascarar o machismo, o sexismo e a misoginia inerente à prática do feminicídio, naturalizando-os. Essas narrativas retiram o real sentido e a gravidade da morte de mulheres, transformando os crimes de feminicídio em algo corriqueiro, motivados pelo descontrole afetivo dos homens.

Assim, urge romper com essas narrativas que legitimam as ideologias da cultura machista, misógina e patriarcal que vem matando e culpabilizando as mulheres. Isso se faz necessário a fim de que haja a construção de novas formas de ver e respeitar as mulheres, de valorizar as suas vidas e apresentar novas possibilidades de enfrentamento da violência e da desigualdade de gênero que ainda é tão pujante no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. Cinco mulheres são assassinadas durante o fim de semana no RN. **Portal de Notícias G1**. Rio Grande do Norte, 22 de agosto de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/08/cinco-mulheres-sao-assassinadas-durante-o-fim-de-semana-no-rn.html> . Acesso em 02/05/2021.

BARROS, A.L; SILVA, G.A.G da. FEMINICÍDIO: o papel da mídia e a culpabilização da vítima. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**. V. 11 n. 2 – Jul – Dez 2019. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/iefvj/article/view/729> Acesso em 18/05/2020.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 18.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Financiamento da segurança pública, Homicídios, Letalidade/vitimização policial, Sistema prisional, Violência contra a mulher**. Ano 14. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> .Acessado em: 01/05/2021.

FOUCAULT (org.) **Foucault: a critical reader**. New York: Basil Blackwell, 1986.

HAUSER, E. E; CASTRO, A. G; CASTRO, C.C; MENDONÇA N. L; SATLER, V. F. Crimes passionais: romantização da mídia e a tese de defesa de honra em homicídios "por amor". **Salão do Conhecimento: a matemática está em tudo**, Rio Grande do Sul, jan./2017. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7721> Acesso em: 31/05/2021.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia 289: Brasília, 2000.

MEYER-PFLUG, S. R. **Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio**. São Paulo; Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MIGUEL, L. F., & BIROLI, F. (2009). Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, 15(1), 55-81. doi: 10.1590/ S0104-62762009000100003.

NOGUEIRA, R. M. **A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero**, 2016. Disponível em: Acesso em: 18 ago.2020.p. 2.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, nº.37, Campinas July/Dec. 2011 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645012> . Acessado em 15/08/2018.

RAMOS, S. (coord.). A dor e a luta: números do feminicídio. Rio de Janeiro: **Rede de Observatórios da Segurança/CESeC**, março de 2021. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/03/REDE-DE-OBS_ELASVIVEM-1.pdf . Acesso em 01/05/2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFIOTTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DE GÊNERO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: CASOS NACIONAIS EMBLEMÁTICOS. UMA ANÁLISE PELO NUMAPE/UEPG.

Bruna Balsano¹

Maria Cristina Rauch Baranoski²

Luana Marcia Oliveira Billerbeck³

Nayara Basegio⁴

RESUMO

A violência institucional de gênero e violência política de gênero são temas que necessitam ser debatidos e estudados, visto que ocorrem com grande frequência na sociedade. O Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa (NUMAPE/UEPG) após analisar e perceber alguns casos de violência institucional e violência política de gênero, tanto em diferentes cidades do Brasil, como também em situações ocorridas na cidade de Ponta Grossa, organizou, em parceria com o Projeto de Pesquisa em Gênero, Violências e Sistema de Justiça da UEPG, com a Pro Reitoria de Extensão da UEPG – PROEX/UEPG e com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ponta Grossa – CMDM/PG um evento para debate e conscientização da sociedade a respeito das práticas da violência institucional de gênero e violência política de gênero. O presente artigo utilizou o método dedutivo e a metodologia adotada foi a bibliográfica, a partir de autores de referência no tema e de análise documental, com análise de leis e regulamentos, bem como a análise do evento que ocorreu no dia 28 de maio de 2021 sobre violência institucional de gênero e violência política de gênero, demonstrando a necessidade de debate e reflexão do tema, para que se possa pensar em outras práticas e políticas públicas para coibir e prevenir a tais violências, que atingem as mulheres tanto no âmbito social como no político.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência institucional. Violência política. Gênero. Lei maria da penha.

INTRODUÇÃO

¹ Advogada do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pós graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Integrada dos Campos Gerais.

² Professora coordenadora do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

³ Professora coordenadora do Projeto de Pesquisa em Gênero, Violências e Sistemas de Justiça da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁴ Estagiária de Direito Do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A violência institucional de gênero e a violência política de gênero ganhou recentemente destaque em razão de alguns acontecimentos tanto na esfera legislativa como também na esfera judiciária, amplamente divulgados pelas mídias sociais, como por exemplo: o caso da deputada estadual Isa Penna; a alegação do “estupro culposo”, no julgamento do caso da modelo Mariana Ferrer; o caso do Juiz da vara da família de São Paulo-Capital que, durante uma audiência, falou que não se importava com a Lei Maria da Penha; bem como os fatos que aconteceram na câmara dos vereadores da cidade de Ponta Grossa no mês de abril de 2021 que envolveu duas vereadoras, Joce Canto e Josiane Kieras.

Entender a forma que a violência de gênero se manifesta na sociedade, seja ela na vida pública ou íntima da mulher, é de extrema importância para que o seu combate venha a ser efetivo e completo. Muitas vezes a violência de gênero não é amplamente debatida e alguns atos violentos chegam até mesmo a fazer parte do cotidiano, naturalizando-se assim atitudes violentas, por conta disso, o propósito deste artigo é mostrar como a violência de gênero pode se apresentar, em especial na forma institucional e política. Para esse raciocínio, os objetivos específicos que delimitam o caminho teórico consistem na conceituação da violência e a sua relação com o poder instituído entre homens e mulheres, mostrando a história dos avanços legislativos que buscam combater a realidade da violência, mas que ainda se tornam ineficazes para o efetivo combate e prevenção das formas de violência de gênero que são praticadas nas esferas dos poderes públicos.

Com o método dedutivo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, realizada com autores de referência do tema como: Bianchini (2018), Campos (2010), Cunha e Pinto (2008), Fernandes (2012), Taquette (2007) e Massula (2006), bem como também foi utilizada a pesquisa documental com a análise das leis que visam a proteção da mulher, além das exposições resultantes do evento que ocorreu no dia 28 de maio de 2021 a respeito da violência institucional e política de gênero, promovido pelo NUMAPE/UEPG, em parceria com o projeto de pesquisa em Gênero, Violências e Sistema de Justiça da UEPG, com a PROEX/UEPG e com o CMDM/PG que contou com a presença das expositoras Josiane Kieras, Ione da Silva Jovino e Camila Rocha.

Os resultados mostram que a violência institucional contra as mulheres é uma condição presente no cotidiano social e das instituições, mesmo daquelas que tem por dever de ofício, proteger os direitos humanos, como é o Poder Judiciário, por

exemplo, mas que permanece invisível, apenas tomando as notícias dos jornais vez ou outra, como fatos extraordinários, demonstrando a necessidade da efetiva discussão, reflexão e exigência que medidas oficiais sejam tomadas pelas instituições, além da elaboração de discussões acadêmicas, sociais e institucionais, que visem a mudança de comportamentos herdados de uma sociedade patriarcal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa (NUMAPE/UEPG) é um projeto de extensão da UEPG, atuando desde 01 de janeiro de 2018, com o objetivo de acolher e prestar atendimento as mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar no município de Ponta Grossa/PR, como também dos distritos de Piquitos, Itaiacoca, Guaragi e Uvaia.

O projeto realiza suas atividades com a supervisão da SETI – Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que atua executando políticas públicas, por meio de ações extensionista, junto a faculdades e universidades públicas do Paraná e recebe financiamento do programa Universidade Sem Fronteiras (USF), visando o desenvolvimento da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, da capacitação e da produção tecnológica, cultural e desenvolvimento social, voltadas para a inovação e a melhoria da qualidade de vida da população paranaense.

Dessa forma, o NUMAPE/UEPG atua de acordo com a Lei Maria da Penha, uma vez que ela define como prioridade o atendimento interdisciplinar, contando com a parceria do Estado com outros órgãos da rede de proteção, para promover a erradicação da violência doméstica ou familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006).

A multidisciplinariedade de atuação do NUMAPE/UEPG permite ações focadas na humanização, coibição e prevenção dos casos de violência doméstica e familiar, para tanto, conta com uma equipe capacitada de profissionais, acadêmicos e professores, para atender as diferentes demandas da cidade de Ponta Grossa e seus distritos, como também das usuárias, com uma escuta qualificada para evitar a revitimização da mulher em situação de violência.

O projeto é composto por uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar com profissionais das áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia, além de estagiários bolsistas e professoras das respectivas áreas, como também com a colaboração de professores e extensionistas voluntários da área de Pedagogia.

O escopo do NUMAPE/UEPG é, num primeiro momento, o atendimento humanizado e interdisciplinar de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. (NUMAPE, 2019). O acolhimento da mulher em situação de violência doméstica ou familiar é o primeiro momento do atendimento e se faz pela equipe completa de profissionais do NUMAPE, que são: uma assistente social, uma psicóloga e uma advogada.

A equipe jurídica do NUMAPE/UEPG oferece orientação à mulher em situação de violência doméstica ou familiar, nas áreas cível e penal, bem como realiza orientações a respeito de divórcio, pensão, guarda dos filhos, entre outros; faz a avaliação da situação jurídica em que a mulher se encontra perante seu agressor e analisa estratégias para a mesma buscar seus direitos de maneira efetiva, requerendo, quando necessárias, as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha; acompanha pedidos de medidas protetivas de urgência; acompanha a mulher em situação de violência doméstica ou familiar aos demais órgãos da rede de atendimento; realiza atividades de sensibilização e informação a respeito da temática da violência doméstica ou familiar contra a mulher; realiza encaminhamentos para outros órgãos de atendimento; entre outros serviços. (NUMAPE, 2019).

As atribuições da equipe psicológica do NUMAPE/UEPG consistem em: prestar orientações a mulher em situação de violência doméstica e/ou familiar, com atendimentos individuais de 50min a 01h00 de duração, para intervenções e acolhimento da mulher que sofreu violência doméstica e/ou familiar em até 10 sessões, como também na prática de grupos terapêuticos, o trabalho na promoção da autoestima e empoderamento das mulheres atendidas, e atua nas atividades de prevenção no município de Ponta Grossa e distritos, entre outros serviços. (NUMAPE, 2019).

E, a equipe social do NUMAPE/UEPG atua na garantia de direitos das mulheres, realiza o acolhimento e encaminhamento das atendidas para os órgãos de proteção das mulheres do município, presta informações a respeito dos órgãos de proteção e manutenção dos direitos das mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade, como também realizam atividades de prevenção no município de Ponta Grossa e distritos, entre outros serviços. (NUMAPE, 2019).

O NUMAPE/UEPG conta com a parcerias com órgãos e instituições da rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica e/ou familiar cidade de

Ponta Grossa como: Juizado de Violência Doméstica e Familiar; Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC; Delegacia da Mulher; Patrulha Maria da Penha; os Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Conselho Regional da Mulher; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ponta Grossa – CMDMPG, como também possui parcerias e apoio de outros projetos de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como: o Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ/UEPG; Abraça UEPG; Projeto de pesquisa em Gênero, Violências e Sistema de Justiça, bem com o Núcleo de Prática Jurídica da UEPG.

E, foi contando com o trabalho em parceira que o NUMAPE/UEPG, junto ao Projeto de pesquisa em Gênero, Violências e Sistema de Justiça, ao NEDDIJ/UEPG, a PROEX/UEPG e com o CMDMPG observou a ocorrência de notícias relativas à violação de direitos humanos das mulheres, inclusive na cidade de Ponta Grossa realizou o evento “A violência institucional”, convidando mulheres com referência no tema debatido, para repensar as violências cotidianas que a mulher está sujeita.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência, de forma geral, pode ser definida como sendo ações e/ou uso de palavras que machucam e trazem sofrimento a determinado indivíduo. A violência é uma questão social delicada e extremamente grave que a sociedade enfrenta e está presente tanto nos países desenvolvidos, como nos subdesenvolvidos e em todos os momentos da história. A violência pode ser manifestada de diversas formas, e dentre elas a que ganha destaque na sociedade atual é a violência de gênero.

Violência de gênero foi conceituada junto com o desenvolvimento das teorias de gênero, a partir da década de sessenta do século XX, tornando-se base de diversas manifestações e reivindicações políticas e feministas que buscavam igualdade entre homens e mulheres. (BIANCHINI, 2018).

A violência de gênero é,

Qualquer ato, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, direta ou indiretamente, por meio de enganos, ameaças, coações ou qualquer outro meio, a qualquer mulher e tendo por objetivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la, ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade

humana, a autonomia sexual, a integridade física, moral, ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais. (CUNHA E PINTO, 2008, p. 24).

A violência contra a mulher como violência de gênero se dá pelas desigualdades socioculturais impostas às mulheres em relação aos homens. Essas desigualdades se manifestam tanto na vida pública, como na vida privada, sendo a mulher colocada em um “lugar” de submissão em relação ao homem.

A violência institucional empregada em nome e pelo Estado tem sua marca no processo de evolução do Direito, a exemplo, na Revolução Francesa, os direitos humanos foram pensados exclusivamente no masculino, originando a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, ou seja, restringindo a o direito aos “homens”, pois, quando Olympe de Gouges, apresentou, no ano de 1792, a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, teve como resultado, a sentença de morte na guilhotina. (SAFFIOTI, 2015, p.77).

A desigualdade, distante da naturalidade, é compulsoriamente decorrente da tradição cultural, das estruturas de poder, e dos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nesse viés, o Código Civil de 1916, vigente até o ano de 2002, (BRASIL,1916), foi um dispositivo legal do patriarcado e um exemplo dessa desigualdade entre homens e mulheres, o qual, dentre outras disposições afinadas com o patriarcado, definia as mulheres casadas como incapazes a certos atos e estabelecia que o marido era o chefe da família, que tinha o pátrio poder. Cabia a ele, dentre outras atribuições, autorizar ou não que a mulher tivesse uma profissão⁵ (BRASIL, 1916). Ainda que alguns dispositivos do Código Civil de 1916 tivessem sido revogados por leis posteriores, somente no ano de 2002 foi sancionada a Lei 3071/16 que instituiu o Código Civil vigente, que alterou consideravelmente a visão da lei anterior, adaptando-se às normas constitucionais vigentes (BRASIL, 2002).

Por conta de a violência contra a mulher ser um fenômeno social que marca a sociedade desde os primórdios até os tempos atuais e que por conta das lutas das mulheres que sofreram vários tipos de violência, alguns avanços legislativos ocorreram, como a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, sancionada em 07 de agosto de 2006, contemplando mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de exemplificar os tipos de violência e a

⁵ CÓDIGO CIVIL DE 1916, artigos 6º, 233, 240, 242,380).

criação de órgãos de proteção a essas mulheres; a Lei 12.737/12 conhecida como a Lei Carolina Dickmann, que tipificou crimes virtuais; a Lei 12.650/12 – Lei Joanna Maranhão, que alterou o prazo prescricional para denúncias de casos que envolvem abuso sexual de crianças e adolescentes; a Lei 12.845/13- Lei do Minuto seguinte, que foi sancionada em 2013 e oferece algumas garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e o fornecimento de informações sobre os direitos legais das vítimas; a Lei 13.104/2015 que estabeleceu o crime de feminicídio como uma qualificadora do crime de homicídio; a Lei 13.718/18, mais conhecida como a Lei de Importunação Sexual, praticada nas ruas, nos meios de transporte ou outros lugares.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DE GÊNERO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Apesar do avanço na proteção à mulher, ainda permanecem muitos obstáculos para as mulheres terem garantidos os seus direitos nos ambientes sociais e institucionais, tanto que, ainda há necessidade de refletir e discutir a violência institucional de gênero e a violência política de gênero.

a) Violência Institucional de Gênero

O acesso integral à Justiça, ainda é obstáculo para muitas mulheres, e um dos motivos é a violência institucional de gênero que, nas palavras de Taquette (2007, p.95), “é aquela praticada por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos tais como hospitais, posto de saúde, escolas, delegacias, judiciário, dentre outras.”

A violência institucional, uma vez que ocorre nas instituições prestadoras de serviço público, é praticada por “agentes que deveriam garantir uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos” (TAQUETTE, 2007, p.95.), verificada desde a falta de acesso aos serviços essenciais ou mesmo com a má prestação dos serviços ofertados nas instituições, ocorre muitas vezes em razão de práticas discriminatórias, segundo Tarquette (2007), com questões que envolvem gênero, raça, orientação sexual, entre outras.

A violência institucional está expressamente prevista na Convenção de Belém do Pará, a qual pode ser exercida por meio de omissão, negligência e imperícia, sendo necessária a responsabilização de quem, servidor público que em nome do Estado, as comete.

No Brasil a sanção da Lei Maria da Penha e a criação de órgãos especializados ao atendimento das mulheres em situação de violência, foi um grande avanço no enfrentamento a violência contra a mulher, contudo, restam desafios na atuação da rede de proteção. Um dos desafios que podem ser verificados na rede de proteção consiste na quantidade de homens atuantes no sistema judiciário e nos órgãos de proteção.

De acordo com o perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros de 2018, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça, foi verificado que desde 2011 a 2018, o percentual de juízes do sexo masculino é em torno de 63%, enquanto apenas 37% são do sexo feminino. (CNJ, 2018, p. 04). Com base nesses dados levantados pelo Conselho Nacional de Justiça, é possível perceber a grande diferença significativa em quantidade de homens e mulheres atuantes no sistema, o que pode se tornar um ambiente masculino e com condutas patriarcais em determinados cenários, especialmente se não houver a preparação específica dos agentes para o trato da violência de gênero.

A prática de violência institucional nos órgãos de proteção à mulher inviabiliza o enfrentamento e a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, visto que muitas vezes as mulheres desistem de dar continuidade aos serviços, desistem do processo judicial e acabam retornando ao ciclo de violência, além de ferir um dos princípios mais importantes do nosso ordenamento jurídico, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, previsto na Constituição Federal de 1988. (MASSULA, 2006).

O princípio da Dignidade da Pessoa Humana consiste no direito que toda pessoa tem de se autodeterminar e ser respeitada pelos demais membros sociais, por isso, seria “um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar” (MORAES, 2013, p. 18), o qual tem um papel central em nosso ordenamento jurídico.

b) Violência política de gênero

Outra forma de violência cometida contra as mulheres é a violência política de gênero, definida segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. As mulheres podem sofrer violência quando concorrem e, já eleitas durante o mandato,

essa violência é considerada uma das causas da sub-representação das mulheres na política e nos espaços de poder e decisão e prejudica a democracia no país. (MMFDH, 2020).

Por conta do aumento da participação, representação e interesse políticos das mulheres, a violência aumenta e começa a ter visibilidade. Para combater essa forma de violência e aumentar o número de representações femininas nas eleições foi estabelecido pela Lei das Eleições – Lei 9.504/1997, alterada em 2009, determina que "cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo". (BRASIL, 2009). Porém somente essa forma de combate se mostra insuficiente para combater e criar mecanismos para corrigir os aspectos institucionais e estruturais machistas que existem dentro da política e de órgãos públicos, os quais muitas vezes são naturalizados e banalizados, por ser um espaço ocupado majoritariamente por homens.

O NUMAPE/UEPG E AS FORMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Atualmente, alguns casos de violência política e institucional de gênero, ganharam destaque e foram amplamente divulgados pela mídia nacional, exemplos podem ser citados: o caso Mari Ferrer, o caso da deputada Isa Penna e o ocorrido na vara de familiar de São Paulo-Capital.

O caso Mari Ferrer, trata-se do vídeo do interrogatório realizado na audiência de instrução da Mariana Ferrer, que foi vítima de violência sexual no ano de 2018. O vídeo da audiência de instrução que foi divulgado causou perplexidade e revolta na sociedade, visto que em todo momento a vítima foi atacada e colocada como centro da ação, tentaram desqualificar a moral e a honra da vítima e culpá-la pela violência que sofrida, numa completa inversão de valores. (ALVES, 2020). Demonstrou a falta de sensibilidade e capacitação dos operadores de Direito, uma vez que os ataques feitos pelo advogado de defesa do agressor não foram repreendidos pelo Juiz, Promotor e serventuários que participaram da audiência, nenhuma parte se levantou em sua defesa e a protegeu dessa violência, que deixa sequelas inimagináveis as vítimas que buscam justiça. Por conta do ocorrido, a câmara dos deputados aprovou em março de 2021, o projeto de Lei – PL 5238/2020, o qual aguarda sanção, o qual altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para vedar uso de linguagem ou material que afete a dignidade das partes ou testemunhas nos atos processuais e o Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de

1940 (Código Penal) para instituir o tipo penal violência institucional no curso do processo. (ROSÁRIO, 2021).

No dia 09 de dezembro de 2020, na vara de família de São Paulo, o juiz Rodrigo de Azevedo Costa que falou durante a audiência virtual, processo de pensão alimentícia com guarda e visita aos filhos menores de um ex-casal, que não está "nem aí para a Lei Maria da Penha" e que "ninguém agride ninguém de graça". O juiz mesmo interrompido por uma advogada que acompanhava a audiência, continuou com as falas que vitimizavam e constrangiam a mulher. Após o ocorrido, a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo decidiu investigar e apurar o ocorrido para uma eventual punição. (SANTIAGO, 2020).

Já a Deputada Estadual de São Paulo Isa Penna (PSOL), denunciou o Deputado Estadual Fernando Cury (Cidadania) por assédio sexual e quebra de decoro. O vídeo que também foi amplamente divulgado, mostra o Deputado Cury se aproximando por trás, enquanto a Deputada Penna está de pé diante da mesa da presidência e nesse momento o deputado apalpa o corpo da Deputada e ela desvencilha-se, retirando a mão de Cury do seu corpo. (OLIVEIRA, 2020) Após o ocorrido o deputado tentou se desculpar com a Deputada e alegou que era apenas um abraço. A deputada pediu que o vídeo do ocorrido fosse exibido em plenário para comprovar o assédio, sendo necessária a suspensão da sessão por conta dos ânimos exaltados dos Deputados. Após o ocorrido, sendo uma decisão inédita, a ALESP suspendeu o deputado Fernando Curry pelo ocorrido. (OLIVEIRA, 2020).

Além desses casos que tiveram discussões em nível nacional, em abril de 2021, durante uma sessão da Câmara Municipal de Ponta Grossa, a vereadora Joce Canto foi chamada de "descontrolada" por seus colegas, após a realização de um discurso na Tribuna da Câmara. Posteriormente, tal fato foi retomado por outra vereadora, Josi do Coletivo (PSOL) solicitando que tais falas passassem por uma reflexão prévia dos colegas vereadores, enfatizando a falta de respeito e credibilidade as demais mulheres vereadoras da Câmara, fato que gerou tamanha discussão e descontentamento entre os parlamentares, que o Vereador Milla, informou que iria ingressar com uma representação na corregedoria do Estado contra a vereadora Josi Kieras do Coletivo por sua fala. (FARIAS, 2021).

As situações narradas, entre outras que não estão aqui discorridas, evidenciam a violência institucional presente na sociedade brasileira que necessita

de um longo caminho de reflexão e mudança de práticas machistas, para que sejam banidas.

Por conta disso, o NUMAPE/UEPG e parceiros, no mês de maio de 2021 realizou postagens nas redes sociais, Facebook e Instagram, de maneira educativa e conscientizadora sobre violência institucional e política de gênero, como também realizou uma *live* com transmissão simultânea no canal do NUMAPE/UEPG na plataforma YOUTUBE, com a participação das mulheres que já sofreram ou presenciaram alguma forma de violência institucional e política de gênero.

Já a *live* que ocorreu no dia 28 de maio de 2021, contou com 03 convidadas que de extrema importância para o debate sobre o tema, sendo elas: a vereadora e professora Josi Kieras de Ponta Grossa, a professora doutora e pró-reitora de assuntos estudantis da UEPG, Ione da Silva Jovino e a assessora parlamentar da deputada estadual Isa Penna, doutora Camila Rocha.

As experiências e informações obtidas por meio do evento, com a participação de três mulheres que estão inseridas em ambientes predominantemente masculinos e que vivenciaram situações de violência política e institucional de gênero levou os participantes do evento a refletirem e buscarem uma forma de combater essa prática de violência que vem sendo perpetuada em nossa sociedade e que são ofensa aos Direitos Humanos.

CONCLUSÃO

A organização social de gênero baseada na virilidade como força/potência/dominação, que privilegia o masculino, destina a atenção ao conceito de direitos humanos, o qual compreende por violência todo agenciamento capaz de violá-los. O respeito ao outro constitui o ponto nuclear desta nova concepção da vida em sociedade, que tem corpos gendrados, que recebem um imprint do gênero e seus corolários. (SAFFIOTI, 2015).

Existem avanços na proteção oferecida para o combate e prevenção da violência de gênero e da violência contra a mulher, os maiores exemplos são a Lei Maria da Penha; a Lei Carolina Dickmannn, a Lei Joanna Maranhão, a Lei do Minuto seguinte, a Lei do Feminicídio; a Lei de Importunação Sexual, os quais são grandes marcos para suavizar a desigualdade existente entre homens e mulheres por colocarem em xeque a estrutura que mantém as relações de poderes entre eles.

Como apontado durante o decorrer do texto, falar sobre violência de gênero, especialmente no âmbito institucional e político não pode se restringir a vitimizar mais uma vez a mulher como a “pobrezinha”, a “excluída”, mas trata-se de trazer em evidência todas as formas e situações em que essas formas de violência podem ocorrer, e demonstrar que existe uma rede de apoio que as mulheres podem ter acesso. Há necessidade de mais debate e reflexão do tema, para que se possa implementar outras práticas e políticas públicas para prevenir e coibir tais violências, que atingem as mulheres tanto no âmbito político e social.

Por fim, vale ressaltar que esse trabalho não tem a intenção de esgotar a discussão a respeito das formas como essa violência ocorre, ou apresentar todas as soluções necessárias para acabar com a violência institucional e política de gênero, mas sim contribuir para o avanço das discussões e tomadas de atitude que visem coibir essas práticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Schirlei. **Caso Mariana Ferrer e o inédito “estupro culposos”**. 2020. The Intercept Brasil. São Paulo. 03 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposos/>> Acesso em 07 jun. 2021.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. - 4. ed. - São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em 29 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Mulheres na Política: Violência Política**. Brasília, 2020. Disponível em:<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica> > Acesso em 07 jun. 2021

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAMPOS, A. H. **Violência institucional de gênero e a novel ordem normativa: inovações processuais na Lei Maria da Penha**. In: LIMA, Fausto R.; SANTOS, Claudiene (Coords.). **Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CARNEIRO, Isabel. **O processo de debate e a construção dos direitos. Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher**, Fortaleza, p. 20-31, 2020.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) comentado artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

COUTINHO, Beatriz Oliveira Maia et al. **Cartilha mulheres na política**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio), 2021

FARIAS, Eduardo. **"Milla diz que irá acionar Josi do Coletivo na Corregedoria"**. **Blog** do Doc. Doc.com. Ponta Grossa. 14 de abril de 2021. Política. Disponível em: < <https://blogdodoc.com/2021/04/12/milla-diz-que-ira-acionar-josi-do-coletivo-na-corregedoria>> Acesso em: 07 jun. 2021.

FERNANDES, Maria da Penha. **Sobrevivi...Posso contar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Armazém da Cultura, 2012.

MASSULA, Letícia. **A violência e o acesso das mulheres à justiça: o caminho das pedras ou as pedras do (no) caminho**. In: **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

OLIVEIRA, Caroline. **Caso Isa Penna e o machismo estrutural na Alesp: "Um espaço extremamente violento"**. Direitos Humanos. 2020. Brasil de Fato. 18 de dezembro de 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/18/caso-isa-penna-e-o-machismo-estrutural-na-alesp-um-espaco-extremamente-violento>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

PARANÁ. **Edital nº 004/2019/UGV. Superintendência Geral de Ciência, tecnologia e Ensino Superior**. 2019. Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/201908/edital_04_19.pdf>. Acesso em 06 jun. 2021

ROSÁRIO, Maria. **"Projeto de Lei Mari Ferrer (PL 5238/2020)"**. 2021. Brasil. Portal Maria do Rosário. 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: < <http://mariadorosario.com.br/projeto-de-lei-mari-ferrer-pl-5238-2020/>>

SANTIAGO, Tatiana. **"Não tô nem aí para a Lei Maria da Penha. Ninguém agride ninguém de graça', diz juiz em audiência; Corregedoria do TJ apura caso"**. 2020. Brasil. G1. Globo.com. 18 de dezembro de 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/18/nao-to-nem-ai-para-a-lei-maria-da-penha-ninguem-agride-ninguem-de-graca-diz-juiz-em-audiencia-corregedoria-do-tj-apura-caso.ghtml>> . Acesso em: 10 jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, [2004] 2015.

TAQUETTE, Stella (org.). **Mulher adolescentel/jovem em situação de violência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p. 95. Disponível



em:

https://www.researchgate.net/publication/265336500_Violencia_contra_a_mulher_adolescentejovem> Acesso em 04 jun. 2021.

“UMA PANDEMIA SILENCIOSA”: A COBERTURA DE AZMINA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO DA COVID-19

Paula Cabrera Claro¹

Paula Melani Rocha²

RESUMO

O artigo parte da perspectiva interseccional e do reconhecimento do jornalismo enquanto uma poderosa tecnologia de gênero para a análise empírica de reportagens da revista AzMina, um site jornalístico feminista e com enfoque de gênero. Com ênfase no aumento das violências de gênero no contexto da pandemia, o recorte temporal refere-se aos meses de março e abril de 2020 e 2021. A análise revela que AzMina cumpre com a sua proposta editorial, porém, a intersecção entre gênero e raça não é perceptível no *corpus* de análise.

Palavras-chave: Jornalismo. Violência de gênero. Interseccionalidade. Mídias alternativas. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O artigo discute a cobertura da Covid-19 pela revista AzMina, criada em 2015 através de um financiamento coletivo, no município de São Paulo e inspirada pelo projeto norte-americano *Bitch Media*. Segundo Buitoni e Lopes (2018), a Revista AzMina se diferencia de uma revista feminina tradicional pelo seu caráter ativista, o que é visível em suas pautas e coberturas. Comprometida com a produção de um jornalismo com enfoque de gênero, AzMina “(...)tem um expediente profissional com redatora, diretora de redação, editora e repórteres, e investe em gêneros comuns ao jornalismo, como a reportagem, a crônica e o ensaio fotográfico” (BUITONI, LOPES, 2018, p. 22). Além da produção jornalística, AzMina atua na promoção de campanhas de conscientização, palestras, monitoramento de dados públicos e consultoria³.

Na atual crise sanitária, econômica e política que vivenciamos com a disseminação da Covid-19 (Sars-Cov-2), AzMina se dedica a cobertura jornalística com fundamento de gênero e raça para “visibilizar e combater retrocessos de direitos e aumento da violência contra as mulheres” neste período (AZMINA, 2020). Duas iniciativas colaborativas em que o portal jornalístico participa se destacam: 1) a

¹ Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Mestranda do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Recebe bolsa de mestrado da Capes.

² Professora do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da UEPG. Uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero também da UEPG.

³ Instituto AzMina. Disponível em: <https://azmina.com.br/instituto-azmina/> Acesso: 13 de jun. 2021.

‘Cobertura Especial COVID-19’, desenvolvida por Gênero e Número, Revista AzMina, Data_labe e Énois para monitoramento, levantamento de dados e produção de reportagens sobre os efeitos da pandemia com enfoque de gênero, raça, classe e territórios; e 2) a cobertura ‘Um Vírus e Duas Guerras’, realizada por um consórcio de veículos independentes (Ponte Jornalismo, Amazônia Real, Portal Catarinas, #Colabora, Agência Eco, Marco Zero e Revista AzMina) para monitoramento da violência doméstica durante a pandemia no Brasil (AZMINA, 2020).

Com foco na cobertura jornalística realizada por Revista AzMina sobre a violência de gênero na pandemia, delimitou-se como recorte temporal as reportagens sobre o tema publicadas nos meses de março e abril de 2020 e 2021. Em março do ano passado, mês em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia da Covid-19⁴, organizações não-governamentais já levantavam preocupações sobre o aumento da violência doméstica em diversos países, visto que, o isolamento social, ao aproximar mulheres e agressores, tende a dificultar as denúncias. Em 17 de março e 23 de abril de 2020, respectivamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicava relatórios⁵ a fim de garantir a dimensão de gênero na resposta contra a Covid-19.

O *corpus* empírico é constituído por quatro reportagens, duas apresentam dados do projeto ‘Um Vírus e Duas Guerras’ e duas fazem parte da ‘Cobertura Especial Covid-19’. Com isso, o presente artigo busca evidenciar a prática de um jornalismo feminista e com enfoque de gênero no contexto de pandemia da Covid-19. Partimos do entendimento que períodos de crise, como o atual, afetam desproporcionalmente determinados grupos sociais, como mulheres, população negra e de baixa renda⁶. Como afirmam Barroso e Gama (2020), “a crise tem rosto de mulher”, sobretudo, mulheres negras e periféricas. Para as pesquisadoras, as “desigualdades de gênero, bem como de raça, território, regionalidade, renda e escolaridade, são as responsáveis por colocar mulheres pobres no centro dos

⁴ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso: 13 de jun. 2021.

⁵ “COVID-19 na América Latina e no Caribe: como incorporar mulheres e igualdade de gênero na gestão da resposta à crise” e “Prevenção da Violência contra Mulheres diante da COVID-19 na América Latina e no Caribe” Disponíveis em: <http://www.onumulheres.org.br/covid-19/> Acesso: 13 de jun. 2021.

⁶ Como demonstra o estudo “*Social Inequalities and Covid-19 Mortality in the City of São Paulo*”, publicado em fevereiro de 2021, a taxa de mortalidade por Covid-19 é maior em localidades que os indicadores socioeconômicos, como acesso à educação e percentual de renda, são mais baixos. Para pessoas pretas e pardas, as taxas de mortalidade são 81% e 45%, respectivamente, mais altas do que entre brancas (DESIGUALDADE QUE MATA..., 2021).

grupos possivelmente mais afetados pela pandemia do coronavírus” (BARROSO; GAMA, 2020, p. 86).

Este artigo parte da perspectiva interseccional e do reconhecimento do jornalismo como uma poderosa tecnologia de gênero para a análise empírica do conteúdo jornalístico desenvolvido pela Revista AzMina. Após a introdução, o artigo está estruturado nos seguintes tópicos: Mulheres e os impactos da Covid-19; Violências de gênero em uma perspectiva interseccional; Jornalismo como uma tecnologia de gênero; Análise e Considerações finais.

MULHERES E OS IMPACTOS DA COVID-19

Mais de dezessete milhões⁷ de brasileiros e brasileiras já foram infectados pelo novo coronavírus. A disseminação da doença, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, ocasionou mais de 487 mil óbitos no país, tornando o Brasil o epicentro da pandemia. Enquanto diversos países avançam na vacinação e se recuperam economicamente, apenas 11,7% dos brasileiros foram vacinados com as duas doses⁸. São diversos os impactos sociais, econômicos, culturais e políticos que estão entrelaçados à disseminação da Covid-19, sendo um deles o aumento das desigualdades sociais e estruturais no país. Pesquisas científicas já atestaram que os impactos da pandemia serão sentidos de maneira diferente a depender de marcadores como raça, classe e gênero (ESTRELA et. al, 2020).

Apesar da Covid-19 não apresentar seletividade contagiosa, condições insalubres de trabalho e moradia são determinantes na propagação do vírus. A pesquisa de Estrela e colaboradores destaca as dificuldades para a população de baixa renda cumprir o isolamento pleno, visto que muitas pessoas têm “pouco acesso aos cuidados de saúde e necessitam escolher entre ficar em casa e passar fome ou correr os riscos do descumprimento ao isolamento para o sustento de si e da família” (MCKEE; STUCKLER, 2020 *apud* ESTRELA et. al, 2020, p. 3434). O estudo também ressalta que as vulnerabilidades de classe no Brasil estão associadas às desigualdades de raça e etnia.

⁷ Até a conclusão deste artigo, o Brasil registrou 17.412.766 casos acumulados da Covid-19. Foram 487.401 óbitos em decorrência da pandemia no Brasil. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html Acesso: 14 de jun. 2021.

⁸ Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acesso: 14 de jun. 2021.

Um dos efeitos colaterais da pandemia se encontra no aumento das violências de gênero. Em março de 2020, a diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, destacava que as mulheres são afetadas de forma severa pela pandemia, pois, são elas as principais cuidadoras e representam 70% das pessoas que trabalham no setor social e de saúde, como enfermeiras, parteiras, faxineiras e lavanderias. Também são mulheres que realizam grande parte do trabalho não remunerado e/ou garantem a subsistência com trabalhos informais. Em mesma declaração, Mlambo-Ngcuka ressalta que “a violência contra mulheres já é uma pandemia em todas as sociedades, sem exceção”⁹. O isolamento social e a quarentena – principais medidas para o combate ao vírus – tiveram como consequência a aproximação entre mulheres e crianças de seus agressores. Segundo dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, desde o início da quarentena, o número de denúncias feitas pelo canal 180, aumentou 17,9%, em todo o país. Em abril de 2020, o número cresceu 37,6% em relação ao mesmo período em 2019. Segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), também houve um aumento de 22% nos casos de feminicídio em 12 estados brasileiros entre março e abril de 2020.

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO EM UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

O termo violência de gênero é um conceito amplo, capaz de abarcar vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos (SAFFIOTI, 2001). Aqui, podemos incluir as violências contra pessoas LGBTQIA+ e outros grupos que fogem da norma heteronormativa. Já a violência doméstica faz parte de uma “ideologia patriarcal que há muito tempo organiza as sociedades”. Ela não pode ser vista como um fato isolado, pois, além dos danos físicos e psicológicos, a violência doméstica é também um “reflexo de relações de poder” (PARADA, 2017, p. 17-18). Estas relações estão interligadas ao exercício da função patriarcal, em que os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais. Sendo do patriarca o projeto de dominação-exploração da categoria social mulheres (SAFFIOTI, 2001, p. 115). Como afirma Saffioti (2001, p. 115-116), “nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm,

⁹Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/covid-19-mulheres-a-frente-e-no-centro/>
Acesso: 15 de dez. 2020.

contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença”.

De acordo com a ONU Mulheres, o número de mulheres assassinadas¹⁰ no Brasil aumentou em 230% em 30 anos. O Atlas da Violência 2020¹¹ destaca que uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil, em 2018. Destes, 38.9% dos homicídios ocorreram dentro de casa e 68% das mulheres assassinadas no país neste ano eram negras. Além do gênero, marcadores sociais como raça, etnia e classe devem ser considerados para abordar a violência doméstica. Sueli Carneiro (2003, p. 118) visibiliza as dissonâncias no movimento feminista brasileiro que, assim como outros movimentos sociais progressistas, esteve “prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres”.

bell hooks (2015) critica as amarras do feminismo estadunidense que, desde o seu surgimento até os dias atuais, reforça opressões de classe e raça. Para a autora as bases do feminismo contemporâneo referem-se a “um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida” (HOOKS, 2015, p. 193-194). Ela também critica o preceito de que “todas as mulheres são oprimidas”, pois essa afirmação sugere que fatores como raça, classe, religião ou preferência sexual não criam uma diversidade de experiências (2015, p. 197).

A necessidade de olharmos para outros marcadores sociais, como raça e classe, se reafirma ao nos depararmos com as estatísticas de homicídios de mulheres negras, que aumentou 15% entre 2008 e 2018. Enquanto o de mulheres não-negras, durante o mesmo período, diminuiu 8% (FBSP, 2018). Uma publicação do Geledés Instituto da Mulher Negra, de 2017, levanta uma questão pertinente: “Se em todos os indicadores sociais se evidenciam as desvantagens sociais experimentadas por mulheres negras, [...] como a abordagem do impacto do racismo pode se manter ausente ou periférica no tema da violência doméstica?” (MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..., 2017, p. 22). Aqui, destaco a

¹⁰ O assassinato de mulheres, apesar de ser motivado por questões de gênero em sua maioria, muitas vezes não o é assim registrado. A tipificação como feminicídio depende de fatores como o local da morte (se ocorreu em âmbito doméstico ou não) e se o agressor tinha vínculo afetivo com a vítima. De acordo com o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 88,8% dos casos de feminicídio foi cometido por companheiros ou ex-companheiros das mulheres assassinadas.

¹¹ O Atlas da Violência é produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

perspectiva interseccional como dimensão analítica. A expressão, cunhada por Kimberlé Crenshaw, aponta para a necessidade de percebermos os cruzamentos entre as diversas opressões que incidem sobre os sujeitos (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018). A perspectiva interseccional nos ajuda a compreender e pensar as diferentes opressões que assolam diferentes mulheres no contexto atual de pandemia.

O JORNALISMO COMO UMA TECNOLOGIA DE GÊNERO

O conceito de tecnologias de gênero foi proposto por Teresa de Lauretis. Ela constrói o termo a partir da leitura de Michel Foucault sobre tecnologia/dispositivo. Para a autora, o jornalismo “não apenas representa, mas opera a construção e circulação de representações de grupos, identidades, valores, com a visibilização de temas e sujeitos e invisibilização de outros” (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018, p. 125). Pereira (2009) apropria-se do conceito para explicar como os jornais impressos funcionam como uma tecnologia de gênero, ou seja, perpetuam e constroem imagens de “homens” e “mulheres”. Com foco nas páginas policiais, o autor indaga se “os discursos jornalísticos que descrevem a violência não seriam eles próprios violentos” (PEREIRA, 2009, p. 485).

Nesse sentido, a forma como a violência de gênero é discutida nos veículos de comunicação reflete as disputas no processo de produção da notícia. Marcia Veiga da Silva (2010) ao observar as relações de gênero entre profissionais no ambiente da redação, percebe como as concepções generificadas perpassam pelas identidades profissionais e os respectivos lugares de poder. Ela também afirma que “a categoria gênero é constitutiva não apenas dos sujeitos, mas também das instituições, e se intersecciona com as relações de poder e formação de hierarquias” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 131). Dessa forma, os critérios de noticiabilidade também são constituídos pelas concepções de gênero. Veiga da Silva (2010, p. 133) revela que os valores-notícia estavam permeados dos valores pessoais dos jornalistas e, inclusive, serviam de filtro na seleção de pautas. Ao utilizar as lentes de gênero para observar o jornalismo, a autora percebe que a prática jornalística contribui para “o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência do padrão heteronormativo” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 201).

Essas constatações de Veiga da Silva vão ao encontro do reconhecimento do jornalismo como uma tecnologia de gênero que corrobora para a construção de “versões naturalizadas de “homem/masculino”, “mulher/feminino”, das sexualidades possíveis e “corretas”, das formas de viver aceitáveis – e as não aceitáveis. Dos corpos “certos” e dos corpos desviantes, em todas as direções possíveis” (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018, p. 125).

Já veículos alternativos feministas (como a Revista AzMina) podem desempenhar um papel de contra-hegemonia. Hasan e Gil (2016), ao estudarem as aparições da agenda política feminista na mídia argentina, mencionam as articulações de grupos feministas que contribuíram para o surgimento das primeiras redes de mulheres na internet. Segundo as autoras, a partir dali se multiplicaram os fóruns de debates, as listas de boletins eletrônicos, portais informativos, sites de diversos coletivos e, mais tarde, agências de notícia, blogs, revistas, rádios online, jornais feministas e redes sociais com perfis de jornalistas especializadas (HASAN; GIL, 2016, p. 258-259). Esse universo de iniciativas ‘preparou o terreno’ para diversos projetos jornalísticos feministas que temos hoje.

ANÁLISE: A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DE AZMINA

A reportagem **“Cuidadoras enfrentam abusos e riscos na pandemia de coronavírus”** é de autoria de Maria Martha Bruno e foi publicada em 31 de março de 2020. O texto relata as condições precárias de trabalho de cuidadoras de idosos, que enfrentam abusos e sobrecarga de tarefas em contratos não regulamentados. Entre aspas, a reportagem abre com insultos dirigidos a uma cuidadora (identidade preservada) por uma empregadora, que tenta obrigá-la a permanecer na residência em que trabalha por dois meses.

Seis fontes primárias compõem a reportagem: a assessora jurídica e a presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município de São Paulo, Zenilda Ruiz e Silvia Maria da Silva Santos, respectivamente; a cuidadora de idosos, Marlene Adão Tomaz; a diretora-superintendente da Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo (Acirmesp), Cristina Alves; o presidente da Associação Brasileira dos Empregadores de Cuidadores de Idosos (Abeci), Adriano Machado; e a advogada especializada em Direito Médico e da Saúde, Clarissa Franco.

Marlene relata à reportagem a rotina de cuidados extras por causa do coronavírus, como o uso de equipamentos de proteção individual, luvas, máscara e jalecos. O trajeto entre as casas das idosas que cuida, uma na Zona Sul e outra na Zona Oeste do Rio de Janeiro, inclui três ônibus. Ela também revela os abusos que enfrentou em trabalhos anteriores: “Na casa de um dos idosos, eu não tinha alimentação. Precisava levar a marmita, mas a filha dele não me deixava colocar na geladeira. Como almoçava muito tarde, às vezes a comida azedava” (CUIDADORAS ENFRENTAM ABUSOS..., 2020).

O texto conta com dois infográficos: o aumento do número de cuidadores de idosos no Brasil entre 2004 e 2017 compõe o primeiro e o segundo apresenta a porcentagem de brasileiros por faixa-etária. Além das entrevistas das fontes, a reportagem é construída com base em dados do extinto Ministério do Trabalho, da Associação Brasileira dos Empregadores de Cuidadores de Idosos (Abeci), do IBGE e do DataSenado. A perspectiva de gênero é evidenciada em um dado da Abeci destacado na linha-fina e no decorrer do texto: 85% das pessoas que trabalham como cuidadoras são mulheres. No entanto, carece informações se essas mulheres são brancas, negras ou pardas.

A segunda reportagem **“Atendimento à violência doméstica muda em meio a pandemia”**, publicada em 03 de abril de 2020 e assinada por Helena Bertho e Elena Wesley, apresenta as mudanças e permanências dos serviços de atendimento e denúncia a mulheres em situação de violência. O texto concentra grande parte das informações em um jornalismo de serviço público, com o que pode ser feito de maneira remota (por exemplo, o boletim de ocorrência pela internet) e quais serviços continuam operando de forma presencial (Casas de abrigo e passagem). Dois subtópicos são destinados a orientações de “O que fazer se você se sentir em risco” e “Como ajudar uma mulher que possa estar em risco durante a quarentena”.

Todas as fontes são mulheres: a promotora pública de São Paulo, Valéria Scarance; a juíza da Vara de Violência Doméstica de Porto Alegre, Madgéli Frantz; a juíza da Vara da Violência doméstica, Adriana Mello, também aparece no texto, mas em entrevista concedida à Globo. Duas mulheres que vivenciaram a violência doméstica fazem parte da reportagem com a identidade preservada. A primeira, Maria (nome fictício), o marido foi preso por descumprir a medida protetiva, mas, por ser idoso, recebeu liberdade no dia seguinte por ser integrante do grupo de risco do

coronavírus. Já Joana (também nome fictício), conseguiu medida protetiva contra o irmão antes do isolamento social, mas o agressor ainda não havia sido informado. Dois infográficos compõem a reportagem, um com informações do Dossiê Mulher RJ 2019 sobre onde mais ocorre a violência contra a mulher (na residência, durante os fins de semana e no período noturno); e outro com dados do Atlas da Violência 2019 sobre o aumento de assassinatos de mulheres nos últimos 10 anos. Novamente, não há menção ao recorte de raça. Por exemplo, não é citado que 68% das mulheres assassinadas no país em 2018 eram negras, informação que consta no Atlas da Violência.

O recorte temporal foi ampliado para os meses de março e abril de 2021 para incluir reportagens do “Um Vírus e Duas Guerras”, projeto lançado em outubro de 2020. O período também se refere ao mês em que completa um ano desde que a pandemia foi declarada pela OMS e os primeiros relatórios sobre a violência doméstica neste contexto eram publicados. Duas reportagens correspondem a este recorte e ambas foram publicadas em 08 de março de 2021.

Sem autora específica, **“Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia”** é assinada pelo consórcio de veículos independentes. Ela apresenta dados gerais e uma espécie de conclusão para o “Um Vírus e Duas Guerras”, visto que, o projeto tinha como objetivo monitorar os casos de violência doméstica e feminicídio nos meses de março a dezembro de 2020. O monitoramento revela, com base nos dados de Secretarias Estaduais de Segurança Pública, que pelo menos 1005 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil durante este período¹². O texto destaca os feminicídios de Bianca Lourenço, no Rio de Janeiro, e de Emilaine de Souza Souza, no Amazonas. No decorrer da reportagem, outras histórias de mulheres assassinadas dentro de casa vão sendo contadas, como a de Ariane Tenfen Mendes, em Santa Catarina, em que a filha de 3 anos testemunhou o crime. E a de Myriwekwde Karajá, indígena e moradora da aldeia Fontoura, em Tocantins. Espancada pelo marido, “teve politraumatismo, hemorragia interna e recebeu diagnóstico positivo para a Covid-19. Morreu no dia 10 de janeiro. Ele fugiu” (NA PANDEMIA, TRÊS MULHERES..., 2021, s/p).

No total, a reportagem conta com dez fontes, sendo 9 mulheres e 1 homem. São elas: Julieta Palmeira (secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da

¹² “Os dados são referentes a 24 estados e Distrito Federal – Paraná e Sergipe não enviaram os dados solicitados” (NA PANDEMIA, TRÊS MULHERES..., 2021).

Bahia); Maria Elisa Muntaner (analista de dados e responsável pelo estudo do monitoramento Um vírus e duas guerras); Paula Meotti (delegada titular da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Goiânia); Desiree Casale (educadora e integrante do Coletivo Feminista Hellen Keller); Flávia Melo (antropóloga); Eliana Karajá (coordenação do Coletivo de Mulheres Iny e da Associação Indígenas do Vale do Araguaia - Asiva); Verônica Ferreira (pesquisadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e integrante da campanha Campanha da Renda Básica Emergencial); Edna Jatobá (coordenadora executiva do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop) de Pernambuco); Pollyana Souza Vieira (defensora pública e lidera o Projeto Órfãos do Femicídio, do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado do Amazonas) e Fábio Henrique Machado (comandante do batalhão da PM em Chapecó). Destaca-se a diversificação das fontes, de diferentes regiões brasileiras.

A reportagem dedica dois parágrafos para a diminuição de denúncias de violência feita por mulheres com deficiência, o que reflete a falta de acessibilidade para denúncias. Outro destaque são os feminicídios cometidos a golpes de facas na região Norte do país, que são mais frequentes em registros policiais do que os cometidos com o uso de revólveres e pistolas.

As expectativas de melhorias desta realidade para o ano de 2021 se apresentam de maneira pessimista na reportagem, ao considerar os cortes no auxílio emergencial e o aumento da pobreza e da fome no país, além dos novos decretos quanto ao uso e compra de armas do governo federal. Como afirma a secretária de Políticas para as Mulheres da Bahia, Julieta Palmeira, “O governo federal deveria apoiar os estados no enfrentamento à violência contra as mulheres, mas, ao invés disso, libera as armas num quadro de altos índices de violência doméstica. Imagine com o agressor tendo uma arma em casa o que vai acontecer” (NA PANDEMIA, TRÊS MULHERES..., 2021, s/p).

Assim como as outras reportagens, conta com infográfico. Nesta, é um infográfico animado e refere-se aos índices de feminicídio registrados no Brasil por estado. No fim do texto, há informações sobre a realização do monitoramento, que teve a participação de “31 mulheres, entre jornalistas, fotógrafas, analistas de dados, ilustradores e designers” (NA PANDEMIA, TRÊS MULHERES..., 2021, s/p). Na sequência, há links para as outras reportagens do projeto, separadas por regiões.

A reportagem **“Filhos da violência de gênero: como crianças e adolescentes são afetados pela violência doméstica”** é assinada por Jamile Santana. Traz um tema pouco debatido e com ausência de dados: as crianças e adolescentes testemunhas da violência doméstica. Enquanto mulheres e agressores são contabilizados pelas estatísticas, essas vítimas, não. A “percepção de crescimento no número de crianças e adolescentes afetadas pela violência doméstica durante a pandemia é apenas uma “observação” de quem trabalha constantemente no atendimento dos casos” (FILHOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO..., 2021, s/p). A reportagem descreve como João (nome fictício) testemunhou o assassinato de sua mãe, Aldennir Soares da Silva, pelo ex-namorado. O adolescente não chegou a ser acolhido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar. Outros quatro casos de feminicídios em que filhos (as) presenciaram o crime são apresentados no texto, todos preservando a identidade das crianças/adolescentes.

A delegada Paula Meotti também é fonte nesta reportagem. Além dela, são fontes primárias a coordenadora do CREAS de Chapadão do Sul, Cláudia Aguiar, e a psicóloga Ana Fernanda dos Santos. Um infográfico constitui a reportagem, com os números de feminicídio no Mato Grosso, estado com maior taxa durante a pandemia. O penúltimo subtópico apresenta possíveis caminhos para tentar diminuir essa violência. São citados cursos para homens agressores realizados pela Polícia Civil de Goiás em parceria com o Tribunal de Justiça. Por fim, a reportagem encerra com o Projeto de Lei do Senado 195/2014, que “altera a Lei Maria da Penha para obrigar a autoridade policial a colher as provas referentes à presença de criança ou adolescente, como testemunha ou vítima, nos casos de violência doméstica e, nesse caso, remeter os autos do inquérito policial ao juiz da infância e da juventude e ao Conselho Tutelar” (FILHOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO..., 2021, s/p). Até a conclusão da reportagem, o projeto estava tramitando na Câmara dos Deputados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível destacar que a Revista AzMina cumpre com o propósito de oferecer um jornalismo com enfoque de gênero. A grande maioria das fontes entrevistadas são mulheres, sendo apenas 2 fontes masculinas no total de reportagens. Todas as repórteres também são mulheres. As reportagens utilizam

infográficos para ilustrar dados e mapas da violência no país, possibilitando um maior entendimento das informações.

Segundo o Monitoramento Global dos Meios (2015), a abordagem sobre feminicídio e violência sexual das notícias ainda é fraca e com um recorte sensacionalista, principalmente incorporada nas seções policiais e sem perspectiva de gênero (GMMP, 2015, s/p). AzMina atua na contramão desta estatística ao não (re)vitimizar as mulheres e crianças violentadas. No entanto, a intersecção entre gênero e raça não é perceptível no *corpus* de análise.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Paloma Palmieri et al. **Atlas da Violência 2020**, 2020. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8733-atlastdexpressversaofinal-2.pdf> Acesso: 15 out. 2020.
- AZMINA, 2020. **Relatório de atividades anuais**. Revista AzMina [site]. Disponível em: <https://azmina.com.br/instituto-azmina/transparencia/> Acesso: 12 de jun. 2021.
- BERTHO, Helena; WESLEY, Elena. “**Atendimento à violência doméstica muda em meio à pandemia**”. Publicado em 03 abr. 2020. Revista AzMina [site]. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/atendimento-a-violencia-domestica-muda-em-meio-a-pandemia/> Acesso: 12 jun. 2021.
- BRUNO, Maria Martha. “**Cuidadoras enfrentam abusos e riscos na pandemia de coronavírus**”. Publicado em 31 mar. 2020. Revista AzMina [site]. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/cuidadoras-enfrentam-abusos-e-riscos-na-pandemia-de-coronavirus/> Acesso: 12 jun. 2021.
- BITONI, Dulcilia Schroeder; LOPES, Martha. “Revista AzMina” e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 21-40, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso 16 out. 2020.
- ESTRELA, F.M. et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol.25 n.9, set. 2020.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. ano 13, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf> Acesso 15 out. 2020
- LAGO, Claudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. **Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está?**. Cap. 7, p. 124-140. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, M.; MARTINEZ, Monica. (orgs) Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo. São Paulo: Life Editora, INTERCOM, 2018.
- HOOKE, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015.
- ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**, 2016.
- PARADA, Carolina. **Representações sociais de gênero na violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485-505, ago. 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B.. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em:



[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso)

[83332001000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 out. 2020.

SANTANA, Jamile. **“Filhos da violência de gênero: como crianças e adolescentes são afetados pela violência doméstica”**. Publicado em 08 mar. 2021. Revista AzMina [site].

Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/filhos-violencia-genero-pandemia/> Acesso: 12 jun. 2021.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção da notícia**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

AS PUBLICAÇÕES SOBRE TRABALHO E PANDEMIA NO ANO DE 2020 NO BRASIL

Susana Maria Bartmeyer¹

Ágatha Tullio²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer um perfil sobre os artigos publicados no ano de 2020 no Brasil, que possuem a relação entre trabalho e pandemia como temática central. A plataforma utilizada para análise destas produções foi a SciELO, na qual foram encontrados 65 artigos que correspondem ao objetivo deste trabalho. A principal metodologia utilizada foi a de Análise de Conteúdo, através de pesquisa quantitativa e qualitativa, apresentando o contexto desses artigos e de seus autores, bem como o recorte de gênero, regionalização e área do conhecimento dos mesmos.

Palavras-chave: Pesquisa. Ciência. COVID-19. Gênero. Análise de conteúdo.

INTRODUÇÃO

O vírus da COVID-19 se alastrou por todo o mundo e o colocou em um estado de pandemia; a pandemia, por sua vez, afetou significativamente a rotina de milhares de pessoas. Uma das grandes implicações na vida de toda a população, além da ameaça à saúde, foi a rotina de trabalho.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), a perda de empregos nas regiões da América Latina e Caribe atinge a marca de 26 milhões em um ano de pandemia. Os impactos mais devastadores são observados no segundo trimestre de 2020 e, no ano de 2021, em seus primeiros meses já demonstra grande preocupação com a pouca empregabilidade.

Além disso, muitas foram as mudanças na forma de se trabalhar: atividades presenciais transformadas em teletrabalho, a modalidade *home office* levando o local de trabalho para dentro dos lares das/dos trabalhadoras, a dupla, tripla e até quádrupla jornada de trabalho dividida em trabalhar em casa, cuidados domésticos e familiares, profissionais da saúde e da linha de frente de enfrentamento à COVID-19 sobrecarregados, crise econômica como efeito de uma crise sanitária. Enfim, os mais diversos contextos que atingem o mundo todo (não deixando o Brasil de fora

¹ Mestranda no Programa de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil(2018)
Assistente Social do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa , Brasil

deste cenário) e que demonstram uma intrínseca relação entre o mundo de trabalho e o estado de pandemia.

Isto posto, muitas e muitos pesquisadores se debruçam em estudar e analisar tal relação, que se demonstra interessante para estudos científicos, os quais por sua vez são necessários para se compreender toda a conjuntura pandêmica. É neste sentido que o estudo aqui apresentado se desenvolve, tendo como principal objetivo traçar um perfil das pesquisas sobre trabalho e pandemia publicadas no ano de 2020 no Brasil.

Para tanto, foram analisadas publicações realizadas através da plataforma SciELO, utilizando-se de filtros para identificar os trabalhos que apresentaram a relação entre trabalho e pandemia no ano de 2020. Na sequência, para a finalidade de estabelecer um perfil de tais publicações, foram organizados de forma quantitativa os dados referentes às seguintes categorias: gênero das/dos autores; região do país onde estão alocados as/os autores; área do conhecimento a qual pertencem as/os autores.

Para o alcance dos objetivos deste trabalho, foram necessários alguns procedimentos metodológicos. Primeiramente, é importante citar que esta pesquisa pautou-se na dimensão qualitativa e quantitativa. Estas duas categorias, mesmo que a qualitativa seja frequentemente mais utilizada nas pesquisas em Ciências Sociais, não se opõem, mas se complementam, “pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” (MINAYO, 2001, p. 22).

Tratando-se da pesquisa quantitativa, esta se realiza através da coleta de dados e informações que possam ser comparáveis e observadas, com o principal objetivo de unificar esses dados para o processo de tratamento dos mesmos (LIMA, 2016, p. 15). Tal procedimento foi utilizado para a coleta e análise dos dados sobre as publicações e estruturados em forma de gráficos. O momento da análise qualitativa foi realizado para tratar sobre os dados quantitativos obtidos, utilizando da pesquisa bibliográfica para subsidiar a discussão sobre as temáticas apresentadas por esses dados.

Estes procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos fazem parte de procedimentos que culminam na Análise de Conteúdo. A análise de conteúdo pode ser compreendida como a união de técnicas de análise de dados coletados, “(...) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. (BARDIN, 2016, p. 48).

Ou seja, a análise de conteúdo foi essencial para debruçar sobre os dados obtidos através da pesquisa quantitativa e qualitativa, para responder o problema deste estudo: qual o perfil das pesquisas publicadas no ano de 2020 sobre trabalho e pandemia no Brasil?

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ANALISADAS

A delimitação dos trabalhos que integram este estudo se deu na busca por artigos vinculados a revistas disponibilizadas pela plataforma SciELO, uma vez que a pandemia, assim considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é um evento que completou um ano de março de 2021, sendo que não se tem muitas dissertações ou teses publicadas sobre a temática. Como a publicação de artigos em revistas é mais rápida e dinâmica, optou por essa fonte de dados. Além disso, a plataforma SciELO é de livre acesso e abrange muitas áreas do conhecimento, o que permite a investigação da pesquisa.

Durante o ano de 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, foram publicados diversos estudos nos formatos de artigos, teses, dissertações sobre as consequências da pandemia e o mundo do trabalho. Na plataforma de pesquisa SciELO, que reúne diversas publicações científicas, quando pesquisadas as palavras *trabalho* e *pandemia*, utilizando o sistema de filtros do ano 2020, idioma português e país Brasil, contabiliza-se 65 resultados. Entretanto, quem está por trás dessas produções?

Através da análise quantitativa dessas produções, foram elencados 5 filtros: Quantidade de autores, gênero dos autores, região do país da instituição a que os autores estão vinculados, área do conhecimento da revista, mês da publicação da revista.

O que se pretende com esses filtros é fazer, se possível, uma leitura de quantas pessoas publicaram sobre o tema trabalho e pandemia, qual o gênero delas, qual região do país está concentrando as publicações sobre o tema, qual área do conhecimento e que período do ano de 2020 foi mais publicado. Através desses filtros, é possível fazer alguns cruzamentos de dados simples através da plataforma Excel.

A pandemia, foi assim considerada em março de 2020, estendeu-se por todo aquele ano e ainda está a ser enfrentada em 2021. Dado isso, as publicações se

concentraram nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020, como demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 1 - Número de publicações por mês

MÊS	Número de publicações
Maio	5
Junho	4
Julho	7
Agosto	11
Setembro	11
Outubro	12
Novembro	7
Dezembro	8

Fonte: as autoras.

A soma das autoras e autores é de 237 indivíduos, distribuídos em 65 trabalhos, contudo, a maior parte das publicações se deu em dupla ou isolado. Primeiro dado em tabela é de que a maior parte das produções encontradas foram feitas em duplas, seguidas por individuais, trios e quartetos. Conforme a tabela a seguir:

GRÁFICO 1 - Número de publicações por aglomeração de autores



Fonte: as autoras.

Tais números podem ser analisados através dos critérios limitadores que revistas e plataformas de publicações de estudos científicos solicitam com relação

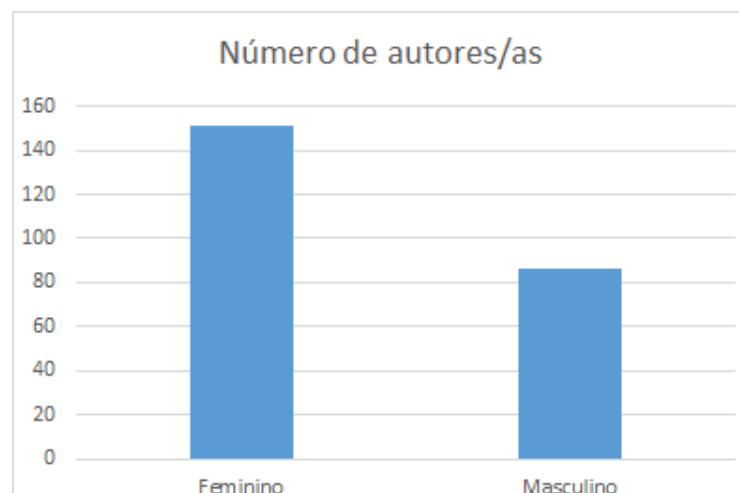
ao número de autores, que geralmente é reduzido. Portanto, há uma maioria de publicações com autoria de dois pesquisadores, que também permite outras reflexões acerca do perfil desses autores.

REFLEXÕES ACERCA DO GÊNERO DAS/OS AUTORAS/ES

O segundo dado tabelado é o gênero dos autores. Buscou-se compreender em números totais, por primeiro nome na publicação e as produções por só um gênero. Em todas as tabelas o gênero feminino se destacou na quantidade.

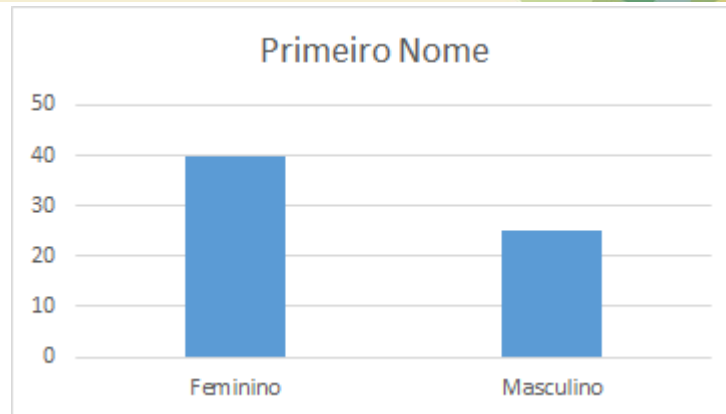
Além disso, é importante ressaltar que a separação feita se utilizou da separação binária de gênero entre feminino e masculino. Contudo, sabe-se que as complexas construções sociais sobre o gênero não se limitam a essa binariedade (BUTLER, 2020), utilizando-se assim apenas para fins de números gerais, sem uma perspectiva verticalizada sobre gênero e sexualidade, o que estaria além do objetivo deste trabalho.

GRÁFICO 2 - Número de autores/as por gênero



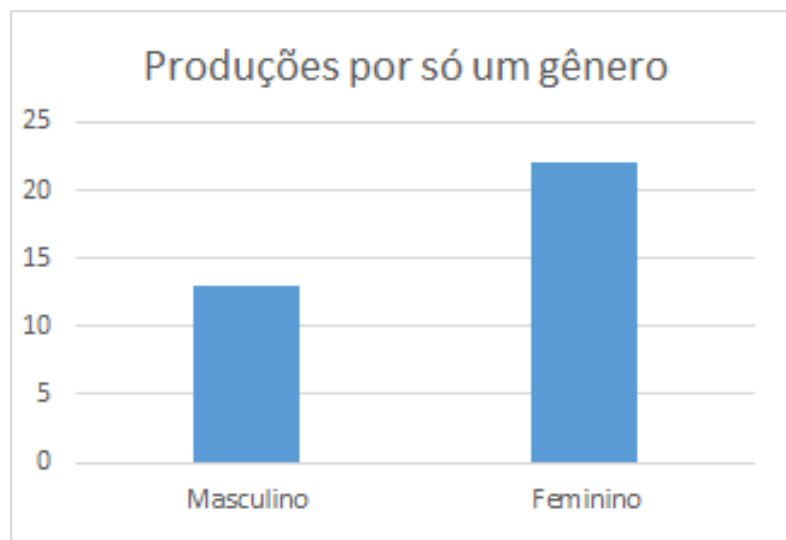
Fonte: as autoras.

GRÁFICO 3 - Número de autores/as como primeiro nome por gênero



Fonte: as autoras.

GRÁFICO 4 - Número de produções realizadas só por um gênero



Fonte: as autoras.

O que se destaca é o número de produções realizadas pelo gênero feminino. O que vai na contramão dos dados apontados pelo CNPQ (2016), de que a maior parte das pesquisas são lideradas por homens, em todas as faixas etárias de pesquisadores. Contudo, não basta a análise quantitativa para afirmar que as produções científicas são epistemologicamente feministas.

Como é colocado por Fargains (1997), para haver uma produção do conhecimento científico feminista, não basta mais mulheres na pesquisa, pesquisando sobre mulheres, mas sim uma transformação no modo como essa produção é realizada. Isso também é possível de se observar pelos títulos das pesquisas.

Apesar da maior parte das autoras serem mulheres, os temas estudados não correspondem especificamente à temáticas feministas. A palavra *feminista* não aparece nenhuma vez, nem a palavra feminino. A palavra gênero corresponde a uma pesquisa. As palavras *mulher* e *sexual* aparecem 2 vezes cada uma.

REGIONALIZAÇÃO DOS TRABALHOS E ÁREAS DO CONHECIMENTO

Quanto às regiões do Brasil, separou-se em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste. O que se percebe é a grande concentração de pesquisas vinculadas às instituições de ensino superior do Sudeste do Brasil. 33 pesquisas foram produzidas exclusivamente por pesquisadores do Sudeste do país, o que corresponde a 50,7% das pesquisas aqui analisadas. Ainda, 50 publicações foram feitas por autores pesquisadores apenas de uma região do país, com 15 publicações mesclando regiões. Outro destaque é que a região Centro-oeste não publicou nenhuma vez sem outra região como coautor.

A região nordeste possui 19 publicações, entre mistas com outras regiões ou não. A região Sul contempla 11 publicações, seguidos de Centro-oeste e Norte com 5 publicações cada. A região Sudeste concentrou 45 publicações. Isso pode ser explicado pelo polo de desenvolvimento científico histórico que o eixo Rio-São Paulo consolidou no país, como apontam Carvalho (2010) e Souza (2018), através das universidades formadoras de intelectuais brasileiros. Contudo, podem caber aqui outras análises para além do objeto de pesquisa deste trabalho.

Quanto às áreas do conhecimento das revistas elencadas na pesquisa, mostrou-se uma concentração em algumas áreas. A área de administração contabilizou 4 publicações, ciências humanas e ciências sociais 3, economia 1 publicação, educação 2, revistas com temática interdisciplinar somaram 17 publicações, na área da psicologia somaram-se 9 publicações, a área da saúde concentrou 27 publicações, serviço social teve 1 publicação, assim como turismo.

A pandemia de COVID-19 é um assunto que afeta principalmente a saúde, uma vez que é uma doença infecciosa que geralmente traz complicações ao estado de saúde daqueles que são infectados. Além disso, a temática trabalho e pandemia possui uma abordagem interdisciplinar inerente, uma vez que abrange muitas facetas da complexidade humana e apenas um olhar disciplinar pode não contemplar toda a dimensão dessa problemática. Nesse mesmo sentido da

necessidade de se pensar o complexo através de abordagens interdisciplinares, estão os autores e sociólogos Santos (2014) e Morin (2013).

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Na perspectiva das Epistemologias do Sul (SANTOS, 2014), pode-se pensar que a produção do conhecimento também perpassa as linhas abissais que separam o Norte e o Sul global. Dentro deste panorama, a produção científica brasileira está localizada no Sul global; este “Sul” está além de uma localização geográfica, mas trata-se de um Sul epistemológico, fruto de uma sociedade capitalista, colonialista e patriarcal.

O que se pretende alcançar com esta perspectiva teórica é a realidade das produções aqui analisadas. A primeira análise pode ser realizada com relação ao capitalismo, que também apresenta suas interfaces dentro da produção científica: no contexto da pandemia, as relações de trabalho no Brasil são marcadas por uma intensificação das desigualdades sociais originárias de um sistema capitalista. Deste modo, as produções relacionando pandemia e trabalho não deixam de ser um reflexo do capitalismo no Sul global.

Quanto ao colonialismo, deve se entender que este movimento não foi apenas a colonização de pessoas e lugares, mas também significou a colonização do modo de produção do conhecimento. Quando observamos o Sul global, percebemos diversos “suls” dentro do Sul (SANTOS, 2014). No Brasil, quando a maior parte das produções sobre trabalho e pandemia estão localizadas no sudeste brasileiro - sendo esta a região com maiores índices de desenvolvimento econômico do país - percebe-se um destaque da região em detrimento das demais quando à produção do conhecimento científico.

Por fim, quanto ao patriarcado, apesar da maioria das produções serem realizadas por autoras do gênero feminino, essas não significam produções sobre temáticas relacionadas ao gênero feminino, nem mesmo relacionadas ao contexto do trabalho feminino durante a pandemia.

Outra consideração a ser percebida através dos dados obtidos neste estudo, diz respeito à complexidade dos fenômenos (MORIN, 2013). Esta categoria é percebida nos dados que demonstram a interdisciplinaridade de áreas do conhecimento ao preocupar-se com a temática trabalho e pandemia, pois esta é uma realidade que perpassa não somente por uma ou outra categoria do

conhecimento, mas sim por diversas categorias. Dividir disciplinas dificulta o entendimento do complexo e a resolução dos problemas. A crise é planetária, não compartimentada, como as matérias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, podemos tecer algumas considerações importantes, tendo em vista as análises aqui em apresentadas. A primeira delas é com relação aos estudos sobre a COVID-19: além daqueles trabalhos e pesquisadoras/es que se debruçam em estudar especificamente o vírus (como enfrentá-lo, quais suas manifestações, possíveis vacinas, medicamentos, etc.), também se tornam interessantes fontes de pesquisa as interfaces desse vírus, os desdobramentos que o contexto pandêmico demonstra ao longo de mais de um ano de vigência, como por exemplo a relação entre trabalho e pandemia.

Ao se tratar especificamente desta relação, podemos observar um aumento de publicações de artigos na plataforma SciELO ao passo que a pandemia se agrava e apresenta maior constância. No Quadro 1 percebe-se um acréscimo de publicações no segundo semestre de 2020, quando a pandemia já estava nas atenções de todo mundo, especialmente por conta da sua progressão.

Também podemos perceber algumas questões interessantes e que não esgotam a análise sobre o tema aqui neste trabalho. Um exemplo é o maior número de publicações feitas pelo gênero feminino, uma vez que este historicamente não faz parte de uma maioria de pesquisadores, sendo o ambiente de pesquisa científica predominantemente masculino.

A forma que os estudos sobre pandemia e trabalho se espalham pelas regiões do Brasil, assim como por diversas áreas do conhecimento, demonstra como a pandemia de COVID-19 não é somente um problema para a área da saúde ou restrita somente a uma região. É um vírus que atinge a todas e todos, das mais diversas formas.

Portanto, a pesquisa científica é importante uma vez que o processo de produção do conhecimento científico é uma produção de poder, que distingue o válido do inválido, porém, não é neutro ou desvinculado da realidade e do contexto em que produz (SANTOS, 2013). Por isso, é necessário investigar quem e por onde esse conhecimento está sendo produzido. Além disso, essa pesquisa pode vir a

auxiliar demais pesquisadores fazendo um levantamento quantitativo sobre a revisão bibliográfica envolvendo o trabalho e a pandemia no ano de 2020.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **CORONAVÍRUS: o que você precisa saber**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. - 13. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CNPQ. **Pesquisadores - Por Liderança, Sexo e Idade – 2016**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-sexo-e-idade>. Acesso em 17 fev. 2020.

FARGANIS, Sondra. O Feminismo e a reconstrução da ciência social. **Gênero, corpo, conhecimento**. Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo [editoras]; Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

LIMA, Márcia. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. In: CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Métodos de pesquisas em Ciências Sociais: Bloco quantitativo**. São Paulo: CEBRAP, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889254/mod_resource/content/1/Ana%CC%81lise%20Documental_Comp_Marcia%20Lima.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

MORIN, Edgar. **Como viver em tempo de crise?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Região da América Latina e Caribe perdeu 26 milhões de empregos em um ano de pandemia**. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_779120/lang-pt/index.htm. Acesso em: 08 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.



SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho:** sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.